

Diagnóstico Social 2015-2017

Rede Social de Seia
CLAS de Seia







FICHA TÉCNICA

Título

Diagnóstico Social (DS) | 2015-2017

Coordenação

Carlos Filipe Camelo Miranda de Figueiredo | Presidente do Conselho Local de Ação Social de Seia

Cristina Maria Figueiredo Almeida de Sousa | Vereadora com Competências Delegadas

Elaboração

Ana Monteiro | Gabinete de Inserção Profissional - GIP

Cândida Ramos | Instituto da Segurança Social, IP - Centro Distrital da Guarda

Carmo Ambrósio | Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela - ADRUSE

Cristina Ventura | CLDS3G

Eugénia Rainha | ULS Guarda EPE - Centro de Saúde de Seia

Helena Pimenta | Instituto de Emprego e Formação Profissional IP, Centro de Emprego e Formação Profissional da Guarda - Serviço de Emprego e Formação Profissional de Seia - IEFP-CEFPD-SEFPS

Isabel Ferreira | Município de Seia

Júlia Velho | ULS Guarda EPE - Centro de Saúde de Seia

Odete Branquinho | Município de Seia

Paula Garcia | Casa de Santa Isabel - Instituto de Pedagogia Curativa e Socioterapia

Paula Simões | Escola Evaristo Nogueira

Sandra Sacarrão | ULS Guarda EPE - Hospital Nossa Senhora da Assunção

Teresa Martins | Centro de Acolhimento Temporário Solar do Mimo

1.ª Revisão | Março 2016

Ana Margarida Jerónimo | Município de Seia

Cândida Ramos | Instituto da Segurança Social, IP - Centro Distrital da Guarda

Carolina Clara | Município de Seia

Helena Pimenta | Instituto de Emprego e Formação Profissional IP, Centro de Emprego e Formação Profissional da Guarda - Serviço de Emprego e Formação Profissional de Seia - IEFP-CEFPD-SEFPS

Paula Garcia | Casa de Santa Isabel - Instituto de Pedagogia Curativa e Socioterapia

Sandra Sacarrão | ULS Guarda EPE - Hospital Nossa Senhora da Assunção

Sónia Pereira | Escola Evaristo Nogueira

Teresa Martins | Centro de Acolhimento Temporário Solar do Mimo



ÍNDICE

	Número de página
Lista de Siglas	9
Lista de Tabelas	11
Lista de Figuras	16
Prefácio	19
I Parte: A Rede Social no Concelho de Seia	21
1. A Rede Social e o Conselho Local de Ação Social no Concelho	22
Enquadramento	22
Organização	24
Pareceres	24
Diagnóstico Social - Metodologia	25
II Parte: Caracterização do Concelho	27
2. História, descrição geográfica, demográfica e socioeconómica	28
Nota introdutória	28
História	29
Geografia	30
Rede de Acessibilidades regionais e locais	32
Demografia	35
Evolução demográfica por localidades	36
Evolução demográfica por lugares	38
Fatores de dinâmica demográfica: crescimento natural e saldo migratório	43
Estrutura da População	50
Escalão etário e sexo	50
Nível de instrução	54
Famílias	55
Migração e minorias étnicas	56
Caracterização Socioeconómica	57
Desemprego	57
Condições Habitacionais	60
Indicadores de Saúde	63
Considerações Finais	64
III Parte: Diagnóstico Social	66
Eixo A: Saúde e Qualidade de Vida	67

Nota introdutória	67
Organização do Serviço de Saúde no Concelho	68
Unidade Local de Saúde, ULS - EPE	68
Centro de Saúde de Seia	69
Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados	72
Unidade de Cuidados de Saúde na Comunidade	73
Hospital Nossa Senhora da Assunção - Seia	77
Rede Nacional de Cuidados Integrados Continuados	80
Santa Casa da Misericórdia de Seia	84
Projetos Locais	86
Projeto ALAVANCA	86
Outras respostas de Saúde	87
Considerações Finais	87
Eixo B: Educação, Qualificação e Emprego	90
Nota introdutória	90
Características da população e oferta escolar	92
Habilitações académicas da população do concelho de Seia	92
Oferta de educação, formação e ensino	94
Sucesso Escolar e respostas socioeducativas	106
(In)sucesso escolar e abandona	106
Alunos com Necessidades Educativas Especiais	108
Projetos de Escolas	111
Ação Social Escolar	113
Projetos Educativos Complementares	115
Actividades de enriquecimento Curricular no 1ºCiclo	115
Qualificação	116
Aprendizagem	116
Educação e Formação de adultos	117
Formação Modular	117
Vida Ativa	118
Formação inicial de Formadores	118
Formação contínua de Formadores	119
Competências Básicas	119
Formação transversal	120
Qualificação de Pessoas com deficiência e/ou incapacidade	120

Centro para a Qualificação e Ensino Profissional - CQEP	121
Emprego	123
Programas e Medidas de emprego	129
Incentivos Municipais à Criação de Emprego e Investimento	136
Gabinete de Inserção Profissional	139
Projeto de emprego e apoio à qualificação das pessoas com deficiência e incapacidade	140
Considerações Finais	141
Eixo C: Coesão e Intervenção Social	145
Nota introdutória	145
Respostas Sociais	145
Atendimento/Acompanhamento Social	145
Instituições Particulares de Solidariedade Social	146
Programas e/ou projetos em curso no Concelho - Equipas de intervenção social	156
Atendimentos realizados no Serviço de Ação Social e Saúde do Município de Seia	156
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - CPCJ	159
Equipa de Intervenção para a Problemática da Violência Doméstica - EIVIDA	164
Projeto Teleassistência	169
Comparticipação em despesas com medicamentos	171
Oficina domiciliária	172
Incentivos à Natalidade e adoção	173
Entrelaços - Lojas Sociais	174
Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção a Vitimas de Tráfico de seres humanos - RRCAPVTSH	176
Rendimento Social de Inserção - RSI	176
Contrato Local de Desenvolvimento de Seia - CLDS3G	182
Projeto ALAVANCA	188
Programas alimentares	193
Cantinas Sociais	194
Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados - FEAC	194
Programa Escolar de Reforço Alimentar - PERA	195
Outras atividades promovidas pelo Município	196
Exposocial	196
Abril - Comemoração do Mês de Prevenção dos Maus Tratos Infantis	197

Cabazes de Natal	197
Levantamento geral dos problemas, potencialidades e recursos disponíveis no território	198
Saúde e Qualidade de vida	198
Identificação de problemas	198
Desafios	199
Recursos Locais	200
Educação, Qualificação e emprego	201
Identificação de problemas	201
Desafios	203
Recursos Locais	204
Recursos Regionais e Nacionais	205
Coesão e Intervenção Social	205
Identificação de problemas	205
Desafios	206
Recursos Locais	207
Recursos Regionais e Nacionais	207
Problemática da Habitação	208
Considerações Finais	211
Anexos	212

Lista de Siglas

A - Auto-estrada

AAD - Ajudante de Ação Direta

AEGCC - Agrupamento de Escolas Guilherme Correia de Carvalho

AES - Agrupamento de Escolas de Seia

ATL - Atividades Tempos Livres

CAT - Centro de Acolhimento Temporário

CD - Centro de Dia

CEF - Cursos de Educação e Formação

CIT - Certificados de Incapacidade Temporária

CLAS - Conselho Local de Ação Social

CLDS - Contrato Local de Desenvolvimento Social

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CQEP - Centro para a Qualificação e Ensino Profissional

CRI - Centro de Respostas Integradas

CSIF- Comissão Social Inter-freguesias

DGERT - Direcção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho

DS - Diagnostico Social

ECCL - Equipa de Cuidados Continuados Integrados

EFA - Educação e Formação de Adultos

EIVIDA - Equipa de Intervenção para a Problemática da Violência Doméstica

EM - Estrada Municipal

EN - Estrada Nacional

EP- Estradas de Portugal

ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

ESTH - Escola Superior de Turismo e Hotelaria

FEAC - Fundo Europeu de Auxilio aos carenciados

GIPA - Grupo de Intervenção para a Problemática do Alcoolismo

GNR - Guarda Nacional Republicana

IC - Itinerário Complementar

IDT - Instituto da Droga e da Toxicodependência

IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional

IP - Itinerário Principal

IPSS - Instituições Particulares da Segurança Social

ISS - Instituto da Segurança Social

MCDT - Meios Complementares de Diagnostico e Terapêutica

NACJR - Núcleo de Apoio às Crianças e Jovens em Risco

NEE - Necessidades Educativas Especiais

ORL - Otorrinolaringologista

PAF - Polineuropatia Amiloidótica Familiar

PDS - Plano de Desenvolvimento Social

PERA - Programa Escolar de Reforço Alimentar

PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação

POPH - Programa Operacional Potencial Humano

PORI - Plano Operacional de Respostas Integradas

PROT-C - Plano Regional do Ordenamento do Território do Centro

RNCCI - Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

RRC APVTSH - Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção a Vitimas de Tráfico de Seres Humanos

RSI - Rendimento Social de Inserção

RVCC - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

SAD - Serviço de Apoio Domiciliário

SICAD - Serviço de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependência

SIGAE - Sistema de Integração e de Gestão da Área de Emprego

SNIPi - Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância

SNS - Sistema Nacional de Saúde

UCC - Unidade Cuidados na Comunidade

ULDM - Unidades de Longa Duração e Manutenção

ULS - Unidade Local de Saúde

UMDR - Unidades de Longa Duração e Reabilitação

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Área, população e densidade territorial.	32
Tabela 2 - Densidade populacional e variação da população residente nos municípios que integram a Subregião da Serra da Estrela (1991-2011).	366
Tabela 3 - Densidade populacional e variação da população por localidade.	377
Tabela 4 - População residente em cada localidade do Concelho de Seia (2011).	40
Tabela 5 - Nados-vivos por localidade no concelho de Seia (1991-2011)	46
Tabela 6 - Movimentos da população do concelho de Seia (1991-2011).	48
Tabela 7 - Dinâmica da população por localidade no concelho de Seia (2001-2011).	50
Tabela 8 - Comparação das estimativas populacionais e cenário para 2021.	53
Tabela 9 - Índice de envelhecimento e índices de dependência no concelho de Seia (2001-2011)...	54
Tabela 10 - Evolução do número de famílias por localidade no concelho de Seia (2001-2011).	56
Tabela 11 - População ativa, empregada e taxa de atividade (2001-2011).	59
Tabela 12 - Indicadores de emprego e desemprego (2001-2011).	59
Tabela 13 - População desempregada	59
Tabela 14 - População residente empregada segundo o setor de atividade económica (1981-2011).60	
Tabela 15 - População residente empregada por ramo de atividade (2011).	61
Tabela 16 - Dimensão média das famílias, razão entre alojamento e famílias (2011).	61
Tabela 17 - Analisada a forma de ocupação dos alojamentos, regista-se o elevado número de alojamentos ocupados como residência secundária e vagos.	62
Tabela 18 - Alojamentos segundo a forma de ocupação no concelho de Seia por freguesias (2011).62	
Tabela 19 - Alojamentos familiares ocupados como residência habitual por instalações existentes.63	
Tabela 20 - Indicadores gerais de saúde por município (2010 e 2011)	64
Tabela 21 - Equipamentos do Centro de Saúde.	73
Tabela 22 - Caracterização do Centro de Saúde de Seia e Extensões.....	74
Tabela 23 - Número de utentes inscritos por Unidade de Saúde.	74
Tabela 24 - Consultas de Saúde infantil de todas as Extensões.....	76
Tabela 25 - Consultas de Saúde de Adultos na Sede e Extensões relativos ao ano 2014.	76
Tabela 26 - Número de Utentes no Serviço de Urgência.	80
Tabela 27 - Número de Utentes Intervencionados no Serviço de Cirurgia em Ambulatório.	81
Tabela 28 - Número de Utentes no Serviço de Medicina.	81
Tabela 29 - Especialidades e Consultas.	82

Tabela 30 - MCDT realizadas por áreas.....	83
Tabela 31 - Referenciações Equipa Gestão de Altas - Hospital Nossa Senhora da Assunção - Seia. ..	86
Tabela 32 - Unidade de Convalescença.	87
Tabela 33 - Unidade de Paliativos.....	87
Tabela 34 - Qualificação da População em Portugal e em Seia.....	95
Tabela 35 - Qualificação da População (Censos 2001 e 2011) em Portugal, na NUT III Serra da Estrela e no Município de Seia.....	96
Tabela 36 - Adultos matriculados em cursos EFA, Processos RVCC por nível e Ciclo de Ensino.	97
Tabela 37 - Organização da Rede Educativa/Formativa do concelho de Seia.	98
Tabela 38 - Estabelecimentos de Ensino	99
Tabela 39 - Número de estabelecimentos escolares no concelho.	99
Tabela 40 - Número de crianças por estabelecimento escolar distribuídas por género.	100
Tabela 41 - Número de crianças de origem imigrante, discriminado por país de origem.	100
Tabela 42 - Número de alunos do Ensino Pré-Escolar	101
Tabela 43 - Número de alunos do 1º Ciclo por ano lectivo.	102
Tabela 44 - Número de alunos do 2º e 3.º Ciclos por modalidade de ensino.....	103
Tabela 45 - Número de alunos do 2.º e 3.º Ciclos - anos letivos 2012/2013 a 2015/2016.	104
Tabela 46 - Oferta Educativa/Formativa - Escola Secundária de Seia.	105
Tabela 47 - Oferta Educativa / Formativa - Escola Profissional Serra da Estrela.	106
Tabela 48 - Oferta Educativa / Formativa - Cursos de Aprendizagem - Empresa Talentus.	106
Tabela 49 - Oferta Educativa / Formativa - Cursos de Aprendizagem - Conclusão.	106
Tabela 50 - Alunos matriculados em Cursos Profissionais, segundo ano letivo, por escola.	107
Tabela 51 - Oferta Educativa do ESTH e número de alunos inscritos por ano lectivo.	108
Tabela 52 - Número de alunos diplomados na ESTH e respetiva taxa de empregabilidade.....	108
Tabela 53 - Taxa de Retenção e Desistência (%) nos ensinos básico e secundário, por nível de ensino e ciclo, no Município de Seia.	110
Tabela 54 - Taxa de Sucesso do Ensino Básico por estabelecimento de ensino.	110
Tabela 55 - Número de Planos de Acompanhamento e respetiva taxa (%) por ciclo e por estabelecimento de ensino, no ano lectivo 2014/2015.....	111
Tabela 56 - Número de alunos com NEE e respetiva taxa	112
Tabela 57 - Número de alunos com NEE e respetiva taxa.	112
Tabela 58 - Parcerias Escolas Básicas / Casa Santa Isabel.....	114
Tabela 59 - Livros e material escolar (1º Ciclo).	116

Tabela 60 - Subsídio de Transportes Escolares (Ensino Secundário).	117
Tabela 61 - Bolsas de estudo.....	117
Tabela 62 - Oferta Formativa.	119
Tabela 63 - Aprendizagem.	120
Tabela 64 - Educação e Oferta Formativa.	120
Tabela 65 - Formação Modular Certificada Ativos Empregados.	121
Tabela 66 - Formação Modular Certificada / Vida Ativa.	121
Tabela 67 - Formação Inicial de Formadores.	122
Tabela 68 - Formação Contínua de Formadores.....	122
Tabela 69 - Formação para a inclusão.	123
Tabela 70 - Formação transversal.	123
Tabela 71 - Formação para pessoas com deficiência e/ou incapacidades.	124
Tabela 72 - Estado dos Processos RVCC 2015.	126
Tabela 73 - Dados acumulados relativos aos processos RVCC de 2015 e 2016.	126
Tabela 74 - Cerificação.	126
Tabela 75 - População do concelho de Seia.	127
Tabela 76 - Empresas por CAE na área de intervenção do CFP.	127
Tabela 77 - Caracterização dos desempregados inscritos (2012/2015/2016).	129
Tabela 78 - Programas para integração dos desempregados.	131
Tabela 79 - Caracterização dos desempregados inscritos com deficiência.	132
Tabela 80 - Programas e medidas de emprego.	133
Tabela 81 - Apoios desenvolvidos pelo GIP.	140
Tabela 82 - Caracterização dos utentes do Gabinete de Inserção Profissional.	142
Tabela 83 - Programa de emprego para população com deficiência ou incapacitante.....	143
Tabela 84 - Número de Atendimentos por Serviço de Apoio por ano.	149
Tabela 85 - Número de Apoios Económicos Processados por Serviço de Apoio por ano.	149
Tabela 86 - Número de Ocorrências, Processos (Crise e Emergência), Respostas no concelho de Seia por Ano.	149
Tabela 87 - Caracterização das IPSS's com Apoio a Idosos.	152
Tabela 88 - Caracterização das Entidades com Fins Lucrativos com Apoio a Idosos.	153
Tabela 89 - Caracterização das IPSS's com Apoio a Crianças e Jovens.	156
Tabela 90 - Caracterização das IPSS's com Apoio a Deficientes.	158
Tabela 91 - Caracterização do CAT com Apoio a Crianças e Jovens em Risco.	159

Tabela 92 - Atendimentos Mensais e Distribuição das Problemáticas dos Atendimentos por mês no Ano 2015.....	160
Tabela 93 - Total de Processos /Crianças e Jovens envolvidos em 2014 e 2015	162
Tabela 94 - Volume Processual Comparativo (2003-2015).	163
Tabela 95 - Entidades Sinalizadoras 2013-2015.	163
Tabela 96 - Medidas aplicadas.	164
Tabela 97 - Tipo de agregado familiar de acordo com processos abertos e reabertos.	165
Tabela 98 - Idade e Sexo da criança/jovem (2012-2015).	165
Tabela 99 - Problemáticas (2012-2015).	166
Tabela 100 - Entidades Parceiras da EIVIDA	168
Tabela 101 - Processos Transitados/Instaurados/Reabertos/Arquivados entre 2012-2015.	168
Tabela 102 - Distribuição dos Processos no Ano 2015.	168
Tabela 103 - Eixos de Intervenção entre 2012-2015.....	169
Tabela 104 - Processos por Escalão etário entre 2012-2015.	169
Tabela 105 - Processos por Entidade Sinalizadora entre 2012-2015.	170
Tabela 106 - Processos por Atividade Profissional/Ocupação entre 2012-2015.	170
Tabela 107 - Processos por Residência entre 2012-2015.....	171
Tabela 108 - Violência Doméstica no concelho de Seia.	171
Tabela 109 - Tipologia de crimes.	172
Tabela 110 - Assinaturas de contratos de adesão e instalação de equipamentos por mês.	174
Tabela 111 - Número de processos em 2015.....	180
Tabela 112 - Número de titulares.	180
Tabela 113 - Escalão etário dos beneficiários.	181
Tabela 114 - Habilitações literárias dos beneficiários.	181
Tabela 115 - Tipologia dos agregados familiares.	182
Tabela 116 - Número de processos RSI por localidade em 2015.	182
Tabela 117 - Famílias de Etnia e Estrangeiras.....	183
Tabela 118 - Descrição das ações relativo ao eixo de intervenção 1.	188
Tabela 119 - Descrição das ações relativo ao eixo de intervenção 2.	189
Tabela 120 - Descrição das ações relativo ao eixo de intervenção 3.	190
Tabela 121 - Cantinas Sociais.	197
Tabela 122 - Programa Escolar de Reforço Alimentar (PERA).....	198
Tabela 123 - Agrupamentos de barracas (etnia cigana).	212



Tabela 124 - Número de intervenções realizadas.....	213
--	------------

Lista de Figuras

Figura 1 - Objetivos da Rede Social. Fonte: Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de junho.	22
Figura 2 - Eixos estratégicos dos documentos de planeamento.....	23
Figura 3 - Princípios norteadores da Rede Social.	23
Figura 4 - Estratégia metodológica.	26
Figura 5 - Enquadramento nacional e regional do concelho de Seia.	30
Figura 6 - Visão, missão e objectivos estratégicos da CIM-BSE.....	31
Figura 7 - Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.	32
Figura 8 - Rede rodoviária na região Centro.....	33
Figura 9 - Variação da população residente por localidade no concelho de Seia (2001-2011)..	38
Figura 10 - Evolução da taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural no município de Seia (1991-2011).	45
Figura 11 - Crescimento natural por localidade no concelho de Seia (2001-2011).....	49
Figura 12 - População residente segundo o sexo (2011)..	51
Figura 13 - População residente no município de Seia segundo os grandes grupos etários (1981-2011).	52
Figura 14 - Comparação das pirâmides etárias de Seia (1991-2011)..	53
Figura 15 - Níveis de instrução da população no município de Seia e na Sub-região da Serra da Estrela (2011)..	55
Figura 16 - Dimensão das famílias clássicas no concelho de Seia (2001 - 2011).....	57
Figura 17 - População empregada segundo o setor de atividade económica (1981 - 2011). Fonte: INE, Censos 1991, 2001, 2011.	60
Figura 18 - Alojamentos segundo a forma de ocupação (2011)..	62
Figura 19 - Áreas funcionais dos ACES.	72
Figura 20 - Área geográfica de abrangência do Centro de Saúde de Seia.	73
Figura 21 - Funcionamento da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados.	75
Figura 22 - Objetivos da UCC.	77
Figura 23 - Equipas/projetos de intervenção para crianças e Jovens.....	77
Figura 24 - Equipas/projetos de intervenção para as dependências.	78
Figura 25 - Funcionamento da RNCCI.	84
Figura 26 - Objetivos específicos da RNCCI.....	85
Figura 27 - Caracterização da Unidade de Média Duração e Reabilitação.	88

Figura 28 - Caracterização da Unidade de Média Duração e Manutenção.	89
Figura 29 - Prioridades de solução.	90
Figura 30 - Número de alunos com as diferentes problemáticas nos estabelecimentos de ensino do Município de Seia.	113
Figura 31 - Outros projetos desenvolvidos no concelho de Seia.	115
Figura 32 - Funcionamento do CQEP.	125
Figura 33 - Respostas Sociais para população idosa.	151
Figura 34 - Respostas Sociais para crianças.	154
Figura 35 - Respostas Sociais para crianças com deficiência.	157
Figura 36 - Respostas Sociais para população deficiente.	157
Figura 37 - Respostas Sociais para crianças e jovens em risco.	158
Figura 38 - Variação dos Atendimentos Mensais nos últimos 5 Anos.	161
Figura 39 - Distribuição e Comparação dos Atendimentos por Problemáticas entre 2014-2015. Fonte: Município de Seia.	161
Figura 40 - Volume Processual Comparativo (2012-2015)..	162
Figura 41 - Número de processos por localidade (2014).	164
Figura 42 - Eixos de atuação da violência doméstica.	167
Figura 43 - Atendimento/Emergência	169
Figura 44 - Caracterização Projeto Teleassistência.	173
Figura 45 - Requisitos para a comparticipação das despesas com medicamentos.	175
Figura 46 - Objetivos da Rede das Lojas Sociais.	178
Figura 47 - Lojas Sociais do Concelho de Seia.	178
Figura 48 - Objetivos da Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos.	179
Figura 49 - Eixos de intervenção do CLDS3G.	185
Figura 50 - Caracterização dos destinatários por eixo de intervenção.	187
Figura 51 - Objetivos específicos do Projeto Alavanca.	193
Figura 52 - População abrangida pelo projeto Alavanca.	194
Figura 53 - Especificação dos programas alimentares presentes no Concelho.	196
Figura 54 - Objetivos do Programa PERA.	198
Figura 55 - Identificação de problemas a nível das acessibilidades.	201
Figura 56 - Identificação de problemas a nível da Doença Mental.	202
Figura 57 - Identificação de problemas ao nível das Dependências.	202

Figura 58 - Desafios das acessibilidades.....	202
Figura 59 - Desafios da Doença Mental.	203
Figura 60 - Desafios das Dependências.	203
Figura 61 - Identificação de Problemas da Qualificação e Emprego.	205
Figura 62 - Desafios da Educação.	206
Figura 63 - Desafios da Qualificação e Emprego.	206
Figura 64 - Problemas de habitação presentes no Concelho.	212

PREFÁCIO

A implementação e o êxito de toda e qualquer estratégia pressupõe o conhecimento efetivo da realidade. É preciso saber de onde partimos e onde queremos chegar.

O Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social, que submetemos ao Conselho Local de Ação Social, reflecte com clareza a realidade social do Concelho, o que nos permite desenvolver um planeamento estratégico que nos dê garantias de maior eficiência e eficácia nas intervenções.

Devemos destacar o forte envolvimento das entidades parceiras, num processo amplamente participativo de discussão do documento, dinamizado pelos elementos do Núcleo Executivo da Rede Social de Seia, a quem quero deixar os nossos sinceros agradecimentos pelo trabalho desenvolvido ao longo dos últimos meses e a sua ativa participação na identificação das principais vulnerabilidades do território.

Efetivamente, Seia continua a ser um Concelho com um desempenho absolutamente notável, do ponto de vista da Rede Social, da rede de equipamentos e da actividade de solidariedade.

Para essa dinâmica muito contribui a iniciativa da sociedade civil, das instituições e dos equipamentos sociais, contando com a colaboração do poder autárquico, muito intensa e muito presente, e através da cooperação dos poderes públicos centrais, neste caso a Segurança Social, que tem aqui vários e bons parceiros na cooperação que é desenvolvida para dar resposta às necessidades, particularmente dos mais vulneráveis.

Numa altura em que a Câmara Municipal está a desinvestir em áreas tradicionais, porque já estão concluídas, como sejam o saneamento básico, as estradas, a rede escolar, enfim, um conjunto de infraestruturas que nestes últimos anos consumiram parte substancial do orçamento municipal, chegou o momento de consolidar e reorientar o sentido da nossa política e de canalizar recursos financeiros para o desenvolvimento de novas respostas e políticas sociais, porque subsistem desigualdades que têm que ser corrigidas.

A Rede Social, ao configurar-se como uma estratégia participada de promoção do desenvolvimento social do Concelho, vem ao encontro de um desígnio fundamental da governação municipal.


O trabalho em rede que temos vindo a desenvolver ao longo dos anos constitui um capital de grande importância, porque nos permite congregar esforços de forma ainda mais próxima e partilhada, ampliando igualmente o conhecimento das realidades e especificidades de um território tão diversificado como é o nosso.

Essa complementaridade permite-nos ter maior capacidade de ação, numa sociedade com problemáticas complexas e em permanente mutação.

Só assim poderemos desencadear sinergias de forma concertada e coerente no sentido do maior bem-estar comum.

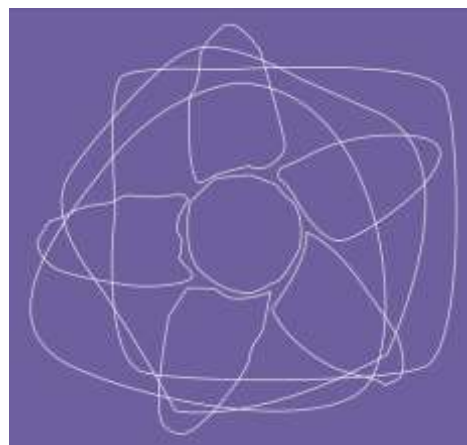
Estou certo que este diagnóstico é, indiscutivelmente, mais um passo para o desenvolvimento sustentável e coeso do nosso concelho.

O Presidente da Câmara



Carlos Filipe Camelo Miranda de Figueiredo

I PARTE - A Rede Social no Concelho de Seia



1. A Rede Social e o Conselho Local de Ação Social no Concelho de Seia

Enquadramento

A rede social é uma medida de política social, criada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro e regulamentada pelo decreto-lei n.º 115/2006, de 14 de junho. Medida esta que impulsionou um trabalho de parceria alargada incidindo na planificação estratégica da intervenção social local, abarcando atores sociais de diferentes naturezas e áreas de intervenção, no sentido de minimizar os contextos de pobreza e de exclusão social e promover o desenvolvimento social no território.

A Rede Social deve, deste ponto de vista, ser entendida como uma escola do exercício democrático entre agentes sociais diversos, públicos e privados, pertencentes a um mesmo território.

Partindo do princípio que uma rede só se desenvolve na medida em que materializa a vontade dos seus integrantes, torna-se imprescindível atentar para os objetivos da Rede Social:

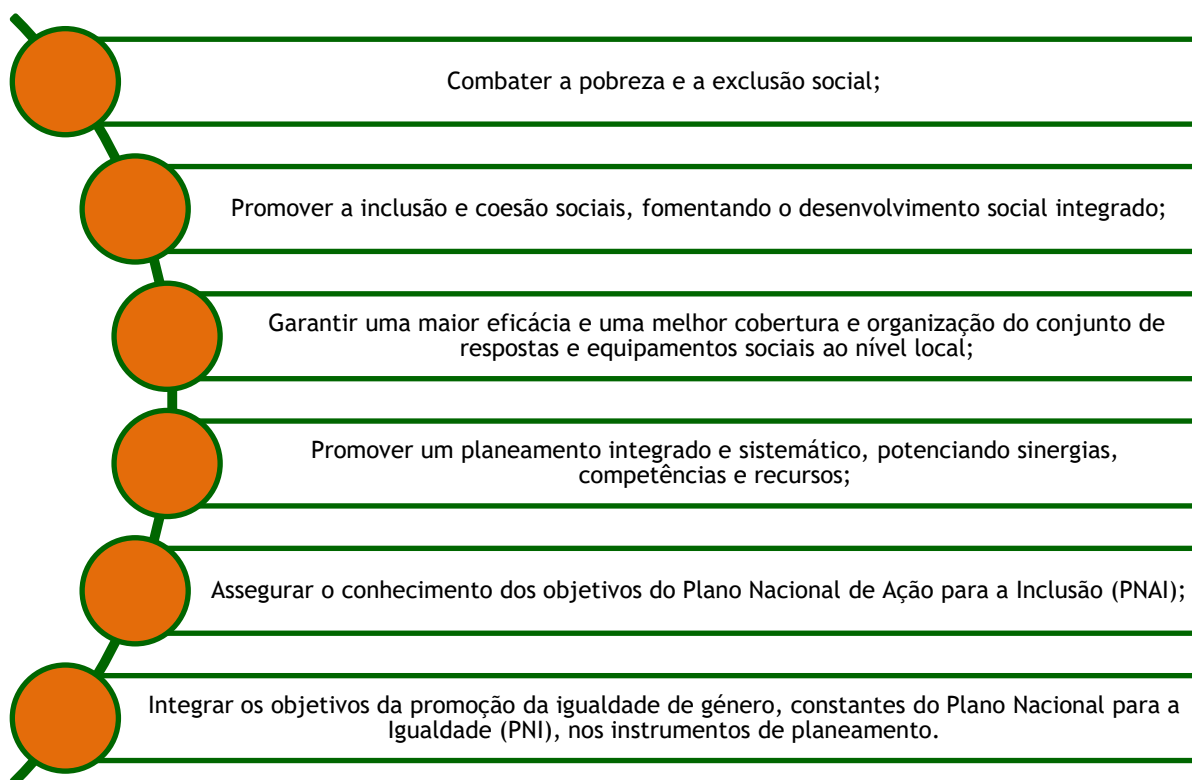


Figura 1 - Objetivos da Rede Social. Fonte: Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de junho.

A Rede Social de Seia surgiu em maio de 2003, tendo o período de implementação decorrido até ao ano de 2005.

Em 2005, foram elaborados os primeiros instrumentos de planeamento, o Diagnóstico Social (DS) e o Plano de Desenvolvimento Social (PDS), definindo-se como eixos estratégicos norteadores:

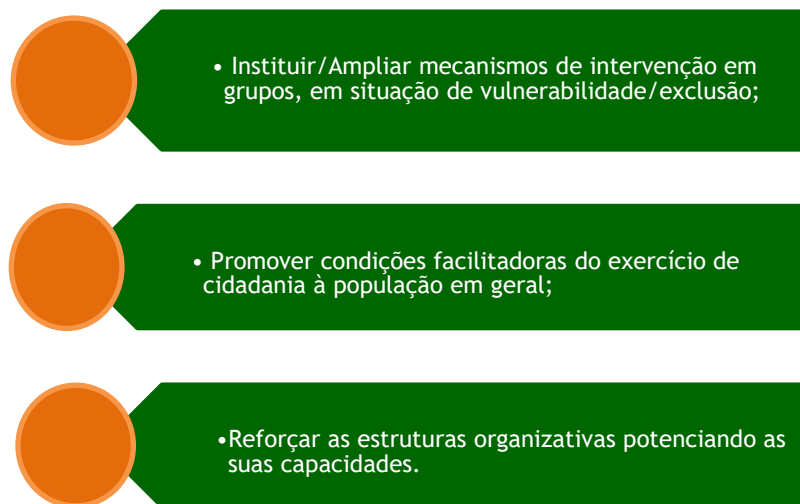


Figura 2 - Eixos estratégicos dos documentos de planeamento.

O PDS elaborado em 2005, para o horizonte temporal 2006/2008, pretendeu dar continuidade ao processo iniciado em 2003 com a implementação do Programa Rede Social no Concelho de Seia (RCM n.º197/97 de 18 de novembro).

Estes documentos de planeamento foram elaborados para os horizontes temporais de 2009-2011, 2012- 2014 e 2015-2017. O documento criado para o ano 2015-2017 foi sujeito a uma revisão.

O presente documento assenta numa medida de política social ativa, fundamental no caminho do desenvolvimento e colaboração de uma consciência coletiva dos problemas sociais do concelho, aglomerando uma variedade de áreas/ temáticas interventivas consideradas prementes pelos diversos atores locais auscultados. Com o intuito de reforçar o cumprimento dos objetivos supracitados a Rede Social deve basear-se pelos seguintes princípios:

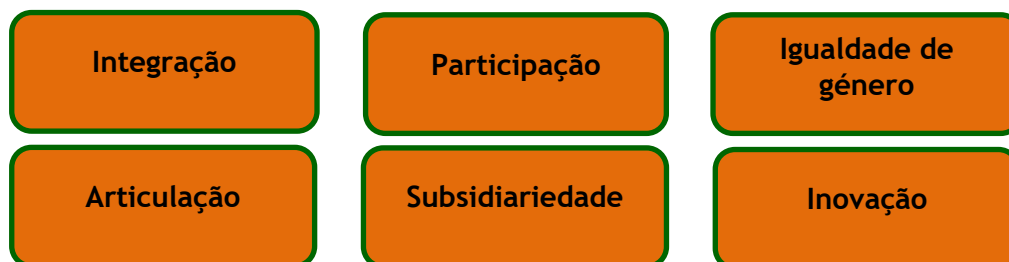


Figura 3 - Princípios norteadores da Rede Social.

Organização

Em termos operacionais e concretos, a Rede Social de Seia materializa-se no Conselho Local de Ação Social de Seia (CLAS), através das adesões livres das entidades locais. Procurando promover uma cultura de participação efetiva, procedeu-se em 2014 à atualização das adesões por parte dos parceiros e, em termos quantitativos, o CLAS de Seia é, atualmente, composto por um conjunto de 45 entidades (Anexo I).

O CLAS de Seia e o Núcleo Executivo foram constituídos no dia 3 de outubro de 2003 e as 6 Comissão Social Inter-Freguesias (CSIF) aprovadas em Reunião de CLAS no ano de 2008, que não foram entretanto operacionalizadas, devido aos condicionalismos da reorganização administrativa territorial, que alterou as configurações das freguesias existentes, agrupando-as em União de Freguesias.

Em 2007, na sequência da publicação da regulamentação da Rede Social - Decreto-Lei 115/2006 de 14 de junho, *“instrumento legislativo que visa permitir uma harmonização nos modelos de funcionamento e processos de planeamento”*, foi aprovado o Regulamento Interno do CLAS de Seia (2007/12/18). Em 2014 procedeu-se a uma nova revisão deste documento, cuja versão foi aprovada em reunião plenária do CLAS realizada em 24 de março. Para uma melhor normalização, conhecimento e generalização de procedimentos, procedeu-se à elaboração e aprovação no mesmo CLAS do Regulamento para Emissão de Pareceres da Rede Social de Seia e do Conselho Local de Ação Social de Seia (Anexo II).

Pareceres

No decorrer do período de vigência do PDS 2006-2008, deu-se provimento a uma das missões de planeamento por parte do CLAS¹, isto é, a emissão de distintos tipos de pareceres, decorrente do plasmado no D.L.115/2006, de 14 de junho, nomeadamente, no artigo 28º, alínea n) que estipula como competências do Núcleo Executivo do CLAS *“emitir pareceres sobre candidaturas a programas nacionais ou comunitários fundamentados no Diagnóstico Social e PDS”*, e alínea o) *“emitir pareceres sobre a criação de serviços e equipamentos sociais, tendo em vista a cobertura equitativa e adequada no concelho, assim como o impacto das respostas em matéria de igualdade de género, designadamente na conciliação da vida familiar e da vida profissional”*, e no D.L. 64/2007, de 14 de março,

¹ Assim, decorreram no CLAS de Seia, várias fases e tipologias de emissão de pareceres tais como: PARES; PROGRIDE II; ESCOLHAS - nova geração; SER Criança; Licenciamento de Equipamentos Sociais; CLDS. Já entre 2009 e 2011, efectuou-se a apreciação e emissão de Pareceres em eixos como PCHI, PRODER continuando até hoje a predominância dos pareceres para Licenciamento de Equipamentos Sociais, apresentadas por instituições locais.

art. 37º (Pareceres Prévios), n.º 1 *“A fim de fomentar uma utilização eficiente dos recursos e equipamentos sociais, as instituições particulares de Solidariedade Social ou equiparadas, devem solicitar, aos serviços competentes da Segurança Social, um parecer prévio da necessidade social do equipamento, juntando para o efeito o parecer do conselho local de ação social, cuja fundamentação deve ser sustentada em instrumentos de Planeamento da Rede de Equipamentos Sociais”*.

Nestes termos e tal como definido no preâmbulo do D.L. 115/2006, de 14 de junho, em regra, os pareceres da Rede Social passaram a ter carácter obrigatório, nomeadamente, para projetos de desenvolvimento social financiados por entidades públicas.

Por outro lado, de acordo com o disposto no artigo 39º, os pareceres do CLAS revestem carácter não vinculativo, uma vez que existem outros instrumentos e instâncias com responsabilidades a nível do planeamento e financiamento supraconcelhio, que contribuem, igualmente, para o processo de decisão.

Estes pareceres têm sido construídos e emitidos segundo os normativos referenciados e instrumentos emitidos pelo Instituto de Segurança Social para o efeito, nomeadamente grelhas para análise dos critérios em avaliação, modelo de requerimento de parecer à Rede Social e modelo de emissão de parecer para Licenciamento de Equipamentos Sociais e para Apoios Indiferenciados (Anexo II).

Diagnóstico Social - Metodologia

O diagnóstico social é um instrumento dinâmico sujeito a atualização periódica, resultante da participação dos diferentes parceiros, que permite o conhecimento e a compreensão da realidade social através da identificação das necessidades, da deteção dos problemas prioritários e respetiva causalidade, bem como dos recursos, potencialidades e constrangimentos locais.

Em síntese, o processo de construção do diagnóstico continuou a privilegiar o recurso a metodologias participativas. Apelou-se à participação de diferentes atores sociais, nomeadamente os diferentes parceiros do CLAS, atores chave privilegiados e constituição de grupos de trabalho multidisciplinares e multi-setoriais, que contribuíram para a elaboração deste documento.

O recurso aos dados estatísticos definitivos decorrentes dos Censos 2011 foi coadjuvado e complementado com a recolha de dados efetuada localmente, junto dos vários serviços, entidades e organismos existentes, concorrendo para a caracterização da realidade concelhia, nos múltiplos aspectos de atualização estatística e análise comparativa de dados. Assim, o envolvimento próximo de diversas participações de vários agentes, traduziram-se em contributos imprescindíveis, quantitativa e qualitativamente considerados.

Desta forma, a estratégia metodológica adotada procurou conjugar o recurso a várias técnicas de recolha de informação, nomeadamente:

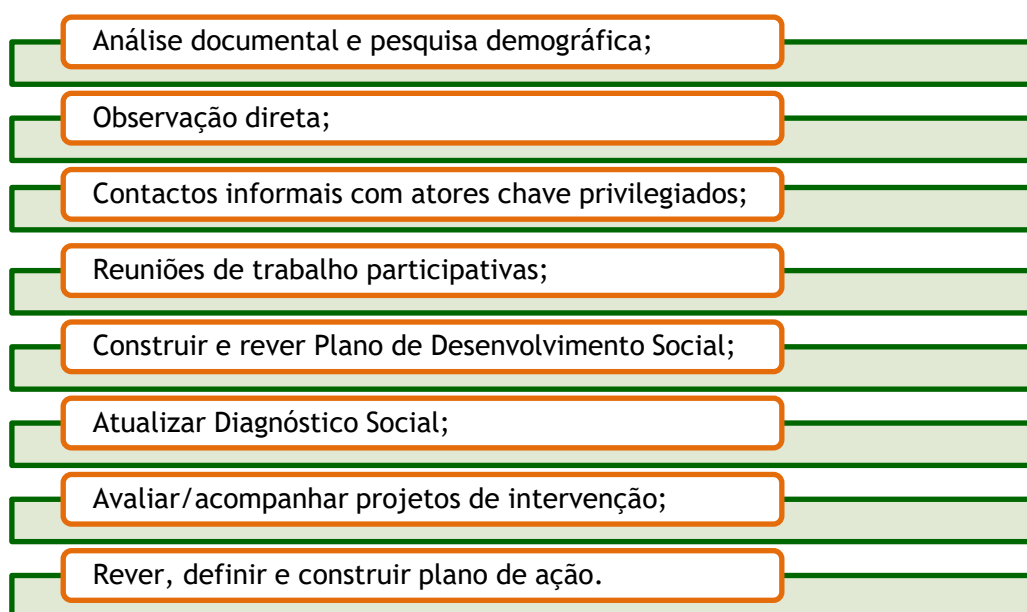
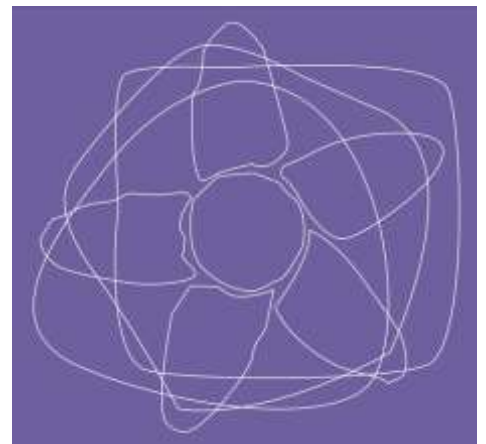


Figura 4 - Estratégia metodológica.

II PARTE - Caracterização do Concelho de Seia



2. História, descrição geográfica, demográfica e socioeconómica

Nota introdutória

O concelho de Seia com 21 freguesias abrange uma área de 435,7Km², registando uma população de 24 702 habitantes (Censos 2011), que representam aproximadamente 10% população e 7% da área territorial da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. O concelho integra-se na vertente ocidental do maciço montanhoso da Serra da Estrela, representando 26% da área do Parque Natural da Serra da Estrela, sendo que o seu limite abrange o ponto mais elevado do Continente Português, a Torre.

Da Torre para Sudoeste, correm por vales glaciares as ribeiras de Alvoco e de Loriga. Na Lagoa Comprida começa o percurso das ribeiras da Fervença e Caniça que se unem para formar o rio Alva. Na direção Oeste, a partir do Cabeço de Santo Estevão, correm as ribeiras que formarão o Rio Seia a que se junta a jusante o Rio Cobral que nasce em São Romão formando extensas várzeas onde se pratica a agricultura e a pastorícia. A Norte uma plataforma aplanada com ribeiras várias que desaguardam no setor médio do Mondego, onde podemos encontrar o olival, a vinha e a floresta de produção.

É um território de montanhas, vales, planaltos e várzeas que no seu conjunto formam paisagens diversas que permitem que no concelho se produzam produtos de excelência como o Queijo Serra da Estrela ou o Vinho do Dão. Um território onde a neve e a altitude permitiram a instalação da única Estância de Esqui do País, onde as montanhas e os rios permitiram que se instalasse um dos pioneiros e mais interessantes sistemas de produção hidroelétrica do país, o Sistema Hidroelétrico da Cascata do Alva.

As condições naturais estiveram na origem do desenvolvimento de atividades agropecuárias e industriais associadas à produção pecuária e gado ovino/caprino, as pastagens, a carne, o leite, seus derivados e a lã. A tradição da lã e dos lanifícios que remonta a tempos ancestrais, teve no século passado uma importância crucial na instalação de grandes unidades industriais, que beneficiaram desta tradição e da existência de recursos hídricos indispensáveis ao processo de fabrico. Atualmente o concelho mantém, além do potencial económico associado à atividade agroindustrial, particularmente na áreas dos lacticínios e importantes unidades empresariais do calçado e do têxtil, desenvolvendo atividades empresariais relevantes no setor dos serviços, em particular no turismo e no serviços de apoios às empresas, bem como na área de prestação de serviços de apoio à população (educação, formação, saúde e apoio social).

Para quem pretende investir em Seia, o concelho dispõe de importantes infraestruturas e equipamentos de apoio ao desenvolvimento de importância regional como seja o CISE (Centro de Interpretação da Serra da Estrela), o Aeródromo da Serra da Estrela, único com as suas características no espaço sub-regional da CIM BSE, áreas de localização empresarial (Abrunheira e Zona Industrial de Seia) e uma rede escolar e de formação profissional, que inclui um Centro de Formação Profissional (IEFP), uma Escola Superior de Turismo e Hotelaria e um Conservatório de Música.

Ao nível da oferta cultural e turística o concelho destaca-se ainda, além do vasto património natural, pela rede museológica diversificada, museu do Pão, do Brinquedo, da Eletricidade, vários pequenos museus etnográficos, e por uma programação de eventos regulares, como sejam o CINEECO, Aldeia Natal da Cabeça, Festa da Castanha, festivais, concertos, exposições e atividades desportivas, de lazer e ao ar livre.

História

Oppidum Sena, antiga cidade de Sena, hoje Seia, foi fundada há 2400 anos pelos Túrdulos. Durante muito tempo foi dominada pelos árabes, sendo definitivamente conquistada por D. Fernando Magno em 1055, que mandou edificar o seu castelo. Em 1132 D. Afonso Henriques fez a doação de Seia ao seu valido João Viegas por reconhecimento dos serviços prestados. Quatro anos depois, o primeiro rei de Portugal atribuiu a Seia o seu primeiro foral, designando-a por *Civitatem Senam* (Cidade de Seia), albergando na altura no seu perímetro meia dúzia de pequenas povoações circunvizinhas.

Data de 1510 a outorga do segundo Foral Novo, por D. Manuel I, sendo já o concelho composto pelos lugares de Passarela, Lages, Folhadosa, Pinhanços, Santa Comba, Sameice e outros pequenos casais. No séc. XIX o concelho viria a conhecer um substancial alargamento com a agregação de importantes localidades tais como Alvôco da Serra, Loriga, Vila Verde, Santa Marinha, Sandomil, São Romão, Valezim, Vide, Vila Cova à Coelheira e Torrocelo. No início do séc. XX o concelho estava então constituído por um novo quadro administrativo com 29 freguesias e cerca de 115 pequenas povoações.

Atualmente e após a reorganização administrativa do território das freguesias (RATF) e a aplicação do regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica, definidos e estatuídos na Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro e na Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, que definiam a reorganização administrativa do território das freguesias através da criação de freguesias por agregação ou por alteração dos limites territoriais de acordo

com os princípios, critérios e parâmetros definidos que aprovou, apresentando o concelho de Seia uma redução do seu número de freguesias.

Geográfica

O município de Seia situa-se na região Centro (Figura 1), ocupa a vertente ocidental da Serra da Estrela e encontra-se inserido na Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (Figura 2), sendo delimitado a Norte pelos Municípios de Nelas e Mangualde (da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões), a Nordeste pelo Município de Gouveia (Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela), a Este pelo Município de Manteigas (Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela), a Sul pelo Município da Covilhã Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, a Sudoeste pelo de Arganil (Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra) e a Oeste pelo Município de Oliveira de Hospital (Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra) ².

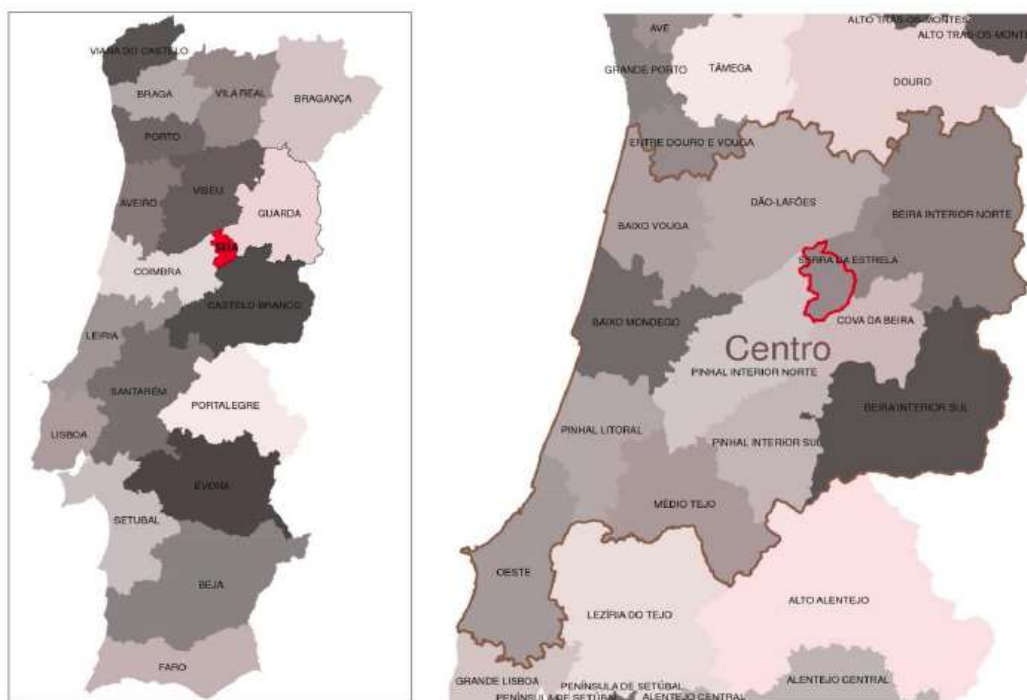


Figura 5 - Enquadramento nacional e regional do concelho de Seia.

Como referido, Seia integra a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela é uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e âmbito territorial de fins múltiplos e visa a realização de interesses comuns aos municípios que a integram, regendo-

² Fonte: Plano Diretor Municipal de Seia – Estudos Setoriais de Caracterização e Diagnóstico

se pela Lei 75/2013 de 12 Setembro que aprovou o Estatuto das Entidades Intermunicipais, pelos seus Estatutos e pelas demais disposições legais aplicáveis.

A Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela corresponde às Unidades Territoriais Estatísticas de Nível III (NUT III) da Serra da Estrela, Beira Interior Norte e Cova da Beira e é composta pelos Municípios de Almeida, de Belmonte, de Celorico da Beira, da Covilhã, de Figueira de Castelo Rodrigo, de Fornos de Algodres, do Fundão, da Guarda, de Gouveia, de Manteigas, da Mêda, de Pinhel, do Sabugal, de Seia e de Trancoso, e adota a designação abreviada de CIM-BSE.

Visão

A CIM-BSE pretende ser um parceiro regional, capaz de implementar práticas de gestão que permitam identificar e satisfazer as necessidades dos municípios associados e desenvolver estratégias que conduzam a uma maior coesão intermunicipal, com resultados na melhoria de qualidade de vida e no desenvolvimento sustentado da região.

Missão

A CIM-BSE tem como missão potenciar, promover o desenvolvimento da região, de otimizar e defender os interesses comuns dos municípios associados e reforçar a identidade conjunta da região, mediante a articulação de interesses e criação de sinergias e estimulando o desenvolvimento integrado e coletivo, valorizando parcerias, criando sinergias e maximizando resultados.

Objetivos estratégicos

- Aumentar a coesão territorial e intermunicipal;
- Promover e dinamizar o desenvolvimento económico e social na região;
- Tornar a organização interna mais eficiente e eficaz;
- Fomentar a participação nas decisões dos municípios associados.

Figura 6 - Visão, missão e objectivos estratégicos da CIM-BSE.



Figura 7 - Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.

Com um território de 435,7Km² o concelho de Seia representa aproximadamente 1,5% da área e 1,1% da população da Região centro.

Tabela 1 - Área, população e densidade territorial.

	Área territorial (Km ²)	%	População (2011)	%	Densidade Populacional (Hab/Km ²)
Região Centro	28.199,4	100,0	2.327.580	100,0	82,54
CIM Beiras e Serra da Estrela	6307	22,4	236.025	10,1	37,4
Concelho de Seia	435,7	1,5	24702	1,1	56,69

Rede de Acessibilidades Regionais e Locais

A inserção de Seia na rede de acessibilidades regionais está na área de influência dos eixos fundamentais IP2/A23, IP5/A25 e IP1/A1, estando os mesmos ligados a Seia por meio de uma rede de estradas que assume um carácter estruturante, designadamente a EN17 (Estrada Desclassificada que se encontra ainda sob a jurisdição da EP - Estradas de Portugal, SA), a EN231 (Estrada Nacional, que já foi parcialmente objeto de desclassificação e que se encontra ainda sob a jurisdição da EP - Estradas de Portugal, SA, nomeadamente no troço entre o Limite de Concelho de Mangualde e o entroncamento da EN17 (a assegurar o corredor do IC37) e no troço que se desenvolve desde o entroncamento com a Circular de Seia (Norte) (próx. km 42,320) até ao entroncamento com a Circular de

Seia (Sul) (próx. Km 46,270)) e ainda a EN230 (Estrada Desclassificada que se encontra ainda sob a jurisdição da EP - Estradas de Portugal, SA).

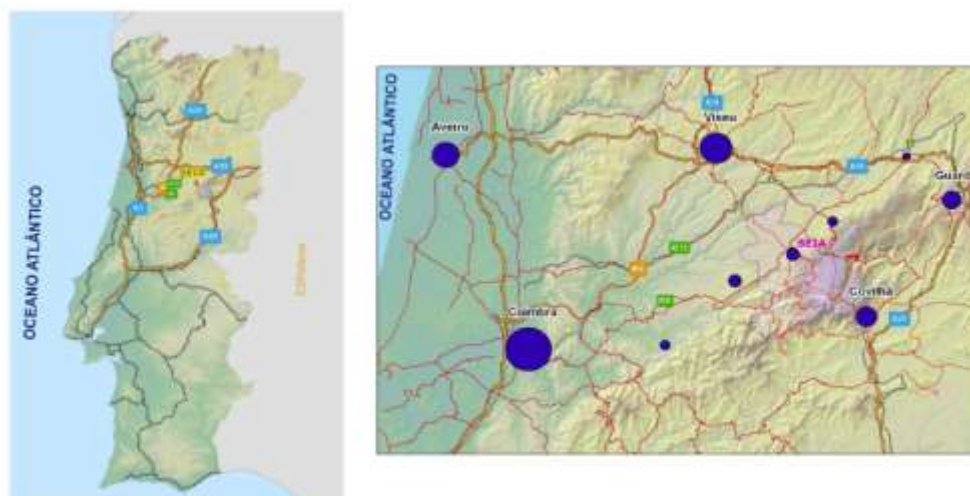


Figura 8 - Rede rodoviária na região Centro. Fonte: PROT-C.

Resultado das ligações deficitárias da rede viária constituída pelas Estradas Nacionais aos eixos fundamentais, Seia, no quadro regional possui níveis de acessibilidade média inferiores à grande maioria dos pólos urbanos da região, conforme se verifica na figura acima, extraída dos estudos do PROT-C.

A rede viária municipal encontra-se intimamente ligada aos condicionalismos físicos do próprio território, bem como da região envolvente. Assim, numa análise atenta à morfologia do município é possível observar uma distribuição bastante heterogénea dos declives, com o predomínio das classes mais elevadas, o que tem vindo a condicionar a implementação das infraestruturas viárias, bem como o seu traçado, afetando deste modo a mobilidade.

Importa referir que o município de Seia não é servido diretamente por nenhuma autoestrada, nem por itinerários principais ou complementares, pelo que é apenas através da EN17 (estrada desclassificada sob a jurisdição da EP - Estradas de Portugal, SA) e da EN231 (estrada nacional já parcialmente desclassificada, mas que se encontra sob a jurisdição da EP- Estradas de Portugal, SA nos dois troços supra referidos), localizadas no setor Norte do município que se efetua a ligação ao IP5/A25, eixo rodoviário estruturante que assegura a principal ligação rodoviária entre o Litoral e o Interior, mais concretamente entre Aveiro e Vilar Formoso.

A antiga EN17 (entretanto desclassificada e sob jurisdição da EP - Estradas de Portugal, SA) inicia o seu traçado na cidade de Coimbra atravessando o município de Seia no sentido Sudoeste/Nordeste em direção ao concelho de Celorico da Beira. Esta via de comunicação assume um papel fundamental no contexto da rede viária do território municipal sobretudo ao nível dos fluxos com os municípios de Oliveira do Hospital e Gouveia, sendo ainda a principal via de acesso às freguesias de Torrocelo, Santiago e Pinhanços.

Por seu turno, o traçado da via que se apresentava anteriormente integralmente classificada como EN231 efetua a ligação ao IP5/A25 (Norte) e ao IP2/A23 (Leste), cujo troço tem início no Município de Viseu terminando no lugar de Pedras Lavradas, no limite entre os concelhos de Seia e Covilhã, sendo o principal acesso às freguesias de Loriga, Valezim, Lapa dos Dinheiros, Alvoco da Serra, Tourais e Paranhos.

A EN339/EN338 que efetua a ligação entre o município de Seia e o município da Covilhã, atravessando a Serra da Estrela é a principal via de acesso à freguesia do Sabugueiro. Finalmente, a EN230 (Estrada desclassificada que se encontra sob a jurisdição da EP - Estradas de Portugal, SA), que faz a ligação à cidade da Covilhã, ladeando a vertente Sul da Serra da Estrela, assumindo-se como principal via de acesso às freguesias de Vide e Teixeira.

Em complemento à rede viária supra referida surgem um conjunto de vias de âmbito municipal, que estabelecem a relação entre a sede de município e os diferentes lugares sede de freguesia, desempenhando um papel importante na mobilidade local. Assim, no sector Ocidental do município, a EM504 faz a ligação às freguesias de Travancinha e Sameice, a EM504-2 efetua a ligação às freguesias de Santa Eulália e Carragozela, e a EM503 que é o acesso para freguesia de Várzea de Meruge. Importa ainda referir a EM516 que faz a ligação à freguesia de Vila Cova à Coelheira, a EM517-2 faz a ligação à freguesia de Folhadosa e a EM515 às freguesias de Sandomil e Sazes da Beira. No sector Nordeste, a EM502-1 faz a ligação à freguesia de Girabolhos, a EM506 faz a ligação à freguesia das Lajes, ao passo que a EM521 efetua a ligação à freguesia de Santa Comba de Seia e a EM522 às freguesias de São Martinho e Santa Marinha. No sector Sul, a EM518 efetua a ligação à freguesia de Cabeça e, por último, a freguesia de São Romão, localizada no sector central do município é servida pela EM512.

Em suma, constata-se que o município de Seia apresenta uma rede viária algo deficitária, sobretudo no que diz respeito às vias de acesso aos grandes eixos viários nacionais -

IP5/A25, IP2/A23, IP3 e IC7. Ao nível inframunicipal verificamos uma menor densidade da rede viária no sector montanhoso, devido aos condicionalismos impostos pelos forte declives, em oposição ao sector mais aplanado, onde a densidade da rede viária é maior, garantindo uma maior mobilidade populacional.

Demográfica

O município de Seia é um dos três municípios da NUT Serra da Estrela que apresenta dinâmicas populacionais que se traduzem num contínuo declínio da população residente.

Possuindo uma superfície de 436 km² e uma população de 24702 habitantes apresenta-se como o município mais populoso da NUT Serra da Estrela, representando 56,5% do total populacional da NUT, valor que deve ser interpretado no quadro do reduzido número de municípios desta Sub-região (três).

No período de 1991/2001, o concelho de Seia apresentava um saldo negativo no crescimento populacional (-7,3%), valor semelhante ao registado nos restantes municípios que integram a Sub-região da Serra da Estrela.

Relativamente ao decénio de 2001/2011, o concelho volta a sofrer um decréscimo populacional significativo rondando os -12,2%, valor semelhante ao observado na Sub-região Serra da Estrela (-12,37%). Com efeito, Gouveia regista uma diminuição de -12,9% e Fornos de Algodres de -11,4%.

O concelho de Seia registava, em 2011 uma densidade moderada (56,7 hab/km²), abaixo dos 100 hab/km², mas revelando uma densidade populacional superior aos municípios vizinhos, designadamente Gouveia, com 46,7 hab/km² e Fornos de Algodres com 38,0 hab/km², e à Serra da Estrela, com 50,4 hab/km².

Tabela 2 - Densidade populacional e variação da população residente nos municípios que integram a Subregião da Serra da Estrela (1991-2011).

Área geográfica	Área (km ²)	População residente			Variação (%)		Densidade populacional (hab/km ²) (2011)
		1991	2001	2011	1991/2001	2001/2011	
Fornos de Algodres	131	6270	5629	4989	-10,2	-11,4	38,0
Gouveia	301	17410	16122	14046	-7,4	-12,9	46,7
Seia	436	30362	28144	24702	-7,3	-12,2	56,7
Serra da Estrela	868	54042	49895	43737	-7,7	-12,3	50,4
Região Centro	28199	2258795	2348397	2339561	4,0	-0,4	83,0

Fonte: INE, Censos de 1991, 2001 e 2011.

Evolução demográfica por localidades

A análise da distribuição dos valores de população residente nas vinte e uma freguesias que integram o município de Seia permite distinguir grupos de localidades que apresentam comportamentos demográficos no período intercensitário mais recente. A localidade de Seia é a mais populosa, distinguindo-se claramente das restantes, apresentando a densidade populacional mais elevada, designadamente 362 hab/km². Para além de Seia, também as localidades de São Romão, Paranhos e Tourais podem ser englobadas no grupo das freguesias mais populosas. Estas representam, em 2011, cerca de 23% dos residentes, num total de 5686 habitantes (2743, 1503 e 1440 residentes, respetivamente).

Um segundo grupo é formado pelas localidades de Loriga, Sandomil, Santa Comba, Santa Marinha e Santiago. Estas freguesias representam, em 2011, cerca de 20,2% dos residentes (1053, 917, 834, 991 e 1025 residentes, respetivamente). Vide, São Martinho e Pinhanços constituem um terceiro grupo com pesos populacionais de 2,4%, 2,6% e 2,9% representando, em 2011, cerca de 7,8% dos residentes (583, 638 e 716 residentes, respetivamente). Alvoco da Serra, Sabugueiro, e Torroselo constituem um último grupo com pesos populacionais mais reduzidos. Com efeito, representam 5,8% dos residentes, designadamente 1,90%, 1,94%, e 1,95%, a que correspondem respetivamente 466, 478 e 481 indivíduos.

Tabela 3 - Densidade populacional e variação da população por localidade.

Localidades	Área (km ²)	População residente				Variação (%)		Densidade populacional (hab/km ²)(2011)
		1981	1991	2001	2011	1981/1991	2001/2011	
Alvoco da Serra	37,6	1007	801	646	466	-20,5	-27,9	12,4
Cabeça	8,5	401	334	229	178	-16,7	-22,3	21,0
Carragozela	3,9	428	429	403	380	0,2	-5,7	96,3
Folhadosa	3,7	560	474	429	327	-15,4	-23,8	89,2
Girabolhos	17,7	667	637	482	317	-4,5	-34,2	17,9
Lages	4,7	331	294	309	273	-11,2	-11,7	57,6
Lapa dos Dinheiros	7,6	-	511	416	294	-	-29,3	38,9
Loriga	36,3	1825	1631	1270	1053	-10,6	-17,1	29,0
Paranhos	21,2	2026	1874	1714	1503	-7,5	-12,3	70,8
Pinhanços	8,3	814	822	703	716	1,0	1,8	86,0
Sabugueiro	40,1	713	677	570	478	-5,0	-16,1	11,9
Sameice	10,2	539	510	397	367	-5,4	-7,6	36,0
Sandomil	13,2	1371	1269	1108	917	-7,4	-17,2	69,3
Santa Comba	11,8	873	758	741	834	-13,2	12,6	70,5
Santa Eulália	4,1	391	346	322	271	-11,5	-15,8	66,5
Santa Marinha	8,4	1045	1193	1175	991	14,2	-15,7	117,7
Santiago	7,4	1102	1142	1120	1205	3,6	7,6	162,1
São Martinho	6,7	966	915	816	638	-5,3	-21,8	95,8
São Romão	22,5	3589	3101	3078	2743	-10,9	-10,9	121,7
Sazes da Beira	7,8	460	392	341	283	-17,0	-17,0	36,3
Seia	23,7	5675	6465	6928	6342	13,9	-8,5	267,6
Teixeira	15,9	242	280	232	187	15,7	-19,4	11,7
Torrozelo	6,5	625	618	528	481	-1,1	-8,9	73,5
Tourais	21,4	2045	1800	1561	1440	-12,0	-7,8	67,2
Travancinha	12,5	670	630	546	472	-6,0	-13,6	37,8
Valezim	12,1	595	472	382	310	-20,7	-18,8	25,7
Várzea de Meruge	6,1	341	299	281	249	-12,3	-11,4	40,6
Vide	48,0	1525	1116	843	583	-26,8	-30,8	12,2
Vila Cova à Coelheira	7,7	526	572	574	404	8,7	-29,6	52,6
Total	4357	31352	30362	28144	24702	-3,2	-12,2	56,7

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 1981, Censos de 1991 e 2001 e Censos Provisórios de 2011.

Regista-se um padrão territorial polarizado sobretudo pelas localidades urbanas de Seia e São Romão e pelas localidades de Paranhos e Tourais, localizadas na metade noroeste do

município. Atendendo à dinâmica demográfica para a década mais recente verifica-se que todas as localidades, à exceção de Santa Comba, Santiago e Pinhanços, registam evoluções negativas. Deste modo, Santa Comba, Santiago e Pinhanços registam acréscimos de 12,6%, 7,6% e 1,8% (correspondendo a 93, 85 e 13 indivíduos, respetivamente). Numa referência às localidades com maiores quantitativos populacionais, Seia, São Romão, Paranhos e Tourais registam perdas populacionais de -8,5%, -10,9%, -12,3% e -7,8%, respetivamente. As localidades que apresentam declínios mais expressivos são Girabolhos e Vide, -34,2% e -30,8%, respetivamente, e as que registam declínios menos expressivos são Carragozela e Sameice, -5,7% e -7,6%, respetivamente.

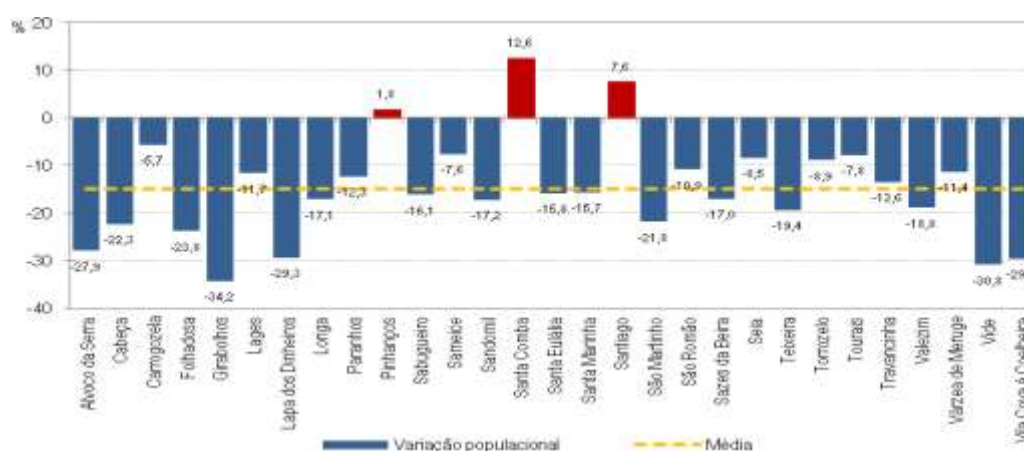


Figura 9 - Variação da população residente por localidade no município de Seia (2001-2011). Fonte: INE, Censos de 2001 e Censos Provisórios de 2011.

Evolução Demográfica por lugares

A consideração dos valores da população por lugar complementa a análise da evolução e distribuição realizada. Os dados relativos a 2011 revelam a existência para o Município de Seia de 83 lugares num total de 24702 habitantes³. Destes lugares apenas dois apresentam mais de 2000 mil habitantes, designadamente Seia e São Romão. Loriga, Paranhos, Pinhanços, Sandomil e Santa Marinha apresentam uma dimensão entre 500 a 2000 habitantes. Os restantes 76 lugares têm dimensões inferiores a 500 habitantes.

Os aglomerados de maiores dimensões correspondem à sede de Município e ao lugar sede de segunda freguesia em número de habitantes, representando 1/3 dos residentes (32,5% da população total correspondentes a 7838 indivíduos. Os lugares com dimensões entre os

³ Na análise da população residente por lugar nas diferentes freguesias do Município, o somatório dos lugares não corresponde ao total da freguesia, isto porque não é considerado o número de residentes no "território residual".

500 e os 2000 habitantes (cinco lugares) representam apenas 16,7% dos residentes do Município. Os restantes lugares (76) que apresentam dimensões inferiores a 500 habitantes comportam 50,8% dos residentes (12254) do Município.

Tabela 4 - População residente em cada localidade do Concelho de Seia (2011).

Localidades	Alvoco da serra					Cabeça	Carragozela	Folhadosa	Girabolhos	Lages	Lapa dos Dinheiros	Loriga	Paranhos da Beira					
Lugares	Aguincho	Alvoco da Serra	Outeiro da Vinha	Vasco Esteves de Baixo	Vasco Esteves de Cima	Cabeça	Carragozela	Folhadosa	Girabolhos	Ortigueira	Lages	Lapa dos Dinheiros	Fontão	Loriga	Carvalhal da Louça	Chaveiral	Paranhos da Beira	Vale da Igreja
População residente	37	166	58	148	54	176	385	344	246	62	267	294	2	1047	239	122	1002	116
Subtotal	463					176	385	344	308		267	294	1049		1479			

Localidades	Pinhanços	Sabugueiro	Sameice	Sandomil				Santa Comba			Santa Eulália		Santa Marinha		Santiago			
Lugares	Pinhanços	Sabugueiro	Sameice	Cabeça de Eiras	Corgas	Furtado	Sandomil	Aldeia de São Miguel	Santa Comba	Vila Chã	Maceirinha	Santa Eulália	Eirô	Santa Marinha	Folgosa da Madalena	Folgosa do Salvador	Maceira	Santiago
População residente	704	478	338	107	186	12	575	123	416	215	56	215	274	691	254	290	55	471
Subtotal	704	478	338	880				754			271		965		1070			

Localidades	São Martinho		São Romão			Sazes da Beira		Seia						Teixeira		Torrozelo	Tourais					
Lugares	Póvoa Nova	São Martinho	Catraia de São Romão	São Romão	Senhora do Desterro	Sazes da Beira	Sazes Velho	Aldeia da Serra	Arrifana	Póvoa Velha	Seia	Vales	Vodra	Teixeira de Baixo	Teixeira de Cima	Torrozelo	Figueiredo	Lapa de Tourais	Pereiro	Pradinho	Tourais	Vila Verde
População residente	141	476	175	2455	95	274	5	143	249	25	5383	109	396	97	90	474	192	148	157	21	482	374
Subtotal	617		2725			279		6350						187		474	1374					

Localidades	Vide																	Vila Cova à Coelheira	
Lugares	Abitoreira	Baiol	Balocas	Baloquinhas	Barriosa	Carvalhinho	Casal do Rei	Casas Figueiras	Cide	Coucedeira	Frágigas	Gondufo	Malhada de Cilhas	Muro	Ribeira	Rodeado	Silvadal	Vide	Vila Cova à Coelheira
População residente	2	24	40	19	62	0	34	7	59	16	22	8	19	29	22	1	35	146	369
Subtotal	545																	369	
Total	24111																		

Fonte: INE, Censos 2011.

Esta repartição da população por lugares e escalões dimensionais traduz um padrão de povoamento dominado por aglomerados de pequena dimensão. No período em análise, verifica-se que a percentagem de população a viver em lugares com menos de 500 habitantes, ascendia a cerca de 50%. Estes valores traduzem também a existência de um povoamento disperso, sendo o número de lugares por localidade bastante significativo. Por outro lado, as localidades que apresentam os maiores quantitativos populacionais apresentam um povoamento dominado também por lugares de maior dimensão.

Fatores de Dinâmica Demográfica: Crescimento Natural e Saldo Migratório

Após análise dos dados, julgamos que as variações observadas na população do concelho de Seia, possam estar, eventualmente, relacionados com o crescimento natural e com o saldo migratório.

A consideração do número de nados-vivos mostra uma tendência geral que se expressa numa média de cerca de 209 nascimentos para o período entre 1991 e 2011. Os anos iniciais do período em análise (1991, 1992, 1993 e 1994) registaram os valores mais elevados (287, 253, 264 e 275 respetivamente). O menor número de nados-vivos ocorreu no ano de 2011 (menor valor da série com 147 nados-vivos) e, ainda 2009, 2007, 2006 e 2008 (159, 162, 170 e 170, respetivamente). A tendência observada para os anos mais recentes parece querer evidenciar um movimento no sentido da diminuição do número de nados-vivos, já que a partir de 2003 se registam valores sempre inferiores e 200.

Uma análise mais detalhada da evolução ocorrida desde a década de noventa indica uma tendência de diminuição da taxa de natalidade desde 1991. Efetivamente, neste ano a taxa de natalidade registou o maior valor no período em análise (9,45%), sendo que até 1993 registou uma diminuição para 8,87%, seguida de uma recuperação para 9,31%, em 2004. A partir deste ano assiste-se a um período de acréscimos e decréscimos, traduzindo-se em 2011 numa taxa de natalidade de apenas 5,95‰ (menor valor da taxa de natalidade do período considerado).

De uma forma global, destaca-se o facto de os valores da taxa de natalidade apresentarem na maioria dos anos valores inferiores a 7%, e, concomitantemente, sempre inferiores aos valores da taxa de mortalidade (que apresenta resultados superiores entre 9% e 15%).

A análise da evolução do número de óbitos para o mesmo período de 1991 a 2011 parece revelar um comportamento irregular. O menor valor do período analisado (279 óbitos) é registado no ano de 2000 e o valor mais expressivo (411) em 1998.

A taxa de mortalidade apresenta, assim, entre 1991 e 2011 uma evolução que mesmo com oscilações, evidencia um aumento de 13,50‰ para 13,80‰, sendo que nos anos de 2003 e 2008 se verificaram as maiores taxas de mortalidade (15,63‰ e 15,24‰, respetivamente). A menor taxa de mortalidade foi registada em 1994 (9,44‰).

O facto de a natalidade apresentar continuamente valores inferiores aos registados pela mortalidade traduz-se num crescimento natural negativo.

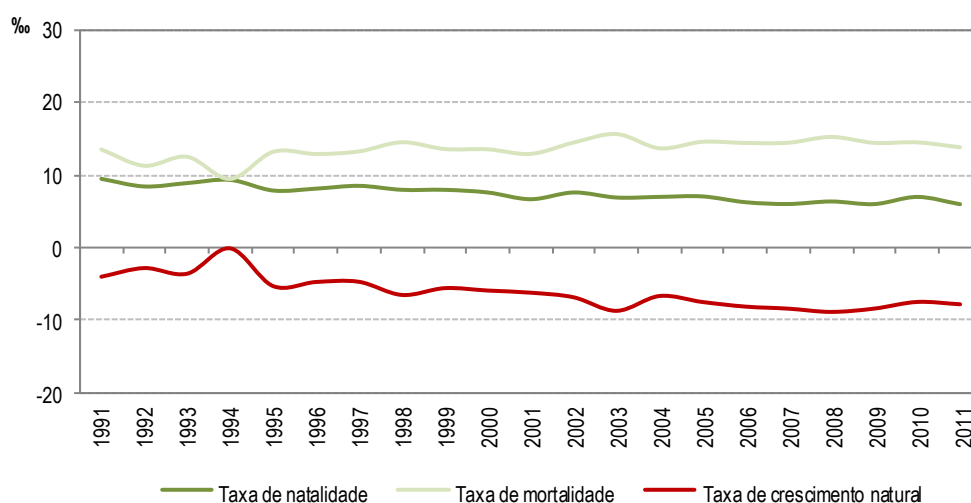


Figura 10 - Evolução da taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural no concelho de Seia (1991-2011).

Tabela 5: Nados-vivos por localidade no concelho de Seia (1991-2011)

Localidades	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Alvoco da Serra	10	9	7	7	4	2	2	1	6	1	1	3	2	0	3	1	1	1	0	0	0	61
Cabeça	1	0	2	0	0	1	2	2	0	1	0	0	3	0	1	0	2	0	1	0	0	16
Carragozela	2	1	2	7	0	1	3	3	4	5	3	4	2	4	5	3	3	5	0	5	2	64
Folhadosa	3	6	1	2	4	4	6	1	3	1	2	1	3	1	4	3	3	1	0	2	3	54
Girabolhos	7	1	5	3	1	3	4	4	3	4	5	0	5	2	3	2	1	1	2	0	0	56
Lages	5	5	3	1	1	3	2	1	2	3	1	0	2	2	2	3	1	2	3	2	2	46
Lapa dos Dinheiros	3	5	5	3	1	3	1	0	1	2	0	4	0	1	0	1	1	1	0	0	2	34
Loriga	17	7	14	15	9	8	5	11	1	6	6	11	13	13	0	4	2	2	0	8	1	153
Paranhos da Beira	17	23	16	17	12	12	18	16	16	12	10	14	8	21	10	8	8	11	7	8	12	276
Pinhanços	7	8	5	9	6	8	6	6	4	4	5	12	3	3	3	7	4	8	2	4	4	118
Sabugueiro	10	3	5	5	4	2	8	4	5	3	6	5	6	2	2	1	2	4	6	2	5	90
Sameice	7	5	2	3	5	4	3	3	3	6	0	0	4	3	3	1	1	0	1	2	2	58
Sandomil	11	9	11	13	10	4	8	5	7	8	10	7	6	11	7	4	3	3	4	8	2	151
Santa Comba	8	3	5	10	6	13	6	5	6	3	7	4	5	9	12	3	9	6	6	4	2	132
Santa Eulália	0	1	1	3	1	1	2	2	4	3	4	3	2	0	4	0	1	1	3	3	4	43
Santa* Marinha	13	10	11	9	13	8	7	11	10	7	10	7	9	5	1	6	7	4	4	2	2	156
Santiago	4	4	8	6	4	8	6	3	9	6	9	9	5	3	9	7	4	9	3	13	8	137
São Martinho	7	9	6	7	6	9	7	11	5	2	2	0	3	4	7	3	7	4	6	2	3	110

São Romão	33	30	31	29	29	28	26	20	30	21	29	33	25	22	24	29	19	19	21	28	18	544
Sazes da Beira	5	2	3	1	2	2	2	2	1	3	2	1	1	2	1	0	1	1	0	1	0	33
Seia	70	73	86	90	70	86	86	75	74	81	56	60	60	58	70	66	59	57	70	49	56	1452
Teixeira	2	4	1	0	3	3	1	0	1	0	2	2	1	0	0	0	2	1	0	0	0	23
Torrozelo	5	6	6	3	5	3	1	3	0	5	5	4	4	1	1	3	1	3	3	2	2	66
Tourais	11	12	10	18	13	8	11	16	9	10	5	17	10	9	11	9	5	14	6	13	11	228
Travancinha	7	5	8	3	4	2	4	6	7	4	1	1	2	5	4	1	5	4	4	4	1	82
Valezim	4	4	2	1	7	2	7	1	2	4	1	2	1	1	1	1	2	2	0	2	1	48
Várzea de Meruge	1	0	1	1	1	2	2	3	1	0	1	1	1	5	0	1	1	1	5	3	2	33
Vide	10	3	5	5	7	2	4	6	4	5	2	3	2	2	2	2	3	1	0	1	0	69
Vila Cova à Coelheira	7	5	2	4	1	2	3	4	5	1	2	2	2	3	3	1	4	4	2	2	2	61
Total	287	253	264	275	229	234	243	225	223	211	187	210	190	192	193	170	162	170	159	170	147	4394

Fonte: INE, 2011.

Tabela 6 - Movimentos da população do concelho de Seia (1991-2011).

Anos	Natalidade (N)	Taxa de Natalidade (TN)	Mortalidade (M)	Taxa de Mortalidade (TM)	Crescimento Natural (CN)	Taxa Crescimento Natural (TCN)
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1991	287	9.45	410	13.50	-123	-4.05
1992	253	8.40	339	11.26	-86	-2.86
1993	264	8.87	372	12.50	-108	-3.63
1994	275	9.31	279	9.44	-4	-0.14
1995	229	7.84	385	13.18	-156	-5.34
1996	234	8.10	372	12.88	-138	-4.78
1997	234	8.49	379	13.24	-136	-4.75
1998	225	7.94	411	14.50	-186	-6.56
1999	223	7.94	381	13.56	-158	-5.63
2000	211	7.57	377	13.53	-166	-5.96
2001	187	6.64	363	12.90	-176	-6.25
2002	210	7.58	401	14.47	-191	-6.89
2003	190	6.87	432	15.63	-242	-8.76
2004	192	6.96	377	13.67	-185	-6.71
2005	193	7.03	400	14.57	-207	-7.54
2006	170	6.23	393	14.40	-223	-8.17
2007	162	5.98	391	14.44	-229	-8.46
2008	170	6.33	409	15.24	-239	-8.90
2009	159	5.97	384	14.42	-225	-8.45
2010	170	6.69	354	14.49	-184	-7.53
2011	147	5.95	341	13.80	-194	-7.85

Fonte: INE, 2011.

Verifica-se que para o ano de 2001 ocorreu um crescimento natural ligeiramente positivo nas localidades de Santa Eulália, Santiago, Vila Cova à Coelheira, São Romão e Seia (um indivíduo no caso das três primeiras localidades e três e seis indivíduos, respetivamente). Excetuando a localidade da Teixeira, que apresentou um crescimento nulo, todas as outras apresentam valores negativos. No que concerne ao ano de 2011, constata-se que apenas a localidade de Santa Eulália manteve um crescimento natural positivo, sendo que as restantes apresentam valores negativos, à exceção de Sameice com valores nulos.

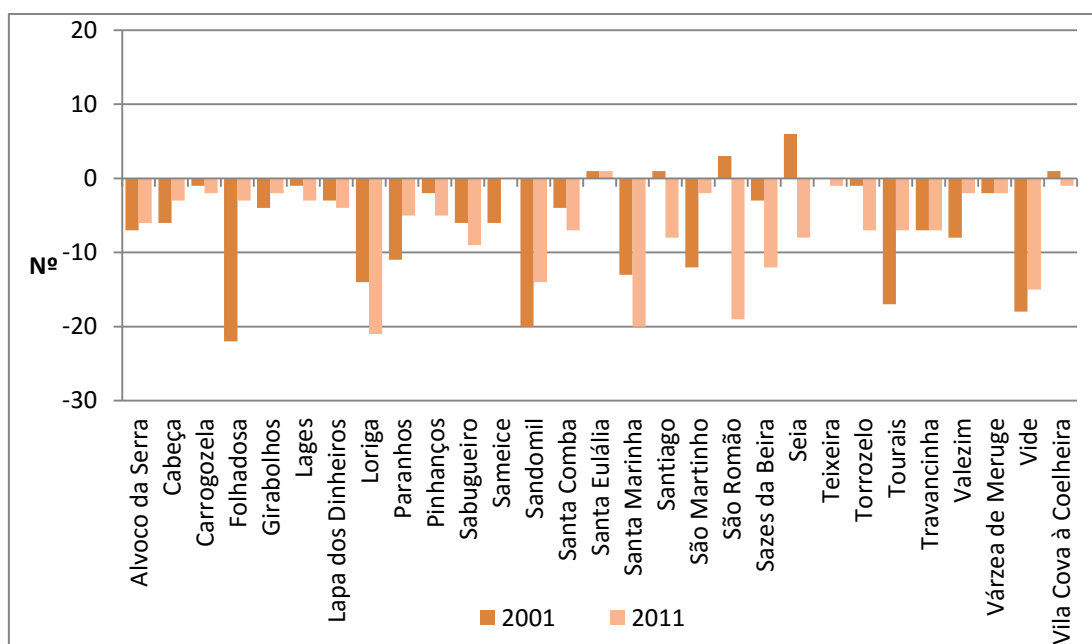


Figura 11 - Crescimento natural por localidade no concelho de Seia (2001-2011).

A consideração da dinâmica das migrações totais para a população do concelho de Seia no período de 2001 a 2011, vem reforçar o cenário de evolução natural negativa do município. Efetivamente, se o crescimento natural é negativo na década em análise (-2295), o saldo migratório total apresenta um valor negativo (-1147 pessoas), o que em termos globais se traduz numa perda de -3442 indivíduos.

A análise do crescimento populacional destaca a evolução positiva das localidades de Pinhanços, Santa Comba e Santiago traduzindo um crescimento efetivo de 13, 93 e 85 indivíduos respetivamente, revelando uma certa capacidade de atracção destas localidades.

Tabela 7 - Dinâmica da população por localidade no concelho de Seia (2001-2011).

Localidades	Nados-vivos	Óbitos	Crescimento Natural	Saldo Migratório	Crescimento Efetivo
Alvoco da Serra	12	113	-101	-79	-180
Cabeça	7	49	-42	-9	-51
Carragozela	36	58	-22	-1	-23
Folhadosa	23	154	-131	29	-102
Girabolhos	21	66	-45	-120	-165
Lages	20	45	-25	-11	-36
Lapa dos Dinheiros	10	52	-42	-80	-122
Loriga	60	202	-142	-75	-217
Paranhos da Beira	117	268	-151	-60	-211
Pinhanços	55	75	-20	33	13
Sabugueiro	41	110	-69	-23	-92
Sameice	17	61	-44	14	-30
Sandomil	65	262	-197	6	-191
Santa Comba	67	86	-19	112	93
Santa Eulália	25	51	-26	-25	-51
Santa Marinha	57	287	-230	46	-184
Santiago	79	198	-119	204	85
São Martinho	41	79	-38	-140	-178
São Romão	267	352	-85	-250	-335
Sazes da Beira	10	126	-116	58	-58
Seia	661	762	-101	-485	-586
Teixeira	8	28	-20	-25	-45
Torrozelo	29	68	-39	-8	-47
Tourais	110	247	-137	16	-121
Travancinha	32	87	-55	-19	-74
Valezim	14	56	-42	-30	-72
Várzea de Meruge	21	43	-22	-10	-32
Vide	18	192	-174	-86	-260
Vila Cova à Coelheira	27	68	-41	-129	-170
Total	1950	4245	-2295	-1147	-3442

Fonte: INE, 2011.

Estrutura da População

Escalão Etário e Sexo

A análise da evolução da população deve contemplar também uma pequena síntese sobre o comportamento da estrutura da população, que conjuntamente com os dados avançados pela dinâmica natural da população permitem contextualizar e refletir sobre as principais características da população.

Ao analisarmos a população segundo o sexo, para o ano de 2011 verifica-se uma predominância do sexo feminino (52%) ao passo que 48% dos residentes eram do sexo masculino.

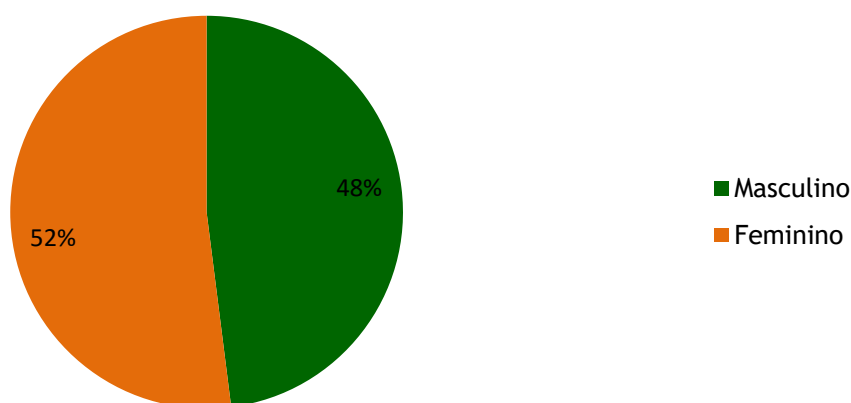


Figura 12 - População residente segundo o sexo (2011). Fonte: INE, 2011.

No que diz respeito à distribuição por escalões etários observa-se a diminuição das classes mais jovens e o subsequente aumento das classes mais idosas, o que contribui para a crescente tendência de envelhecimento da população.

Procedendo-se a uma análise mais pormenorizada dos grupos etários, constata-se que no município a população adulta (25 e 64 anos) sofreu um aumento desde 1981 (de 44,2% para 52,5%) e a população idosa (65 anos ou mais) apresentou um aumento significativo (de 14,2% para 26,3%). Por outro lado, a população jovem/adulta (15 - 24 anos) e a jovem (0 - 14 anos) decresceram no mesmo período de 16,6% para 10,0% e de 24,9% para 11,2 %, respetivamente.

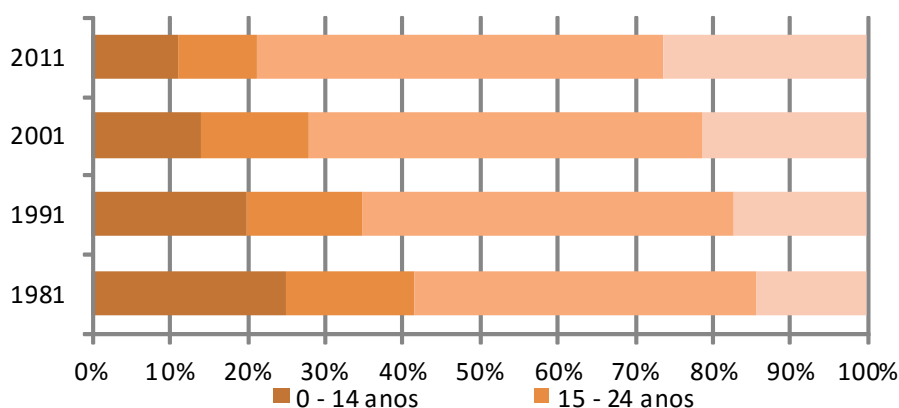


Figura 13 - População residente no concelho de Seia segundo os grandes grupos etários (1981-2011).

Este facto traduz-se num duplo envelhecimento que caracteriza a generalidade das sociedades dos países desenvolvidos, e deve merecer uma reflexão dada a rapidez em que se passou de uma sociedade jovem para outra envelhecida.

Os valores do índice de envelhecimento refletem esta evolução, uma vez que para o total da população passou de 151,0% em 2001 para 235,6% em 2011. Isto significa que para cada 100 jovens existiam 151 idosos em 2001 e 235 idosos em 2011, respetivamente.

A população mais envelhecida apresenta baixos rendimentos auferidos pelas pensões de reforma (maioritariamente do regime rural e dos lanifícios) e vive, na sua maioria, só e sem suporte familiar, acrescidas de grau de dependência elevado e de doenças degenerativas, nomeadamente do foro da saúde mental (e.g. demências), para o qual contribuem as situações decorrentes da solidão e isolamento.

Considerando os valores por sexo, destacam-se claramente o género feminino com índices de envelhecimento mais expressivos (279,6% contra 184,7%, sendo que em 2001 eram 193,8% e 120,2%, respetivamente).

A dinâmica populacional do concelho é claramente regressivo, resultante do registo sucessivo de crescimento negativo nos saldos natural e migratório.

Deste ponto de vista os valores populacionais registados em 2011 vêm, infelizmente, confirmar uma tendência de perda populacional que se regista desde a década de 80 (séc. XX) e que se têm vindo a agudizar já neste século.

Mantendo-se as tendências regressivas, aliás expetáveis, pela expressão evolutivas das pirâmides etárias o próximo registo censitário de 2021 poderá fazer descer a população concelhia às duas dezenas de milhares de habitantes.

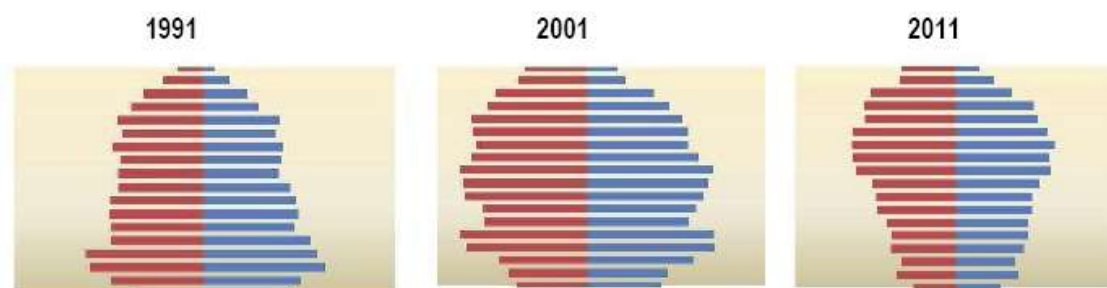


Figura 14 - Comparação das pirâmides etárias de Seia (1991-2011). Fonte: INE, 2011.

Admitindo três cenários possíveis de evolução populacional no próximo registo censitário em 2021 o concelho de Seia poderá apresentar valores populacionais que andarão entre os 22726 (cenário otimista) e os 19762 (cenário pessimista).

Tabela 8 - Comparação das estimativas populacionais e cenário para 2021.

	1981	1991	2001	2011	Cenários 2021 - Taxas de variação		
População	31352	30362	28144	24720	Otimista	Taxa: -8%	22726
Taxa de variação de população					-	Taxa: -12%	21738
					Pessimista	Taxa: -20%	19762

Fonte: INE, 2011.

Tabela 9 - Índice de envelhecimento e índices de dependência no Concelho de Seia (2001-2011).

Localidades	Índice de envelhecimento (%)						Índice de dependência total (%)						Índice de dependência jovens (%)						Índice de dependência idosos (%)					
	Homens		Mulheres		Total		Homens		Mulheres		Total		Homens		Mulheres		Total		Homens		Mulheres		Total	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Alvoco da Serra	227.8	550.0	332.4	940.0	278.6	727.3	62.8	57.8	76.2	69.8	69.6	64.1	19.1	8.9	17.6	6.7	18.4	7.7	43.6	48.9	58.5	63.1	51.2	56.3
Cabeça	360.0	433.3	420.0	650.0	390.0	541.7	76.7	66.7	73.2	84.9	74.8	76.2	16.7	12.5	14.1	11.3	15.3	11.9	60.0	54.2	59.2	73.6	59.5	64.4
Carragozela	145.0	211.8	115.4	115.8	125.4	145.5	35.8	44.5	63.2	65.1	49.3	55.1	14.6	14.3	29.3	30.2	21.9	22.4	21.2	30.3	33.8	34.9	27.4	32.7
Folhadosa	226.1	525.0	375.0	593.8	302.1	570.8	63.0	56.2	94.2	144.2	78.8	97.0	19.3	9.0	19.8	20.8	19.6	14.5	43.7	47.2	74.4	123.4	59.2	82.5
Girabolhos	144.7	722.2	221.2	736.4	180.3	730.0	67.4	96.1	73.1	124.3	70.3	109.9	27.5	11.7	22.8	14.9	25.1	13.2	39.9	84.4	50.3	109.5	45.2	96.7
Lages	205.6	158.3	289.5	400.0	248.6	243.2	66.3	100.0	76.3	77.4	71.7	87.0	21.7	38.7	19.6	15.5	20.6	25.3	44.6	31.3	56.7	61.9	51.1	61.6
Lapa dos Dinheiros	233.3	700.0	326.7	1450.0	275.8	1000.0	39.2	55.2	46.0	63.9	42.5	59.8	11.8	6.9	10.8	4.1	11.3	5.4	27.5	48.3	35.3	59.8	31.2	54.3
Loriga	154.5	433.3	209.9	550.0	181.1	490.8	46.1	51.0	51.3	64.2	48.7	57.4	18.1	9.6	16.6	9.9	17.3	9.7	28.0	41.4	34.7	54.3	31.4	47.7
Paranhos da Beira	125.2	234.4	229.5	289.2	174.1	262.3	54.5	74.3	69.1	83.2	61.9	78.9	24.2	22.2	21.0	21.4	22.6	21.8	30.3	52.1	48.1	61.8	39.3	57.1
Pinhanços	133.3	187.5	190.0	195.8	157.4	192.0	57.0	48.5	48.3	64.0	52.5	56.0	24.4	16.9	16.7	21.6	20.4	19.2	32.6	31.6	31.7	42.3	32.1	36.8
Sabugueiro	97.7	167.9	157.6	276.2	123.4	214.3	43.5	43.4	42.8	52.3	43.2	47.5	22.0	16.2	16.7	13.9	19.3	15.1	21.5	27.2	26.3	38.4	23.9	32.4
Sameice	132.1	185.7	328.6	516.7	216.3	306.1	57.5	51.7	69.8	63.2	64.0	57.5	24.8	18.1	16.3	10.3	20.2	14.2	32.7	33.6	53.5	53.0	43.8	43.3
Sandomil	157.8	310.3	273.0	382.2	207.5	348.8	65.8	58.6	70.4	81.3	68.1	69.8	25.5	14.3	18.9	16.9	22.2	15.6	40.3	44.3	51.5	64.4	46.0	54.3
Santa Comba	88.1	161.2	148.0	243.6	115.6	204.8	45.5	48.3	47.3	75.0	46.4	31.3	24.2	18.5	19.1	21.8	21.5	20.1	21.3	29.8	28.2	53.2	24.9	41.2
Santa Eulália	159.1	140.0	214.3	165.2	186.0	155.3	56.4	40.4	67.4	71.8	61.8	55.7	21.8	16.9	21.4	27.1	21.6	21.8	34.7	23.6	45.9	44.7	40.2	33.9
Santa Marinha	131.3	225.0	270.8	534.4	193.8	337.5	51.0	59.3	62.4	67.9	56.9	63.5	22.0	18.2	16.8	10.7	19.4	14.5	28.9	41.0	45.6	57.2	37.5	49.0
Santiago	114.1	139.0	192.1	237.3	150.9	184.7	52.3	47.3	60.3	55.7	56.4	51.6	24.4	19.8	20.7	16.5	22.5	18.1	27.9	27.5	39.7	39.2	33.9	33.5
São Martinho	83.8	200.0	164.7	500.0	118.5	317.6	46.3	42.7	47.2	58.0	46.8	50.1	25.2	14.2	17.8	9.7	21.4	12.0	21.1	28.4	29.4	48.3	25.4	38.1
São Romão	86.5	137.8	123.7	218.3	104.8	176.2	43.4	47.8	50.5	58.2	46.9	53.0	23.3	20.1	22.6	18.3	22.9	19.2	20.1	27.7	27.9	39.9	24.0	33.8
Sazes da Beira	176.2	588.9	607.7	975.0	341.2	770.6	56.9	89.9	103.4	130.3	78.5	109.6	20.6	13.0	14.6	12.1	17.8	12.6	36.3	76.8	88.8	118.2	60.7	97.0
Seia	74.3	124.6	99.1	152.4	86.6	138.6	43.4	47.7	45.8	49.5	44.7	48.7	24.9	21.3	23.0	19.6	23.9	20.4	18.5	26.5	22.8	29.9	20.7	28.3
Teixeira	168.8	780.0	293.8	1000.0	231.3	890.0	63.2	95.7	108.6	131.6	84.1	112.5	23.5	10.9	27.6	11.9	25.4	11.4	39.7	84.8	81.0	119.0	58.7	101.1
Torrozelo	125.8	203.7	226.7	523.5	175.4	327.3	39.1	56.2	54.1	72.1	46.7	64.2	17.3	18.5	16.6	11.6	16.9	15.0	21.8	37.7	37.6	60.5	29.7	49.1
Tourais	128.8	177.3	215.8	316.0	171.7	237.8	49.0	65.6	6.6	69.5	55.5	67.6	21.4	23.7	19.5	16.7	20.4	20.0	27.6	42.0	42.1	52.8	35.1	47.6
Travancinha	144.2	241.7	200.0	271.4	170.7	257.7	70.0	59.9	67.2	69.8	68.5	65.0	28.7	17.5	22.4	18.8	35.3	18.2	41.3	42.3	44.8	51.0	43.2	46.9
Valezim	175.9	326.7	284.2	392.9	218.8	358.6	70.8	74.4	62.9	75.8	66.8	75.1	25.7	17.4	16.4	15.4	21.0	16.4	45.1	57.0	46.6	60.4	45.9	58.8
Várzea de Meruge	206.3	186.7	285.7	235.3	243.3	212.5	51.6	54.4	65.1	81.4	57.9	67.1	16.8	19.0	16.9	24.3	16.9	21.5	34.7	35.4	48.2	57.1	41.0	45.6
Vide	365.1	508.7	669.0	1100.0	487.5	732.4	93.0	97.2	108.8	128.2	100.7	112.0	20.0	16.0	14.1	10.7	17.1	13.5	73.0	81.3	94.6	117.6	83.6	98.5
Vila Cova à Coelheira	119.4	140.7	194.6	321.1	157.5	215.2	38.2	50.0	60.9	62.0	48.7	56.0	17.4	20.8	20.7	14.7	18.9	17.8	20.8	29.2	40.2	47.3	29.8	38.2
Total	120.2	193.8	184.7	279.6	151.0	235.6	50.2	54.6	57.6	65.2	54.0	60.0	22.8	18.6	20.2	17.2	21.5	17.9	27.4	36.0	37.4	48.0	32.5	42.1

Fonte: INE, Censos de 2001 e 2011

Nível de instrução

O nível de instrução predominante no concelho de Seia é o Ensino Primário, representando 34%, designadamente 8431 indivíduos, valor que acompanha a tendência da Sub-região Serra da Estrela, com 35% representando 15393 indivíduos.

Relativamente aos restantes níveis de ensino verifica-se uma falta de continuidade dos estudos por parte da população concelhia, dado que se encontram afetos ao 2º e 3º ciclo do Ensino Básico, bem como do Ensino Secundário um total de apenas 36% da população (11%, 14% e 11%, respetivamente). Os valores para a população com um nível de ensino além do Secundário (Ensino Pós-Secundário⁴ e Superior) são pouco significativos, registando 9% da população total. Importa ainda referir que a população com nível de instrução elevado (Ensino superior) registou um ligeiro acréscimo, uma vez que em 2001 se situava nos 7,31% e em 2011 nos 8%.

De salientar que cerca de 21% da população do concelho não detém qualquer nível de instrução, o que evidencia o carácter rural deste Município.

No que concerne à estrutura das qualificações por sexos constata-se que por um lado, o sexo feminino preenche a maior fatia de população sem nenhuma qualificação e por outro, domina a frequência no Ensino Superior, acompanhando mais uma vez a tendência regional.

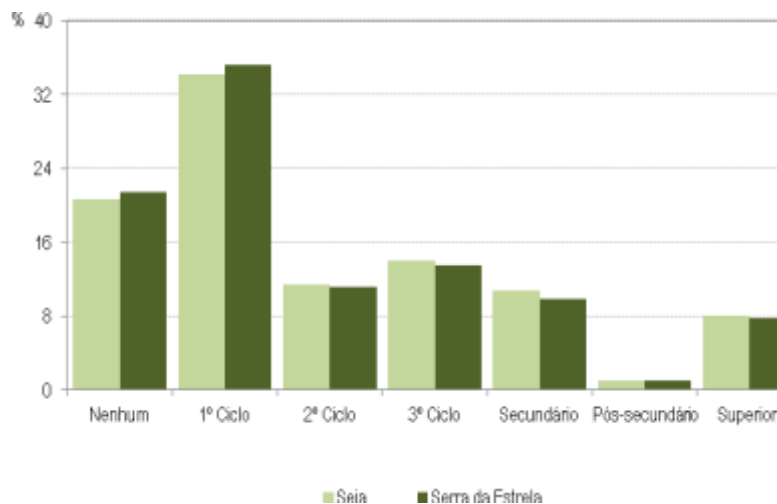


Figura 15 - Níveis de instrução da população no Concelho de Seia e na Sub-região da Serra da Estrela (2011). Fonte: INE, Censos 2011.

⁴De acordo com o INE trata-se de uma oferta formativa pós secundária, não superior, que prepara jovens e adultos para o desempenho de profissões qualificadas, por forma a favorecer a entrada na vida ativa. A organização do curso tem componentes de formação em contexto escolar e em contexto de trabalho. Confere um diploma de especialização tecnológica e qualificação profissional de nível 4.

Famílias

O número de famílias do Município de Seia em 2011 era de 9684, o que significa que sofreu um decréscimo desde 2001 (10143 famílias) de - 4,52% correspondendo a uma diminuição de 459 famílias.

Analisando o número de famílias em cada localidade, verifica-se que Santa Comba apresenta um aumento do número de famílias na ordem dos 20,88%. Deste modo, esta variação positiva do número de famílias acompanhou a tendência de crescimento populacional desta localidade.

As localidades de Pinhanços e Santiago também registam dinâmicas populacionais positivas, apresentando um aumento do número de famílias menos significativo, 9,40% e 16,45%, respetivamente. Observou-se, ainda, acréscimos pontuais no número de famílias nas localidades de Carragosa, Seia e Torrozel (0,74%, 0,12% e 2,55% respetivamente).

As restantes localidades do Concelho de Seia apresentam uma diminuição no número de famílias, destacando-se as localidades de Alvoco da Serra, Sabugueiro e Vide com decréscimos acentuados, nomeadamente -21,84%, -20,44% e -28,42%, respetivamente.

Tabela 10 - Evolução do número de famílias por localidade no concelho de Seia (2001-2011).

Freguesias	2001	2011	Variação (%) (2001/2011)
Alvoco da Serra	261	204	-21,84
Cabeça	101	89	-11,84
Carragosa	136	137	0,74
Folhadosa	134	110	-17,91
Girabolhos	188	153	-18,62
Lages	129	116	-10,08
Lapa dos Dinheiros	147	127	-13,61
Loriga	486	432	-11,11
Paranhos	586	575	-1,88
Pinhanços	266	291	9,40
Sabugueiro	225	179	-20,44
Sameice	148	146	-1,35
Sandomil	407	382	-6,14
Santa Comba	249	301	20,88
Santa Eulália	116	109	-6,03
Santa Marinha	395	362	-8,35
Santiago	383	446	16,45
São Martinho	284	255	-10,21
São Romão	1018	1018	0,00

Freguesias	2001	2011	Variação (%) (2001/2011)
Sazes da Beira	125	108	-13,60
Seia	2438	2441	0,12
Teixeira	98	87	-11,22
Torrozelo	196	201	2,55
Tourais	566	552	-2,47
Travancinha	218	189	-13,30
Valezim	151	135	-10,60
Várzea de Meruge	110	96	-12,73
Vide	373	267	-28,42
Vila Cova à Coelheira	209	176	-15,79
Total	10143	9684	-453

Fonte: INE, Censos de 2001, 2011.

Esta variação reflete uma alteração ao nível da dimensão das famílias. Assim, entre 2001 e 2011 assistiu-se a uma quebra acentuada da proporção das famílias numerosas (compostas por cinco ou mais pessoas) de cerca de - 40%, ao passo que as famílias compostas por uma ou duas pessoas cresceram apenas 11% e 13%, respetivamente.

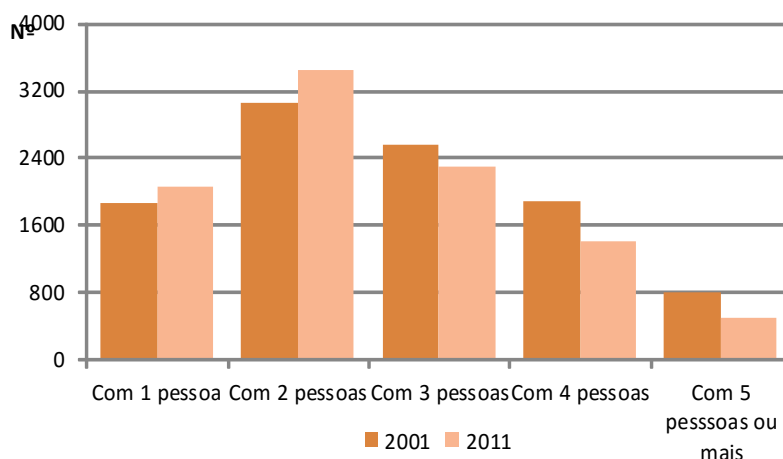


Figura 16 - Dimensão das famílias clássicas no concelho de Seia (2001 - 2011).

Migração e Minorias étnicas

A cultura cigana é ágrafa, ou seja, transmite-se entre gerações apenas pela palavra. Os elementos utilizados no estudo da história do povo cigano são a sua língua, as suas lendas e os seus hábitos. De acordo com investigações recentes, em Portugal deverão existir cerca de 25 mil ciganos, que representam cerca de 4,5% face ao total de famílias beneficiárias Rendimento Social de Inserção. A

Guarda e em específico Seia são duas das zonas sinalizadas como território em que encontramos ciganos.

A ocupação geral dos ciganos é o negócio, a venda ambulante, em feiras e mercados. Uma pequena percentagem ocupa postos de trabalho precário: na construção civil, nos barcos, em empresas industriais - são os trabalhos menos remunerados. O seu tipo de habitação é a barraca de bairros de lata, onde não têm as condições mínimas de higiene e, em muitos centros urbanos, as autarquias procuram resolver os problemas de habitação dos mais carenciados, e há já algumas famílias que habitam casas dos bairros sociais e têm acesso aos benefícios sociais.

No território de Seia um dos enfoques prioritários de intervenção familiar é uma comunidade de etnia cigana residente em São Romão. Esta distribui-se por 3 zonas distintas constituídas por 19 núcleos familiares, representando cerca de 70 indivíduos. Neste sentido, este facto permite tipificar esta área urbana como núcleo de construção precária.

Importa também referir que existem mais núcleos familiares da comunidade cigana, em Santa Comba (aglomerados em Santa Comba, Vila Chã), em Santiago (aglomerados em Santiago, Folgosa do Salvador, Folgosa da Madalena e Maceira) e em Seia (aglomerados em Seia e na Arrifana).

Neste sentido, verifica-se que esta comunidade apresenta situações críticas que justificam intervenção a vários níveis, nomeadamente devido ao desemprego de longa duração, escassa atividade económica, pobreza e exclusão social, fenómenos de exclusão social designadamente associados à condição de minorias, baixo nível de instrução, insucesso e abandono escolar, criminalidade, delinquência e ambiente degradado.

Caracterização Socioeconómica

Desemprego

No período intercensitário 2001-2011 a população ativa do concelho de Seia diminuiu, bem como a taxa de atividade. A descida da taxa de atividade é superior à registada nos valores do Continente.

Tabela 11 - População ativa, empregada e taxa de atividade (2001-2011).

	População ativa total		População empregada		Taxa de atividade (%)					
					2001			2011		
	2001	2011	2001	2011	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Seia	11.917	10.099	10.966	8.767	49,2	36,1	42,3	45,5	36,7	40,9
Continente	4.778.115	5.023.367	4.450.711	4.361.187	54,9	42,3	48,4	51,6	43,9	47,6

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

Os dados apresentados refletem um aumento do desemprego de 951 para 1332 indivíduos, o que representa um aumento da taxa de desemprego de 8,0% para 13,2%, ainda assim um pouco abaixo da taxa de desemprego do continente, em 2011 de 13,8%.

Tabela 12 - Indicadores de emprego e desemprego (2001-2011).

Unidade	População ativa total		População empregada		População desempregada		Taxa de desemprego (%)					
							2001			2011		
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	Homem	Mulher	Ambos	Homem	Mulher	Ambos
Seia	11.917	10.099	10.966	8.767	951	1.332	5,9	10,6	8,0	11,9	14,7	13,2
Continente	4.778.115	5.023.367	4.450.711	4.361.187	327.404	662.180	5,3	8,7	6,9	12,58	13,83	13,8

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

Relativamente ao desemprego, verifica-se que a grande maioria dos desempregados encontram-se à procura de novo emprego, afetando ligeiramente mais as mulheres.

Tabela 13 - População desempregada

Total			Procura do 1º emprego			Procura de novo emprego		
Ambos	Homem	Mulher	Ambos	Homem	Mulher	Ambos	Homem	Mulher
1332	634	698	279	121	158	1053	513	540

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

A estrutura social do emprego por setores revela que em poucas décadas o Concelho de Seia mudou significativamente o padrão da sua base social de emprego.

Tabela 14 - População residente empregada segundo o setor de atividade económica (1981-2011).

Setores de atividade económica	1981		1991		2001		2011	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Setor Primário	2697	11,6	1236	5,0	549	5	229	2,6
Setor Secundário	5915	54,2	5772	45,4	4980	45	2781	31,7
Setor Terciário	2475	34,2	3635	49,6	5437	50	5757	65,7
Total	11087	-	10643	-	10966	-	8767	-

Fonte: INE, Censos 1991, 2001, 2011.

O emprego no setor primário baixou significativamente, o que indica que menos de 3% da população ativa tem como atividade este setor. O emprego no setor secundário (indústria, construção), embora apresentando ainda algum peso, revela uma tendência de queda. No que concerne ao setor terciário, em três décadas passou de 22% para 66% de preponderância no emprego, polarizando uma transformação radical da estrutura social do emprego.

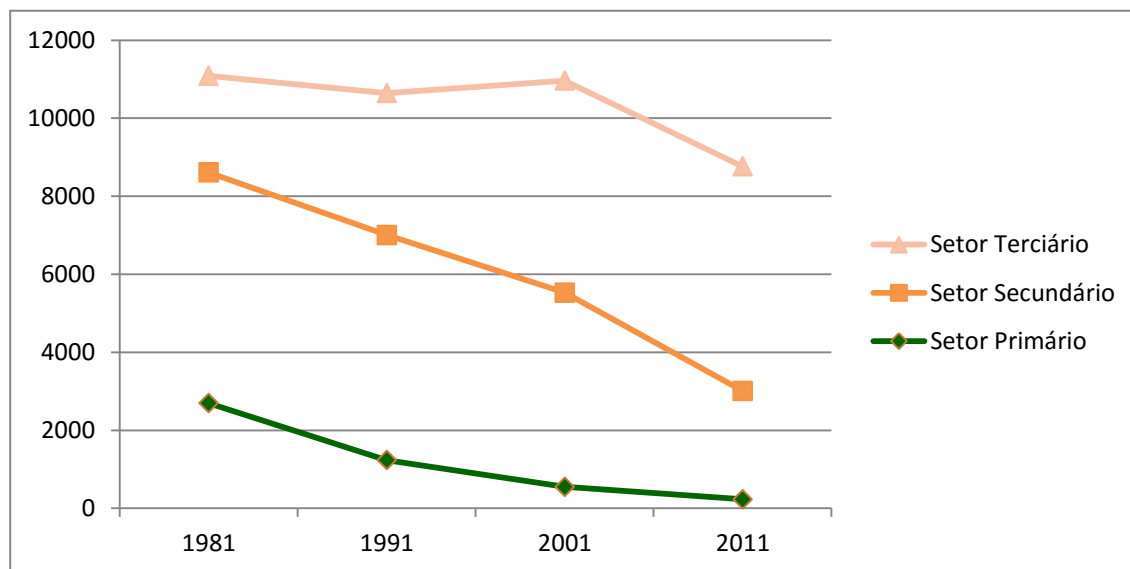


Figura 17 - População empregada segundo o setor de atividade económica (1981 - 2011). Fonte: INE, Censos 1991, 2001, 2011.

Nos Censos 2011 é possível verificar que o setor terciário, que abrange atividades profissionais relacionadas com a atividade económica e outras de natureza social, representam mais de metade do emprego do setor terciário, aproximadamente 30% (2714) da população ativa empregada.

Tabela 15 - População residente empregada por ramo de atividade (2011).

	Primário	Secundário	Terciário de natureza social	Terciário relacionado com a atividade económica	Total terciário (total)
Região Centro	35018	282800	272878	349515	622393
Concelho de Seia	229	2781	2714	3043	5757

Fonte: INE, Censos 2011.

Condições Habitacionais

As problemáticas territoriais e socioeconómicas de Seia reflectem-se no despovoamento, no envelhecimento populacional e nas comunidades desfavorecidas que se dispersam no espaço urbano com núcleos de construção precária e/ou condições de habitabilidade e conforto deficitárias que conduzem a constrangimentos no que respeita ao desenvolvimento territorial.

O parque residencial do concelho apresenta um valor de 17.693 alojamentos, que inclui os alojamentos clássicos, não clássicos (barracas e ou construções rudimentares) e alojamentos coletivos (lares de idosos por exemplo).

Considerando a relação entre população, famílias e alojamentos verifica-se um número de alojamentos muito superior às necessidades habitacionais, numa relação de 1,83 alojamentos por família.

Tabela 16 - Dimensão média das famílias, razão entre alojamento e famílias (2011).

Zona Geográfica	População residente	Famílias clássicas	Alojamentos familiares clássicos	Edifícios clássicos	Dimensão média de família clássica	Razão entre Alojamentos familiares /Famílias clássicas
Portugal	10562178	4043726	5859540	3544389	2,61	1,45
Centro	2327755	904770	1443886	1111952	2,57	1,60
Seia	24702	9661	17693	14977	2,56	1,83

Fonte: INE, Censos, 2011.

Analisada a forma de ocupação dos alojamentos, regista-se o elevado número de alojamentos ocupados como residência secundária e vagos.

Tabela 17 - Analisada a forma de ocupação dos alojamentos, regista-se o elevado número de alojamentos ocupados como residência secundária e vagos.

	Alojamentos familiares clássicos utilizados como residência habitual	Residência secundária	Vagos	Outras situações
Seia (concelho)	9592	5281	2820	143

Fonte: INE, Censos, 2011.

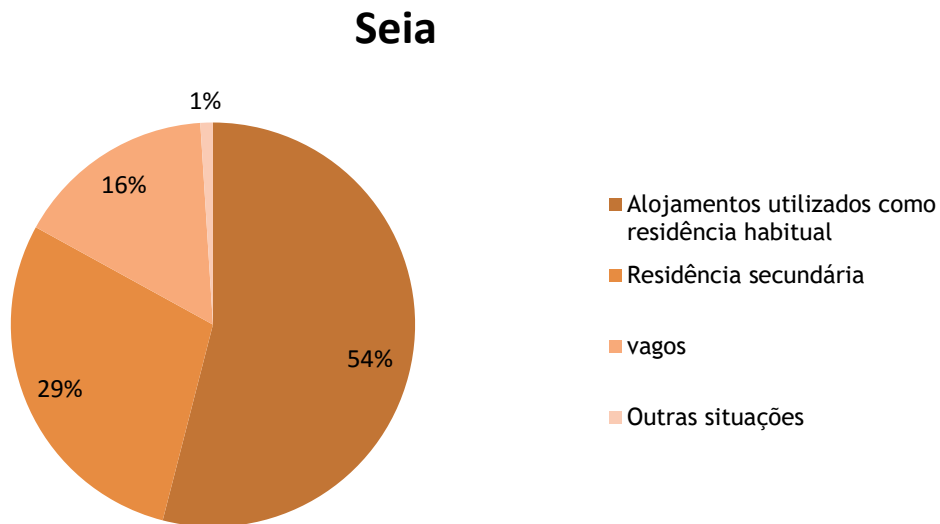


Figura 18 - Alojamentos segundo a forma de ocupação (2011). Fonte: INE, Censos 2011.

De facto, pouco mais de metade dos alojamentos são ocupados como residência habitual das famílias. O retrato da forma de ocupação dos alojamentos revela ainda expressões mais extremas em algumas das localidades, com destaque para Vide onde mais de 70% dos alojamentos não são ocupados como residência habitual das famílias.

Tabela 18 - Alojamentos segundo a forma de ocupação no concelho de Seia por freguesias (2011).

	Alojamentos familiares clássicos utilizados como residência habitual	Residência secundária	Vagos	Outras situações
Portugal	3991112	1133300	735128	19216
Região Centro	893857	353055	196974	4758
Seia (concelho)	9592	5281	2820	143

	Alojamentos familiares clássicos utilizados como residência habitual	Residência secundária	Vagos	Outras situações
Alvoco da Serra	203	224	135	4
Cabeça	88	119	5	1
Carragozela	137	28	25	2
Folhadosa	108	47	59	1
Girabolhos	153	134	102	0
Lajes	113	62	35	0
Loriga	431	344	135	4
Paranhos	573	186	220	3
Pinhanços	279	187	34	2
Sabugueiro	177	49	107	34
Sameice	146	72	53	0
Sandomil	379	280	43	3
Santa Comba	293	131	58	9
Santa Eulália	106	60	32	1
Santa Marinha	359	175	112	3
Santiago	440	131	116	2
São Martinho	255	101	81	0
São Romão	1004	400	192	12
Sazes da Beira	107	88	103	3
Seia	2418	812	639	43
Teixeira	87	150	3	2
Tolo	199	114	86	3
Tourais	550	194	244	3
Travancinha	189	168	43	0
Valezim	135	76	52	3
Várzea de Meruge	96	71	27	0
Vide	266	714	6	2
Vila Cova à Coelheira	174	77	53	1
Lapa dos Dinheiros	127	87	20	2

Fonte: INE, Censos, 2011.

Em termos quantitativos no concelho de Seia, não se regista carência habitacional do número de alojamentos. Em termos qualitativos, analisadas as condições dos alojamentos referenciadas às instalações existentes, neste caso apenas conhecidas nos alojamentos com ocupação residencial habitual, verifica-se o seguinte:

Tabela 19 - Alojamentos familiares ocupados como residência habitual por instalações existentes.

	Seia	%	Centro	%
Com água, sanitários, sistema de aquecimento e instalação de banho	8980	93,47%	828013	92,48%
Com água, sanitários, sistema de aquecimento e sem instalação de banho	173	1,80%	7495	0,84%
Com água, sanitários e instalação de banho	273	2,84%	47577	5,31%
Com água, sanitários e sem instalação de banho	17	0,18%	1378	0,15%
Só água e sistema de aquecimento	74	0,77%	3293	0,37%

	Seia	%	Centro	%
Só sanitários e sistema de aquecimento	12	0,12%	1752	0,20%
Só sanitários	0	0,00%	529	0,06%
Só água	9	0,09%	637	0,07%
Só sistema de aquecimento	49	0,51%	3192	0,36%
Sem instalações	20	0,21%	1448	0,16%
Total	9607	—	895314	—

Fonte: Censos 2011, INE.

Os valores do quadro anterior, refletem uma situação genericamente favorável quanto à qualidade/conforto habitacional. Não sendo todavia possível aferir a qualidade/conforto de todo o parque habitacional dado que esta informação apenas é recolhida nos alojamentos ocupados como residência habitual.

Indicadores de Saúde

Dos indicadores gerais de saúde, salienta-se a baixa taxa de médicos por habitante, relativamente às taxas nacionais e regionais. Ainda que tal taxa resulte da variável médicos por local de residência, não deixa de suscitar alguma preocupação. Mesmo relativamente aos enfermeiros os valores *per capita* estão abaixo da média nacional e regional.

Tabela 20 - Indicadores gerais de saúde por município (2010 e 2011) ⁵.

	Enfermeiros por 1 000 habitantes	Médicos por 1 000 habitantes	Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1 000 habitantes	Internamentos por 1 000 habitantes	Intervenções de grande e média cirurgia por dia nos estabelecimentos de saúde	Consultas por habitante	Camas (lotação praticada) por 1 000 habitantes nos estabelecimentos de saúde	Taxa de ocupação de camas nos estabelecimentos de saúde
	Número							%
	2011			2010				
Portugal	6,1	4,1	0,3	113,0	2 510,9	4,1	3,4	77,9
Continente	6,0	4,1	0,3	112,7	2 443,3	4,2	3,2	78,0

⁵ A rubrica "Médicos por 1 000 habitantes" é apresentada por local de residência. A rubrica "Enfermeiros por 1 000 habitantes" é apresentada por local de atividade. A partir de 2010, o apuramento dos hospitais incluídos nos estabelecimentos de saúde corresponde integralmente à contagem do número de hospitais em atividade, pela aplicação integral do conceito estatístico (unidade local). A partir de 2008, as estatísticas de intervenções cirúrgicas referem-se exclusivamente a hospitais. Os dados da população residente utilizados no cálculo dos indicadores para 2011 têm por base o exercício ad hoc de estimativas anuais de população residente, pelo que não são diretamente comparáveis com a série anterior. Estes valores serão revistos na sequência da divulgação da nova série de estimativas, com base nos resultados definitivos dos Censos 2011.

	Enfermeiros por 1 000 habitantes	Médicos por 1 000 habitantes	Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1 000 habitantes	Internamentos por 1 000 habitantes	Intervenções de grande e média cirurgia por dia nos estabelecimentos de saúde	Consultas por habitante	Camas (lotação praticada) por 1 000 habitantes nos estabelecimentos de saúde	Taxa de ocupação de camas nos estabelecimentos de saúde
	Número							%
	2011			2010				
Centro	6,0	3,6	0,3	105,4	504,8	4,5	3,3	75,9
Seia	5,3	1,8	0,4	31,6	1,9	3,9	1,3	98,3

Fonte: INE, I.P., Portugal, 2011. Anuários Estatísticos Regionais 2011; INE, I.P., Estatísticas do Pessoal de Saúde, Estatísticas das Farmácias, Estatísticas dos Estabelecimentos de Saúde.

Considerações finais

O envelhecimento caracteriza a generalidade das sociedades dos países desenvolvidos pelo que deve merecer uma reflexão e intervenção prioritária, dada a rapidez em que se passou de uma sociedade com uma população jovem para outra envelhecida.

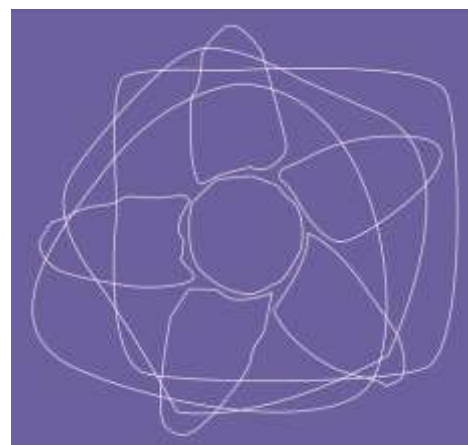
Esta população mais envelhecida apresenta baixos rendimentos auferidos pelas pensões de reforma (maioritariamente do regime rural e dos lanifícios) e vive, na sua maioria, só e sem suporte familiar, acrescidas de grau de dependência elevado e de doenças degenerativas, nomeadamente do foro da saúde mental (e.g. demências), para o qual contribuem as situações decorrentes da solidão e isolamento.

A intergeracionalidade é um conceito mais amplo do que o conceito de idade, pode ocorrer nas relações entre todos os intervenientes de diferentes gerações, está intimamente relacionado com influências normativas previsíveis em termos biológicos e de geração. O diálogo entre gerações contribui para uma nova consciência comunitária, na medida em que desenvolve as relações interpessoais, quando entram em contacto com novas vivências de diversos modos de pensar, agir e sentir. As relações intergeracionais renovam opiniões e visões acerca do mundo e das pessoas e podem ser entendidas como vínculos que se estabelecem entre duas ou mais pessoas com idades distintas e em diferentes estádios de desenvolvimento, possibilitando o cruzamento de experiências e contribuindo para a unidade dentro da multiplicidade, no sentido do exercício pleno da cidadania e da melhoria da qualidade de vida e bem-estar.

Paralelamente às questões económicas do concelho, importa referenciar que foram ainda identificados contextos familiares problemáticos nos quais se destacavam pais e/ou famílias com história de consumos e de comportamentos delinquentes, relações familiares com fracos vínculos afetivo, falta de acompanhamento e supervisão parental, estilo educativo marcado pela ausência de regras (desmotivação, falta de autorregulação, falta de empenho, ausência dos pais na vida escolar dos filhos, discurso interno desmotivante, ansiedade dos pais, dificuldade em estabelecer regras e limites), fraca ligação à escola e baixas expectativas em relação ao seu projeto de vida, desocupação dos tempos livres, absentismo e/ou insucesso escolar, desvalorização das respostas educativas existentes fora do ensino dito regular e dificuldade em ajustar as respostas de formação aos interesses dos alunos, pouca articulação entre a oferta de cursos profissionais e o mercado de trabalho e as potencialidades locais, Consumos por parte dos jovens, Indisciplina, agressividade e violência (em meio escolar e redes sociais), más

condições de habitabilidade, ao nível das habitações das famílias (RSI), maior exigência de serviços por parte das famílias, Insuficiente responsabilidade familiar e insuficiente formação parental, Violência nos idosos dificuldades na marcação da consulta ao médico de família, prevalência de doenças mentais e demências, violência doméstica.

III PARTE - Diagnóstico Social



3. Diagnóstico Social: EIXOS

EIXO A | Saúde e Qualidade de Vida

Nota Introdutória

A qualidade de vida e saúde são termos indissociáveis. A qualidade de vida surge, de tal forma, associada à saúde que muitos autores não as distinguem uma da outra. Para eles saúde e qualidades de vida são a mesma coisa. De facto, a saúde não é o único fator que influencia a nossa qualidade de vida, contudo ela tem uma importância fulcral.

Geralmente, saúde e qualidade de vida são dois temas muito relacionados, uma vez que a saúde contribui para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos e esta é fundamental para que um indivíduo ou comunidade tenha saúde. Mas não significa apenas saúde física e mental, mas sim que essas pessoas estejam de bem não só com elas próprias, mas também com a vida, com as pessoas que as cercam, enfim, ter qualidade de vida é estar em harmonia com vários factores.

No que diz respeito à saúde, a qualidade de vida é, muitas vezes, considerada em termos de como ela pode ser afetada de forma negativa, ou seja, a ocorrência de uma doença debilitante que não constitui risco de vida, uma doença que constitui risco de vida, o declínio natural da saúde de uma pessoa idosa, o declínio mental, processos de doenças crónicas, etc. Todas estas situações são castradoras da nossa qualidade de vida.

A definição de saúde possui implicações legais, sociais e económicas dos estados de saúde e doença. A definição mais difundida é a encontrada no preâmbulo da Constituição da Organização Mundial da Saúde e que define saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças.

O conceito de qualidade de vida é muito abrangente, compreende não só a saúde física como o estado psicológico, o nível de independência, as relações sociais em casa, na escola e no trabalho e até a sua relação com o meio ambiente.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), o conceito de qualidade de vida está diretamente associado à auto-estima e ao bem-estar pessoal e compreende vários aspetos, nomeadamente, a capacidade funcional, o nível socio-económico, o estado emocional, a interação social, a atividade intelectual, o autocuidado, o suporte familiar,

o estado de saúde, os valores culturais, éticos e religiosos, o estilo de vida, a satisfação com o emprego e/ou com atividades diárias e o ambiente em que se vive. Trata-se da percepção que um indivíduo tem sobre a sua posição na vida, dentro do contexto dos sistemas de cultura e valores nos quais está inserido e em relação aos seus objectivos, expectativas, padrões e preocupações. Ou seja, contempla a influência da saúde física e psicológica, nível de independência, relações sociais, crenças pessoais e das suas relações com características inerentes ao respetivo meio na avaliação subjectiva da qualidade de vida individual. Neste sentido, poderemos afirmar que a qualidade de vida é definida como a satisfação do indivíduo no que diz respeito à sua vida quotidiana.

Outro conceito que devemos inserir neste eixo prende-se com a saúde mental, uma vez que se trata do estado de bem-estar no qual o indivíduo realiza as suas capacidades, pode fazer face ao stress normal da vida, trabalhar de forma produtiva e frutífera e contribuir para a comunidade em que se insere, logo, a saúde mental é entendida como um aspecto vinculado ao bem-estar, à qualidade de vida, à capacidade de amar, trabalhar e de se relacionar com os outros.

Cada vez mais, as alterações sociais e os desafios constantes em termos económicos colocam uma maior pressão sobre os serviços de saúde, mas relembram todos os agentes interventores dos territórios, que só com uma ação concertada da responsabilidade de todos, conseguirá reduzir riscos e alterar comportamentos desajustados ao nível da saúde, seja ela física ou psicológica. Hoje, mais do que nunca, a saúde e a melhoria da qualidade de vida deve ser um eixo de atuação prioritário, onde a equidade, o reforço das respostas, a responsabilidade social e o trabalho de rede constituem coadjuvantes neste processo.

No concelho de Seia, as causas principais de morbilidade são semelhantes às do resto do país, ou seja, são as doenças músculo-esqueléticas, a hipertensão arterial, a diabetes e as doenças cardiovasculares, que surgem num plano principal. Contudo, é pertinente referir que se trata o nosso concelho existe uma doença endémica desta região e altamente incapacitante que é a PAF (Polineuropatia Amiloidótica Familiar).

Os hábitos alimentares pautam-se por uma ingestão excessiva de sal, gorduras e proteínas assim como, um excessivo consumo de álcool. Em relação à problemática do alcoolismo não há dados estatísticos disponíveis, em virtude de serem tratados por várias entidades

públicas e privadas, ou pelo facto de muitos dos consumidores excessivos não assumirem a doença, portanto não recorrerem a cuidados médicos, logo não são referenciados.

Um outro problema, amplamente referenciados pelos diferentes agentes interventores no concelho, prende-se com as questões de saúde mental. Neste âmbito, temos verificado um aumento gradual das solicitações de intervenção e acompanhamento, contudo, mais uma vez, e apesar dos esforços em caracterizar esta população, bem como as patologias e distribuições não possuímos dados concretos.

No âmbito deste eixo, pretende-se, por um lado, analisar e caracterizar a realidade concelhia em termos da saúde e qualidade de vida e por outro, atuar ao nível da prevenção, da promoção da saúde e da adoção de comportamentos conducentes com o bem-estar de todos os munícipes, independentemente do seu posicionamento no ciclo de vida. É essencial promover a proximidade entre os serviços de saúde e a população. No âmbito da saúde mental, é imprescindível qualificar e estreitar as respostas concelhias e regionais. Relativamente aos comportamentos aditivos, pretende-se dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, bem como aumentar o conhecimento acerca da problemática no concelho.

Organização do Serviço de Saúde no Concelho

Unidade Local de Saúde da Guarda, ULS - E.P.E.

As ULS têm como objetivo principal a prestação de cuidados de saúde primários, diferenciados e continuados à população na área geográfica por ela abrangida e desenvolver atividades de investigação, formação e ensino. A sua participação na formação de profissionais de saúde dependente da respetiva capacidade formativa, podendo ser objeto de contratos - programa em que se definem as respetivas formas de financiamento.

Desde a criação do Serviço Nacional de Saúde que a eficaz articulação entre os cuidados de saúde primários e os cuidados diferenciados é uma mais-valia, na medida em que contribui para a efetiva prestação de cuidados de saúde aos cidadãos. Assim, por integrarem hospitais e centros de saúde, estas entidades passam a ser U.L.S., permitindo a integração numa única entidade pública empresarial dos vários serviços e instituições do SNS. Criou-se a ULS da Guarda, E.P.E., com a integração dos Hospitais de Sousa

Martins, Guarda e de Nossa Sr.^a da Assunção, Seia e dos Centros de Saúde do distrito da Guarda, exceto Aguiar da Beira.

As ULS e de acordo com o Decreto-lei n.º 183/2008 de 4 de setembro, são entidades coletivas de direito de natureza empresarial, dotadas de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Regem-se pelo regime jurídico aplicável às entidades empresariais, com as especificidades previstas no Decreto-Lei e nos seus estatutos, bem como no respetivo regulamento interno e nas normas em vigor para o SNS. Os centros de saúde constituem o primeiro acesso dos cidadãos à prestação dos cuidados de saúde primários, adotando relevantes funções de promoção da saúde e prevenção da doença, prestação de cuidados na doença e ligação a outros serviços para a continuidade dos cuidados.

Com o Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, foram criados os agrupamentos de centros de saúde, designados por ACES, serviços públicos de saúde com autonomia administrativa, constituídos por várias unidades funcionais, que agrupam um ou mais centros de saúde, e que têm por missão garantir a prestação de cuidados de saúde primários à população por ele abrangida.

Os ACES podem compreender várias unidades funcionais, tais como:



Figura 19 - Áreas funcionais dos ACES.

No contexto da Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE, o ACES integra todos os Centros de Saúde da sua área de abrangência.

Centro de Saúde de Seia

O Centro de Saúde de Seia integra desde 1 de Outubro de 2008 a Unidade Local de Saúde da Guarda EPE e é caracterizado por ser uma unidade integrada, polivalente e dinâmica, prestadora de cuidados essenciais, que visam a promoção e vigilância da saúde, o diagnóstico e o tratamento da doença, dirigindo globalmente a sua ação ao indivíduo, à família e à comunidade.

O Centro de Saúde tem atualmente 8 Extensões de Saúde em funcionamento, 3 com funcionamento permanente nos dias úteis das 9 às 17 horas; a Sede funciona nos dias úteis das 8 às 20 horas ininterruptamente. A sua área de intervenção abrange todo o Concelho de Seia que é constituído por 21 Freguesias, apresentando uma área geográfica de 436 quilómetros quadrados, com características bastante diferentes no que diz respeito ao seu desenvolvimento social e económico.



Figura 20 - Área geográfica de abrangência do Centro de Saúde de Seia.

Tabela 21 - Equipamentos do Centro de Saúde.

Equipamentos de Saúde	Nº
Centro de Saúde	1
Extensões do Centro de Saúde	8
Total	9

Fonte: Centro de Saúde de Seia.

Tabela 22 - Caracterização do Centro de Saúde de Seia e Extensões.

Tipo de Equipamento	Designação	Localidade	Funcionamento (dias/semana)	Estado de Conservação	Meios Humanos	
					Enfermeiros	Médicos
Centro de Saúde	C. Saúde de Seia	Seia	5	Mau	22	16
Extensões do Centro de Saúde	Loriga	Loriga	5	Razoável	1	2
	Paranhos da Beira	Paranhos da Beira	5	Bom	1	2
	Pinhanços	Pinhanços	4	Razoável	1	1
	Sandomil	Sandomil	3	Bom	1	1
	São Romão	São Romão	5	Mau	3	3
	Torreselo	Torreselo	2	Razoável	1	1
	Tourais	Tourais	4	Bom	1	1
	Vide	Vide	2	Bom	1	1

Fonte: Centro de Saúde de Seia.

O Centro de Saúde de Seia encontra-se em mau estado de conservação, funciona 5 dias por semana e é constituído por uma equipa de 22 enfermeiros e 16 médicos (15 de Medicina Geral e Familiar e 1 de Saúde Pública). Do total de médicos, 6 estão a tempo inteiro no Centro de Saúde de Seia e do total de enfermeiros, 5 estão afetos à Unidade de Cuidados na Comunidade.

A extensão de São Romão funciona 5 dias por semana com 3 enfermeiros e 3 médicos, contudo encontra-se igualmente em mau estado de conservação. As extensões de Loriga, Paranhos da Beira, Tourais e Torreselo encontram-se em bom/razoável estado de conservação. Funcionam também todos os dias úteis, à exceção da extensão de Torreselo e Sandomil (2 e 3 dias respetivamente por semana). As extensões de Pinhanços e Vide funcionam 4 e 2 dias respetivamente por semana e contam com 1 médico e 1 enfermeiro.

Segundo dados fornecidos pelo Centro de Saúde de Seia, referentes a 2014, trabalham nesta entidade, para além dos profissionais de saúde, 12 funcionários administrativos (Assistentes Técnicos) e 9 Assistentes Operacionais, uma Técnica de Saúde Ambiental e em regime de partilha com outras Unidades de Saúde, uma Nutricionista, uma Assistente Social, uma Fisioterapeuta, uma Higienista Oral e um Psicólogo.

Tabela 23 - Número de utentes inscritos por Unidade de Saúde.

Extensões	Inscritos
Vide	556
Sandomil	1050
Pinhanços	1170

Torrezelo	982
Tourais	1866
Loriga	1801
Paranhos da Beira	2722
São Romão	5042
Seia	9404
Total	24593

Fonte: Centro de Saúde de Seia (dezembro, 2014).

A sede do Centro de Saúde, em Seia, é obviamente aquela que serve um maior número de utentes (9404), seguido de São Romão com 5042, Paranhos da Beira com 2722, Tourais com 1866, Loriga com 1801 e Pinhanços com 1170 utentes inscritos. Estes são as extensões de saúde com o número de utentes mais significativos. O número total de utentes inscritos e com Médico de Família atribuído, do Centro de Saúde de Seia e respetivas extensões é de 24593, sendo que 1409 utentes não têm Médico de Família atribuído.

Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados

O Centro de Saúde de Seia compreende uma Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) vocacionada para a saúde familiar que presta cuidados personalizados, constituída por profissionais de diferentes áreas, nomeadamente médicos, enfermeiros e administrativos. Podem colaborar com esta unidade, técnicos de diferentes áreas profissionais.

Funcionam na UCSP:

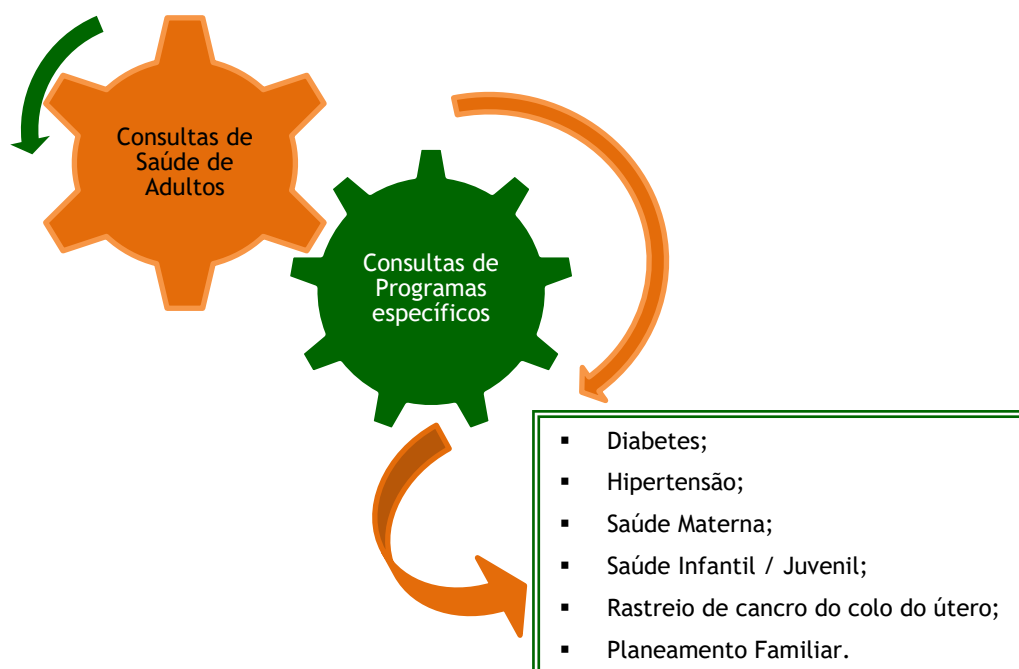


Figura 21 - Funcionamento da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados.

Esta unidade tem ainda como respostas uma equipa de gestão e referênciação ao nível do programa de cuidados continuados e presta cuidados médicos e de enfermagem ao domicílio. Existe também Consulta de Recurso para utentes que não têm médico atribuído ou para situações em que o seu médico de família se encontra ausente. Outros programas estão integrados na Unidade de Cuidados na Comunidade.

Tabela 24 - Consultas de Saúde infantil de todas as Extensões.

			Número de Consulta 2010	Número de Consulta 2014
Saúde Infantil	Até 2 anos	1ª Consulta de Vida	159	169
		Vigilância	932	1051
		Doença	306	206
	Dos 2 aos 13 anos	Vigilância	1383	1940
		Doença	1538	963
Saúde Juvenil (Dos 14 aos 18 anos)		Vigilância	351	640
		Doença	856	520
Planeamento Familiar			532	1076
Saúde Materna			1125	926
Total			7182	7527

Fonte: Centro de Saúde de Seia.

Tabela 25 - Consultas de Saúde de Adultos na Sede e Extensões relativos ao ano 2014.

Idade Consultas/Sexo	Primeiras Mulheres	Consultas Homens	Total	Consultas Mulheres	Seguintes Homens	Total	Total Consultas Adultos
19 - 44	2475	1648	4123	4214	2177	6391	10515
45 - 64	3556	2697	6253	11185	7324	18509	24762
>= 65	3707	2685	6392	13994	10059	24044	30436
Total	9738	7030	16768	29393	19560	48953	65721

Fonte: Centro de Saúde de Seia.

Foram prestadas no Centro de Saúde de Seia e suas extensões 7182 consultas, principalmente de saúde infantil dos 2 aos 13 anos (2921). Ainda na saúde infantil, mas desta vez até aos 2 anos, o número de consultas registadas é de 1397. No que respeita à saúde juvenil o número as consultas registadas são 1207. Pode-se concluir que a saúde infantil prestada nas diversas faixas etárias tem vindo a diminuir.

Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC)

A UCC presta cuidados de saúde, apoio psicológico e social ao nível domiciliário /comunitário a pessoas, família ou grupos mais vulneráveis em situação de maior risco ou dependência física e funcional. A equipa é constituída por 5 enfermeiros a tempo inteiro, 3 médicos, técnica superior de serviço social, nutricionista, fisioterapeuta, psicólogo, assistentes técnicas e operacionais a tempo parcial.

No que respeita à saúde de adultos, foram prestadas no Centro de Saúde e respetivas extensões um total de 65721 consultas, das quais, 16768 foram primeiras consultas e 48953 consultas de seguimento.

A UCC tem como objetivos:

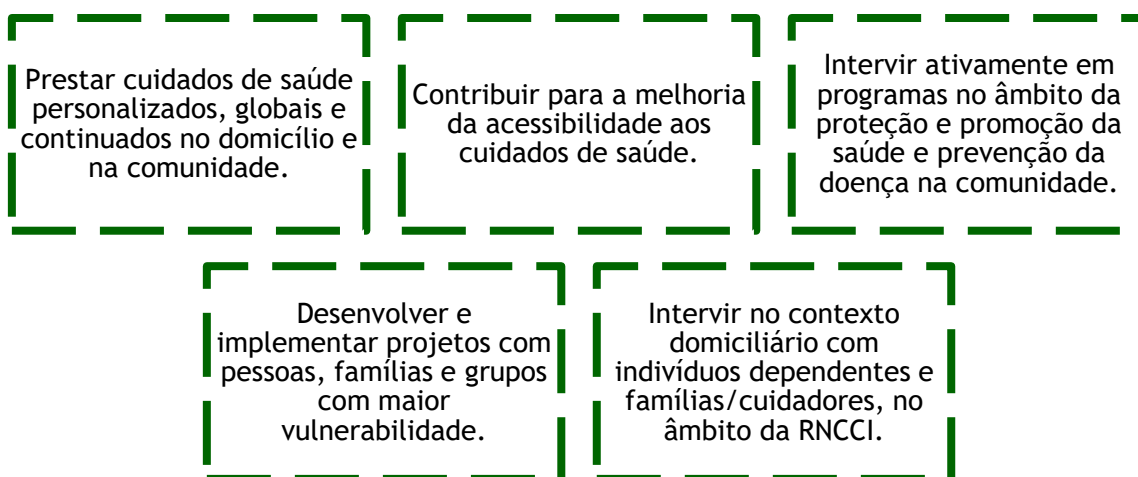
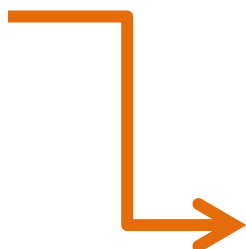


Figura 22 - Objetivos da UCC.

A sua intervenção incide:

- I. Saúde Escolar (desenvolve a sua atividade em articulação com as Escolas do concelho e a Unidade de Saúde Pública);
- II. Crianças e Jovens/famílias vulneráveis:



- Intervenção Precoce na Infância;
- Núcleo de Apoio às Crianças e Jovens em Risco (NACJR);
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ);
- Educação Parental;
- Inserção Social.

Figura 23 - Equipas/projetos de intervenção para crianças e Jovens.

- **Intervenção Precoce na Infância**

Com o intuito de melhorar a intervenção, a 6 de Outubro de 2009 o Decreto-lei nº281/2009 cria o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI), o qual consiste num conjunto organizado de entidades institucionais e de natureza familiar, com vista a garantir condições de desenvolvimento das crianças dos 0 aos 6 anos de idade, com funções ou estruturas do corpo que limitam o crescimento pessoal, social e a sua participação nas atividades típicas para a idade, bem como das crianças com risco grave de atraso no desenvolvimento. O SNIPI é desenvolvido através da atuação coordenada dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social, da Saúde e da Educação, com envolvimento das famílias e da comunidade. A Intervenção Precoce na Infância integra elementos da Saúde, da Educação e da Segurança Social, tendo acompanhado em 2014, 37 crianças/famílias deste concelho;

- **Núcleo de Apoio às Crianças e Jovens em Risco (NACJR)**

Este Núcleo integra a «*Ação de saúde para crianças e jovens em risco*» abrangendo as crianças e jovens com idades até aos 18 anos, nos diferentes contextos de vida, podendo, no entanto, a intervenção perdurar até aos 21 anos, sempre que esta tenha tido início antes da maioridade, e a partir dela quando o jovem a solicite, conforme o previsto na Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro. Este núcleo encontra-se em atividade desde junho de 2008, acompanhou em 2014, 25 crianças/famílias;

- **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)**

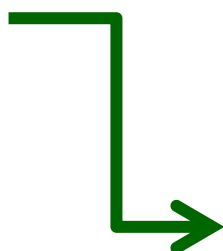
Participação/colaboração de 1 elemento da Saúde;

- **Educação Parental** em parceria com outras Entidades;

- **Inserção Social**

Participação na equipa do Núcleo Local de Inserção de um elemento da saúde.

III. Adultos com dependências e projetos de educação para Saúde:



- Grupo de Intervenção para a problemática do Alcoolismo (GIPA);
- Consulta de cessação tabágica;
- Programa de troca de seringas;
- Programa nacional para a saúde de pessoas idosas;
- Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI);
- Educação para a Saúde;
- Cursos de preparação para o parto e parentalidade.

Figura 24 - Equipas/projetos de intervenção para as dependências.

- **Grupo de Intervenção para a Problemática do Alcoolismo (GIPA)**

O GIPA funciona no Centro de Saúde de Seia desde 2004, em parceria com Instituições locais, tendo sido reformulado em outubro de 2011 aquando da integração do projeto no plano de ação da Unidade de Cuidados na Comunidade.

Os Utentes têm acesso, ao projeto, por iniciativa própria, através do Médico de Família, técnicos dos serviços intervenientes e Tribunal. O funcionamento é semanal, realizam-se as consultas médicas, enfermagem e sociais, sendo possível o encaminhamento para consulta de psicologia, nutrição e internamento nas Unidades adequadas. Mensalmente (1ª terça feira à tarde) é dinamizado o grupo de ajuda em colaboração com Técnicos das Instituições parceiras, nas instalações cedidas pelo Município. As visitas domiciliárias são realizadas pela instituição parceira (Projeto Alavanca) ou técnicos da UCC. Em 2014, foram efetivamente acompanhados 65 utentes, tendo sido realizadas 136 consultas presenciais (consulta médica e de enfermagem).

- **Consulta de cessação tabágica**

Encontra-se em funcionamento desde o final de 2008. É realizada às 5ªs feiras à tarde sendo que em 2014 integrou de forma regular, 27 utentes.

- **Programa Troca de Seringas**

Programa em articulação com a Unidade de Saúde Pública.

- **Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas**

A equipa colabora no Projeto Saúde em Movimento em parceria com o Município de Seia, deslocando-se em média uma vez por mês aos Grupos de Seia, São Romão, Loriga e Tourais, para avaliação do risco de hipertensão arterial e diabetes.

- **Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI)**

A ECCI dispõe de 20 camas para acompanhamento de doentes no domicílio, referenciados de acordo com os critérios da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) para esta Unidade. Integra 5 enfermeiros, 1 fisioterapeuta, 1 técnica superior de serviço social, 1 médico e uma nutricionista. Acompanhou em 2014, 29 Utentes com elevado grau de dependência e/ou totalmente dependentes, que dispões de 20 “lugares” (camas) no domicílio, tendo realizado 1523 visitas domiciliárias.

- **Educação para a Saúde:** Realizam-se sessões neste âmbito de acordo com as necessidades e as solicitações dos parceiros.

▪ **Curso de Preparação para o Parto e Parentalidade**

Teve início em 10 de Janeiro de 2015, sendo desenvolvido em parceria com a Equipa do Serviço de Obstetrícia do Hospital Sousa Martins da Guarda. Funciona todos os sábados a partir das 14 horas nas instalações do centro de saúde de Seia, tendo como destinatárias todas as grávidas/casais a partir das 27 semanas de gestação.

IV. Unidade de Saúde Pública

Trata-se de uma unidade que é transversal a toda a ULS e que no Centro de Saúde integra a Delegada de Saúde, a Técnica de Saúde Ambiental e Higienista Oral.

Hospital Nossa Senhora da Assunção - Seia

O Hospital de Nossa Senhora da Assunção - Seia constitui uma unidade prestadora de cuidados de saúde, integrada na ULS da Guarda, E.P.E. A sua área de influência abrange os concelhos de Seia, Gouveia e Fornos de Algodres.

De acordo com as políticas de saúde, esta unidade prestadora de cuidados tem respostas que visam a intervenção e co-responsabilização na promoção da autonomia, independência e qualidade de vida dos indivíduos idosos.

Como serviços no Hospital de Nossa Senhora da Assunção - Seia temos:

- **Urgência básica:** de acordo com o Despacho N.º 725/2007, funciona 24 horas por dia.

Tabela 26 - Número de Utentes no Serviço de Urgência.

Serviço de Urgência	Utentes Atendidos 2014	Utentes Atendidos 2015
Utentes transferidos para internamento	841	1158
Utentes transferidos para outro hospital	1118	1263
Óbitos	61	35
Deram entrada já cadáver	6	37
Utentes saídos para (domicílio, lar)	21815	21624
Utentes que abandonaram o serviço	159	182
Total de Utentes no Serviço de Urgência	26922	24299

Fonte: Hospital de Nossa Senhora da Assunção - Seia.

Em 2014 foram atendidos no Serviço de Urgência 26922 utentes, sendo que a sua maioria teve alta para domicílio ou lar. Utentes transferidos para outro hospital foram 1118 e

para o internamento foram 841. Registaram-se 61 óbitos no Serviço de Urgência e deram entrada já cadáver 6. Importa ainda referir que 159 utentes abandonaram o Serviço de Urgência e, 57 não responderam à chamada efectuada pelo médico de serviço e 37 saíram contra parecer médico. A sua área de influência abrange uma população superior a 40000 habitantes, em que, pelo menos para uma parte, a acessibilidade, em condições normais, é superior a 60 minutos em relação ao serviço de urgência médico-cirúrgico mais próximo. O Serviço de Urgência Básica terá uma Sala de Observações com 8 camas. No que reporta a 2015, verifica-se que diminuiu o número de utentes atendidos no serviço de urgência, contudo o número de utentes transferidos para internamento e para outro hospital, bem como o número de entradas já cadáver e o número de utentes que abandonaram o serviço aumentou (1158, 1263, 37 e 182, respetivamente).

- **Cirurgia Convencional:** de acordo com a Portaria N.º 45/2008 é aquela que é efetuada no bloco operatório com data de realização previamente marcada e não inclui a pequena cirurgia.
- **Cirurgia em Ambulatório:** No mesmo dia o doente vai ao Hospital, é operado, fica em recuperação as horas necessárias, regressando depois a casa, já com toda a medicação e respetivo plano de tratamento, isto porque, não necessita de cuidados diferenciados. Em casa, no pós-operatório, são seguidas as instruções da equipa médica responsável pela operação. O Serviço de Cirurgia tem 9 camas.

Tabela 27 - Número de Utes Intervecionados no Serviço de Cirurgia em Ambulatório.

	Doentes Intervencionados 2014	Doentes Intervencionados 2015
Cirurgia Geral	326	343
Dermatologia	110	74
Oftalmologia	402	179
ORL	5	4
Urologia	138	177

Fonte: Hospital Nossa Senhora da Assunção - Seia.

- **Medicina:** Possui 25 camas e é um serviço direcionado para tratamento de doentes em fase aguda.

Tabela 28 - Número de Utes no Serviço de Medicina.

Serviço de Medicina 2014	Serviço de Medicina 2015
--------------------------	--------------------------

Utentes tratados	873	831
Utentes transferidos para outro hospital	20	31
Utentes saídos para (domicílio, lar)	733	670
Óbitos	112	130

Fonte: Hospital Nossa Senhora da Assunção - Seia.

▪ Serviço de Consulta Externa

Tabela 29 - Especialidades e Consultas.

Especialidades	1ª Consultas 2014	Consultas Subsequentes 2014	1ª Consultas 2015	Consultas Subsequentes 2015
Autoimunes	7	95	12	90
Diabetologia	61	843	83	951
Medicina Interna	187	814	183	751
Anestesiologia	215	7	154	8
Anestesiologia UCA	397	13	1366	735
Cirurgia Geral	762	768	712	699
Pé Diabético	13	46	5	19
Ginecologia	316	393	242	270
ORL	793	779	926	1206
Fisiatria	339	325	136	152
Oftalmologia	773	904	508	946
Pneumologia	299	280	402	477
Cinesioterapia - Serviço Domiciliário	3	12	-	-
Psicologia Clínica	101	754	98	862
Urologia	305	919	388	1050
Psiquiatria	151	1202	182	1145
Obstetrícia	62	179	61	187
Dermatologia	631	649	781	660
Reumatologia	10	269	16	270
Consulta Enfermagem Pé Diabético	27	521	-	-
Consulta Enfermagem UCA	415	0	1391	0
Consulta Enfermagem Penso	614	2344	3726	10413
Dietética	67	188	67	180
Consulta Cirurgia Ambulatório	30	275	30	275
Neurologia	-	-	69	43

Fonte: Hospital Nossa Senhora da Assunção - Seia.

▪ **Meios Complementares e Diagnóstico e Terapêutica (MCDT)**

Tabela 30 - MCDT realizadas por áreas.

Áreas	MCDT realizados 2014	MCDT realizados 2015
Terapia da Fala	702	1989
Técnicas de Cardiologia	7035	6837
Radiologia	20465	20783
Fisioterapia	17576	24017
ORL	-	450
Cinesioterapia	-	11038

Fonte: Hospital Nossa Senhora da Assunção - Seia.

Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)

A implicação da sociedade nas questões ligadas ao envelhecimento e à velhice exige a intervenção e co-responsabilização de todos na promoção da autonomia, independência e qualidade de vida dos indivíduos idosos, ao nível do apoio e dos cuidados prestados por profissionais, familiares ou outros.

Num país como Portugal, o problema da democratização da saúde é, em larga medida definido pelo facto de que cerca de dois terços do território nacional se encontrar envelhecido. O envelhecimento da população significa um aumento da dependência e um eventual decréscimo do potencial crescimento. O ser humano que envelhece continua a evoluir e também tem direito à qualidade de vida.

A RNCCI foi criada, em substituição da Rede Mais, pelo Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de Junho, no âmbito dos Ministérios da Saúde, do Trabalho e da Solidariedade Social. É constituída por unidades e equipas de cuidados continuados de saúde, e/ou apoio social, de cuidados e ações paliativas, com origem nos serviços comunitários de proximidade, abrangendo os hospitais, os centros de saúde, os serviços distritais e locais da segurança social, a Rede Solidária e as autarquias locais. Neste âmbito, entende-se por Cuidados Continuados Integrados o conjunto de intervenções sequenciais de saúde e/ou de apoio social, decorrente de avaliação conjunta, centrado na recuperação global entendida como o processo terapêutico e de apoio social, ativo e contínuo.

Os cuidados continuados integrados incluem-se no Serviço Nacional de Saúde e no Sistema de Segurança Social, assentam nos paradigmas da recuperação global e da manutenção, entendidos como o processo ativo e contínuo, por período que se prolonga para além do

necessário para tratamento da fase aguda da doença ou da intervenção preventiva, e compreendem:

- A reabilitação, a readaptação e a reintegração social;
- A provisão e manutenção de conforto e qualidade de vida, mesmo em situações irrecuperáveis.

A Rede baseia-se num modelo de intervenção integrada e articulada e assenta nas seguintes bases de funcionamento:

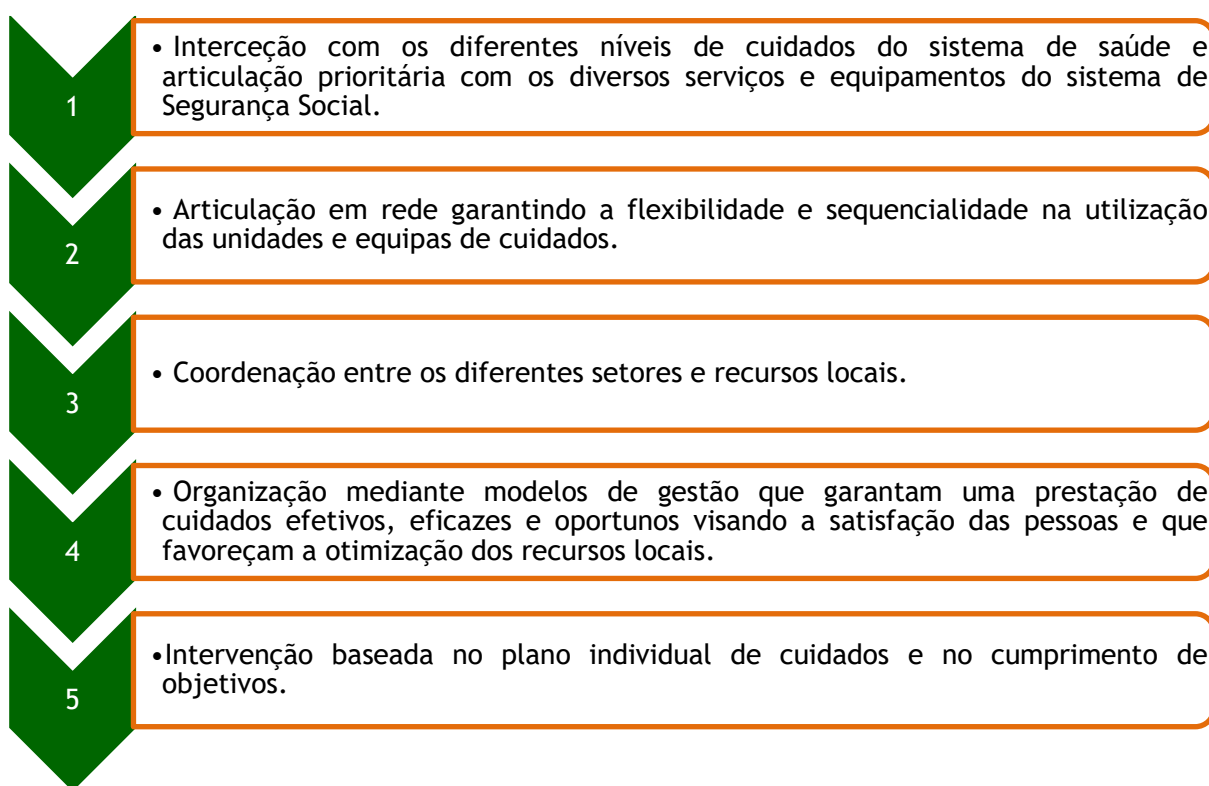


Figura 25 - Funcionamento da RNCCI.

A implementação da Rede, no seu primeiro ano de vigência, concretizou-se através das Experiências Piloto, aprovadas em 14 distritos do país pelo Despacho Conjunto n.º 17516/2006, de 29 de Agosto, estando atualmente implementada em todo o território continental.

A Rede apresenta desde o seu início uma dinâmica de funcionamento partilhada e uma abordagem intersetorial.

O novo modelo de cuidados continuados integrados enquadra-se no âmbito das tendências seguidas no contexto internacional, designadamente de criação de sistemas e redes de cuidados de saúde e apoio social, na sua maioria, com cobertura pública.

O planeamento da RNCCI está a ser equacionado de forma a garantir um alargamento equilibrado e equitativo das respostas de Cuidados Continuados Integrados a nível local e nacional. Prevê-se que este alargamento faseado esteja concluído em 2016.

A Rede tem como objetivo geral, prestar cuidados continuados integrados a pessoas que, independentemente da idade se encontrem em situação de dependência. E como objetivos específicos:

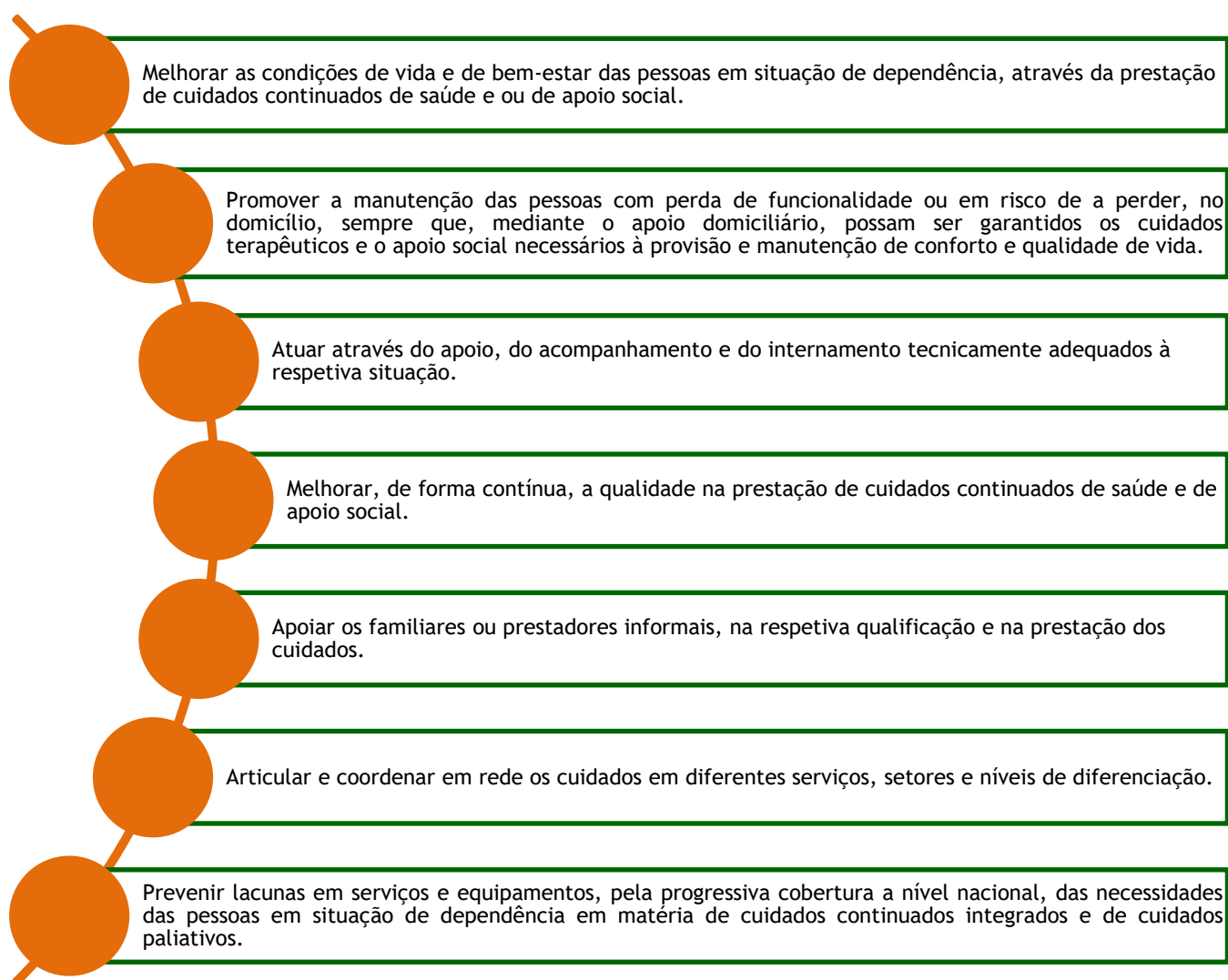


Figura 26 - Objetivos específicos da RNCCI.

A prestação de cuidados continuados integrados é assegurada por unidades de internamento, de ambulatório, equipas hospitalares e domiciliárias. As unidades de internamento são constituídas por: convalescença, média duração e reabilitação, longa

duração e manutenção e cuidados paliativos. As de ambulatório integram a unidade de dia e de promoção de autonomia.

Como equipas hospitalares são consideradas as equipas de gestão de altas e intra-hospitalares de suporte em cuidados hospitalares. Já equipas domiciliárias são as de cuidados continuados integrados e comunitárias de suporte em cuidados paliativos.

No âmbito da RNCCI, o Hospital de Nossa Senhora da Assunção - Seia integra a Equipa de Gestão de Altas e as Unidades de Convalescença e Cuidados Paliativos.

A **Equipa de Gestão de Altas** é multidisciplinar, sendo constituída por Médica, Enfermeira e Técnica Superior de Serviço Social, onde lhes cabe a preparação e gestão de altas hospitalares referenciando utentes que necessitem de seguimento dos seus problemas de saúde e sociais, quer no domicílio quer em articulação com as diversas unidades existentes.

Tabela 31 - Referenciações Equipa Gestão de Altas - Hospital Nossa Senhora da Assunção - Seia.

	Referenciações 2014	Referenciações 2015
Unidade Convalescença	41	34
Unidade Média Duração e Reabilitação	20	12
Unidade Longa Duração e Manutenção	10	9
Unidade Paliativos	23	15
ECCI*	4	7
Total Referenciações	98	77

Fonte: Hospital Nossa Senhora da Assunção-Seia.

*ECCI- Equipa Cuidados Continuados Integrados que se encontram sediadas nos Centros de Saúde

Ao internamento propriamente dito temos a Unidade de Convalescença em que os cuidados a prestar são destinados a doentes com perda de autonomia transitória que requeiram cuidados de saúde que, pela sua frequência, complexidade ou duração, não possam ser prestados no domicílio.

A Unidade de Cuidados Paliativos que é destinada a doentes com doenças complexas em estado avançado, com evidência de falha da terapêutica dirigida à doença de base ou em fase terminal, que requerem cuidados em regime de internamento para orientação ou aplicação do plano terapêutico paliativo.

Integrado no Hospital Nossa Senhora da Assunção - ULS Guarda, E.P.E., temos:

- **Unidade de Convalescença**, com 16 camas e ginásio de fisioterapia, tem como finalidade a estabilização clínica e funcional, a avaliação e a reabilitação integral da pessoa com perda transitória de autonomia potencialmente recuperável e que não necessita de cuidados hospitalares. O internamento tem uma previsão até 30 dias consecutivos por cada admissão.

Tabela 32 - Unidade de Convalescença.

	Unidade de Convalescença 2014	Unidade de Convalescença 2015
Utentes admitidos	148	141
Média Idades	72,83	76,25
Utentes saídos para domicílio, lar, ECCI	151	93
Óbitos	2	2
Demora média	35,55	33,46

Fonte: Hospital Nossa Senhora da Assunção-Seia.

- **Unidade de Cuidados Paliativos**, é uma unidade de internamento com 11 camas e tem como finalidade acompanhamento, tratamento e supervisão clínica a doentes em situação clínica complexa e de sofrimento, decorrentes de doença severa e ou avançada, incurável e progressiva.

Podemos afirmar que na RNCCI, há uma organização dos serviços e da prestação dos cuidados, obrigando a uma interação e cooperação de profissionais de várias áreas da saúde, efetuando-se semanalmente uma reunião com os mesmos onde cada um deles fala acerca de cada utente e em conjunto delineiam-se estratégias e diretrizes de intervenção tendo em conta sempre o próprio doente e a sua família, à medida que se vai dando um passo a situação é reavaliada entre todos.

Tabela 33 - Unidade de Paliativos.

	Unidade de Paliativos 2014	Unidade de Paliativos 2015
Utentes admitidos	132	103
Média Idades	80,80	71.7
Utentes saídos para domicílio, lar	134	5
Óbitos	108	82
Demora média	23,98	28.19

Fonte: Hospital Nossa Senhora da Assunção-Seia.

Santa Casa da Misericórdia de Seia

Integra a Unidade de Média Duração e Reabilitação e a Unidade de Longa Duração (UMDR) e Manutenção (ULDM).

No que respeita à UMDR, é direcionada para pessoas que, perderam temporariamente a sua autonomia mas que podem recuperá-la e que necessitem de cuidados de saúde, apoio social e reabilitação que, pela sua frequência ou duração, não podem ser prestados no domicílio, sendo internamentos entre 30 e 90 dias seguidos.

De acordo com a Santa Casa da Misericórdia de Seia, a **Unidade de Média Duração e Reabilitação - (2012 -2014):**

Número de quartos/camas existentes	<ul style="list-style-type: none"> • 30 camas;
Número de utentes admitidos por Escalão Etário e sexo	<ul style="list-style-type: none"> • 174 - femininos; • 165 - masculinos • Idades compreendidas entre os 28 anos e os 100 anos;
Média das idades dos utentes	<ul style="list-style-type: none"> • Média aritmética de idades é de 64 anos. A maioria dos utentes tem entre os 70 e os 90 anos;
Número de utentes por Residência	<ul style="list-style-type: none"> • Maioritariamente do distrito da Guarda - em primeiro Seia, seguido de Gouveia e Guarda. Outros distritos: Viseu, Castelo Branco e Coimbra. Pontualmente recebem doentes de outras localidades - Guimarães, Lisboa, Portalegre e Leiria;
Média de dias de internamento por utente	<ul style="list-style-type: none"> • 128 dias (devido a prorrogações para conclusão de tratamentos).

Figura 27 - Caracterização da Unidade de Média Duração e Reabilitação.

A ULDM, tem como finalidade prestar cuidados a doentes com processos crónicos que apresentam diferentes níveis de dependência e graus de complexidade, que não podem ser prestados no domicílio, com previsibilidade de internamento superior a 90 dias consecutivos (<180). Esta valência pode ainda proporcionar internamento a doentes com dificuldades de apoio familiar ou cujo principal cuidador tem necessidade de descanso,

podendo a duração do respetivo internamento ser inferior a 90 dias, com o limite anual de 90 dias.

A Santa Casa da Misericórdia de Seia refere que a **Unidade de Longa Duração e Manutenção (2012 - 2014):**

Número de quartos/camas existentes	<ul style="list-style-type: none"> • 12 camas;
Número de utentes admitidos por Escalão Etário e sexo	<ul style="list-style-type: none"> • 59 - femininos; • 53 - masculinos • Idades compreendidas entre os 41 anos e os 100 anos;
Média das idades dos utentes	<ul style="list-style-type: none"> • Média aritmética de idades é de 70 anos. A maioria dos utentes tem entre os 70 e os 90 anos.
Número de utentes por Residência	<ul style="list-style-type: none"> • Maioritariamente do Concelho de Seia. Pontualmente recebem doentes de outras localidades - Oliveira do Hospital , Gouveia, Covilhã, Viseu, Nelas, Guarda e Castelo Branco.
Média de dias de internamento por utente	<ul style="list-style-type: none"> • 180 dias (é cumprido o tempo previsto na maioria das situações).

Figura 28 - Caracterização da Unidade de Média Duração e Manutenção.

Projetos Locais

Projeto ALAVANCA

O Projeto Alavanca teve o seu início em 2009, resultado da aprovação de uma candidatura ao Plano Operacional de Respostas Integradas do Instituto da Drogas e da Toxicoddependência (IDT), tendo vindo a desenvolver várias atividades de apoio à comunidade local em estreita articulação com o CRI - Centro de Respostas Integradas da Guarda. Esta aprovação surgiu da constatação de uma necessidade nos territórios

Seia/Gouveia na área das dependências. O Projeto Alavanca, assumindo um papel dinamizador, tem como objectivos:

- Alteração de comportamentos destrutivos (consumo abusivo de substâncias lícitas e ilícitas) que afetam os indivíduos e respetivas famílias, levando-os consequentemente a processos de exclusão social;
- Promoção do desenvolvimento de competências pessoais e profissionais dos utentes;
- Articulação entre as várias entidades de forma a facilitar o acesso aos serviços.

Outras Respostas de Saúde

Neste âmbito existe uma diversidade de respostas de ordem privada e em diversas áreas, tais como farmácias, centros de reabilitação, clínicas dentárias e clínicas médicas.

Considerações finais

No seguimento do diagnóstico realizado, confirmada a necessidade de se reforçar o trabalho em rede no seio da rede social de Seia e do envolvimento de todos os agentes locais, destacam-se as prioridades/possibilidades de solução que se seguem:

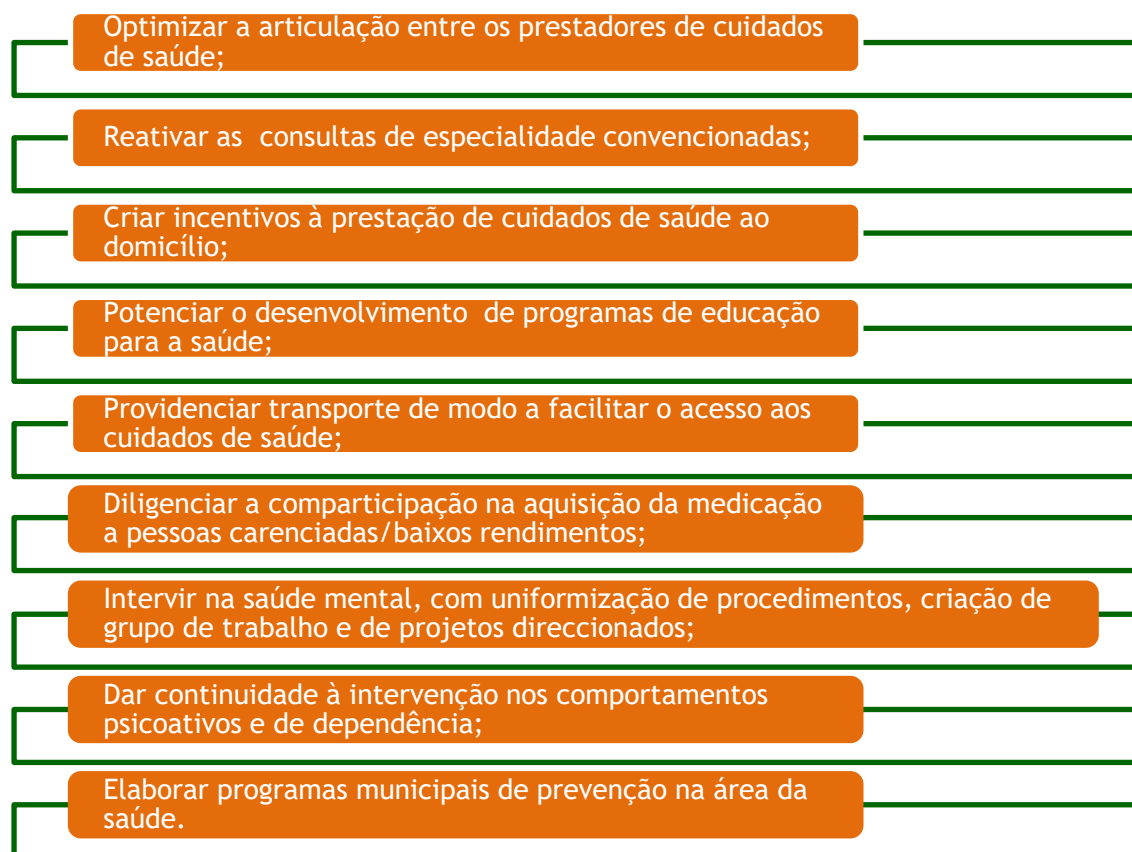


Figura 29 - Prioridades de solução.

O dilema em conciliar o avanço dos cuidados médicos com a crescente procura dos cuidados de saúde e a disponibilidade contida da oferta do Sistema Nacional de Saúde, perante um concelho interior rural e disperso, de reduzida população, constitui um desafio que é necessário ir contornando, de forma a facilitar o acesso aos cuidados de saúde. O aumento da esperança de vida e os baixos proventos, aliados à migração de grande parte da população ativa, vem comprometendo o apoio e acompanhamento familiar dos idosos e dependentes, nomeadamente na sua deslocação para consultas e outros cuidados de saúde.

A atual regulamentação e gestão na atribuição de transporte não urgente para cuidado de saúde, compromete a resposta em alguns casos particulares, de tratamentos especializados, nomeadamente a situações de deslocação de doentes para tratamentos oncológicos e no caso das toxicodependências.

A perda gradual de consultas de especialidade no concelho de Seia e até mesmo no distrito da Guarda tem sido um forte constrangimento no acesso a consultas e nos subsequentes cuidados de saúde. Registe-se, a título de exemplo, a não existência de cardiologia, ortopedia, endocrinologia entre outras no concelho e de pedopsiquiatra no distrito.

As crescentes dificuldades de ordem económica constituem igualmente um fator de inibição aos cuidados de saúde. Como forma de contorná-las, sugere-se que as Instituições e demais entidades locais unam esforços no sentido de encontrarem meio de transporte alternativo, dinamizarem participação na aquisição de medicamentos para os mais carenciados e de, em conjunto, com quem detém responsabilidades, possam efetivar um serviço de saúde de proximidade e sobretudo para as populações mais isoladas.

No que concerne aos cuidados de saúde mental verifica-se que, no concelho, não existem respostas sociais adequadas e especializadas nesta área. Este facto apresenta graves repercussões devido à falta de apoio e acompanhamento idiossincrático, específico e persistente, o que revela uma grande implicação no próprio, no contexto da família e na saúde comunitária. Neste sentido, torna-se premente realizar uma caracterização dos principais distúrbios psiquiátricos e dos problemas de saúde mental relacionados com a saúde em geral, presentes no concelho. Pretende-se deste modo, promover a redução do impacto significativo dos distúrbios psiquiátricos e dos problemas de saúde mental

relacionados com a saúde em geral sobre a vida familiar, sobre as redes de suporte social, o desempenho profissional, tal como sobre o sofrimento associado ao estigma da doença mental, à discriminação e à exclusão social associada.

Com efeito desde o processo de referenciação, atendimento em situação de crise e acompanhamento, há necessidade de criar uma equipa multidisciplinar de intervenção na saúde mental, bem como disponibilizar dinâmicas de terapia ocupacional e de reabilitação. Verifica-se ainda a necessidade de promover a criação de uma resposta social adequada para as situações-caso que não dispõem de suporte social e/ou familiar.

EIXO B | Educação, Qualificação e Emprego

Nota Introdutória

A educação constitui um bem fundamental na vida de todas as pessoas, assumindo um papel essencial no desenvolvimento de competências académicas e qualificações, mas também no desenvolvimento pessoal e social de cada indivíduo. Atendendo aos indicadores sociodemográficos que caracterizam o Município de Seia, nomeadamente no que se refere ao nível de qualificação da população residente, cabe à Rede Social, em particular, aos estabelecimentos de ensino e ao Município a definição de um compromisso social com a educação e o desenvolvimento dos seus habitantes.

As medidas de emprego e formação profissional revelam-se de importância crucial para o reforço da qualificação, enquadrando-se no novo modelo de crescimento, baseado na inovação e no conhecimento, assegurado pela definição de prioridades e estratégias de princípios estruturantes, designadamente a promoção da qualificação dos portugueses, desenvolvendo e estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação e a cultura como principal garantia do desenvolvimento do país e aumento da sua competitividade. Devem, por isso, assegurar-se as condições de adaptabilidade das empresas e dos trabalhadores e uma maior capacidade de resposta às transformações sociais e às exigências acrescidas na qualidade de prestação de bens e serviços públicos.

Apesar do esforço que tem vindo a ser desenvolvido ao longo dos últimos anos para a qualificação da população em todos os níveis de ensino e de formação, Portugal, e nomeadamente o concelho de Seia confronta-se, ainda, com um conjunto de debilidades no âmbito do sistema de emprego, não só no que respeita aos níveis de habilitação escolar e de qualificação da mão-de-obra, mas também em aspetos relacionados com o perfil do sistema produtivo, onde persistem, ainda, setores com necessidades de inovação, atendendo ao mercado de emprego global e cada vez mais competitivo.

De referir também que o desajustamento entre as competências oferecidas e as procuradas ainda persiste, sendo que o desemprego atinge com elevada incidência os trabalhadores menos qualificados.

O tecido empresarial, composto de pequenas e médias empresas tem vindo a desenvolver um esforço para a inovação, no entanto ainda há fatores que condicionam a sua competitividade no mercado de trabalho.

Ao nível empresarial o setor têxtil - subsector de lanifícios, já não monopoliza o emprego da região, sendo agora acompanhado por outros setores, nomeadamente, a hotelaria, restauração e turismo, os laticínios, o calçado, o comércio, os serviços, a construção civil, a produção vinícola e os serviços pessoais e à comunidade.

Atendendo às características naturais desta região, o turismo será o setor com fortes perspectivas de crescimento apesar deste e o setor agropecuário não possuírem condições para garantir emprego com carácter permanente. A sazonalidade maior ou menor que caracteriza estas atividades depende, respetivamente, do fluxo de visitantes à região da Serra da Estrela, especialmente no inverno, ou da matéria-prima (leite de ovelha) necessária à produção do queijo “Serra da Estrela”.

A economia social desempenha atualmente um papel importante ao nível de empregabilidade especialmente junto da população feminina. Assistimos a uma estabilização do quadro das instituições, no entanto a rotatividade de horários de trabalho continua a dificultar a conciliação entre vida familiar e vida profissional.

Atendendo às dinâmicas atuais do mercado de trabalho, há a necessidade de fazer um grande esforço na consciencialização da população para a importância da educação e da formação como fatores potenciadores de oportunidades de realização pessoal e profissional. Neste contexto, as entidades que operam nesta região e com responsabilidades na área do emprego e qualificação têm apostado na qualificação da população desta região e na formação ao longo da vida.

Urge, assim, continuar a promover a igualdade de oportunidades, através da implementação de medidas e estratégias que inibam as dinâmicas de (re)produção da exclusão social, assumindo as escolas, as entidades formativas, as entidades públicas e as privadas uma intervenção concertada na minimização das desvantagens sociais.

No que concerne a este eixo e considerando estas áreas transversais e complementares às restantes problemáticas da esfera social, propõe-se contribuir para o incentivo ao reforço de ambientes educativos/formativos positivos. Neste sentido, pensando numa aprendizagem global, no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos *per si* ou de todos em geral e no desenvolvimento com qualidade sustentável, empreendedora e saudável do nosso território, é de realçar a importância de se atentar aos sistemas relacionais entre os atores da comunidade educativa, às implicações da crise nas diversas

dinâmicas individuais, ao impacto potencial da multiculturalidade e das etnias, às desvantagens socioculturais presentes e à promoção do trabalho em rede capaz de permitir a complementaridade das ofertas e não a concorrência fragmentadora.

Educação

Caracterização da população e oferta escolar

Habilitações académicas da população do concelho de Seia

A análise cuidada dos dados da educação é um ponto fundamental para delinear um Plano de Desenvolvimento Social que vá de encontro às necessidades sentidas. O nível de instrução escolar surge como um indicador imprescindível desta caracterização. A análise dos resultados dos Censos 2011 revela que no município continua a verificar-se um baixo nível médio das qualificações. Ainda assim, em resultado do grande esforço para melhorar os resultados, aumentar a qualidade do ensino e da formação, nos últimos anos, registou-se um crescimento da qualificação da população.

Tabela 34 - Qualificação da População em Portugal e no concelho de Seia.

Qualificação	Seia	Portugal
Taxa de analfabetismo	7,3	5,2
População residente com 15 e mais anos, sem nível de escolaridade (%)	14,1	10,39
Proporção da população com 15 ou mais anos com pelo menos o 3º ciclo	38,3	49,6
Proporção da população com 18 ou mais anos com pelo menos o ensino secundário completo	22,9	42,6
Proporção da população entre os 30 e os 34 com o ensino superior completo	19,4	31,7
Proporção da população residente com o ensino superior completo	9,3	15,1

Fonte: Data Centro (Censos 2011).

De facto, com base na análise dos Censos 2011, constata-se progressos significativos em todos os níveis de ensino, tendo como base de comparação os Censos 2001.

A taxa de analfabetismo das mulheres era superior à taxa de analfabetismo dos homens, isto é, 8,8% e 4,31% respetivamente. Na última década, verificou-se também uma evolução favorável, no que se refere à população sem nível de escolaridade, com 15 e mais anos. A percentagem de pessoas do município nesta situação, recuou 11%, de 25,1% em 2001 para 14,1% em 2011. Uma vez mais, são as mulheres que ocupam a maior percentagem deste grupo, cerca de 64% do total.

No que se refere à população com 15 ou mais anos que completou o 9.º ano de escolaridade, esta atingiu, em 2011, cerca de 38% do grupo correspondente. A proporção de homens e mulheres com o 3.º ciclo completo é muito semelhante, rondando os 52% e os 48%, respetivamente.

A escolaridade de nível secundário da população residente no concelho, com 15 ou mais anos, é atualmente de 12,6% tendo-se registado um crescimento face aos 8,4% registados em 2001. A proporção de homens e mulheres com o ensino secundário completo, tal como no ciclo anterior, é muito semelhante, 51% e 49%, respetivamente. Verificou-se também uma evolução positiva na percentagem da população com diploma de ensino superior que passou de 4,6% para 9,3%. Neste nível de escolaridade a tendência observada inverte-se, sendo as mulheres que ocupam a maior percentagem, 60 % do total.

Refira-se ainda que a qualificação da população residente é ligeiramente superior à qualificação da NUT III, em vários parâmetros.

Tabela 35 - Qualificação da População (Censos 2001 e 2011) em Portugal, na NUT III Serra da Estrela e no concelho de Seia.

Qualificação da população residente	2001			2011		
	Seia Município	Serra da Estrela (NUTSIII)	Portugal	Seia Município	Serra da Estrela (NUTSIII)	Portugal
População residente com 15 e mais anos, sem nível de escolaridade (%)	25,1	26,7	18	14,1	15,5	10,4
População residente com 15 e mais anos, com ensino secundário (%)	8,4	8,1	13,3	12,6	11,5	15,7
População residente com ensino superior (%)	4,6	4,4	7,6	9,3	8,5	13,8

Fonte: Data Centro (Censos 2011).

Para os progressos registados na última década, em parte, contribuíram processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) e os cursos Educação e Formação de Adultos (EFA) que envolveram número significativo de adultos. De facto, desde 2007, assistiu-se a um elevado número de adultos matriculados nestes tipos de

formação, em particular no 3.º ciclo (com 1705 matriculas em seis anos) e no Ensino Secundário (com 1330 matriculas em seis anos).

Tabela 36 - Adultos matriculados em cursos EFA, Processos RVCC por nível e Ciclo de Ensino.

Nível e Ciclo de Ensino	Ano lectivo								
	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
1.º Ciclo									
Cursos EFA	–	–	–	30	-	1	312	19	–
Processos RVCC	–	–	–	–	4	5	1	2	–
2.º Ciclo									
Cursos EFA	–	–	–	16	56	6	3	29	22
Processos RVCC	–	–	–	–	119	62	48	29	–
3.º Ciclo									
Cursos EFA	–	–	–	195	260	250	13	99	82
Processos RVCC	–	–	–	–	458	259	62	26	1
Ensino Secundário									
Cursos EFA	–	–	–	46	177	139	118	109	106
Processos RVCC	–	–	–	–	331	184	84	36	–

Fonte: Estabelecimentos de Ensino.

No entanto, saliente-se que, nos principais indicadores, o caminho a percorrer é ainda significativo. De facto, tendo em consideração vários indicadores referenciados, constata-se que o nível de instrução da população residente fica aquém dos padrões portugueses e muito aquém das metas a alcançar para a convergência com a média europeia, sendo de registar a necessidade de continuar a implementar medidas diversificadas para melhorar a qualidade e a eficiência do sistema de educação e formação.

Oferta de Educação, Formação e Ensino

No concelho é prestado um serviço de educação que engloba os vários níveis de ensino, desde a educação pré-escolar ao ensino superior.

Tabela 37 - Organização da Rede Educativa/Formativa do concelho de Seia.

Estabelecimentos Públicos	Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo
Agrupamento de Escolas de Seia	Escola Evaristo Nogueira
Agrupamento de Escolas Guilherme Correia de Carvalho	Escola Profissional Serra da Estrela
Instituto de Emprego e Formação Profissional I. P., Centro de Emprego e Formação Profissional da Guarda - Serviço de Emprego e Formação Profissional de Seia	Conservatório de Música de Seia
Escola Superior de Turismo e Hotelaria	
Rede Privada (Jardim-de-Infância)	
Centro Paroquial de Seia	Fundação Aurora Ressureição Coelho Borges
Santa Casa da Misericórdia de Seia	Centro de Assistência Paroquial de Loriga
Patronato da Sagrada Família	Centro de Assistência Social Nossa Senhora de La Salette

Fonte: Município de Seia.

A rede pública de ensino é constituída por dois Agrupamentos de Escolas (Agrupamento de Escolas de Seia e Agrupamento de Escolas Guilherme Correia de Carvalho) e pela Escola Evaristo Nogueira.

O Agrupamento de Escolas de Seia é uma rede orgânica constituída por 18 estabelecimentos de ensino que abrange uma população escolar desde o ensino pré-escolar até ao 12.º ano.

O Agrupamento de Escolas Guilherme Correia de Carvalho é constituído por sete estabelecimentos de ensino que abrangem alunos desde o pré-escolar até ao 9º ano de escolaridade. A Escola Evaristo Nogueira, do 2.º e 3º Ciclo, é uma escola do ensino particular e cooperativo com contrato de associação.

Tabela 38 - Estabelecimentos de Ensino

Rede Pública						
Estabelecimentos de Ensino						
	Pré-escolar	1ºCiclo	2º e 3ºCiclo	Secundário	Profissional	Superior
Agrupamento de Escolas Guilherme Correia de Carvalho	Centro Escolar São Romão	Sandomil	Dr. Guilherme Correia de Carvalho			
	Sandomil	Torreselo	Dr. Reis Leitão			
	Torreselo	Centro Escolar São Romão				
	Centro Escolar Seia	Centro Escolar Seia				
	Loriga	Loriga				
	Loriga	Vide				
Agrupamento de Escolas de Seia	Carvalhal da Louça	Paranhos	Tourais/Paranhos	Escola Secundaria de Seia		
	Tourais	Tourais/Paranhos	Dr. Abranches Ferrão			
	Vila Verde	Sabugueiro				
	Santa Comba	Sabugueiro				
	Pinhanços	Santiago				
	Sabugueiro	Santa Marinha				
	Santiago	Dr. Abranches Ferrão				
	Santa Marinha					
	São Martinho					
	Travancinha					
Instituto Politécnico da Guarda						Escola Superior de Turismo e Hotelaria
Ensino Particular e Cooperativo						
			Escola Evaristo Nogueira	Escola Profissional da Serra da Estrela		

Fonte: Município de Seia.

Tabela 39 - Número de estabelecimentos escolares no concelho.

	Creche (0-3 anos)	Pré-escolar (4-5/6 anos)	1ºCiclo (6-9 anos)	2ºCiclo (10-11 anos)	3ºCiclo (12-14 anos)	Secundário (15-17 anos)
Público	15	15	12	4	4	1
Privado	6	6	0	1	1	1

Fonte: Município de Seia.

Tabela 40 - Número de crianças por estabelecimento escolar distribuídas por género.

	Creche (0-3 anos)		Pré-escolar (4-5/6 anos)		1ºCiclo (6-9 anos)		2ºCiclo (10-11 anos)		3ºCiclo (12-14 anos)		Secundário (15-17 anos)	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Público	28	17	75	78	318	301	162	137	211	200	265	310
Privado	119	129	79	58	0	0	41	35	91	67	76	92

Fonte: Município de Seia.

Tabela 41 - Número de crianças de origem imigrante, discriminado por país de origem.

País de origem	Número de crianças
África (República Democrática do Congo)	1
América do Sul (Argentina, Brasil)	5
Europa (Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, França, Itália, Luxemburgo, Reino Unido)	36
Médio Oriente (Arábia Saudita, Síria)	3
China	4
EUA	3

Fonte: Município de Seia.

Na rede pública, existe ainda uma escola do Ensino Superior Politécnico, a Escola de Superior de Turismo e Hotelaria, do Instituto Politécnico da Guarda, que tem como oferta formativa licenciaturas, mestrados e cursos de especialização tecnológica. Forma quadros superiores com vista ao desempenho de atividades profissionais nas áreas de Turismo, da Hotelaria e da Restauração.

Paralelamente, existem mais duas escolas do Ensino Particular e Cooperativo, com uma oferta pública de educação:

- A Escola Profissional Serra da Estrela, que oferece cursos com equivalência do 9.º ano e do 12.º ano (vocacionais, profissionais e de aprendizagem) e cursos EFA, estes últimos destinados a adultos;
- O Conservatório Música de Seia, uma escola do ensino vocacional artístico especializado de música que desenvolve paralelamente ao ensino regular uma componente vocacional do ensino básico, funcionando em regime articulado com as escolas do 2º e 3º ciclos.

Identificam-se ainda, na rede privada, seis estabelecimentos de ensino pré-escolar: Patronato da Sagrada Família (São Romão), Santa Casa da Misericórdia de Seia, Centro Paroquial de Seia, Centro Social Nossa Senhora de La Salle (Paranhos da Beira),

Fundação Aurora Ressureição Coelho Borges (Santa Marinha) e Centro Assistência Paroquial de Loriga. Nestes estabelecimentos de ensino é consagrado o direito à gratuidade da educação, de acordo com as condições socioeconómicas das famílias, direito atingido através de uma articulação entre o Ministério da Educação e o Ministério da Solidariedade e Segurança Social.

Educação pré-escolar

A educação pré-escolar é a primeira etapa da Educação Básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família. De frequência facultativa, destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico. Tem objetivos que contemplam áreas não apenas de desenvolvimento pessoal e social da criança, mas também de desenvolvimento intelectual, humano e expressivo.

Existem no concelho vinte e um jardins-de-infância, seis do ensino privado e quinze do ensino público, estes últimos integrados nos dois agrupamentos de escola existentes.

Desde 2005, a taxa real de pré-escolarização no município é superior a 98%. Entre os anos letivos 2013/2014 e 2014/2015, últimos dados disponíveis, esta taxa era de 100%. No entanto, fruto da diminuição da taxa de crescimento natural, verificou-se ao longo da década de 90 e acentuou-se na última década, a diminuição dos alunos matriculados no ensino pré-escolar.

Nos últimos três anos esta tendência manteve-se, ainda que o decréscimo seja agora menos acentuado, com a redução de 28 alunos nos últimos 2 anos.

Tabela 42 - Número de alunos do Ensino Pré-Escolar

Jardins-de-infância	Número de alunos	Número de salas	Número de alunos	Número de salas	Número de alunos	Número de salas
	Ano letivo 2013/2014		Ano letivo 2014/2015		Ano letivo 2015/2016	
Agrupamento de Escolas de Seia	92	11	61	11	68	10
Agrupamento de Escolas Guilherme Correia de Carvalho	133	10	137	10	130	9
Rede Particular	240	16	239	16	214	16
Total	465	37	437	37	412	35

Fonte: Município de Seia.

Ensino Básico

O Ensino Básico, com uma duração de 9 anos escolares, está organizado em três ciclos sequenciais:

- 1.º Ciclo (1.º, 2.º, 3.º e 4.º Anos);
- 2.º Ciclo (5.º e 6.º Anos);
- 3.º Ciclo (7.º, 8.º e 9.º Anos).

A articulação entre ciclos obedece a uma sequencialidade progressiva, numa perspetiva de unidade do Ensino Básico, cabe a cada ciclo a função de complementar, aprofundar e alargar o ciclo anterior.

Primeiro Ciclo do Ensino Básico

No 1.º ciclo, o ensino é global e visa o desenvolvimento de competências básicas em Língua Portuguesa, Matemática, Estudo do Meio e Expressões e funciona em regime de monodocência.

Todas as escolas do primeiro ciclo do concelho são do ensino público. As escolas de Sandomil, Torroselo, Loriga, Vide e os Centros escolares de Seia e São Romão estão integrados no Agrupamento de Escolas Guilherme Correia de Carvalho. Ao Agrupamento de Escolas de Seia, pertencem as escolas do 1.º Ciclo de Paranhos, Tourais, Pinhanços, Sabugueiro, Santa Comba, Santiago, Santa Marinha, São Martinho e Escola Dr. Abranches Ferrão.

À semelhança do ocorrido com o decréscimo do número de alunos no ensino pré-escolar, mas de forma mais acentuada, no 1.º Ciclo esta diminuição tem-se feito sentir nos dois agrupamentos de escola, com o decréscimo de 95 alunos inscritos nos últimos quatro anos.

Tabela 43 - Número de alunos do 1º Ciclo por ano lectivo.

Agrupamentos	Número de alunos do 1º Ciclo por ano letivo				
	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016
Escolas Guilherme Correia de Carvalho	512	497	469	451	427
Escolas de Seia	251	207	209	217	192
Total	763	704	678	668	619

Fonte: Município de Seia.

Segundo e Terceiro Ciclo do Ensino Básico

O 2.º e 3.º Ciclo abrangem os alunos de 5.º e 6.º ano e 7.º 8.º e 9.º ano, respetivamente. Estão organizados por disciplinas/áreas disciplinares não curriculares e funcionam em regime de pluridocência, com professores especializados nas diferentes áreas disciplinares/disciplinas.

No Município, a oferta destes dois ciclos é feita por quatro escolas públicas, integradas nos dois agrupamentos de Escolas e pela Escola Evaristo Nogueira, situada em São Romão, uma escola particular que integra a rede de ensino público.

Para além da oferta no ensino regular, as escolas proporcionam aos jovens respostas diferenciadas que permitem a conclusão do 9.º ano, especificamente, Cursos Vocacionais, Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) e Cursos de Educação e Formação (CEF) que no ano letivo 2014 /2015 deixaram de existir no Município. Os Cursos Vocacionais de nível básico são orientados para a inserção no mercado de trabalho e a sua estrutura curricular contempla uma especialização técnica e uma componente prática em contexto de trabalho. Destinam-se a jovens do ensino básico a partir dos 13 anos de idade com duas retenções no mesmo ciclo, ou três retenções em ciclos diferentes. O PIEF é uma iniciativa do Ministério da Educação e do Trabalho e Solidariedade e destina-se a menores em situação de abandono escolar ou de exploração de trabalho infantil, que correm um forte risco exclusão social. Conferem uma oportunidade para estes jovens obterem uma qualificação escolar e profissional.

Os Cursos de Educação e Formação (CEF) de jovens destinam-se a jovens com idade igual ou superior a 15 anos e inferior a 23 anos, em risco de abandono escolar ou que já abandonaram a escola sem terem concluído a escolaridade obrigatória.

Tabela 44 - Número de alunos do 2º e 3.º Ciclos por modalidade de ensino

Modalidade de Ensino	Número de Alunos		
	Ano letivo 2013/2014	Ano letivo 2014/2015	Ano letivo 2015/2016
Ensino Regular	982	887	883
Cursos CEF	35	0	0
Vocacional	0	93	47
PIEF	15	7	0

Fonte: Estabelecimentos de ensino

Estes percursos possibilitam o prosseguimento de estudos / formação e permitem a aquisição de competências profissionais, através de soluções flexíveis que vão de encontro aos interesses e motivações dos jovens. São ofertas formativas organizadas numa sequência de etapas de formação consoante as habilitações de acesso. No Município, esta oferta surge nos dois Agrupamentos de Escolas e na Escola Profissional Serra da Estrela. No ano letivo 2014 / 2015 assistiu-se a um aumento significativo de jovens de 2.º e 3.º Ciclo inscritos em cursos formativos de dupla certificação, comparativamente com o ano letivo anterior, tendo-se passado de uma taxa de frequência de 5,1% para 11,3%. Apesar de a oferta ser diversificada, continua a não se verificar mobilidade de alunos entre as diversas escolas, de forma a ajustar a escolha do curso em função interesses e expectativas individuais.

À semelhança da tendência verificada no 1.º Ciclo, também nas escolas do 2.º e 3.º Ciclos se verificou uma diminuição do número de alunos.

Tabela 45 - Número de alunos do 2.º e 3.º Ciclos - anos letivos 2012/2013 a 2015/2016.

Agrupamentos / Escolas	2º Ciclo				3º Ciclo				Total			
	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016
Agrupamento de Escolas de Seia	160	142	164	126	235	201	125	166	395	343	289	292
Agrupamento de Escolas Guilherme Correia de Carvalho	148	156	117	166	270	238	262	209	418	394	413	375
Escola Evaristo Nogueira	93	101	83	76	149	144	136	140	242	245	219	216
Escola Profissional Serra da Estrela	0	0	0	0	20	24	21	19	20	24	21	19
Total	401	399	364	368	674	607	544	534	1075	1006	942	902

Fonte: Município de Seia.

Ensino Secundário

O Ensino Secundário engloba o 10.º, 11.º e 12.º ano de escolaridade. Desde 2010, passou a ser de frequência obrigatória para os jovens menores de dezoito anos, matriculados no ano lectivo 2009 / 2010 em qualquer ano escolar do 1.º e 2.º Ciclos ou no 7.º Ano de escolaridade.

No concelho de Seia o ensino secundário é prestado pela Escola Secundária de Seia, Escola Profissional Serra da Estrela e Empresa Reditus, cobrindo um conjunto alargado de percursos curriculares. A oferta formativa do Ensino Secundário divide-se em quatro tipos

de cursos: Cursos Científico - Humanísticos, Cursos Tecnológicos, Cursos Profissionais e Cursos de Aprendizagem. Os Cursos Científico - Humanísticos são vocacionados para o prosseguimento de estudos de nível superior, de carácter universitário ou politécnico, têm a duração de 3 anos letivos correspondentes ao 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade. Os Cursos Tecnológicos, Profissionais e de Aprendizagem são modalidades de formação de dupla certificação que conferem, simultaneamente, o nível 4 de formação profissional e uma habilitação escolar de nível secundário. Estes cursos promovem a formação inicial de jovens tendo em vista o aumento da empregabilidade e, além disso, possibilitam a progressão escolar e profissional. Os cursos profissionais e de aprendizagem destinam-se a jovens com idade inferior a 25 anos que concluíram com aproveitamento o 3.º Ciclo do Ensino Básico ou equivalente e não detenham uma habilitação escolar de nível secundário ou equivalente.

Tabela 46 - Oferta Educativa/Formativa - Escola Secundária de Seia.

Oferta Formativa	Número de alunos por ano de escolaridade								
	Ano lectivo 2013/2014			Ano lectivo 2014/2015			Ano lectivo 2015/2016		
	10º Ano	11º Ano	12º Ano	10º Ano	11º Ano	12º Ano	10º Ano	11º Ano	12º Ano
Cursos Científico- Humanístico									
Artes Visuais	22	21	8	27	20	12	15	27	13
Línguas e Humanidades	39	29	26	46	40	29	44	37	34
Ciências e Tecnologias	72	87	79	55	90	73	67	58	72
Ciências Socioeconómicas	0	0	0	24	0	0	0	26	0
Cursos Tecnológicos									
Desporto	0	0	19	0	0	0	0	0	0
Cursos Profissionais									
Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	19	0	0	0	10	0	13	0	10
Técnico de Mecatrónica	0	22	0	20	0	22	0	19	0
Técnico de Apoio Psicossocial	54	0	0	0	42	0	0	0	36
Técnico de Gestão Desportiva	0	12	0	0	0	12	14	0	0
Técnico de Manutenção Industrial - Electromecânica	20	0	9	0	19	0	18	0	17
Técnico de Recepção	0	0	14	20	0	0	0	15	0
Técnico de Análise Laboratorial	0	26	0	20	0	4	0	18	0
Cursos de Educação e Formação									
Técnico de Ação Educativa	0	0	8	0	0	0	0	0	0
Técnico Administrativo	0	0	3	0	0	0	0	0	0
Técnico de Gestão Desportiva	0	0	3	0	0	0	0	0	0
Técnico de Mecatrónica	0	0	9	0	0	0	0	0	0
Total por ano	226	197	178	218	221	172	171	382	182

Fonte: Estabelecimentos de Ensino / Formação.

Tabela 47 - Oferta Educativa / Formativa - Escola Profissional Serra da Estrela.

Oferta Formativa	Número de Alunos por ano de escolaridade								
	Ano Letivo 2013/2014			Ano Letivo 2014/2015			Ano Letivo 2015/2016		
	1º Ano	2º Ano	3º Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano
Profissional Técnico de Turismo	20	19	11	15	17	17	0	12	15
Profissional de Construção Civil	0	0	14	0	0	0	0	0	0
Profissional de Técnico de Comércio	15	21	0	0	8	18	0	0	8
Profissional de Técnico de Termalismo	0	0	16	10	0	0	21	0	0
Profissional de Instrumentista de Sopros e Percussão	13	16	11	11	13	16	14	11	13
Profissional de Instrumentista de Cordas e Tecla	7	0	0	2	7	0	3	2	7
Profissional de Técnico de Energias Renováveis	16	19	0	0	10	15	0	0	9
Profissional de Técnico de Produção Agrária	8	0	0	0	8	0	0	0	7
Curso Vocacional Básico 01 "Op. Informática"	0	0	0	21	0	0	19	0	0
Curso Vocacional Secundário 01 "Técnico de Multimédia"	0	0	0	19	0	0	31	0	0
Curso Vocacional "Electrónica e Telecomunicações"	0	0	0	0	0	0	8	0	0
Curso de Aprendizagem de Técnico de Ótica Ocular	0	0	0	15	0	0	0	16	0
Total	79	75	52	93	63	66	96	41	59

Fonte: Estabelecimentos de Ensino / Formação.

Tabela 48 - Oferta Educativa / Formativa - Cursos de Aprendizagem - Empresa Talentus.

Oferta Formativa	Número de Alunos por ano de escolaridade
	Ano Letivo 2014/2015
	1º Ano
Curso de Aprendizagem - Técnico Auxiliar de Saúde	20

Fonte: Estabelecimentos de Ensino / Formação.

Tabela 49 - Oferta Educativa / Formativa - Cursos de Aprendizagem - Conclusão.

Oferta Formativa	Número de Alunos por ano de escolaridade					
	Ano Letivo 2013/2014			Ano Letivo 2014/2015		
	1º Ano	2º Ano	3º Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano
Curso de Aprendizagem Técnico Auxiliar de Saúde	0	11	0	0	0	11

Fonte: Estabelecimentos de Ensino / Formação.

Analisando os dados do número de alunos inscritos em cursos profissionais no ensino secundário, pode concluir-se que a frequência de cursos profissionais no Município tem vindo a aumentar, de forma gradual, desde 2001, seguindo a tendência registada no país.

Tabela 50 - Alunos matriculados em Cursos Profissionais, segundo ano letivo, por escola.

Estabelecimento de Ensino	Ano lectivo														
	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016
Escola Secundária de Seia	–	–	–	15	24	76	132	166	154	146	136	165	176	135	160
Escola Profissional Serra da Estrela	151	154	150	141	133	128	135	150	165	195	207	221	225	177	196
Total	151	154	150	156	157	204	267	316	319	341	343	386	401	312	356

Fonte: Estabelecimentos de Ensino.

De acordo com os dados cedidos pelos estabelecimentos de ensino do concelho, pode concluir-se que no ano lectivo de 2014/2015 a taxa de frequência em cursos de dupla certificação no ensino secundário foi de 49%.

No Ensino Secundário inverteu-se a tendência de diminuição do número de alunos, observada até ao ano 2011/2012, verificando-se até ao ano lectivo 2013/2014 um aumento do número de alunos inscritos neste nível de ensino. Atualmente, é notória a elevada predominância pela escolha de cursos profissionais no que concerne ao ensino secundário. Cada vez mais se verifica a disponibilização de ofertas curriculares complementares, evidente pela taxa crescente de alunos a optar por cursos vocacionais ou profissionais. No entanto, esta escolha surge frequentemente apenas como uma forma de concluir a escolaridade obrigatória, assistindo-se a uma desvalorização destes percursos escolares e profissionais, não só pelos alunos, mas também pela própria escola, pelos pais e pela sociedade em geral. Esta desvalorização é ainda mais acentuada quando se trata de cursos do setor primário.

Ensino Superior

A Escola Superior de Turismo e Hotelaria de Seia (ESTH) é uma unidade de ensino e investigação do Instituto Politécnico da Guarda, que forma quadros superiores com vista ao desempenho de atividades profissionais nas áreas de Turismo, da Hotelaria e da

Restauração. Funcionam, na ESTH, três cursos de 1.º ciclo de Bolonha: a Licenciatura em Turismo e Lazer, a Licenciatura em Gestão Hoteleira e a Licenciatura em Restauração e *Catering*. Apresenta a oferta de Cursos de Especialização Tecnológica nas áreas de Técnicas de Restauração e de Gestão de Animação Turística. Tem ainda disponível o Mestrado de Gestão e Sustentabilidade em Turismo.

Tabela 51 - Oferta Educativa do ESTH e número de alunos inscritos por ano lectivo.

Cursos	Anos Letivos			
	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016
Licenciaturas				
Turismo e Lazer	62	59	65	72
Gestão Hoteleira	139	111	95	102
Restauração e Catering	68	69	79	67
Cursos de Especialização Tecnológica (CET)				
Técnicas de Restauração	33	25	29	3
Gestão de Animação Turística	3	–	12	–
Mestrado				
Gestão e Sustentabilidade no Turismo	8	–	–	9

Fonte: Escola Superior de Turismo e Hotelaria

A Escola Superior de Turismo e Hotelaria é uma escola que recebe, sobretudo, alunos oriundos de outros municípios. Refira-se o elevado grau de empregabilidade dos alunos diplomados nas licenciaturas disponibilizadas. Segundo dados do Jornal de Negócios, em 2011, o curso de Turismo e Lazer, mostrava o maior índice de empregabilidade dos cursos de turismo, com uma taxa de desemprego de 3,7%. Os dados cedidos pela ESTH, ainda que não abranjam o total dos alunos diplomados entre 2010 e 2013, fornecem informação sobre a empregabilidade dos alunos que concluíram a sua licenciatura nesse período de 3 anos.

Tabela 52 - Número de alunos diplomados na ESTH e respetiva taxa de empregabilidade.

Licenciaturas	Número de diplomados	Respostas	Empregados	Desempregados
Turismo e Lazer	75	40 (60%)	88,8%	11,2
Gestão Hoteleira	83	69 (83,13%)	95,60%	4,4
Restauração e Catering	20	20 (100%)	89,60%	10,40%

Fonte: Escola Superior de Turismo e Hotelaria, 2011.

Mencionem-se, no entanto, alguns constrangimentos, nomeadamente, a existência de abandono dos jovens do ensino superior, por vezes, motivado por questões económicas e a insuficiente rede de transportes, fator limitador das inscrições na Escola Superior de Turismo e Hotelaria de Seia.

Sucesso Escolar e Respostas Socioeducativas

(In)Sucesso Escolar e Abandono

As características da população do Município levaram as escolas a uma missão estratégica: reduzir as desvantagens socioculturais, impulsionando o desenvolvimento concelhio. Assim, a promoção da qualidade do sucesso escolar e a prevenção do insucesso e do abandono constituíram-se como uma das metas transversais a todos os agrupamentos / estabelecimentos de ensino do Município. Foram desenvolvidos projetos, tomadas medidas e estratégias que foram implementadas em todos os níveis de ensino.

Como se pode concluir pelos dois quadros seguintes, a partir 2004/ 2005, à semelhança da tendência observada em Portugal, também no Município de Seia se registou uma descida gradual da taxa de retenção e desistência, em particular, nos 2.º e 3.º ciclo e no ensino secundário. Refira-se ainda que, a partir de 2007/ 2008, nos dois níveis de ensino em estudo, a taxa de retenção e desistência no Município foi inferior à nacional.

É no 3.º Ciclo e, em particular, no ensino secundário que se registam as taxas de retenção / desistência mais elevadas. A partir de 2010 /2011, nos estabelecimentos de ensino do Município, no ensino básico, assistiu-se a uma nova subida desta taxa, em particular em 2012/2103 e em 2013/2014, conforme dados fornecidos pelos estabelecimentos de ensino do Município.

Tabela 53 - Taxa de Retenção e Desistência (%) nos ensinos básico e secundário, por nível de ensino e ciclo, no concelho de Seia.

Nível de Ensino	Ano lectivo									
	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014
Ensino básico (%)	10,5	10,9	10,9	5,6	6,9	5,6	7,2	7,5	9	7,9
1.º Ciclo do ensino básico (%)	3,3	3,6	2,8	1,9	2,2	2,2	2,9	5,3	5,2	4,5
2.º Ciclo do ensino básico (%)	12,2	8,3	12,8	5,4	6,7	3,3	6,3	10,2	11,4	7,4
3.º Ciclo do ensino básico (%)	18,6	20,7	18,5	9,7	11,8	10,6	12,8	8,5	11,9	12,3
Ensino secundário (%)	35,5	31,4	24,6	21,9	11,7	18,9	12,4	13,5	17	19,7

Fonte: DGEEC _ Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

Tabela 54 - Taxa de Sucesso do Ensino Básico por estabelecimento de ensino.

Ciclo	Taxas de Sucesso por Ciclo de Escolaridade								
	Ano 2012/2013			Ano 2013/2014			Ano 2014/2015		
	Agrupamento de Escolas de Seia	Agrupamento de Escolas Guilherme Correia de Carvalho	Escola Evaristo Nogueira	Agrupamento de Escolas de Seia	Agrupamento de Escolas Guilherme Correia de Carvalho	Escola Evaristo Nogueira	Agrupamento de Escolas de Seia	Agrupamento de Escolas Guilherme Correia de Carvalho	Escola Evaristo Nogueira
1º Ciclo	89,5%	97,0%	-	89,0%	94,7%	-	90,20%	97,8%	-
2º Ciclo	85,0%	90,9%	96.8%	84,7%	87,5%	99.0%	84,88%	97,46%	98,82%
3º Ciclo	87,6%	87,2%	96.7%	87,0%	83,9%	90.1%	80,09%	88,15%	97,76%
Ensino Secundário	78,8%	-	-	77,9%	-	-	-	-	-

Fonte: Estabelecimentos de Ensino

Se tivermos em consideração a análise do número de alunos que beneficiam de Plano de Acompanhamento, verificamos que no ano letivo 2014 /2015 um número significativo de crianças e jovens, 31,4% dos alunos que frequentam o ensino básico, têm um Plano de Acompanhamento. Isto é, 422 crianças e jovens, apresentam dificuldades condicionantes da aprendizagem que exigem estratégias /medidas diferenciadas para colmatar as suas dificuldades.

Ainda no domínio do (in)sucesso, o abandono no ensino secundário e o grande absentismo /abandono escolar dos jovens de etnia cigana é preocupante. Realça-se, desta forma, a necessidade de promoção de estudos que permitam averiguar sobre os percursos das crianças e jovens que continuam a desaparecer por entre as várias redes de atores sociais.

Tabela 55 - Número de Planos de Acompanhamento e respetiva taxa (%) por ciclo e por estabelecimento de ensino, no ano lectivo 2014/2015.

Ciclos	Agrupamentos / Estabelecimentos de ensino	Planos de Acompanhamento	
		N	%
1º Ciclo	Agrupamento de Escolas de Seia	40	33,1
	Agrupamento de Escolas Guilherme Correia de Carvalho	58	12,9
2º Ciclo	Agrupamento de Escolas de Seia	40	33,1
	Agrupamento de Escolas Guilherme Correia de Carvalho	45	27,8
	Escola Evaristo Nogueira	19	22,4
3º Ciclo	Agrupamento de Escolas de Seia	105	54,4
	Agrupamento de Escolas Guilherme Correia de Carvalho	63	29,3
	Escola Evaristo Nogueira	52	38,8
Total		422	31,4

Fonte: Estabelecimentos de Ensino.

Alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE)

Tendo subjacente o princípio da inclusão, os alunos com NEE carecem de um apoio específico ao longo de todo o percurso escolar, de acordo com o Decreto Lei n.º3/ 2008 de 07 de Janeiro. As escolas do concelho dispõem de equipas técnico - pedagógicas que procedem à avaliação dos alunos com NEE e definem as respostas educativas a adotar no âmbito da educação especial.

De acordo com dados obtidos junto do Município, no ensino pré-escolar num universo de 198 alunos inscritos na rede pública, verifica-se uma taxa 1% de alunos com NEE e no primeiro ciclo esta taxa é de 4,6% numa população de 668 alunos.

Tabela 56 - Número de alunos com NEE e respetiva taxa

Nível de Ensino	Ano letivo 2014/2015	
	Número de alunos	Taxa de alunos com NEE
Ensino pré-escolar	2	1%
1.º Ciclo	31	4,6%

Fonte: Município de Seia.

Nos estabelecimentos da rede pública de ensino, tendo por referência os dados fornecidos pelos estabelecimentos de ensino, no ano letivo 2014/ 2015, verifica-se uma taxa de NEE de 6%. Verifica-se que esta incidência é mais baixa no Agrupamento de Escolas Guilherme Correia de Carvalho (4.6%).

A maior incidência de alunos com NEE que se verifica na Escola Evaristo Nogueira (9,1%), advém do facto de esta escola não abranger o ensino pré-escolar e o 1º Ciclo e, em particular, de integrar alunos do Centro de Acolhimento Temporário “Solar do Mimo”, instituição que acolhe várias crianças com NEE.

Tabela 57 - Número de alunos com NEE e respetiva taxa.

Agrupamentos de Escolas / Estabelecimentos de Ensino	Ano letivo 2014/2015	
	Número de alunos	Taxa de alunos com NEE
Agrupamento de Escolas de Seia	72	6%
Agrupamento de Escolas Guilherme Correia de Carvalho	46	4,7%
Escola Evaristo Nogueira	20	9,1%
Totais	138	6%

Fonte: Estabelecimentos de Ensino.

Como podemos verificar no ano lectivo 2014/2015, são os alunos com dificuldades intelectuais e desenvolvimentais (DID) que surgem em maior número no concelho, 63 alunos. Seguem-se a dislexia que afeta 45 alunos, o autismo e a multideficiência.

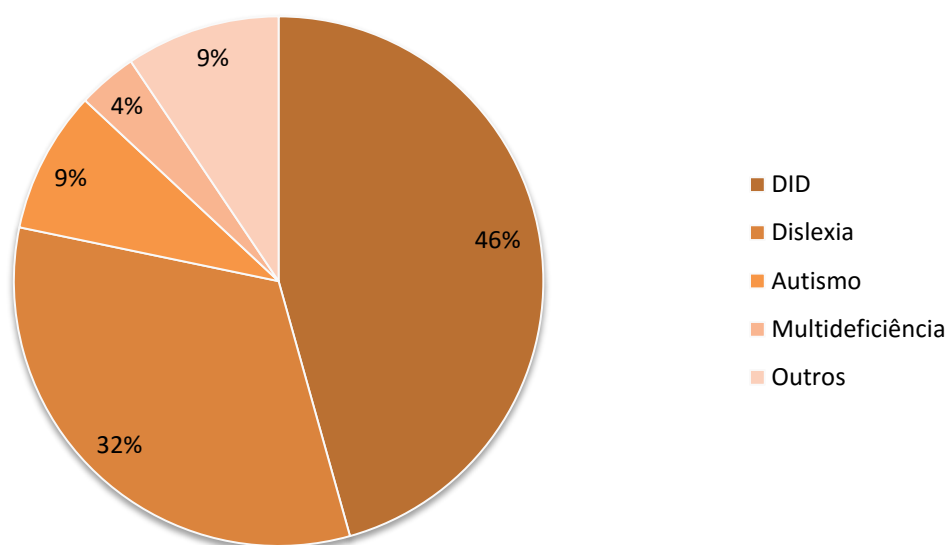


Figura 30 - Número de alunos com as diferentes problemáticas nos estabelecimentos de ensino do concelho de Seia.
Fonte: Estabelecimentos de ensino.

Para cada aluno com NEE é elaborado um Programa Educativo Individual desenhado para responder à especificidade das suas necessidades e capacidades, instrumento fundamental no que se refere à operacionalização e eficácia da adequação do processo de ensino e de aprendizagem.

No Agrupamento de Escolas Guilherme Correia de Carvalho existem duas Unidades de Ensino Estruturado para a Educação de Alunos com Espectro de Autismo, uma destinada a alunos do ensino pré-escolar e 1.º CEB e outra que abrange alunos do 2.º e 3.º Ciclo. Esta unidade abrange ainda outros alunos para os quais se considere benéfico- a frequência desta estrutura.

Nem relação ao Agrupamento de Escolas de Seia (Escola EB2/3 Abranches Ferrão) existe uma unidade de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira, e no ensino secundário uma Unidade de Ensino Estruturado para a Educação de Alunos com Espectro de Autismo.

A Casa de Santa Isabel - Instituto de Pedagogia Curativa e Socioterapia é uma mais-valia para as escolas do Município com quem estabelece parcerias, prestando um serviço complementar na concretização dos Programas Educativos Individuais, Currículos Específicos Individuais e Planos de Transição de 7 alunos com necessidades educativas

especiais, no que concerne ao ano 2014, e 9 alunos relativamente ao ano lectivo 2015. Dispõe de um grupo técnico especializado, com formação em terapias, pedagogia curativa e socioterapia.

Tabela 58 - Parcerias Escolas Básicas / Casa Santa Isabel.

Agrupamentos / Estabelecimentos de Ensino em parceria com a Casa Sta. Isabel	Número de Alunos 2014	Número de Alunos 2015
Agrupamento de Escolas Guilherme Correia de Carvalho	4	3
Agrupamento de Escolas de Seia	1	2
Escola Evaristo Nogueira	2	3
Escola Cordinha (Oliveira do Hospital)	0	1

Fonte: Casa de Santa Isabel.

A Casa de Santa Isabel oferece um leque variado de atividades pedagógicas e terapêuticas cuidadosamente planificadas e individualizadas de forma a proporcionar respostas educativas harmoniosas, flexíveis e adaptadas às potencialidades e necessidades das crianças/jovens. Pretende contribuir para a inclusão, estabilidade afectivo-emocional, autonomia e estimulação do comportamento adaptativo em todas as suas dimensões. Aos alunos é dada a oportunidade de desenvolver atividades em sala de aula e em oficinas, orientadas por terapeutas/técnicos/monitores especializados e experientes, que lhes facilitam uma relação sociocultural ativa com o mundo que as rodeia.

Projetos de Escolas

Tendo em vista a concretização do Projeto Educativo, cada escola, no âmbito da sua autonomia, desenvolve projetos com o objetivo de favorecer a formação complementar dos alunos, ao nível académico, pessoal, social e político. São importantes instrumentos no incremento da relação com a comunidade envolvente, uma vez que pretendem dar resposta a problemas educativos, mas também a questões nos domínios social e da saúde, muitas vezes, originados por fatores ambientais. Entre os Projetos de âmbito Nacional e Projetos Próprios, as escolas têm desenvolvido, de forma programada diversas ações, das quais se destacam: Programa de Educação para a Saúde, Projeto EcoEscolas, Desporto Escolar, Clubes diversos, Plano Nacional de Leitura, Concursos Nacionais no âmbito da matemática, língua portuguesa e ciências experimentais, Erasmus+; Parlamento Jovem; o Plano de Ação da Matemática, a Rede de Bibliotecas Escolares, Escola Eletrão, Programa Cuida-te (IPJ). Destacam-se ainda outros projetos que vão de encontro às necessidades

identificadas nos documentos de planeamento estratégico do concelho, no sentido da valorização das potencialidades do território através de ações que incentivam, por um lado, a sustentabilidade e por outro a intervenção nos sistemas familiares e na infância e juventude.

Seria importante, futuramente, validar os programas construídos, avaliando a eficácia da sua implementação na modificação comportamental dos professores, pais e alunos. Refira-se a relevância das parcerias que têm facilitado a dinamização de ações nas escolas, nomeadamente, no âmbito do Programa de Educação para a Saúde que tem contado com a colaboração de vários enfermeiros do centro de saúde de Seia, quer em ações pontuais, quer na dinamização do gabinete do aluno. Também técnicos do CLDS+ , da ADRUSE e da Equipa EIVIDA têm colaborado com as escolas na dinamização de formação destinada a jovens e a pais.

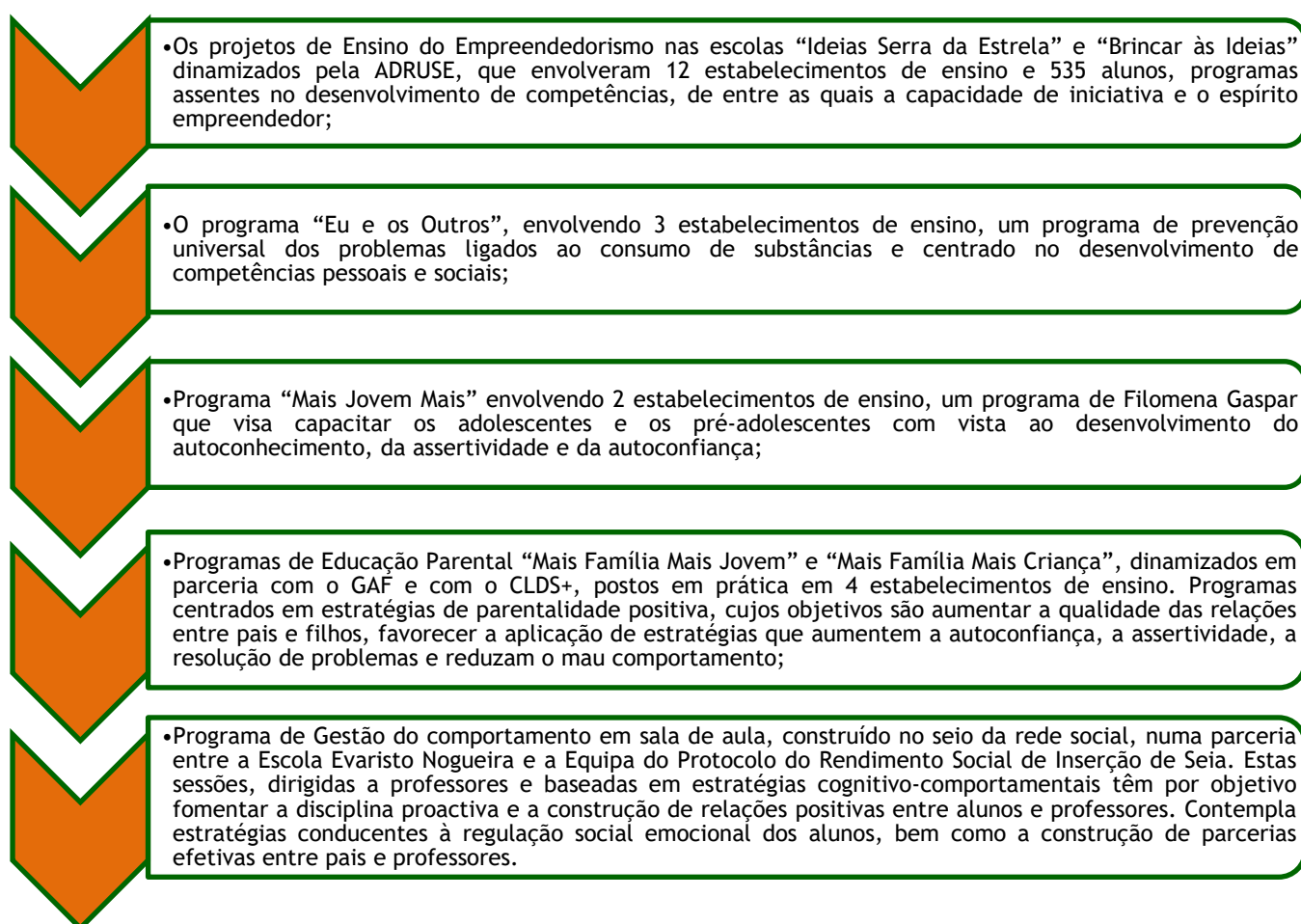


Figura 31- Outros projetos desenvolvidos no Concelho de Seia.

Em tempos em que não é possível responder às necessidades de mais técnicos nas escolas, nomeadamente, nas áreas da psicologia e da ação social, emerge o desafio de rentabilizar as parcerias existentes, que permitam desenvolver projetos de “mediação social” direcionados para o acompanhamento dos públicos mais desfavorecidos e desmotivados.

Como pontos fortes existentes no Município, refira-se a existência de boas práticas de educação parental, cientificamente validadas. No entanto, presentemente, estas dinâmicas são mais procuradas por famílias equilibradas, que querem aprender novas formas de lidar com os desafios de ser pai nos dias de hoje, sendo cada vez mais difícil motivar as famílias multidesafiadas para frequentar este tipo de sessões.

Por fim, ficam lançados dois desafios, aprofundar o conhecimento sobre a violência em contexto escolar, não dispondo as escolas de dados concretos, nomeadamente, em relação aos tipos de violência exercida e a sua frequência e a necessidade de se aprofundar os conhecimentos relativos ao consumo de substâncias psicoactivas nos jovens, outro fenómeno considerado problemático, mas sobre o qual não existem dados concretos.

Ação Social Escolar

O Município de Seia, no que respeita à Ação Social Escolar, tem vindo a atribuir subsídios para as componentes de apoio à família (ensino pré-escolar) para a aquisição de Livros e Material Escolar aos alunos do 1º Ciclo, para Transportes Escolares aos alunos do Ensino Secundário, bem como Bolsas de Estudo dirigidas a estudantes do Ensino Superior.

Tabela 59 - Livros e material escolar (1º Ciclo).

Agrupamento de Escolas	Total de Candidaturas Admitimos			Subsídios								
				2013/2014			2014/2015			2015/2016		
				Escalão								
	2013/2014	2014/2015	2015/2016	A	B	C/SE	A	B	C/SE	A	B	C/SE
Dr. Guilherme Correia de Carvalho	440	439	426	86	99	255	89	94	256	89	82	255
Seia	203	211	193	72	61	70	64	70	77	65	61	67
TOTAL	643	650	619	158	160	325	153	164	333	154	143	322

A: Escalão A | B: Escalão B | C: Escalão C ou superior | SE: Sem Escalão

Fonte: Município de Seia.

Relativamente aos apoios para aquisição de Livros e Material Escolar, no ano letivo de 2014/2015, foram 650 os candidatos a este subsídio, sendo que 153 foram apoiados com Escalão A, 164 com Escalão B. No que concerne ao ano lectivo 2015/2016, 619 alunos candidataram-se a este subsidio, sendo que dos quais 154 foram apoiados com escalão A e 143 com escalão B.

Tabela 60 - Subsídio de Transportes Escolares (Ensino Secundário).

Escolas	2013/2014		2014/2015		2015/2016	
	Escalão A	Escalão B	Escalão A	Escalão B	Escalão A	Escalão B
Escola Profissional Serra da Estrela	16	19	13	14	7	14
Escola Secundária de Seia	57	83	74	83	64	59
TOTAL	73	102	87	97	71	73

Fonte: Município de Seia.

Candidataram-se ao subsídio de Transportes Escolares, no ano lectivo 2013/2014, 35 alunos da Escola Profissional da Serra da Estrela, dos quais, 16 foram apoiados pelo Escalão A, 19 pelo Escalão B. A Escola Secundária de Seia viu atribuídos 140 apoios, dos quais 57 foram apoiados pelo Escalão A, 83 pelo Escalão B. Relativamente ao ano lectivo 2014/2015, constata-se verifica-se um aumento significativo no número de subsídios referentes ao escalão A (74) na Escola Secundária de Seia. No que concerne ao presente ano, foram atribuídos 123 apoios à Escola Secundária de Seia (escalão A: 64; Escalão B: 59) e 21 subsídios à Escola Profissional Serra da Estrela (escalão A: 7; Escalão B: 14). A discrepância no número de subsídios de transporte escolar atribuídos a ambas as escolas justifica-se pelo facto de a Escola Secundária de Seia apresentar maior número de alunos e de a Escola Profissional Serra da Estrela possuir transporte próprio.

Tabela 61 - Bolsas de estudo.

Escolas	Número Total de Candidaturas			Bolsas d*e Estudo								
				2013/2014			2014/2015			2015/2016		
	2013/2014	2014/2015	2015/2016	B	NB	E	B	NB	E	B	NB	E
Universidades/Esc. Superiores fora Do Concelho	43	30	39	10	30	3	10	18	2	10	27	2
Escola Superior de Turismo e Hotelaria	3	3	4	3	0	0	3	0	0	3	1	0
Total	46	33	44	13	30	3	13	18	2	13	28	2

B: Bolseiro | NB: Não Bolseiro | E: Excluído

Fonte: Município de Seia.

O Ensino Superior foi também alvo de apoios, tendo havido um total global de 79 candidaturas a Bolsas de Estudo nos últimos 2 anos letivos. Deste universo, foram atribuídas 20 bolsas para alunos que se encontram a estudar em Universidades/Escolas Superiores, fora do concelho. Relativamente ao presente ano, 2015/2016, 43 foram as candidaturas apresentadas, sendo que foram atribuídas 10 bolsas a estudantes universitários fora do concelho e 3 bolsas a estudantes que residam e estudem no concelho de Seia.

Projetos Educativos Complementares

Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo

O Município tem promovido atividades destinadas às escolas no âmbito do Programa Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo, atividades de caráter facultativo, tais com inglês, desporto, expressão dramática e expressão musical.

Em 2006 surgiu o enquadramento legal e o apoio financeiro por parte do Ministério da Educação que permitiu a sua generalização à totalidade das escolas do 1.º Ciclo do concelho, no âmbito do Programa de Generalização do Inglês nos 3.º e 4.º anos e de outras atividades de enriquecimento curricular. Neste sentido, dando continuidade ao ensino de inglês nos 3.º e 4.º anos, iniciado no ano lectivo 2005/06, no ano lectivo 2006/07, o Município de Seia procedeu à elaboração de um projeto de candidatura ao Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de outras actividades de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo, constituindo-se como Entidade Promotora do Programa.

Este projeto tem sido essencial como resposta social, em virtude da necessidade das famílias, para fazer face ao horário de trabalho dos pais, à ocupação dos tempos livres das crianças mas, sobretudo, na promoção do desenvolvimento integral das mesmas, permitindo atenuar assimetrias culturais existentes entre as zonas mais urbanas e as mais rurais e eliminar as desigualdades de oportunidades de acesso a estas atividades.

Tabela 62 - Oferta Formativa.

Oferta formativa	Ano lectivo 2013/2014		Ano lectivo 2014/2015		Ano lectivo 2015/2016	
	AES	AEGCC	AES	AEGCC	AES	AEGCC
Actividade física e desportiva	186	316	198	327	0	292
Ciências Experimentais	0	144	0	162	0	100
Atividades Lúdico Expressivas	184	0	0	0	0	0
Ensino da Música	0	0	196	0	0	0
Ensino de inglês	193	296	206	0	0	0
TIC	78	151	0	97	0	120
Expressão Dramática	0	0	0	86	0	149
Expressão Plástica	0	284	0	254	0	149
Matemática lúdica/Escreita criativa/Ed. Cidadania	0	0	0	308	0	219

Fonte: Município de Seia.

Qualificação

Num mundo cada vez mais exigente face às práticas educativas e à valorização curricular no mercado de trabalho, torna-se pertinente a reflexão acerca da necessidade crescente demonstrada pela população adulta em atualizar os seus conhecimentos e ver formalmente reconhecidas as competências adquiridas ao longo da sua vida.

Atendendo à baixa escolaridade da população, à fraca especialização profissional e às exigências do mercado de trabalho, é importante o encaminhamento da população desempregada e/ou à procura de primeiro emprego para ações de formação profissional no sentido de aumentarem as suas qualificações, escolar e profissional, contribuindo assim para melhorar substancialmente as suas condições de empregabilidade. Sendo a maioria dos candidatos inscritos no Serviço de Emprego e Formação Profissional de Seia adultos as entidades formadoras com intervenção neste concelho, têm realizado diversas ações no âmbito do Sistema de Aprendizagem, Educação e Formação de Adultos, Formação Inicial e Contínua de Formadores, Formações Modulares, Formação Vida Ativa e Formação de Competências Básicas.

Aprendizagem

Os cursos de aprendizagem permitem obter uma certificação escolar e profissional, privilegiando a inserção no mercado de trabalho e o prosseguimento de estudos de nível superior. Os destinatários são jovens que estejam nas seguintes condições:

- Idade entre 14 e 24 anos;

- 9.º ano de escolaridade ou superior, sem conclusão do 12.º ano.

Tabela 63 - Aprendizagem.

2014	
Entidade - Escola Profissional Serra da Estrela	
Número de Cursos	Número de Formandos Envolvidos
1	15
Entidade - Talentus	
Número de Cursos	Número de Formandos Envolvidos
1	20

Fonte: Escola Profissional serra da Estrela e Talentus.

Educação e Formação de Adultos

Os cursos de Educação e Formação de adultos são uma oferta formativa que pretende elevar as suas qualificações e organizam-se numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida. Estes cursos desenvolvem-se segundo percursos de dupla certificação e, sempre que tal se revele adequado ao perfil e história de vida dos adultos, apenas de habilitação escolar.

Destinam-se a adultos com idade igual ou superior a 18 anos e que pretendam completar o 4º, 6º, 9º ou 12º ano de escolaridade e desejam obter uma qualificação profissional de nível 1, 2 ou 3. Apenas os candidatos com idade igual ou superior a 23 anos podem frequentar um curso EFA de nível secundário.

Tabela 64 - Educação e Oferta Formativa.

2013		2014		2015	
Número de Cursos	Número de formandos envolvidos	Número de Cursos	Número de formandos envolvidos	Número de Cursos	Número de formandos envolvidos
16	474	13	548	11	239

Fonte: Entidades IEFP

Como se pode verificar ao longo destes 2 anos foram desenvolvidas 29 ações de formação abrangendo 1022 adultos. Observa-se que no que respeita ao ano de 2015, ocorreu uma redução do número de formando envolvidos, 239.

Formação Modular

As formações modulares estão integradas no âmbito da formação contínua de ativos com idade igual ou superior a 18 anos, sem a qualificação adequada para efeitos de inserção ou progressão no mercado de trabalho e, prioritariamente, sem a conclusão do ensino básico ou secundário.

Tabela 65 - Formação Modular Certificada Ativos Empregados.

2013		2014		2015	
Serviço de Emprego e Formação Profissional de Seia					
Número de Cursos	Número de Formandos Envolvidos	Número de Cursos	Número de Formandos Envolvidos	Número de Cursos	Número de Formandos Envolvidos
30	227	60	839	54	781
Fundação Aurora Ressurreição Borges					
Número de Cursos	Número de Formandos Envolvidos	Número de Cursos	Número de Formandos Envolvidos	Número de Cursos	Número de Formandos Envolvidos
18	369	8	157	0	0

Fonte: IEFP e Fundação Aurora Borges.

Vida Ativa

A modalidade de intervenção Vida Ativa destina-se a desempregados, jovens e adultos, subsidiados ou não, registados nos Centros do IEFP, independentemente das habilitações escolares. Esta medida pretende que os desempregados se integrem de forma mais célere em ações de formação de curta duração, com vista a adquirir competências relevantes para o mercado de trabalho.

Tabela 66 - Formação Modular Certificada / Vida Ativa.

2013		2014		2015	
Serviço de Emprego e Formação Profissional de Seia					
Número de Cursos	Número de Formandos Envolvidos	Número de Cursos	Número de Formandos Envolvidos	Número de Cursos	Número de Formandos Envolvidos
43	1335	34	1840	17	678

Fonte: Entidades IEFP.

Formação Inicial de Formadores

A Formação Pedagógica Inicial possibilita a atualização, sistematização e o aprofundamento dos conhecimentos e competências pedagógicas, proporcionando condições de acesso ao Certificado de Aptidão Profissional.

Tabela 67 - Formação Inicial de Formadores.

2013		2014		2015	
Número de Cursos	Número de Formandos Envolvidos	Número de Cursos	Número de Formandos Envolvidos	Número de Cursos	Número de Formandos Envolvidos
2	27	2	26	0	0

Fonte: Conclusão, Estudos e Formação.

Em 2015, a Conclusão Estudo e Formação apenas realizou um *workshop* na área da Musicoterapia que contemplou 17 indivíduos, não tendo realizado nenhum curso de formação.

Formação Contínua de Formadores

A Formação contínua de formadores visa promover a atualização, o aperfeiçoamento e aquisição de novas competências pedagógicas, transferíveis para a sua prática como formadores.

Tabela 68 - Formação Contínua de Formadores.

2014		2015	
Número de Cursos	Número de Formandos Envolvidos	Número de Cursos	Número de Formandos Envolvidos
1	28	0	0

Fonte: Entidades IEFP.

O Serviço de Emprego e Formação Profissional de Seia realizou 1 ação em 2014 de formação contínua de formadores abrangendo 28 formandos, sendo que em 2015 não se realizaram ações no âmbito da formação contínua de formadores.

Competências básicas

O programa de formação em competências básicas constitui-se uma resposta formativa que possibilita, aos adultos, a aquisição de competências básicas, necessárias para o acesso ou prosseguimento da formação em percursos qualificantes, nomeadamente cursos Educação e Formação de Adultos (EFA) B1 ou B1+ B2, contribuindo para a integração social desta população, bem como para o aumento dos seus níveis de empregabilidade.

Tabela 69 - Formação para a inclusão.

2013		2014		2015	
Serviço de Emprego e Formação Profissional de Seia					
Número de Cursos	Número de Formandos Envolvidos	Número de Cursos	Número de Formandos Envolvidos	Número de Cursos	Número de Formandos Envolvidos
1	26	2	54	1	26
Fundação Aurora Ressurreição Borges					
Número de Cursos	Número de Formandos Envolvidos	Número de Cursos	Número de Formandos Envolvidos	Número de Cursos	Número de Formandos Envolvidos
-	-	1	25	0	0

Fonte: IEFP e Fundação Aurora Borges.

Relativamente à formação para a inclusão do Instituto de Emprego e Formação Profissional, nos últimos três anos, foram realizadas 4 ações que envolveram 106 formandos. Na fundação Aurora Borges, no mesmo intervalo de tempo, realizou-se uma ação que englobou 25 formandos.

Formação Transversal

Através da definição da formação transversal - Ativação e Técnicas de Procura de Emprego pretende-se promover junto dos desempregados o desenvolvimento de competências pessoais, de comunicação, de empreendedorismo e de técnicas de procura de emprego, que os estimule a adotarem uma atitude proativa na busca de soluções de emprego.

Tabela 70 - Formação transversal.

2014		2015	
Número de Cursos	Número de Formandos Envolvidos	Número de Cursos	Número de Formandos Envolvidos
28	560	25	529

Fonte: Entidades IEFP.

Qualificação de Pessoas com Deficiências e/ou Incapacidades

A qualificação de Pessoas com Deficiências e/ou Incapacidades, permite a aquisição e o desenvolvimento de competências profissionais certificadas e orientadas para o exercício de uma atividade no mercado normal de trabalho, tendo em vista potenciar a sua empregabilidade. Estes cursos destinam-se a pessoas com deficiências e/ou incapacidades, com idade igual ou superior a 16 anos, à data do início da formação. A formação desenvolvida rege-se por diretrizes do Guião Organizativo de Formação e Certificação Profissional das Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidades em parceria com a Agência Nacional para a Qualificação e as Federações das Entidades de Reabilitação.

As entidades formativas para este fim deverão ser acreditadas pela DGERT (Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho) e terem como base os Referências de Formação específicos ou adaptados do Catálogo Nacional de Qualificações.

Até 2014, este tipo de formação regia-se pelo POPH (Programa Operacional Potencial Humano, Eixo Prioritário 6 - Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social com a Tipologia de Intervenção 6.2 - Qualificação de Pessoas com Deficiência e/ ou Incapacidade). Em 2015, com a entrada do novo quadro comunitário designado Portugal 2020, a qualificação das pessoas com deficiência e / ou incapacidade passou para o Programa Operacional Portugal - Inclusão Social e Emprego - Eixo III, Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação.

Tabela 71 - Formação para pessoas com deficiência e/ou incapacidades.

Casa de Santa Isabel - Instituto de Pedagogia Curativa e Socioterapia			
	Números de cursos	Número de formandos envolvidos	Número de integrações no MNT
2012	5	34	3
2013	5	35	7
2014	5	33	4
2015	5	29	15

Fonte: Casa de Santa Isabel.

CQEP- Centro para a Qualificação e Ensino Profissional

Destinatários

- Jovens com idade igual ou superior a 15 anos ou, independentemente da idade, a frequentar o último ano de escolaridade do ensino básico;
- Adultos com idade igual ou superior a 18 anos, com necessidades de aquisição e reforço de conhecimentos e competências.

Que Serviço Prestam?

- Apoiam os jovens e os adultos na identificação de respostas educativas e formativas adequadas ao perfil de cada candidato, tendo em conta também as necessidades do tecido empresarial;

- Desenvolvem processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) escolares e profissionais, para adultos;

- Colaboram na definição de critérios de estruturação de uma rede de ofertas educativas e formativas adequadas às necessidades locais de qualificação, aproximando as escolas/centros de formação das empresas;

- Monitorizam o percurso dos jovens e adultos encaminhados para as diferentes soluções de qualificação, visando aferir o cumprimento ou o desvio das trajetórias definidas, numa perspetiva de valorização contínua;

- Recolhem informação respeitante à interação entre os resultados das aprendizagens dos jovens e dos adultos e o mercado de trabalho, tendo em vista a melhoria da qualidade do sistema de educação e formação.

Figura 32 - Funcionamento do CQEP.

O CQEP da Escola Profissional Serra da Estrela irá fazer a certificação escolar- RVCC, ao nível básico e secundário; certificação profissional e dupla certificação (simultaneamente o percurso escolar e o percurso profissional). A certificação profissional será nas seguintes áreas: Ciências Informáticas, Secretariado e Trabalho Administrativo, Hotelaria e Restauração.

O CQEP do Centro de Emprego e Formação Profissional da Guarda- Serviço de Emprego e Formação Profissional de Seia irá desenvolver a sua atividade ao nível da certificação profissional e dupla certificação. A certificação profissional será nas seguintes áreas:

Técnica de Ação Educativa, Acompanhamento de Crianças, Agente de Geriatria, Cozinha e Serviço de Mesa.

Tabela 72 - Estado dos Processos RVCC 2015.

Processos RVCC	Total Escolar	Total Profissional	Total Estado
Inscrito	3	0	3
Em acolhimento	3	0	3
Em diagnóstico	2	0	2
Em orientação	15	1	16
Encaminhado Processo RVCC	5	0	5
Encaminhado	2	2	4
Em reconhecimento	15	0	15
Total	45	3	48

Fonte: CQEP da Escola Profissional Serra da Estrela.

Tabela 73 - Dados acumulados relativos aos processos RVCC de 2015 e 2016.

Processos RVCC	Total Escolar	Total Profissional	Total Estado
Inscrito	5	1	6
Em acolhimento	4	0	4
Em diagnóstico	3	0	3
Em orientação	18	1	19
Encaminhado Processo RVCC	6	1	7
Encaminhado	2	2	4
Em reconhecimento	560	0	560
Desistente	7	0	7
Transferido	4	0	4
Suspenso	20	0	20
Total	629	5	634

Fonte: CQEP da Escola Profissional Serra da Estrela (Março, 2016).

Tabela 74 - Certificação.

Comissões Técnicas	Total Escolar	Total Profissional	Total Estado
Certificado	2	2	4
Total	2	2	4

Fonte: CQEP da Escola Profissional Serra da Estrela.

Emprego

O concelho de Seia apresenta características de interioridade, nomeadamente uma área geográfica muito dispersa; baixa densidade populacional; diminuição da população residente com tendência para a desertificação; população envelhecida; elevadas taxas de analfabetismo; predomínio do setor terciário; peso significativo do setor primário e elevado peso da população inativa. A este nível, um dos aspetos mais evidentes e

característicos da evolução demográfica desta área é o forte decréscimo da população, tendo o envelhecimento da mesma vindo a agravar-se.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (recenseamento da população), o concelho de Seia tinha em 2001 28.144 habitantes e em 2011 24.702 habitantes distribuindo-se da seguinte forma:

Tabela 75 - População do concelho de Seia.

	2001	2011
0-14 anos	3930	2761
15 - 64 anos	18278	15463
+ 65 anos	5936	6478
Total	28144	24702

Fonte: INE.

Há uma clara incapacidade de fixação da população jovem com formação média / superior no interior do país devido a falta de oportunidades de emprego.

Ao analisarmos as principais causas de desemprego, podemos falar de desequilíbrios qualitativos e sazonais. Os desequilíbrios qualitativos estão associados a um desajustamento entre a oferta e a procura. Os desequilíbrios sazonais ocorrem principalmente no setor agroalimentar (indústria dos lacticínios), no setor das obras públicas e nos transportes terrestres.

As atividades económicas mais significativas no distrito da Guarda são o comércio e reparação de veículos, os granitos, o turismo, a hotelaria, a agricultura e construção civil, quer pelo número de empresas existentes, quer pelo emprego criado, quer ainda pelo volume de negócios efetuado, sendo maioritariamente pequenas empresas.

Tabela 76 - Empresas por CAE na área de intervenção do CFP.

Empresas por CAE do distrito da Guarda	%
Indústrias extractivas	0
Indústrias transformadoras	7
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0

Construção	14
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	29
Transportes e armazenagem	3
Alojamento, restauração e similares	11
Atividades de informação e de comunicação	1
Atividades imobiliárias	1
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	8
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	2
Educação	7
Atividades de saúde humana e apoio social	5
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	2
Outras atividades de serviços	10

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Esta região é afetada, negativamente, pela possível morosidade na concretização do plano global de acessibilidades, incluindo as vias rodoviárias e ferroviárias. Este facto coloca à região uma série de desvantagens competitivas em relação a outras regiões do país, que apresentam uma elevada especialização industrial, agrícola e turística, sustentada por uma rede de distribuição internacional extremamente bem estruturada, com múltiplas convergências de nós, ao nível dos mapas de acessibilidades.

No âmbito do presente diagnóstico, deve ainda ser realçada a observância de uma certa resistência às iniciativas de cooperação interempresarial, assim como de dificuldades na cooperação interassociativa, as quais são explicáveis pela inexistência de uma estratégia concertada e assumida pelos agentes com responsabilidades efetivas na mudança a operar, ao nível da constituição de um novo mix de culturas, onde se conjuga a Inovação, o Risco e o Empreendedorismo, suportado por um esforço cooperativo dos agentes de decisão locais.

Face aos constrangimentos identificados, a estratégia de atuação deverá ter presente, entre outros aspetos, uma efetiva articulação das políticas setoriais relevantes e o reforço das parcerias locais e do diálogo entre os parceiros sociais, seguindo uma abordagem multidimensional e territorializada da intervenção social.

No plano empresarial, as unidades de pequena e média dimensão devem estar aptas para a introdução de novas práticas de gestão nas suas atividades e para a criação de novos negócios ligados a atividades tradicionais, as quais devem ser alvo de uma identificação e de uma inventariação prévia. No plano agrícola, a indesejável subsídio-dependência dos

produtores agrícolas regionais, deve ser recomposta através da recuperação efetiva de culturas regionais e tradicionais devidamente articuladas a jusante, mediante a criação de uma nova mentalidade de distribuição e promoção cooperativa dos produtores, em grandes superfícies comerciais localizadas nos principais centros urbanos e em rotas turísticas e gastronómicas. Todavia, é imprescindível efetuar uma aposta deliberada na ligação em rede dos centros urbanos e dos centros rurais, de modo a promover redes inter-regionais de comunicação que permitam fortalecer, por via tecnológica, as características únicas referentes ao património, usos e costumes desta região que, desta forma, seriam preservados e enriquecidos pela sua divulgação *online*, e contribuir para o fortalecimento das vantagens competitivas inatas e intrínsecas que esta região apresenta - mas que até ao presente momento não tem sabido divulgar e valorizar - dentro de uma lógica de atuação estratégica conjunta e coordenada.

Apesar de no concelho existir um conjunto de entidades que têm vindo a conjugar esforços no sentido de promover a empregabilidade, aumentando as oportunidades de emprego e qualificando os recursos humanos das mesmas, o desemprego continua a ser um fator com elevada expressão.

Tabela 77 - Caracterização dos desempregados inscritos (2012/2015/2016).

Concelho De Seia	Sexo		Grupo Etário				Categoria		Habilitações Literárias						Total
	Homem	Mulher	< 25 anos	25-34 anos	35-54 anos	55 anos e mais	1º Emprego	Novo Emprego	< 1º ciclo Ensino Básico	1º ciclo Ensino Básico	2º ciclo Ensino Básico	3º ciclo Ensino Básico	Secundário	Superior	
Janeiro 2012	748	910	247	334	720	357	203	1455	58	502	290	312	324	172	1658
Janeiro 2015	618	567	177	243	468	297	176	1009	76	283	172	222	279	153	1185
Janeiro 2016	515	427	234	387	261	134	133	809	49	131	106	94	229	213	942

Fonte: IEPF "Publicações Estatísticas".

Em janeiro de 2012 estavam inscritos no concelho de Seia 1658 desempregados, dos quais 748 homens e 910 mulheres. Do total, 203 dos desempregados procuravam o primeiro emprego e 1 455 procuravam um novo emprego. Os dados relativos a janeiro de 2012 refletem a predominância do sexo feminino como população desempregada. Os dados indicam que mais de 80% dos desempregados procura um novo emprego. No que se refere ao escalão etário, é no grupo etário 35-54 anos que se regista o maior número de desempregados. Em janeiro de 2012, 1162 pessoas em situação de desemprego têm

escolaridade inferior ao Ensino Secundário o que corresponde a 70% da população desempregada inscrita no IEFP.

Relativamente a janeiro de 2015 a população desempregada apresenta uma taxa de 63% afetando 863 pessoas com escolaridade inferior ao ensino secundário. Assim, há uma necessidade urgente de envolver este público em respostas formativas por forma a suprir défices de qualificações profissionais e/ou escolares, aumentando, desta forma, a sua empregabilidade.

Segundo os dados do SIGAE (Sistema de Integração e de Gestão da Área do Emprego), as freguesias em que se registam um maior número de desempregados, no ano de 2015, é a união de freguesias de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros, seguido da união de freguesias de Santa Marinha e São Martinho e a freguesia de Paranhos da Beira. É de realçar que são estas as freguesias com maior índice populacional em idade ativa.

Segundo dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional, em janeiro de 2015, encontravam-se inscritos como desempregados, nos Centros de Emprego do Continente e Regiões Autónomas, 615 654 indivíduos tendo o Concelho de Seia 1 185 inscritos. O total de desempregados registados no País diminuiu (-12,7%; - 89 673), em comparação com o mês homólogo do ano anterior e aumentou face ao mês anterior (+2,9%; + 17 073). O concelho de Seia também acompanhou esta diminuição nacional uma vez que registava em janeiro de 2014, 1513 pessoas desempregadas e em janeiro do ano seguinte 1 185 indivíduos desempregados. No entanto, pode associar-se esta redução do número de inscritos desempregados no IEFP ao aumento da emigração da população em idade ativa e à passagem à situação de reforma.

A análise nacional por género evidencia uma quebra anual do desemprego, tanto nos homens (-9,6%) como nas mulheres (-7,0%). No concelho de Seia esta quebra embora importante é pouco acentuada, representa -1.9% nas mulheres e -1,85% nos homens. Comparando o desemprego registado no concelho por género, podemos inferir que no concelho de Seia, não existe uma discrepância de género face ao desemprego. No que respeita à idade o grupo etário mais afetado pelo desemprego no concelho, é a faixa etária dos 35 aos 54 anos (468 pessoas) seguido do grupo etário com 55 ou mais anos (297 pessoas). Por sua vez, o grupo etário com menor número de pessoas desempregadas é o dos menores de 25 anos (177 pessoas). Esta distribuição por grupo etário mantém-se inalterada comparativamente com igual período de 2014.

No que respeita ao tempo de inscrição, a nível nacional, os desempregados inscritos há menos de um ano diminuíram 16,9% em relação a janeiro de 2014, ao mesmo tempo que os desempregados de longa duração (tempo de inscrição igual ou superior a um ano) diminuíam 8,0%. À data de Janeiro de 2014, no concelho de Seia verificou-se uma descida em ambos, existindo 804 pessoas inscritas há menos de um ano e em janeiro de 2015, 604. Quanto ao tempo de inscrição igual ou superior a um ano, em janeiro de 2014 existiam 709 pessoas inscritas e em 2015, 581.

Tal como a tendência nacional em que as situações de procura de um novo emprego por parte dos desempregados registaram uma quebra face ao período homólogo do ano passado (-13,1%) bem como aqueles que procuram o primeiro emprego (- 9,3%), também no concelho de Seia se registou essa tendência (-11,61%) embora não tão acentuada.

Segundo a escolaridade, a redução do desemprego no concelho de Seia foi sentida em todos os níveis de instrução. É no nível 1º Ciclo (283 pessoas) que a expressão do desemprego é maior, seguido do ensino secundário (279 pessoas). A nível regional, e comparando com o ano de 2014, o desemprego diminuiu em todas as regiões do Continente e nas Regiões Autónomas. O concelho de Seia, como já referido anteriormente, não foi exceção. Durante o ano 2014 o Serviço de Emprego e Formação Profissional de Seia procurou integrar os desempregados em programas específicos de acordo com as suas características.

No que concerne ao ano 2016, verifica-se que existe uma redução do número de desempregados inscritos no Centro de Emprego e Formação Profissional (942), sendo que esta problemática afecta em maioria indivíduos do sexo masculino. Quando comparado o grupo etário, constata-se que no concelho de Seia e, no presente ano, o número significativo de desempregados tem entre 25 e 34 anos (387). Observa-se que ao nível das habilitações literárias tem aumentado o número de desempregados com qualificação superior (213) relativamente aos anos anteriores.

Tabela 78 - Programas para integração dos desempregados.

Programas	Número de pessoas envolvidas 2014	Número de pessoas envolvidas 2015
Medida Estímulo Emprego	203	492
Estágios Profissionais	24	
Estágios Emprego	330	236
Estágios Pessoas com deficiência e incapacidade	34	13
Contrato emprego inserção	390	378
Contrato emprego inserção mais	295	504

Colocações	689	886
Empresas de Inserção	15	-
CEI Património	162	-
Total	2142	2509

Fonte: IEFP.

Em janeiro de 2015, 420 desempregados estavam inscritos na categoria 5, ou seja, ocupados em Medidas de Emprego e Formação Profissional.

O Centro de Emprego e Formação Profissional de Seia tem apoiado a inserção socioprofissional de pessoas com deficiência com medidas que visam a Integração em Mercado Normal de Trabalho. Apesar das limitações do mercado e da escassez de oportunidades de emprego, este apoio emerge através de um conjunto de incentivos financeiros que visam motivar as entidades empregadoras.

Tabela 79 - Caracterização dos desempregados inscritos com deficiência.

Concelho de Seia 2015		
Sexo	Masculino	Feminino
Número de Desempregados	27	23
Total	50	

Fonte: IEFP.

Programas e Medidas de Emprego

O IEFP dispõe de um conjunto de Programas e Medidas nos quais sustenta a sua intervenção metodológica para apoiar o desenvolvimento do mercado de emprego local. A satisfação do desígnio social, através da resposta à solução de emprego dos que procuram o Serviço Público de Emprego é conseguida pela utilização destes Programas e Medidas que servem como elementos facilitadores para o ajustamento entre a procura e a oferta de emprego. A diversidade de apoios técnicos e financeiros que o sistema oferece foi criada em função da especificidade dos públicos destinatários e dos objetivos preconizados para regiões e/ou problemas específicos.

O Instituto do Emprego e Formação Profissional dispõe de um conjunto de Programas que visam responder a necessidades específicas de públicos e entidades, com a finalidade de suportar o incremento da criação de postos de trabalho para responder ao ajustamento profissional entre a oferta e a procura de emprego. Integram um conjunto de medidas com objetivos e destinatários específicos que se apresentam nas seguintes tabelas.

Tabela 80 - Programas e medidas de emprego.

Programas e Medidas de emprego	Apoios	Objetivos	Destinatários
Estágios Emprego	<ul style="list-style-type: none"> Para os estagiários: Bolsa de estágio; Refeição ou subsídio de alimentação; Seguro de acidentes de trabalho. Para as entidades promotoras: A comparticipação financeira do IEFP é baseada na modalidade de custos unitários, por mês e por estágio. 	<ul style="list-style-type: none"> Complementar e desenvolver as competências dos jovens que procuram um 1º ou um novo emprego, de forma a melhorar o seu perfil de empregabilidade; Promover a integração profissional de desempregados em situação mais desprotegida; Apoiar a transição entre o sistema de qualificações e o mercado de trabalho; Promover o conhecimento sobre novas formações e competências junto das empresas e promover a criação de emprego em novas áreas; Apoiar a melhoria das qualificações e a reconversão da estrutura produtiva. 	<p>Desempregados inscritos nos serviços de emprego e que se encontrem numa das seguintes situações:</p> <ul style="list-style-type: none"> Jovens com idade entre os 18 e os 30 anos, inclusive, e com uma qualificação de nível 2,3,4,5,6,7,8 do Quadro Nacional de Qualificações; Com idade superior a 30 anos, desde que tenham obtido há menos de 3 anos uma qualificação de nível 2 ou superior, estejam à procura de novo emprego e não tenham desenvolvido atividade profissional nos 12 meses anteriores à data da seleção pelo IEFP; Pessoas com deficiência e incapacidade; Integrem família monoparental; Pessoas cujas cônjuges ou pessoas com quem vivam em união de facto se encontrem igualmente inscritos no IEFP como desempregados; Vítimas de violência doméstica; Ex- reclusos e aqueles que cumpram ou tenham cumprido penas ou medidas judiciais não provativas de liberdade e estejam em condições de se inserirem na vida ativa.

Investe Jovem

- Apoio financeiro ao investimento;
- Apoio financeiro à criação de próprio emprego dos promotores;
- Apoio técnico na área do empreendedorismo para reforço de competências e para a estruturação e consolidação do projeto.

- Incentivar o empreendedorismo;
- Promover a criação de emprego e o crescimento económico.

Jovens com idade igual ou superior a 18 anos e inferior a 30 anos, inscritos como desempregados no IEFP, e que possuam uma ideia de negócio viável e formação adequada para o desenvolvimento do negócio

Contrato Emprego - Inserção +

- Aos desempregados:
Bolsa de ocupação mensal, no valor do IAS; Despesas de transporte; Refeição ou Subsídio de alimentação; Seguro que cubra os riscos que possam ocorrer durante e por causa do exercício da atividade.

- Às entidades:
A Participação financeira do IEFP é baseada na modalidade de custos unitários, por mês e por beneficiário.

- Promover a empregabilidade de pessoas em situação de desemprego, preservando e melhorando as suas competências socioprofissionais, através da manutenção do contacto com o mercado de trabalho;

- Fomentar o contacto dos desempregados com outros trabalhadores e atividades, evitando o risco do seu isolamento, desmotivação e marginalização;

- A satisfação de necessidades sociais e coletivas, em particular ao nível local e regional.

- Desempregados inscritos nos serviços de emprego, beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI);

- Desempregados inscritos não beneficiários de prestações de desemprego ou RSI que se encontrem numa das seguintes condições:

- Inscritos há pelo menos 12 meses;
- Integrem família monoparental ou cujos cônjuges ou pessoas com quem vivam em união de facto se encontrem igualmente desempregados;
- Vítimas de violência doméstica.

- São considerados prioritários os desempregados que se encontrem numa das seguintes situações:

- Pessoa com deficiência e incapacidade;
- Desempregados de longa duração;
- Idade igual ou superior a 45 anos;
- Ex- recluso ou pessoa que cumpra pena em regime aberto voltado para o exterior ou outra medida judicial não privativa de liberdade;
- Vítima de violência doméstica.

Contrato Emprego - Inserção

▪ Aos desempregados:
Bolsa de ocupação mensal, no valor do IAS; Despesas de transporte; Refeição ou Subsídio de alimentação; Seguro que cubra os riscos que possam ocorrer durante e por causa do exercício da atividade

▪ Às entidades:
A Comparticipação financeira do IEFP é baseada na modalidade de custos unitários, por mês e por beneficiário.

▪ Promover a empregabilidade de pessoas em situação de desemprego, preservando e melhorando as suas competências socioprofissionais, através da manutenção do contacto com o mercado de trabalho;

▪ Fomentar o contacto dos desempregados com outros trabalhadores e atividades, evitando o risco do seu isolamento, desmotivação e marginalização;

▪ A satisfação de necessidades sociais e coletivas, em particular ao nível local e regional.

▪ Desempregados inscritos nos serviços de emprego, beneficiários de subsídio de desemprego ou de subsídio social de desemprego;

▪ São considerados prioritários os desempregados que se encontrem numa das seguintes situações:

- Pessoa com deficiência e incapacidade;
- Desempregados de longa duração;
- Idade igual ou superior a 45 anos;
- Ex- recluso ou pessoa que cumpra pena em regime aberto voltado para o exterior ou outra medida judicial não privativa de liberdade;
- Vítima de violência doméstica.

Programa de apoio ao empreendedorismo e a criação do próprio emprego

- Criação de Emprego:
 - Crédito com garantia e bonificação da taxa de juro (INVEST+ e MICROINVEST);
 - Apoio técnico à criação e consolidação dos projetos;
- Criação do Próprio emprego por Beneficiários de prestações de Desemprego:
 - Pagamento, por uma só vez, total ou parcialmente, no montante global das prestações de desemprego;
 - Apoio técnico à criação e consolidação dos projetos;
 - Possibilidade de cumulação com crédito com garantia e bonificação da taxa de juro.
- Plano Nacional Microcrédito
 - Crédito com garantia e bonificação da taxa de juro (MICROINVEST):
 - Apoio técnico à criação e consolidação dos projetos.

- Promover o empreendedorismo, a criação de emprego e o crescimento económico;
- Apoiar a criação de novas empresas e do próprio emprego por parte dos desempregados;
- Fomentar a criação de emprego e o empreendedorismo entre as populações com maiores dificuldades de acesso ao mercado de trabalho.

- Apoios à criação de Emprego: Inscritos nos Centros de Emprego ou centros de emprego e formação profissional, numa das seguintes condições:
 - Desempregados inscritos há 9 meses ou menos, em situação de desemprego involuntário ou inscritos há mais de 9 meses, independentemente do motivo da inscrição;
 - Jovens à procura do 1º emprego com idade entre os 18 e os 35 anos, inclusive, com o mínimo do ensino secundário completam ou nível 3 de qualificação ou a frequentar um processo de qualificação conducente a obtenção desse nível de ensino ou qualificação, e que não tenha tido contrato de trabalho sem termo;
 - Nunca tenham exercido atividade profissional por conta de outrem ou por conta própria;
 - Trabalhadores independentes cujo rendimento médio mensal, no último ano de atividade, seja inferior à retribuição mínima mensal garantida.
- Apoios à criação do Próprio emprego por Beneficiários de prestações de Desemprego:
 - Beneficiários das prestações de desemprego que apresentem um projeto que origine a criação do seu emprego a tempo inteiro
- Plano Nacional Microcrédito
 - Pessoas com perfil empreendedor que tenham especiais dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e estejam em risco de exclusão social e que apresentem projetos viáveis para criar postos de trabalho;
 - Microentidades e as cooperativas até 10 trabalhadores que apresentem projetos viáveis com criação líquida de postos de trabalho, em especial na área da economia social.

Apoios à criação de Empresas

▪ Crédito ao Investimento

O crédito ao investimento é concedido por instituições bancárias, através de 2 linhas de crédito (INVESTE+ e MICROINVEST), e beneficia de garantia, no quadro do sistema de garantia mútua, e de bonificação de taxa de juro.

▪ Apoio técnico à criação e consolidação dos projetos durante os dois primeiros anos de atividade, sendo este assegurado por uma rede de entidades privadas sem fins lucrativos ou autarquias locais credenciadas pelo IEFP.

Apoiar o empreendedorismo e a criação de empresas de pequena dimensão que originem a criação de emprego e contribuam para a dinamização das economias locais.

▪ Inscritos nos Centros de emprego ou centros de emprego e formação profissional, numa das seguintes condições:

- Desempregados inscritos há 9 meses ou menos, em situação de desemprego involuntário ou inscritos há mais de 9 meses, independentemente do motivo da inscrição;

- Jovens á procura do 1º emprego com idade entre os 18 e os 35 anos, inclusive, com o mínimo do ensino secundário completam ou nível 3 de qualificação ou a frequentar um processo de qualificação conducente a obtenção desse nível de ensino ou qualificação, e que não tenha tido contrato de trabalho sem termo;

- Nunca Tenham exercido atividade profissional por conta de outrem ou por conta própria;

- Trabalhadores independentes cujo rendimento médio mensal, no último ano de atividade, seja inferior á retribuição mínima mensal garantida.

Medida Estímulo Emprego

- 80 % do IAS multiplicado por metade do número inteiro de meses de duração do contrato de trabalho a termo certo, não podendo ultrapassar o valor de 80% do IAS x 6;

- 110% do IAS x 12, no caso de contratos de trabalho sem termo;

- Combater o desemprego, fomentando a criação líquida de postos de trabalho;

- Promover a contratação de públicos mais desfavorecidos;

- Reforçar vínculos laborais mais estáveis e combater a segmentação e a precaridade no mercado de trabalho.

Desempregados inscritos nos serviços de emprego ou, numa das seguintes condições:

- Beneficiário de prestações de desemprego;

- Beneficiário do RSI;

- Cujo cônjuge ou pessoa com quem viva em união de facto se encontre igualmente em situação de desemprego e inscrito no IEFP;

- Inscrito há pelo menos 60 dias consecutivos, no caso de desempregados

	<ul style="list-style-type: none"> - 100% o valor do IAS multiplicado por metade do número inteiro de meses de duração do contrato, até ao limite de 6 x IAS, no caso de contratação de desempregado que se encontre em algumas situações; - Prorrogação do apoio no caso de conversão de contrato de trabalho a termo certo em contrato de trabalho sem termo no valor de idêntica percentagem do IAS aprovada inicialmente x 6. 		<p>com idade inferior a 30 anos ou com idade mínima de 45 anos ou ainda outros desempregados que não tenham registos na segurança social como trabalhadores por conta de outrem nem como trabalhadores independentes nos últimos 12 meses que precedem a data da candidatura;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Que integre família monoparental; - Vítima de violência doméstica; - Com deficiência ou incapacidade; - Ex- recluso e aquele que cumpra ou tenha cumprido penas ou medidas judiciais não privativas de liberdade e esteja em condições de se inserir na vida ativa; - Toxicodependentes em processo de recuperação; - Inscritos há pelo menos 6 meses consecutivos.
<p>Incentivo Emprego</p>	<p>1% da retribuição mensal do trabalhador.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Impulsionar novas contratações; - Contribuir para reduzir os níveis de desemprego 	<ul style="list-style-type: none"> - Empregados que celebrem contratos de trabalho após 1 de outubro de 2013; - Empresas de trabalho temporário, qualquer que seja a duração do contrato celebrado com o trabalhador temporário.

Fonte: IEFP.

Incentivos Municipais à Criação de Emprego e Investimento

O Município de Seia apoia projetos de investimento que visem a criação de empresas, emprego e inovação no concelho.

Entre os novos estímulos, que versam a dinamização dos espaços industriais e empresariais do Concelho, constam a fixação de períodos de carência, a isenção (total ou parcial) do pagamento dos terrenos, tendo na base uma proporcionalidade na razão do número de postos de trabalhos criados; a cedência de edifícios e equipamentos; isenções totais ou parciais, relativamente aos impostos e outros tributos próprios do Município; bem como a criação de um cheque empresa, atribuído em função dos postos de trabalho criados e que poderá ser descontado nos serviços prestados pelo Município (água e saneamento básico).

Os incentivos abrangem, igualmente, isenções ao nível do pagamento das taxas de ligação desses serviços, bem como dos encargos inerentes às operações de licenciamento municipais. De realçar o apoio à construção e manutenção de pequenas queijarias, ovis e capris.

Para o efeito, o Município assegura, por um prazo de um ano, eventualmente renovável, a realização e os custos financeiros de um plano de autocontrolo, baseado nos princípios do HACCP. O apoio estende-se à receção e tratamento das águas residuais gordurosas procedentes de uso doméstico ou industrial, originados pelo manuseamento de alimentos, e ao Apoio Técnico na elaboração de projetos para a construção de queijarias, ovis e capris.

Tabela 81 - Apoios desenvolvidos pelo GIP.

	Apoios	Objetivos	Destinatários
Apoios desenvolvidos pelo GIP	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Para os desempregados: <ul style="list-style-type: none"> - Informação profissional para jovens e adultos desempregados; - Apoio à procura ativa de emprego; - Acompanhamento personalizado dos desempregados em fase de inserção ou reinserção profissional; - Encaminhamento para ofertas de qualificação; - Divulgação de ofertas de emprego e colocação de desempregados nas ofertas de emprego disponíveis e adequadas; - Divulgação de programas comunitários que promovam a mobilidade no emprego e na formação profissional no espaço europeu; - Motivação e apoio à participação em ocupações temporárias ou atividades em regime de voluntário, que facilitem a inserção no mercado de trabalho. ▪ Para as entidades promotoras: <p>Apoios Técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formação inicial e contínua do animador; - Material de informação e instrumentos técnico-pedagógicos para distribuição ou consultas dos utentes; 	<p>Apoiar os desempregados na definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção no mercado de trabalho.</p>	<p>Desempregados, jovens ou adultos, que necessitem de apoio na resolução do seu problema de inserção profissional.</p>

- Suportes informativos para apoio das funções do animador e acompanhamento da atividade dos GIP;
- Divulgação de ofertas de emprego e formação profissional;
- Promoção de partilha de informação e contactos entre animadores para aperfeiçoamento da respetiva atividade.

Apoios Financeiros:

- Subsídio não reembolsável, até ao montante de €5.000, para adaptação de instalações e aquisição de equipamentos;
- Subsídio não reembolsável, no valor de 3 IAS, para despesas de funcionamento;
- Subsídio não reembolsável, para comparticipação na retribuição do animador até ao limite de 24 IAS.

Fonte: IEFP.

Gabinete de Inserção Profissional

O Gabinete de Inserção Profissional do Município de Seia (GIP) é uma estrutura de apoio ao emprego que, em estreita cooperação com o Serviço de Emprego e Formação Profissional de Seia, desenvolve atividades que contribuem para a inserção ou reinserção profissional de desempregados. A fim de cumprir o seu principal objetivo (apoiar os desempregados na definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho) junto dos seus utentes e destinatários, o GIP ao longo do ano de 2014 desenvolveu um leque variado de atividades nomeadamente:

Durante o ano 2014, inscreveram-se no Gabinete de inserção Profissional do Município de Seia 339 novos utentes, com as seguintes características:

Tabela 82 - Caracterização dos utentes do Gabinete de Inserção Profissional.

		Habilitações Literárias											Totais Etários	
		<6º Ano		≥6º Ano e <9º Ano		≥9º Ano e <12º Ano		≥12º Ano		Sub-Totais gerais	Género			
		Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher		Homem	Mulher		
Grupos Etários	16-23 anos	1º Emprego	0	0	2	0	8	9	10	6	35	20	15	55
		Novo Emprego	0	0	2	0	4	3	5	5	20	11	8	
		Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	24-30 anos	1º Emprego	0	0	0	0	0	1	5	5	11	5	6	75
		Novo Emprego	0	0	4	2	3	8	20	25	62	27	35	
		Outros	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0	2	
	31-54 anos	1º Emprego	1	0	0	0	0	0	1	0	2	2	0	281
		Novo Emprego	34	18	32	25	28	56	33	31	257	127	130	
		Outros	0	1	0	0	0	4	4	13	22	4	18	
	> 55 anos	1º Emprego	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18
Novo Emprego		4	4	1	3	1	2	1	1	17	7	10		

		Outros	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	
		Sub-Total	39	23	41	30	44	83	79	89	428	203	225	428
		Total global anual	62	71	127	168	428	428						

Fonte: GIP 2014.

No ano de 2014, 428 utentes foram intervencionados, dos quais 225 são do sexo feminino e 203 do sexo masculino, maioritariamente à procura de novo emprego. No que respeita à idade dos utentes atendidos constata-se que a faixa etária que recorre mais ao serviço do GIP se encontra compreendida entre os 31-54 anos. Ao nível das habilitações escolares 168 utentes têm escolaridade igual ou superior ao 12º ano.

Programa de Emprego e Apoio à qualificação das pessoas com deficiência e incapacidade

As pessoas com deficiência e com incapacidade em idade ativa são também destinatárias de diversas medidas de apoio ao emprego promovidas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Tabela 83 - Programa de emprego para população com deficiência ou incapacitante.

Medidas e Modalidades de Apoio	Objetivos	Destinatários
<ul style="list-style-type: none"> - Apoio à Qualificação; - Apoios à integração, Manutenção e Reintegração no Mercado de Trabalho: Informação e Orientação para a Qualificação e o emprego; Apoio à colocação; Acompanhamento pós - colocação; Adaptação de postos de trabalho e eliminação de barreiras arquitectónicas; - Emprego Apoiado: Estágios de Inserção; Contratos de Emprego- Inserção; Centros de Emprego Protegido; Contratos de emprego Apoiado em Entidades Empregadoras; Prémio de Mérito. 	<p>Apoiar as pessoas com deficiência e incapacidade que apresentam dificuldades no acesso, manutenção e progressão no emprego</p>	<p>Pessoas com deficiência e incapacidade em idade ativa inscritas nos Centros de emprego ou centros de emprego e formação profissional</p>

Fonte: IEFP.

Considerações Finais

O contexto de crise económica e social que Portugal tem vindo a enfrentar nos últimos anos, e em particular a região do interior em que o Concelho de Seia se insere, tem colocado desafios acrescidos às intervenções públicas nos domínios da promoção da inclusão social, do emprego e da qualificação de jovens e adultos.

O Município de Seia tem como um dos seus grandes desafios aumentar os níveis de qualificação da população residente, nos diversos níveis e ciclos de ensino. De facto, é necessário motivar, encorajar e promover a capacitação das pessoas, acarinhando e incentivando o saber escolar como forma de desenvolvimento humano de cada cidadão.

Os baixos níveis de escolaridade da população adulta e a descredibilização da escolarização, manifestada aquando da aplicação da metodologia de diagnóstico, fazem emergir um desafio social às escolas e a todas as entidades que com elas trabalham em parceria. De facto, no que se refere à educação de crianças e jovens, as desvantagens socioculturais existentes, exigem (re)inventar práticas inovadoras para diminuir o fosso entre os saberes veiculados pela escola e as capacidades desiguais dos alunos que a frequentam.

De facto, estas desigualdades emergem das diferenças entre os saberes e a linguagem utilizada no contexto familiar e no contexto escolar, que colocam muitos alunos perante um discurso que têm dificuldade em apropriar, mas também de expectativas e níveis motivacionais desiguais. Refira-se ainda a falta de hábitos e métodos de trabalho, decorrentes do desinteresse e desinvestimento face ao saber escolar, e também da dificuldade de muitas famílias terem a vontade / disponibilidade para exercerem uma parentalidade positiva. Este facto decorre frequentemente do impacto da crise económica na saúde de muitos agregados familiares, nomeadamente, o aumento de pais com depressão ou distúrbios de ansiedade, muitas vezes sem qualquer tipo de acompanhamento, psicológico ou farmacológico. As repercussões no bem-estar psicológico e social destas crianças e jovens são inevitáveis.

Fica assim patente a necessidade de criar ambientes educativos saudáveis, que se assumam como fonte de instrução, mas sobretudo como locais de motivação e aprendizagem, não só para os alunos, mas também para os professores. Torna-se, assim, premente, reforçar a ligação entre a escola-família-comunidade, um caminho difícil mas incontestável, quando se pretendem fomentar percursos escolares no âmbito da escola compreensiva.

Neste sentido, importa desenvolver no município de Seia, estratégias de parceria e reflexão com vista à efetivação progressiva do previsto no Decreto-Lei nº 30/2015 de 12 de Fevereiro (Regime de Delegação de Competências nos Municípios e Entidades Intermunicipais).

O Conselho Municipal da Educação constitui-se assim, uma instância de coordenação e consulta que tem por objetivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educacionais e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e de eficácia do mesmo.

A situação dos jovens (entre os 15 e os 29 anos) que não estão empregados e que não estão em percursos de educação ou formação (NEET - *not in employment, education or training*) merece igualmente preocupação, apesar destes não estarem totalmente identificados no Concelho pelo que é imprescindível a sua identificação.

O Concelho de Seia é marcado pelo Desemprego de Longa Duração onde predominam as baixas qualificações, de forma ainda mais intensa do que na população empregada, constituindo este um sério fator de dificuldade na sua (re)integração laboral. O desemprego de longa e muito longa duração, que atinge atualmente cerca de metade dos desempregados do concelho, é particularmente preocupante nos grupos com níveis etários mais elevados (para os quais se torna mais premente o problema das qualificações, apesar de todos os esforços que as entidades de formação no terreno, têm desenvolvido neste sentido e da adaptabilidade face às novas exigências do mercado de trabalho).

O desemprego da população com níveis de habilitação mais elevados também está presente no Concelho no entanto, estes permanecem menos tempo em situação de desemprego, sendo mais flexíveis na aceitação de ofertas de emprego em áreas diferentes da sua formação profissional e qualificação escolar.

As políticas de promoção da empregabilidade no concelho estão a ser fortemente direcionadas para a melhoria (quantitativa e qualitativa) do capital humano, tornando-se crucial a divulgação e o encaminhamento para diferentes modalidades de Educação e Formação de Jovens e Adultos em distintas entidades (IEFP, Escolas, Entidades Privadas

de Formação), contribuindo desta forma para melhorar a mobilidade e o funcionamento do mercado de trabalho.

Emerge assim a necessidade de re(inventar) formas e contextos para contribuir para a valorização de diferentes modalidades de Educação e Formação de Jovens e Adultos e a promoção da articulação entre a vertente profissional e o mercado de trabalho e, por outro lado, ter também em consideração a necessidade de ajustar a oferta formativa aos interesses dos jovens e adultos.

Nesse contexto, a formação de adultos, designadamente de maior duração e igualmente de dupla certificação, deverá continuar a ser uma prioridade, assim como a qualificação mais ligada à resposta a necessidades de melhoria da competitividade das entidades empregadoras, em especial das micro, pequenas e médias empresas, apoiada no domínio da competitividade e internacionalização.

De forma similar, a problemática das pessoas com deficiência e incapacidade exige a combinação de medidas de política de carácter específico nestes domínios (e.g. educação e formação, e emprego), com a observação de novos requisitos de natureza transversal (como a acessibilidade), indispensáveis à promoção de maior igualdade de oportunidades na sociedade desta região e em particular neste concelho. De referir ainda que é imprescindível assistir-se a uma mudança de paradigma na deficiência, que pressupõe sobretudo mudança de mentalidades, inovação dos modelos tradicionais, participação ativa das pessoas com deficiência e incapacidade e suas organizações, cultura da qualidade das respostas de reabilitação e das dinâmicas solidárias de toda a sociedade.

Importa também, neste contexto, realçar que, não obstante os progressos registados no domínio das políticas públicas em matéria de igualdade e não discriminação, persiste um conjunto de constrangimentos e fatores de risco que determinam a necessidade de manter a intervenção: a baixa percentagem de mulheres empresárias, apesar da forte presença de mulheres no mercado de trabalho, o risco de segregação do mercado de trabalho em função do sexo, com a mão-de-obra feminina a concentrar-se em ramos de atividade socialmente menos valorizados; a das diferenciações salariais entre mulheres e homens, com prejuízo para aquelas, sendo que o nível de habilitações das mulheres, genericamente superior ao dos homens, não tem sido suficiente para contrariar esta tendência; a diminuta participação das mulheres em lugares de decisão económica, que também não tem sido contrariada pelo nível mais elevado de habilitações das mulheres; a

utilização maioritariamente por mulheres dos mecanismos de conciliação entre o trabalho e a família, com prejuízo para a progressão na carreira e para o próprio acesso ao trabalho e à profissão.

Assim, é necessário continuar a promover no Concelho uma economia baseada em elevadas taxas de emprego, na melhoria das qualificações e na luta contra a exclusão social, de modo a assegurar uma maior coesão económica, social e territorial de modo a enfrentar a pressão demográfica que empurra esta região e o concelho de Seia para a diminuição da população ativa (por via da diminuição da natalidade e do aumento da população idosa em inatividade e pela emigração da população ativa), mas também de modo a harmonizar a estrutura da própria população ativa, promovendo elevados níveis de participação das mulheres, das pessoas com deficiência e incapacidades, das pessoas mais velhas, e resolvendo as dificuldades estruturais acrescidas na transição dos jovens para a vida ativa que, com a persistência dos efeitos da crise económica e financeira nos mercados de trabalho, têm resultado em elevados níveis de desemprego e inatividade desta população, com todos os riscos de exclusão social associados ao afastamento ou à deficiente integração no mercado de trabalho.

EIXO C | Coesão e Intervenção Social

Nota Introdutória

A intervenção social emerge da necessidade de responder a situações de pobreza e exclusão social. Tem como objetivos apoiar prioritariamente os indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e emergência social, contribuir para a descoberta e desenvolvimento das potencialidades do indivíduo, assegurando o acompanhamento social na definição e efetivação do seu projeto de vida, reforçar a sua autonomia e autoestima, apoiar na agilização das suas redes afetivas, familiares e sociais, mobilizar os recursos das comunidades adequados à sua progressiva inserção social, bem-estar pessoal, social e profissional.

Relativamente a este eixo, pretende-se por um lado, apoiar a capacitação institucional e articulação entre as entidades locais com responsabilidade no desenvolvimento e implementação de ações de intervenção social. Por outro lado, minorar o isolamento das populações, ampliar a atuação ao nível da saúde física e psicológica para melhorar a qualidade de vida dos munícipes (e.g. quer em termos de prevenção, de promoção, de atuação comunitária, dos cuidados diferenciados ou dos continuados), reforçar a coesão social, valorizar as características idiossincráticas associadas à multiculturalidade ou às etnias, induzir para as questões da igualdade de género e manter um contínuo de atualização participada e responsável, dos documentos de planeamento estratégico para o concelho.

Respostas Sociais

Atendimento /Acompanhamento Social

O atendimento social consiste em prestar atendimento, informação e orientação aos indivíduos/famílias, bem como atuações em situações de emergência e/ou crise social. Por outro lado, o acompanhamento social funciona de forma complementar ao atendimento e destina-se a prestar apoio técnico, não pontual, a indivíduos/famílias com problemas sociais complexos, implicando a definição, contratualização e monitorização de um plano de inserção. São vários os atores sociais que dinamizam a intervenção social comunitária, de modo a contribuir para colmatar as situações de pobreza e/ou exclusão social, tendo em vista o desenvolvimento social local.

Tabela 84 - Número de Atendimentos por Serviço de Apoio por ano.

Equipa	Atendimentos			
	2012	2013	2014	2015
Equipa de Seia (Guarda)	1087	936	934	1052
Centro Distrital da Guarda	13.181	11.120	11.754	*

Fonte: ISS,IP

* não foi possível aceder aos dados

Tabela 85 - Número de Apoios Económicos Processados por Serviço de Apoio por ano.

Serviço Local do Apoio	Apoios Económicos Processados			
	2014	2013	2014	2015
Equipa de Seia (Guarda)	29	38	31	25
	8.434,41 €	24.151,33 €	14.019,40 €	*
Centro Distrital da Guarda	183	247	196	*
	171.708,69 €	134.297,92 €	117.383,84 €	*

Fonte: ISS,IP

* não foi possível aceder aos dados

Tabela 86 - Número de Ocorrências, Processos (Crise e Emergência), Respostas no concelho de Seia por Ano.

	2012	2013	2014	2015
Número de sinalizações	20	7	13	*
Número de ocorrências	11	7	13	4
Número de processos	9	0	*	*
Número de processos com respostas	16	*	*	*

Fonte: ISS,IP

* não foram fornecidos os dados porque violam o segredo estatístico

Instituições Particulares de Solidariedade Social

A economia social tem de ser entendida como sendo das pessoas e para as pessoas, com total respeito pelas comunidades, na medida em que, nos momentos de crise, se comporta de uma forma expansionista e em contra ciclo, quando comparada com os outros setores tradicionais da economia.

Todavia, apesar da importância que este setor da economia social possui, o mesmo não era devidamente reconhecido e valorizado, pelo facto de não existirem dados estatísticos rigorosos e certificados que medissem a sua relevância.

O setor social e solidário, ao longo destas últimas décadas, não só cresceu exponencialmente em número de IPSS constituídas, como passou a assumir, na nossa sociedade, uma importância social e económica de elevado relevo junto das comunidades em que as instituições estão inseridas.

As entidades do setor social e solidário, espalhadas no território, são um pilar fundamental no suporte e apoio a todos aqueles que, por vicissitudes diversas, se encontram numa situação de vulnerabilidade, constituindo-se, assim, num instrumento mais próximo dos cidadãos e com maior capacidade de resposta às situações de carência ou de desigualdade social. Nesse sentido, a ação das entidades do setor social que, quer pela sua proximidade, quer pela sua atividade têm um conhecimento mais aprofundado das reais necessidades da população, em cada território. Porém, a ação de solidariedade social exercida pelas IPSS não se encerra, apenas, no setor da segurança social, abrangendo, igualmente, outros domínios, como a saúde, a educação ou ainda outras áreas em que as necessidades sociais dos indivíduos e das famílias não encontrariam apoio e resposta nas tradicionais instituições estaduais.

No âmbito da solidariedade social, a área da cooperação entre o Estado e as IPSS assume uma importância central em termos da implementação de medidas e serviços de proteção social. O modelo de cooperação atualmente em vigor assenta numa série de premissas, em que as instituições complementam as responsabilidades do Estado na proteção social dos cidadãos.

Os estabelecimentos de apoio social devem estar inseridos no meio que pretendem servir, contribuindo para uma melhoria no acesso e na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e à própria comunidade.

O território concelhio encontra-se coberto por diversos equipamentos com diferentes respostas sociais. Sendo de salientar que ao todo são 27 IPSS, no Concelho de Seia, totalizando 70 acordos de cooperação com a Segurança Social, 20 na área de Infância e Juventude e 50 na área da população adulta.

De seguida faremos a descrição destas respostas bem como a sua localização geográfica.

Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) com respostas de apoio à população idosa do concelho.

Os apoios sociais para a terceira idade enquadram um conjunto de respostas de apoio social para pessoas idosas em situação de carência e desigualdade socioeconómica, dependência e vulnerabilidade social, cujo objetivo é privilegiar, através de serviços e equipamentos adequados a manutenção dos utentes no seu meio familiar e social e promover o apoio à família. Deste modo, assumem como principais objetivos promover a autonomia, a integração social e a saúde.

Em função das necessidades e do grau de autonomia das pessoas idosas, o concelho possui 3 tipos de respostas sociais:

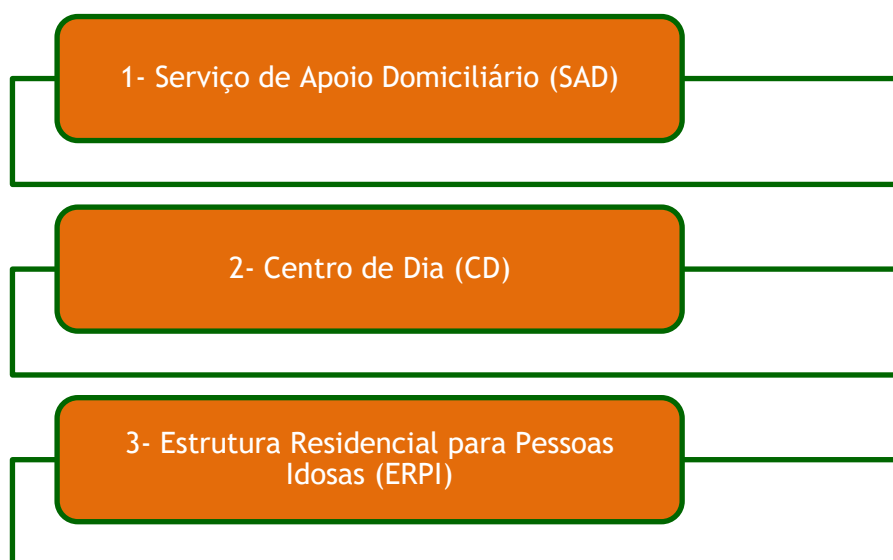


Figura 33 - Respostas Sociais para população idosa.

1- Serviço de Apoio Domiciliário

O Apoio Domiciliário é um serviço prioritário para pessoas idosas, pessoas com deficiência e pessoas em situação de dependência. Engloba a prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física ou psíquica e que não possam assegurar temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas, e/ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.

2- Centro de Dia

Os Centros de Dia são um equipamento social que funciona durante o dia e que presta vários serviços que ajudam a manter as pessoas idosas no seu meio social e familiar.

Destinado a todas as pessoas que precisem dos serviços prestados pelo Centro de Dia, com prioridade para indivíduos a partir dos 65 anos. Estabelecimento onde se organizam atividades recreativas e culturais, que envolvem as pessoas idosas de uma determinada comunidade.

3- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Equipamento Social que visa o alojamento coletivo, temporário ou permanente, para pessoas idosas em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem. Destinada a pessoas a partir dos 65 anos e em casos excecionais, pessoas idade inferior a 65 anos (a considerar caso a caso). Proporciona serviços permanentes e adequados à problemática biopsicossocial das pessoas idosas, contribuindo para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo. Estas estruturas criam condições que permitam preservar e incentivar a relação intrafamiliar potenciando a integração social.

Tabela 87 - Caracterização das IPSS's com Apoio a Idosos.

Instituição	Freguesia	Respostas Sociais	Capacidade	Número de Acordos de Cooperação
Associação de Beneficência do Sabugueiro	Sabugueiro	SAD ⁶	32	15
		ERPI ⁷	39	28
Associação de Beneficência Social e Cultural das Lages	Lages	SAD	40	4
		CD	16	7
Associação de Beneficência Social Cultural de Tourais	Tourais	SAD	62	41
		CD	20	13
Associação de Beneficência Solidariedade Social Torrocelo	Torrocelo	SAD	30	30
		ERPI	9	8
		CD ⁸	31	5
Associação Humanitária de Paranhos da Beira	Paranhos da Beira	CD	12	9
		ERPI	54	34
Associação Humanitária de Sandomil	Sandomil	ERPI	58	34
Associação Loriguense Apoio à 3ª Idade	Loriga	SAD	27	20
		CD	16	10
Fundação Dr. António Vieira Tovar de Magalhães e Albuquerque - Casa de Repouso N. Sra. Socorro	Folhadosa	ERPI	60	60
Casa do Povo de Vide	Vide	SAD	65	44
		CD	16	15
Centro de Assistência Paroquial de Loriga	Loriga	CD	20	11
		ERPI	40	29

6

Serviço de Apoio Domiciliário

7

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

8

Centro de Dia

Centro de Apoio à Terceira Idade da Cabeça	Cabeça	SAD	54	24
		CD	8	5
Centro Paroquial de Seia	Seia	ERPI	60	60
Centro Paroquial Assistência de Alvôco da Serra	Alvoco da Serra	SAD	20	20
		CD	20	20
Centro Social Paroquial de Santa Marinha	Santa Marinha	SAD	50	50
Centro Social Paroquial de Sazes da Beira	Sazes da Beira	SAD	12	12
		ERPI	58	40
Centro Social "Quinta de Monterroso"	São Romão	SAD	35	19
		CD	10	5
		ERPI	52	47
Centro de Solidariedade Social de Vila Cova Coelheira	Vila Cova Coelheira	SAD	20	10
		CD	20	6
Fundação Angelina Ferreira Moutinho	Travancinha	SAD	24	17
		CD	21	5
Fundação D. Aurora Ressurreição Coelho Borges	Santa Marinha	SAD	65	44
		CD	20	6
		ERPI	35	35
Santa Casa Misericórdia de Seia	Seia	SAD	50	30
	Santiago	ERPI	65	50
Associação Humanitária Social e Cultural de Pinhanços	Pinhanços	SAD	50	33
		CD	15	10
		ERPI	32	20

Fonte: ISS,IP. Centro Distrital da Guarda - Serviço Local de Seia.

Tabela 88 - Caracterização das Entidades com Fins Lucrativos com Apoio a Idosos.

Instituição	Freguesia	Respostas Sociais	Capacidade	Número de Acordos de Cooperação
Lar da Casa do Divino Salvador	Tourais	Lar Idosos	27	0
Lar de Idosos Nossa Senhora da Conceição	Seia	Lar Idosos	55	0
Casa dos Meus Avós	Santa Comba	Lar Idosos	25	0

Fonte: ISS,IP.- Centro Distrital da Guarda - Serviço Local de Seia.

Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) com respostas de apoio a Crianças e Jovens

Os apoios sociais neste âmbito populacional envolve um conjunto de respostas integradas de cuidados e apoio social para crianças a partir dos 3 meses. Têm como objetivos apoiar as famílias e promover o desenvolvimento pessoal e social da criança num ambiente tranquilo, educativo e seguro.

No concelho temos 3 tipos de respostas:

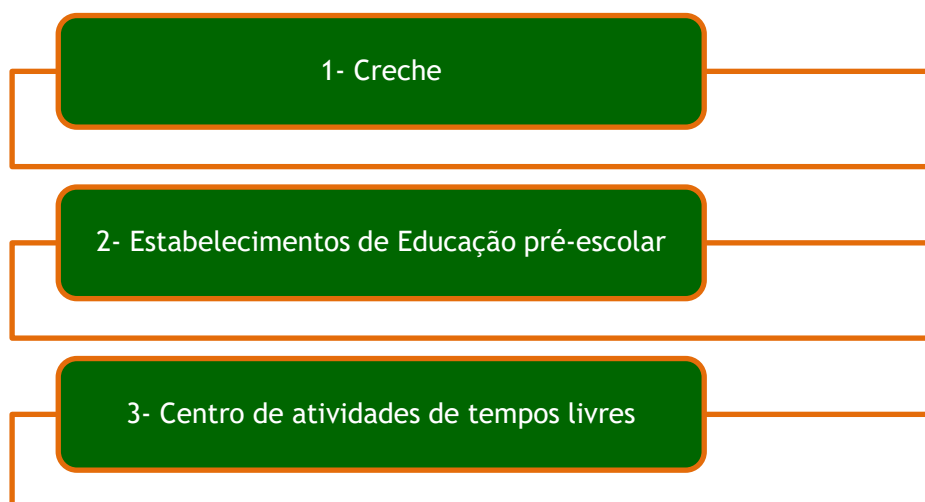


Figura 34 - Respostas Sociais para crianças.

1- Creche

Estabelecimento que visa o acolhimento para crianças até aos três anos de idade, durante a parte do dia em que os pais/encarregados de educação ou as pessoas que as tenham à sua guarda não podem estar com elas.

Tem como objectivos:

- Proporcionar às crianças um clima de segurança física e emocional que contribua para o seu bem-estar e desenvolvimento;
- Partilhar com a família os cuidados e a responsabilidade do desenvolvimento das crianças;
- Realizar o despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência, garantindo um encaminhamento adequado para cada caso;
- Prevenir e compensar falhas sociais e culturais do meio familiar.

2- Estabelecimento de educação pré-escolar

Os estabelecimentos de educação pré-escolar são destinados a crianças com idades compreendidas entre os 3 e a idade até ingressar para o ensino básico. São locais orientados para o desenvolvimento da criança, que proporcionam atividades educativas e de apoio à família.

Tem como objectivos:

- Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança e proporcionar-lhe condições de bem-estar e segurança;

- Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola, para o sucesso na aprendizagem e desenvolvimento da expressão e comunicação;
- Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;
- Despistar inadaptações, deficiências e precocidades para uma melhor orientação e encaminhamento da criança;
- Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de colaboração com a comunidade;
- Apoiar a família, dando as refeições às crianças e assegurando que têm onde ficar até mais tarde (ocupadas com atividades de animação educativa).

3- Centro de atividades de tempos livres

Estabelecimento onde se realizam atividades de tempos livres para crianças e jovens a partir dos 6 anos (por exemplo, desporto, bibliotecas, ludotecas, *ateliers* de expressão, cineclubes, clubes de fotografia, quintas pedagógicas, animação de rua e atividades de porta aberta).

Tem como objectivos:

- Criar um ambiente propício ao desenvolvimento de cada criança ou jovem, promovendo a expressão, a compreensão e o respeito mútuo;
- Promover as relações sociais em grupo;
- Favorecer a relação entre família/escola/comunidade/estabelecimento, para um melhor aproveitamento e rentabilização de todos os recursos;
- Proporcionar atividades de animação cultural que a criança pode escolher e nas quais participa voluntariamente, tendo em conta as características dos grupos e tendo como base o respeito mútuo;
- Melhorar a situação social e educativa, e a qualidade de vida das crianças;
- Promover a interação e integração das crianças com deficiência, em risco e em exclusão social e familiar.

Tabela 89 - Caracterização das IPSS's com Apoio a Crianças e Jovens.

Instituição	Freguesia	Respostas Sociais	Capacidade	Número de Acordos de Cooperação
Associação de Beneficência do Sabugueiro	Sabugueiro	C.A.T.L. ⁹	30	7
Associação Humanitária Social e Cultural de Pinhanços	Pinhanços	C.A.T.L	20	4
Casa do Povo de Seia	Seia	C.A.T.L	50	50
Centro Assistência. N ^a Sr. ^a La Salette	Paranhos da Beira	C.A.T.L	25	15
		Creche	35	28
		Pré-Escolar	45	36
Centro Assistência Paroquial de Loriga	Loriga	Creche	25	8
		Pré-Escolar	12	8
Centro Paroquial de Seia	Seia	C.A.T.L	80	60
		Creche	45	40
		Pré-Escolar	70	60
Fundação D. Aurora Ressurreição Coelho Borges	Santa Marinha	C.A.T.L	20	5
		Creche	24	12
		Pré-Escolar	30	15
Patronato Sagrada Família de São Romão	São Romão	Creche	50	40
		Pré-Escolar	50	50
Santa Cada da Misericórdia de Seia	Seia	Creche	110	70
		Pré-Escolar	100	100

Fonte: ISS, IP. Centro Distrital da Guarda - Serviço Local de Seia.

Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) com respostas de apoio a Crianças e Jovens com deficiência

Conjunto de respostas sociais de apoio social para crianças e jovens com deficiência ou em risco de atraso grave de desenvolvimento. Têm como objetivos promover o desenvolvimento global da criança, a autonomia, a integração social e a saúde.

Em função da gravidade da deficiência, do grau de autonomia da criança ou jovem e das suas necessidades, o concelho possui 2 tipos de respostas:

⁹ Centro de Atividades de Tempos Livres

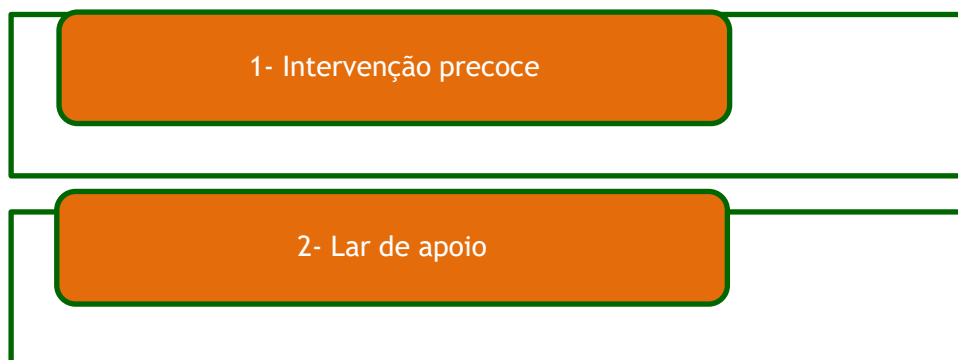


Figura 35 - Respostas Sociais para crianças com deficiência.

1- Intervenção Precoce

Resposta para crianças até aos 6 anos de idade, especialmente dos 0 aos 3 anos, com deficiência ou em risco de atraso grave de desenvolvimento (quando existe grande probabilidade de a criança vir a sofrer uma ou mais disfunções).

Trata-se de um apoio nas áreas da educação, da saúde e da ação social, focado nas necessidades da criança e da sua família.

2- Lar de apoio

Resposta para crianças e jovens com deficiência dos 6 aos 16/18 anos, cuja situação familiar aconselhe o internamento em lar (só quando não houver possibilidades de encaminhamento para outras soluções mais adequadas) ou que precisem de alojamento por estarem a receber apoio longe de casa.

Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) com respostas de apoio a Pessoas com deficiência

Conjunto de respostas de apoio social para pessoas com deficiência em situação de carência e desigualdade socioeconómica, dependência e vulnerabilidade social. Têm como objetivos promover a autonomia, a integração social e a saúde. Em função da gravidade da deficiência, do grau de autonomia da pessoa e das suas necessidades, o concelho possui 2 tipos de respostas sociais:

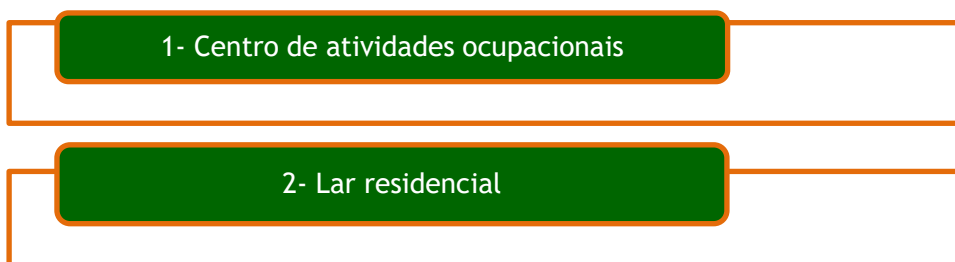


Figura 36 - Respostas Sociais para população deficiente.

1- Centro de atividades ocupacionais

Pessoas a partir dos 16 anos com deficiência grave, que não possam trabalhar (temporária ou permanentemente) e pessoas com deficiência cuja situação não se enquadre no regime de emprego protegido e que precisem de apoios específicos.

2- Lar residencial

Pessoas com deficiência, com mais de 16 anos ou com menos de 16 anos, cuja situação familiar aconselhe o internamento em lar (só quando não houver possibilidades de encaminhamento para outras soluções mais adequadas).

Alojamento temporário ou definitivo de jovens e adultos com deficiência que se encontrem impedidos de viver com a família.

Relativamente a estas respostas verifica-se:

- Dificuldade na admissão de cidadãos portadoras de deficiência em Lar, nomeadamente, na faixa etária até 16 anos;
- Ausência de respostas que fomentem a autonomia de vida dos jovens portadores de deficiência;
- Dificuldade nas Acessibilidades/Transporte.

Tabela 90 - Caracterização das IPSS's com Apoio a Deficientes.

Instituição	Freguesia	Respostas Sociais	Capacidade	Número de Acordos de Cooperação
Casa de Santa Isabel	São Romão	CAO ¹⁰	45	40
		Lar Residencial	45	40
Fundação Aurora Borges	Santa Marinha	Lar Residencial	24	22
		CAO	30	15
Casa do Povo de Seia	Seia	CAO	30	22

Fonte: ISS, IP Centro Distrital da Guarda.

Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) com respostas de apoio a Crianças e Jovens em risco

1- Centro Acolhimento Temporário (CAT)

Figura 37 - Respostas Sociais para crianças e jovens em risco.

- **Centro de Acolhimento Temporário (CAT)**

Trata-se de uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e protecção.

Entende-se por criança e jovem em acolhimento temporário, a pessoa com idade até aos 18 anos, em situação de perigo, cuja medida de promoção e protecção determine um acolhimento de duração não superior a seis meses.

Relativamente a esta resposta verifica-se que:

- Há uma ausência de estrutura de acompanhamento no contexto familiar;
- Há uma ausência de resposta de acompanhamento dos jovens em risco em percurso de autonomização;
- Há uma ausência de resposta local de acolhimento para o género feminino;
- Há uma ausência de resposta local para crianças até aos 3 anos;
- Há dificuldades de encaminhamento local/nacional para a institucionalização de criança/jovens com problemáticas comportamentais e de saúde mental associadas;
- Há uma Fraca adequação da estrutura física da resposta Centro de Acolhimento Temporário (CAT) existente no concelho.

Tabela 91 - Caracterização do CAT com Apoio a Crianças e Jovens em Risco.

Instituição	Freguesia	Respostas Sociais	Capacidade	Número de Acordos de Cooperação
Solar do Mimo - Centro de Acolhimento Temporário de Crianças e Jovens	São Romão	Centro de Acolhimento Temporário (Crianças e jovens)	14	14

Fonte: ISS, IP - Centro Distrital da Guarda.

Programas e/ou projetos em curso no concelho - equipas de intervenção social

Atendimentos realizados no Serviço Ação Social e Saúde do Município de Seia

A Divisão Ação Social e Saúde da Câmara Municipal de Seia desenvolve um conjunto de respostas sociais que pretendem a resolução das diferentes problemáticas que afetam as famílias do Concelho, orientando-se através de uma abordagem multidimensional, interinstitucional, de cooperação e articulação. Deste modo, os atendimentos prestados

aos munícipes têm como objetivos fundamentais o informar, apoiar, orientar e encaminhar os indivíduos/famílias nas mais variáveis áreas de intervenção social.

No que concerne às tarefas/atividades desenvolvidas durante o ano transacto, 2015, no Setor de Ação Social e Saúde, identificam-se os atendimentos mensais efetuados, bem como as problemáticas apresentadas nos atendimentos.

Tabela 92 - Atendimentos Mensais e Distribuição das Problemáticas dos Atendimentos por mês no Ano 2015.

2015		Problemáticas							
Mês	Atendimentos	Água	Contraordenações	Dificuldades Económicas	Emprego/ Ocupação	Família	Habituação	Informações	Saúde
Janeiro	14	2	0	6	5	5	3	2	1
Fevereiro	11	2	0	1	3	3	1	2	2
Março	18	4	1	5	2	3	2	5	3
Abril	17	1	1	5	9	1	1	5	1
Maio	24	2	0	3	5	5	7	6	7
Junho	15	1	0	4	10	1	1	4	2
Julho	24	0	0	6	6	6	9	6	10
Agosto	18	2	0	1	1	6	6	3	10
Setembro	12	2	0	6	0	3	3	0	4
Outubro	17	3	0	9	3	3	1	5	3
Novembro	36	2	2	7	7	19	7	15	24
Dezembro	26	3	0	3	5	9	10	4	16
TOTAL	232								
TOTAL		24	4	56	56	64	51	57	83

Fonte: Município de Seia.

Atendimentos

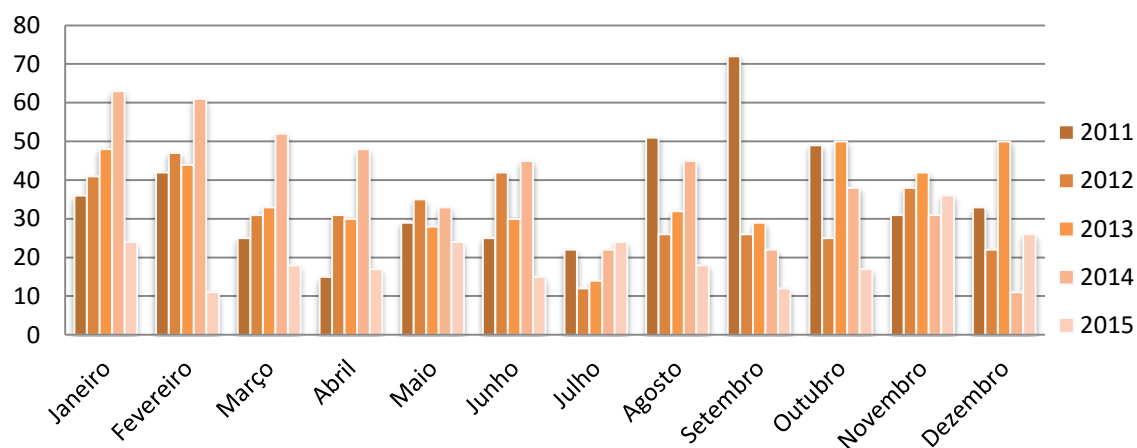


Figura 38 - Variação dos Atendimentos Mensais nos últimos 5 Anos. **Fonte:** Município de Seia.

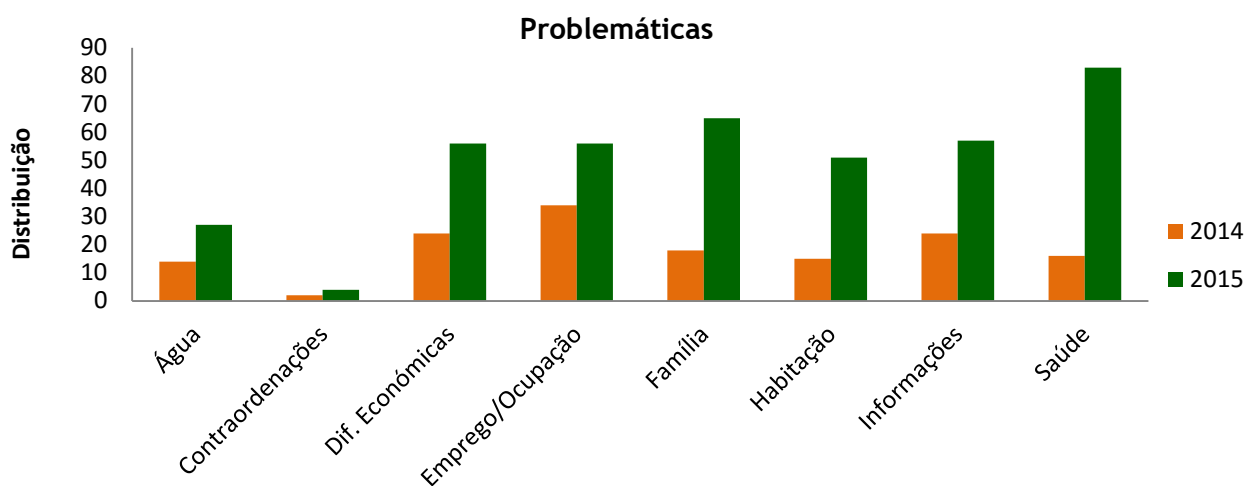


Figura 39 - Distribuição e Comparação dos Atendimentos por Problemáticas entre 2014-2015. **Fonte:** Município de Seia.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - CPCJ

A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Seia (CPCJ) durante o ano de 2014, acompanhou 135 processos. Destes, 48 transitaram de 2013; em 2014 foram abertos 57 processos de promoção e proteção e reabertos 30. No que concerne ao ano de 2015, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Seia acompanhou 174 processos/número de crianças e jovens, sendo 80 de sexo masculino e 94 do sexo feminino. Para além dos 79 processos transitados de 2014, instauraram-se 62 novos e reabriram-se 33.

Tabela 93 - Total de Processos /Crianças e Jovens envolvidos em 2014 e 2015

2014	Transitados de 2013	Instaurados	Reabertos	Global
Número Total de Processos	48	57	30	135
Número de crianças/ Jovens	48	57	30	135
2015	Transitados de 2014	Instaurados	Reabertos	Global
Número Total de Processos	79	62	33	174
Número de crianças/ Jovens	79	62	33	174

Fonte: CPCJ de Seia.

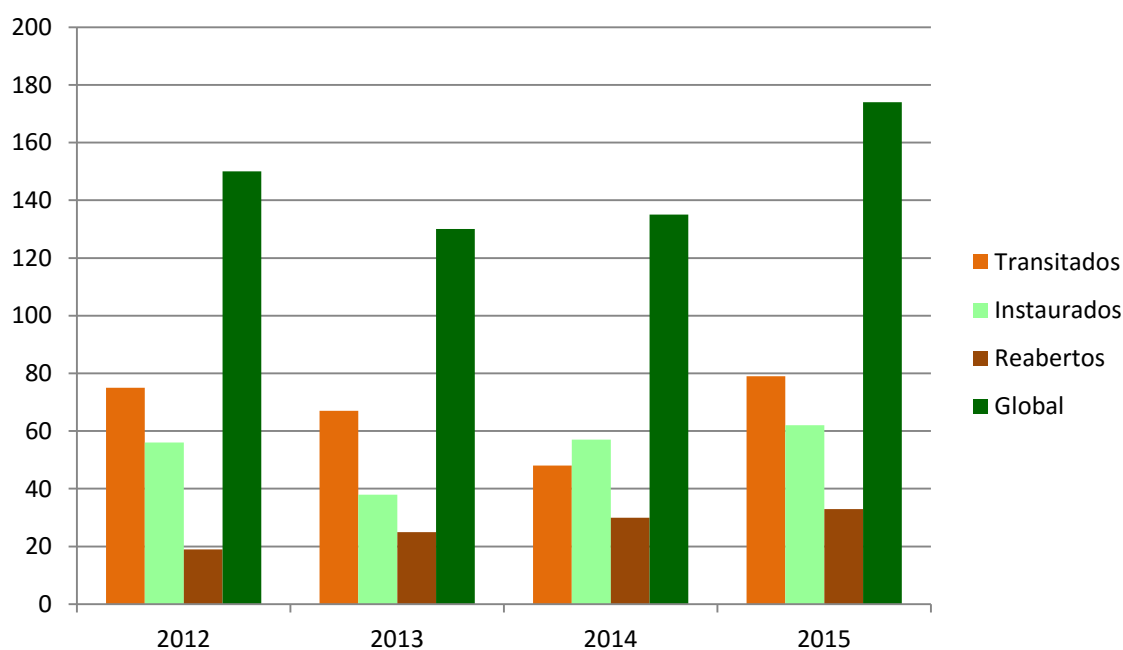


Figura 40 - Volume Processual Comparativo (2012-2015). Fonte: CPCJ de Seia.

De referir que se observou no ano de 2015 a tendência iniciada em 2014, de aumento do volume processual anual, ao contrário do que acontecia desde 2008.

Tabela 94 - Volume Processual Comparativo (2003-2015).

	Ano 2003	Ano 2004	Ano 2005	Ano 2006	Ano 2007	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Número Total de Processos	78	49	95	184	226	244	211	202	169	150	130	135	174
Número de crianças/jovens	118	94	140	184	226	244	211	202	169	150	130	135	174

Fonte: CPCJ de Seia.

Tabela 95 - Entidades Sinalizadoras 2013-2015.

Entidades sinalizadas	2013	2014	2015
Próprios	0	2	0
Familiares	4	6	10
Vizinhos e Particulares	3	7	0
Própria Comissão	1	5	5
Ministério Público	19	14	28
Autoridades Policiais	3	10	16
Segurança Social	0	0	0
Estabelecimentos de Saúde	4	6	5
Estabelecimentos de Ensino	16	23	20
Instituições de Apoio à Criança e Jovem	2	1	1
RSI	5	3	1
Projetos	2	0	0
Outra CPCJ	0	7	0
IPSS	2	0	2
Outros	2	3	7
Total	63	87	95

Fonte: CPCJ de Seia.

O Ministério Público e os Estabelecimentos de Ensino apresentam-se como as entidades que lideraram nas sinalizações à CPCJ. No ano de 2015, o Ministério Público foi a entidade que mais sinalizações/participações efetuou (28 sinalizações), prendendo-se em grande medida com o número elevado de violência doméstica, seguindo-se os Estabelecimentos de Ensino (21) sendo que estas sinalizações estão muitas vezes

relacionadas com a problemática de abandono /absentismo escolar. Observa-se um aumento significativo do número de sinalizações desde 2013 até ao presente ano.

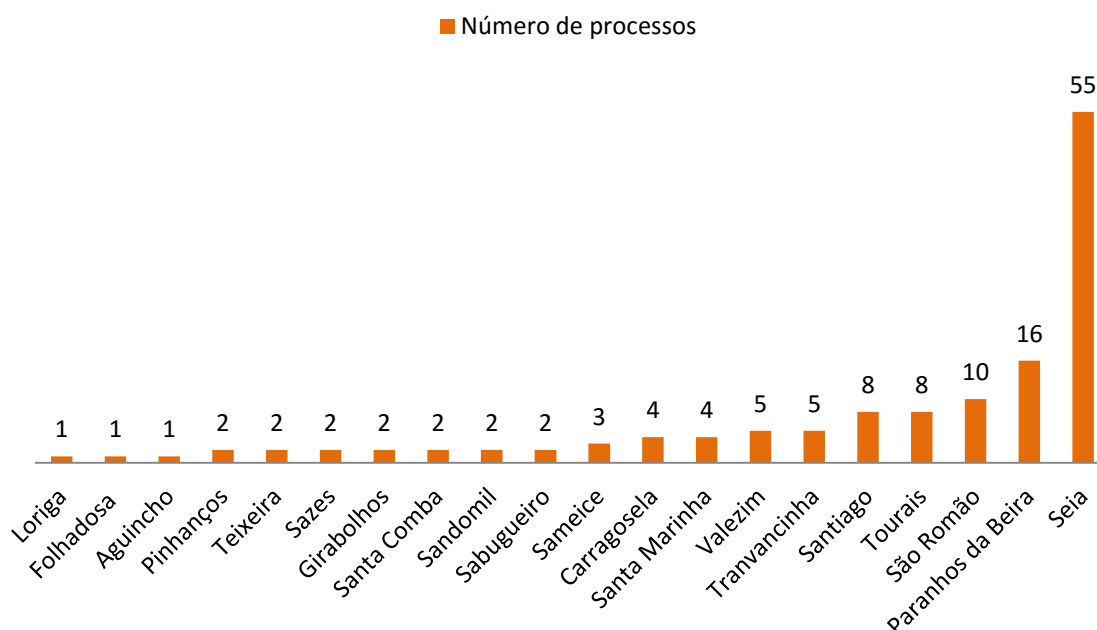


Figura 41 - Número de processos por localidade (2014). Fonte: CPCJ de Seia.

Tabela 96 - Medidas aplicadas.

Medidas	Anos		
	2013	2014	2015
Apoio Junto dos Pais	70	72	94
Apoio Junto de Outro Familiar	10	11	11
Confiança a Pessoa Idóneo	1	2	2
Apoio Para Autonomia de Vida	3	1	0
Acolhimento Familiar	0	2	0
Acolhimento Residencial	8	12	7

Fonte: CPCJ de Seia.

No que se refere à intervenção da CPCJ de Seia, a grande maioria das medidas de promoção e proteção aplicadas foram o Apoio Junto dos Pais, num total de 94 acordos celebrados, que consistem em formação parental, desenvolvimento de competências a nível social, pessoal e apoio psicossocial, orientação para questões da vida quotidiana (cuidados de higiene, rotinas diárias, gestão doméstica e financeira), percurso escolar,

saúde, emprego, formação profissional, entre outras. Seguindo-se a medida de Apoio Junto de Outro Familiar 11 crianças/jovens, o Acolhimento Residencial 7 e Confiança a Pessoa Idónea 2 crianças/jovens.

Tabela 97 - Tipo de agregado familiar de acordo com processos abertos e reabertos.

Processos abertos e reabertos (2013-2015)			
Tipo de agregado	2013	2014	2015
Família biológica (pai, mãe)	33	33	28
Família biológica (pai)	2	5	6
Família biológica (mãe)	21	32	51
Família com relação de parentesco (ex.: irmãos, avós, tios)	5	7	6
Família sem relação parentesco	1	4	3
Instituições Acolhimento	1	8	0

Fonte: CPCJ de Seia.

De assinalar o aumento significativo de agregados familiares monoparentais femininos, relativamente ao descrito nos anos anteriores.

Tabela 98 - Idade e Sexo da criança/jovem (2012-2015).

Idade	Sexo	Número de Crianças/Jovens abrangidos			
		2012	2013	2014	2015
0 a 2	Masculino	9	9	10	7
	Feminino	11	6	10	3
3 a 5	Masculino	4	5	10	6
	Feminino	7	10	9	6
6 a 10	Masculino	23	17	13	15
	Feminino	17	19	14	10
11 a 14	Masculino	19	12	9	8
	Feminino	15	10	21	14
15 a 17	Masculino	24	21	13	10
	Feminino	12	11	15	11
18 a 21	Masculino	4	6	5	4
	Feminino	5	4	6	1

Fonte: CPCJ de Seia.

A maioria das crianças/jovens acompanhadas situam-se na faixa etária entre os 6 e 10 anos de idade (25 crianças/jovens), seguida da faixa etária entre os 11 e 14 anos (22 crianças/jovens) sendo ainda de realçar a faixa etária entre os 15 e 17 anos de idade (21 crianças/jovens).

Tabela 99 - Problemáticas (2012-2015).

Problemáticas	Anos			
	2012	2013	2014	2015
Abandono	2	0	0	1
Abandono Escolar	7	5	5	4
Aliciamento Sexual	0	1	0	0
Absentismo Escolar	3	4	12	12
Abuso Sexual	3	0	1	0
Criança/Jovem assume comportamentos que afetam o bem estar e desenvolvimento	4	5	0	6
Exploração do trabalho infantil	0	0	0	0
Exposição a modelos de comportamento desviante	9	6	6	4
Violência domestica	36	15	22	46
Ingestão de bebidas alcoólicas	0	0	0	0
Maus-tratos físicos	2	1	2	0
Maus-tratos psicológicos/abuso emocional	0	1	2	0
Negligência	8	8	20	9
Negligência Falta de acompanhamento familiar	0	0	0	3
Prática de facto qualificado como crime	0	1	0	0
Problemas de saúde	0	0	0	0
Consumo de estupefacientes	0	2	1	0
Violação ou ato sexual	0	2	0	0
Outros comportamentos	0	1	0	0
Outras situações de perigo	3	11	1	8
Bullying	0	0	0	1
Ausência Temporária de Suporte Familiar	0	0	0	1

Fonte: CPCJ de Seia.

Com grande destaque, a problemática que mais se evidenciou foi a Violência Doméstica, seguindo-se o Absentismo Escolar e a Negligência. De realçar ainda o aumento de sinalizações enquadradas na categoria Outras Situações de Perigo, que se prendem sobretudo com gravidez e mães muito jovens.

Equipa de Intervenção para a Problemática da Violência Doméstica - EIVIDA



Enquadrada nas respostas sociais especializadas, o município de Seia conjuntamente com as entidades parceira desenvolve uma intervenção especializada na área da violência doméstica, através da Equipa de Intervenção para a Problemática da Violência Doméstica (EIVIDA).

Em 15-06-2012 no âmbito do protocolo celebrado com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), para a implementação no concelho de políticas e medidas no âmbito da cidadania e de promoção e defesa da igualdade de género, tendo por base o estabelecido no Artigo 152º do Código penal, na Lei nº122/2009, de 16 de Setembro e na Lei nº19/2013 de 21 de Fevereiro foi constituída a Equipa de Intervenção para a Problemática da Violência Doméstica (EIVIDA).

A EIVIDA resultou da necessidade de trabalhar em rede a problemática da Violência Doméstica, constituído para o efeito um grupo de técnicos de diferentes áreas e de diversas entidades. A EIVIDA visa criar um sistema de apoio à vítima de violência doméstica e/ou aos seus familiares residentes no concelho de Seia, nomeadamente a nível psicológico, social, médico, jurídico e consultadoria.

A equipa EIVIDA tem 3 eixos de intervenção:

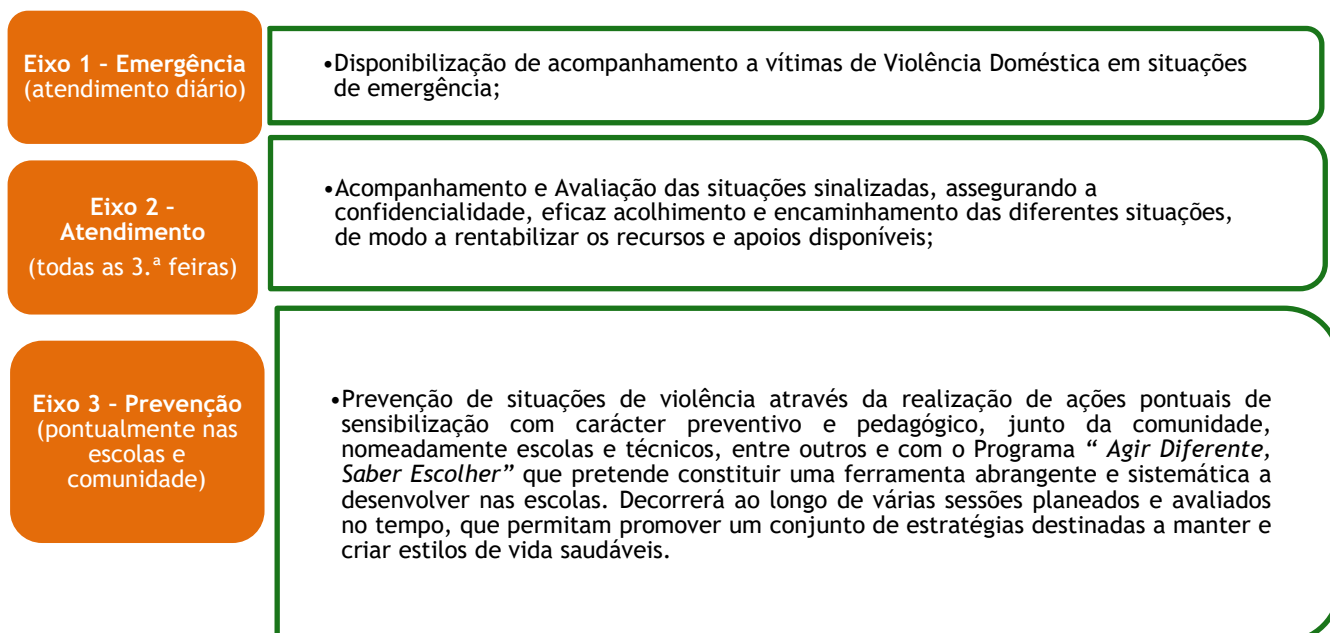


Figura 42 - Eixos de atuação da violência doméstica. Fonte: Município de Seia.

Como entidade coordenadora e promotora desta equipa está o Município de Seia que tem como parceiros as seguintes entidades:

Tabela 100 - Entidades Parceiras da EIVIDA

Entidades Parceiras da EIVIDA
Fundação Aurora da Ressureição Coelho Borges
Guarda Nacional Republicana
Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E. - Centro de Saúde de Seia
IEFP - Centro de Emprego e Formação de Seia
Escola Evaristo Nogueira
Associação de Beneficência do Sabugueiro
Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS - 3G Agir é Acreditar)
Escola Profissional da Serra da Estrela (EPSE)
Solar do Mimo
Centro Paroquial de Seia
Casa do Povo de Seia

Fonte: Município de Seia.

Tabela 101 - Processos Transitados/Instaurados/Reabertos/Arquivados entre 2012-2015.

Ano	Transitados	Instaurados	Reabertos	Arquivados	Total Global
2012	2	17	0	9	10
2013	10	22	0	14	18
2014	18	15	1	23	11
2015	11	9	1	4	17
Total	41	63	2	50	56

Fonte: Município de Seia.

Tabela 102 - Distribuição dos Processos no Ano 2015.

	Processos				
2015	Transitados	Instaurados	Reabertos	Arquivados	Total
1.º Semestre	11	6	0	1	16
2.º Semestre	16	3	1	3	17

Fonte: Município de Seia.

Na tabela 99 é possível verificar que em 2015 foram instaurados 9 processos, reaberto 1 processo e arquivados 4 processos, encontrando-se 17 processos ativos no final do ano.

Tabela 103 - Eixos de Intervenção entre 2012-2015.

Anos	Eixos		
	Emergência	Atendimento	Total
2012	7	10	17
2013	7	15	22
2014	8	12	16
2015	2	7	9

Fonte: Município de Seia.

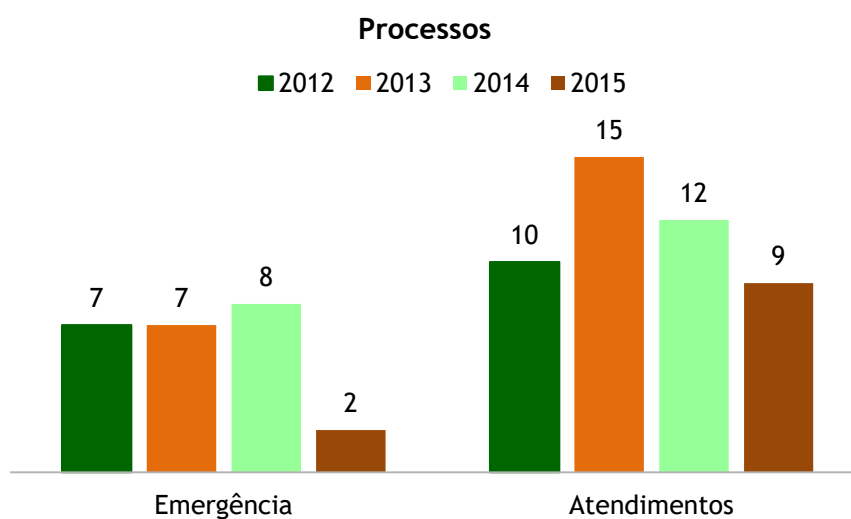


Figura 43 - Atendimento/Emergência. Fonte: Município de Seia.

Tabela 104 - Processos por Escalão etário entre 2012-2015.

Anos	Escalão etário							Total
	18-34	35-44	45-54	55-64	65-74	75-84	>84	
2012	5	3	4	3	1	0	1	17
2013	5	4	4	4	1	4	0	22
2014	2	1	6	4	3	0	0	16
2015	2	4	1	1	1	0	0	9

Fonte: Município de Seia.

Relativamente ao escalão etário, constata-se que em 2012 e 2013 a faixa com maior incidência de processos é a que corresponde ao intervalo dos 18 aos 34 anos e em 2014 é a que corresponde ao intervalo dos 45-54 anos. No que concerne à realidade do ano transacto, verifica-se que o maior número de processo corresponde à idade entre os 35 e os 44 anos.

Tabela 105 - Processos por Entidade Sinalizadora entre 2012-2015.

Sinalizações	Anos			
	2012	2013	2014	2015
Centro Paroquial de Seia	0	1	0	0
CPCJ	0	3	1	1
Equipa RSI	1	5	0	0
Escola Evaristo Nogueira	0	1	0	0
Escola Secundária de Seia	1	0	0	0
GNR	6	1	5	3
IEFP - Instituto Emprego e Formação Profissional	0	2	0	0
ISS, IP - Serviço Local de Seia	6	4	6	2
Município de Seia	2	3	1	1
Própria(o)	1	1	0	1
ULS - Centro de Saúde	0	1	2	1
Contrato Local de Desenvolvimento Social	0	0	1	0

Fonte: Município de Seia.

No que respeita aos processos por Entidade Sinalizadora, verifica-se que em 2013 e 2014 a equipa do protocolo RSI e ISS - Serviço Local de Seia, foram as entidades que mais sinalizaram à EIVIDA. Em 2015 a GNR foi a entidade que sinalizou maior número de situações de Violência Doméstica à EIVIDA.

Tabela 106 - Processos por Atividade Profissional/Ocupação entre 2012-2015.

Atividade Profissional/Ocupação	Anos			
	2012	2013	2014	2015
Emprego	4	4	3	2
Desemprego	8	9	5	6
Estudante	1	0	0	0
Reformado	4	9	8	1

Fonte: Município de Seia.

No ano 2013 e 2014 além dos Desempregados também os Reformados representaram um número significativo dos processos abertos. Em 2015 são os Desempregados que representam um número mais significativo.

Tabela 107 - Processos por Residência entre 2012-2015.

Residência	Anos			
	2012	2013	2014	2015
Carragosela	0	1	1	0
Folgosa da Madalena	1	0	0	1
Tourais	1	0	2	1
Loriga	0	1	0	0
Maceira	0	1	0	0
Paranhos da Beira	2	1	2	0
Pinhanços	0	0	0	0
Sabugueiro	0	1	0	0
Sandomil	0	1	0	0
Santa Marinha	2	1	0	0
Santiago	0	1	0	0
São Martinho	1	2	2	0
São Romão	4	5	1	1
Sazes	0	1	1	0
Seia	4	5	5	3
Vide	0	0	0	1
Vila Chã	1	0	0	0
Vila Cova à Coelheira	1	1	0	0
Sameice	0	0	1	0
Alvoco da Serra	0	0	1	0
Carvalhal da Loíça	0	0	0	1
Folgosa do Salvador	0	0	0	1

Fonte: Município de Seia.

No ano 2012 e 2013 a maior incidência de pessoas que se dirigiram ao atendimento da EIVIDA residiam nas localidades de Seia e São Romão. Em 2014 e 2015 as pessoas que se dirigiram ao atendimento da EIVIDA são, maioritariamente, residentes de Seia.

Tabela 108 - Violência Doméstica no concelho de Seia.

Violência Doméstica		
Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014
59	57	59

Fonte: GNR - Comando Territorial da Guarda - Destacamento Territorial de Gouveia.

Tabela 109 - Tipologia de crimes.

Tipologia	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014
Ameaças de coacção	20	18	26
Uso de força física	35	34	31
Indiferenciados	5	5	2

Fonte: GNR - Comando Territorial da Guarda - Destacamento Territorial de Gouveia.

Projeto Teleassistência

O Município de Seia, em parceria com a PT - Portugal Telecom, encontra-se a desenvolver um projecto de Teleassistência, em todo o concelho, assegurando os respetivos custos de implementação e funcionamento.

Esta ação visa a promoção de políticas de coesão social e de solidariedade, tendo em vista alargar o apoio a grupos vulneráveis e garantir apoio social e protecção à população idosa, isolada ou que necessita de acompanhamento permanente. Assim, esta parceria visa melhoria da qualidade de vida e minimização do isolamento e vulnerabilidade a que esta faixa etária se encontra exposta.

Para a prossecução desta iniciativa, o Município conta com a estreita colaboração da GNR - Guarda Nacional Republicana na sinalização e contacto com os potenciais destinatários.

No dia 7 Março 2014 procedeu-se à assinatura do Protocolo Teleassistência com a Fundação PT para instalação de serviço de teleassistência a 51 idosos do concelho de Seia.

O que é?

Serviço telefónico de apoio que permite aos cidadãos seniores o contacto directo com os serviços englobados no projecto de Teleassistência, em caso de emergência médica, social ou de segurança.

O que permite?

- Usufruir de um serviço de Teleassistência com atendimento prestado por *Call Center* especializado, através de rede fixa, 24 horas por dia;
- Ser contactado pelos serviços do *Call Center* com uma periodicidade de 15 em 15 dias;
- Em caso de emergência, ativar o serviço através de um transmissor sem fios (medalhão), a usar pelo utilizador;
- Ser contactado pessoalmente, no seu domicílio, pelos serviços do Município, quando oportuno, ou quando alguma situação o justificar.

A quem se destina?

- Cidadãos seniores (> 65 anos) residentes no concelho de Seia;
- Cidadãos com algum grau de incapacidade ou dependência (física ou psicológica);
- Cidadãos com algum nível de isolamento social (que vivem sozinhos);
- Cidadãos com recursos financeiros limitados;
- Cidadãos que vivem em zonas de difícil acesso, com elevado risco de segurança.

Que benefícios?

- Assegura o acompanhamento e apoio permanente de quem vive sozinho;
- Proporciona maior autonomia de pessoas dependentes;
- Promove a independência e a confiança do idoso;
- Melhora a qualidade de vida;
- Minimiza consequências resultantes de acidentes no domicílio;
- Aumenta a segurança para os utilizadores, principalmente os que vivem em zonas isoladas;
- Assegura um maior sentimento de tranquilidade para os utilizadores e para os seus familiares.

Figura 44 - Caracterização Projeto Teleassistência.

Dando continuidade ao processo iniciado em 2013, procedeu-se durante o ano de 2015 às assinaturas de Contratos de Adesão, Instalação de Equipamentos e Acompanhamento dos utilizadores.

Tabela 110 - Assinaturas de contratos de adesão e instalação de equipamentos por mês.

Meses	Número de Adesão	Número Instalação
janeiro	-	15
fevereiro	11	-
março	5	-
abril	6	16
junho	-	5
setembro	8	-
novembro	-	3
Total	30	39

Fonte: Município de Seia.

Comparticipação em Despesas com Medicamentos

O quadro sóciodemográfico atual diverge do tradicional. As questões do envelhecimento das populações estão, hoje em dia, em foco. Devido às condições socioeconómicas que têm vindo a favorecer a longevidade dos indivíduos, os idosos representam um grupo alargado. Em contrapartida, trata-se de uma etapa do ciclo vital do desenvolvimento do ser humano que se traduz nalgumas especificidades e acarreta vulnerabilidades que exigem da sociedade um tratamento diferenciado.

No âmbito das políticas sociais, tem-se verificado uma crescente intervenção dos Municípios, com vista à progressiva inserção social e melhoria das condições de vida das populações. O Município de Seia tem procurado promover incentivos específicos que conduzam à melhoria das condições de vida dos munícipes, particularmente dos idosos.

Neste sentido e considerando que compete às autarquias locais desenvolver soluções para a resolução dos problemas que afetam as suas populações, nomeadamente os estratos sociais mais desfavorecidos, o Município de Seia propõe-se atribuir participação para medicamentos, com o objetivo de apoiar a compra de medicamentos. Assim, o Programa Municipal de Participação em Despesas com Medicamentos insere-se na política de combate às desigualdades sociais da Câmara Municipal de Seia e tem como objetivo apoiar a compra de medicamentos, através de uma participação pecuniária. O apoio

concretiza-se sob a forma de reembolso de despesas, em 50 %, na parte que cabe ao utente, nos medicamentos adquiridos na área do concelho de Seia, prescritos em receita médica e comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde. O apoio financeiro na comparticipação em despesas com medicamentos destina-se aos munícipes idosos com mais de 66 anos e pensionistas por invalidez que, cumulativamente:

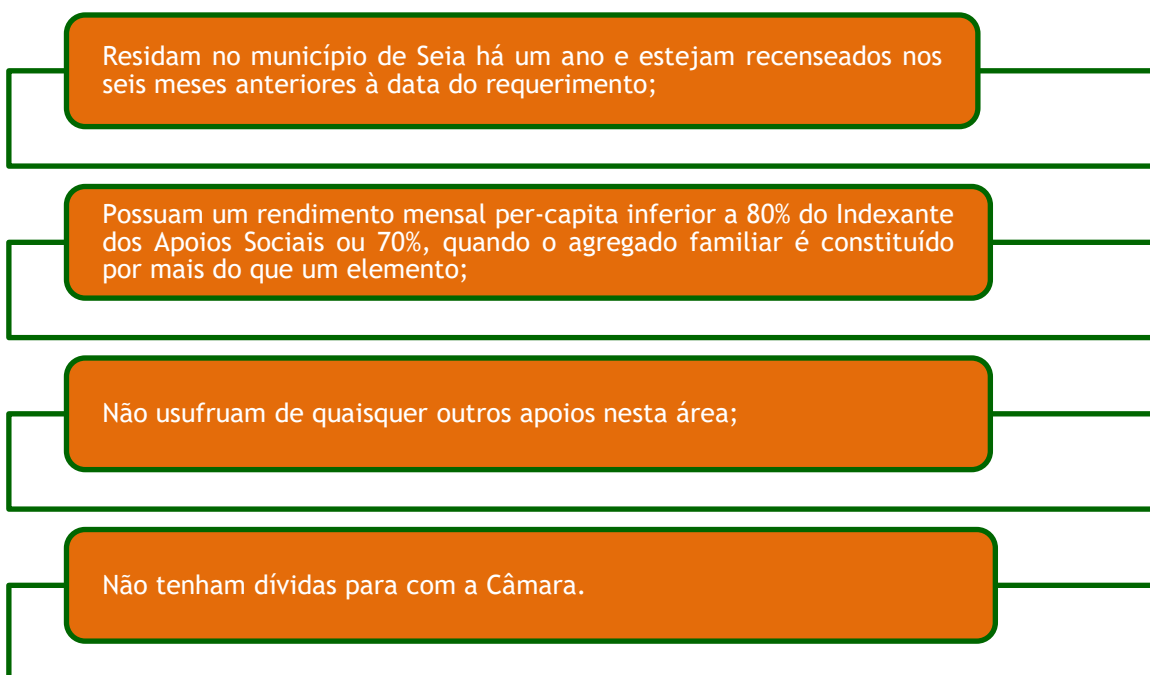


Figura 45 - Requisitos para a comparticipação das despesas com medicamentos.

No ano 2015 iniciou-se a atribuição de apoio para a comparticipação em Medicamentos tendo sido elaboradas Fichas para a análise técnica e requerimento(s) de candidatura. O período de candidatura decorreu de 1 de Abril a 1 de Junho de 2015, tendo sido dado entrada de 12 candidaturas, das quais 6 deferidas e 6 indeferidas. Tem-se procedido ao acompanhamento do processo de reembolso (receção de faturas e respetiva conferência e análise e proposta dos valores a pagar).

Oficina Domiciliária



A Oficina Domiciliária é um projeto gratuito criado com vista à prestação de apoio domiciliário, na área das pequenas reparações e *bricolage*, a pessoas com 65 ou mais anos residentes no concelho de Seia, que sejam portadores do Cartão Sénior Municipal.

A iniciativa tem como principais objetivos promover medidas que visem ou viabilizem a melhoria da habitação em que vivem as pessoas desta faixa etária. As reparações em causa abrangem várias áreas de intervenção, entre as quais carpintaria, serralharia, electricidade, canalização/equipamentos, isolamentos, impermeabilização e outro tipo de serviços diversos, como sejam a deslocação de móveis dentro da habitação.

Incentivos à Natalidade e Adoção

No âmbito das políticas sociais tem-se verificado uma crescente intervenção dos Municípios, com vista, por um lado, à progressiva inserção social e melhoria das condições de vida das populações e, por outro, à fixação da população. O interesse do Município de Seia consiste em promover incentivos específicos que conduzam ao aumento da natalidade, bem como à fixação e melhoria das condições de vida das famílias residentes no município.

No cerne desta temática, Seia nos últimos anos tem vindo a ser distinguida como Autarquia Familiarmente Responsável, pelo que esta medida constitui um reforço na consolidação desta preocupação do incentivo à natalidade e adoção, bem como a demonstração clara da responsabilidade municipal nas atuais políticas familiares. Esta preocupação prende-se com o facto de que a baixa taxa de natalidade e o envelhecimento populacional têm provocado nas últimas décadas, algum desequilíbrio geracional, com consequências negativas no desenvolvimento económico deste território. Verifica-se que atualmente a nível nacional e mundial se generalizou e instaurou uma crise económica profunda, com reflexos evidentes nas dinâmicas sociais e familiares e que este fenómeno se traduz em percursos de exclusão social, atingindo novas famílias e manifestando-se de diversas formas.

Desta forma, debate-se o conceito de família de acordo com o atual contexto socioeconómico, com limitações no que concerne à disponibilidade de recursos, sendo que é dever do Estado a cooperação, apoio e incentivo ao papel insubstituível que a mesma desempenha na comunidade. Neste sentido, é imprescindível promover mecanismos de apoio aos indivíduos e famílias mas também, simultaneamente, fomentar políticas de incentivo à família enquanto célula fundamental de socialização e de espaço privilegiado de realização pessoal, não obstante a sua condição socioeconómica.

Numa tentativa de atenuação das consequências destas problemáticas entendeu o Município de Seia criar incentivo à natalidade e adoção através da atribuição de um

subsídio mensal, a pagar a partir do nascimento da criança e a terminar no mês em que a criança complete 36 meses de idade e nos casos de adoção no mês da concretização da mesma e durante o período de 36 meses. O incentivo à natalidade e adoção concretiza-se sob a forma de reembolso de despesas efetuadas na área do Concelho de Seia, com a aquisição de bens e/ou serviços considerados indispensáveis ao desenvolvimento saudável e harmonioso da criança.

No ano de 2015 foram apresentadas 26 candidaturas, das quais foram analisadas 24, tendo sido 18 deferidas e 6 indeferidas. Tem-se procedido ao acompanhamento do processo de reembolso (receção de faturas e respetiva conferência e análise e proposta dos valores mensais/trimestrais a pagar).

Entrelaços



Lojas Sociais

A Câmara Municipal de Seia implementou em 2011 um projeto de lojas Sociais denominado de *Entrelaços*, que procura dar resposta a necessidades prioritárias da população, contribuindo para a promoção e integração social do indivíduo, família e comunidade. Sendo o trabalho com famílias realizado numa intervenção articulada e adequada às problemáticas, importa rentabilizar o trabalho em parceria minorando a duplicidade de intervenções das diferentes equipas na mesma família e envolvendo-as na construção dos seus projetos de vida. A este projeto de reunião das Lojas Sociais estendeu-se o convite das Cantinas Sociais.

A operacionalização desta rede é feita através da utilização de uma plataforma informática em rede, pelas várias Lojas Sociais implementadas no concelho e que são Centros de Recursos técnicos e materiais. Assim, o Projeto Entrelaços através da plataforma informática consegue em tempo “real” partilhar informação em rede relativamente à família em acompanhamento e bens disponibilizados. O trabalho em rede promove a melhoria e adaptação da Plataforma Informática concebida pelos serviços do município, no sentido de contribuir para melhor gerir os recursos concelhios disponíveis e rentabilizá-los face às reais necessidades das famílias e permitir extrair relatórios concelhios da atividade das lojas sociais neste domínio e caracterizar as famílias beneficiárias. Neste sentido, no ano de 2015 executaram-se 10 reuniões da Rede de Lojas Sociais e das Cantinas Sociais, implicando 17 instituições (9 Lojas Sociais e 8 Cantinas Sociais) com vista à articulação concelhia da intervenção com famílias.

Assim, esta estrutura em rede tutelada pelo município tem os seguintes objetivos:

- Promover e contribuir para uma melhoria das condições de vida dos indivíduos ou famílias em situação de maior vulnerabilidade social, através da atribuição de bens de diversa ordem: vestuários, calçado, têxteis, electrodomésticos, mobiliário, equipamento doméstico, bem como alimentos, artigos para a infância entre outros;
- Estimular a participação e o trabalho em rede com os parceiros locais, intervenientes no projeto Entrelaços;
- Dinamizar a plataforma informática da gestão em rede das várias entidades recetoras de bens e pertencentes à Entrelaços, implicando a partilha de dados ao nível do registo de bens existentes e das famílias, evitando a sobreposição na intervenção com as famílias;
- Promover a preservação ambiental, contribuindo para o combate ao desperdício e procedendo ao reaproveitamento de bens e equipamentos;
- Ampliar o envolvimento de empresas e instituições, apelando à responsabilidade social das mesmas;
- Apoiar a população do concelho, na melhoria das condições de organização, salubridade e conforto do lar dos seus habitantes;
- Estimular a sociedade civil na recolha de bens, mas também no “apadrinhamento” e identificação/encaminhamento de situações de carência para a Loja Social.

Figura 46 - Objetivos da Rede das Lojas Sociais.



Figura 47 - Lojas Sociais do Concelho de Seia.

Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos (RRC APVTSH)

No que diz respeito à intervenção com vítimas de tráficos de seres humanos, a Câmara Municipal de Seia, desde 2013 da Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção a Vítimas de TSH (RRC APVTSH). Esta pretende ser uma rede de cooperação e partilha de informação, com atuação na Região Centro do País, que tem como finalidade a prevenção, proteção e reintegração das vítimas. É composta por Entidades Governamentais e Não-Governamentais da Região Centro, com intervenção direta ou indireta sobre o fenómeno do Tráfico de Seres Humanos.

Constituem objetivos da RRC APVTSH:

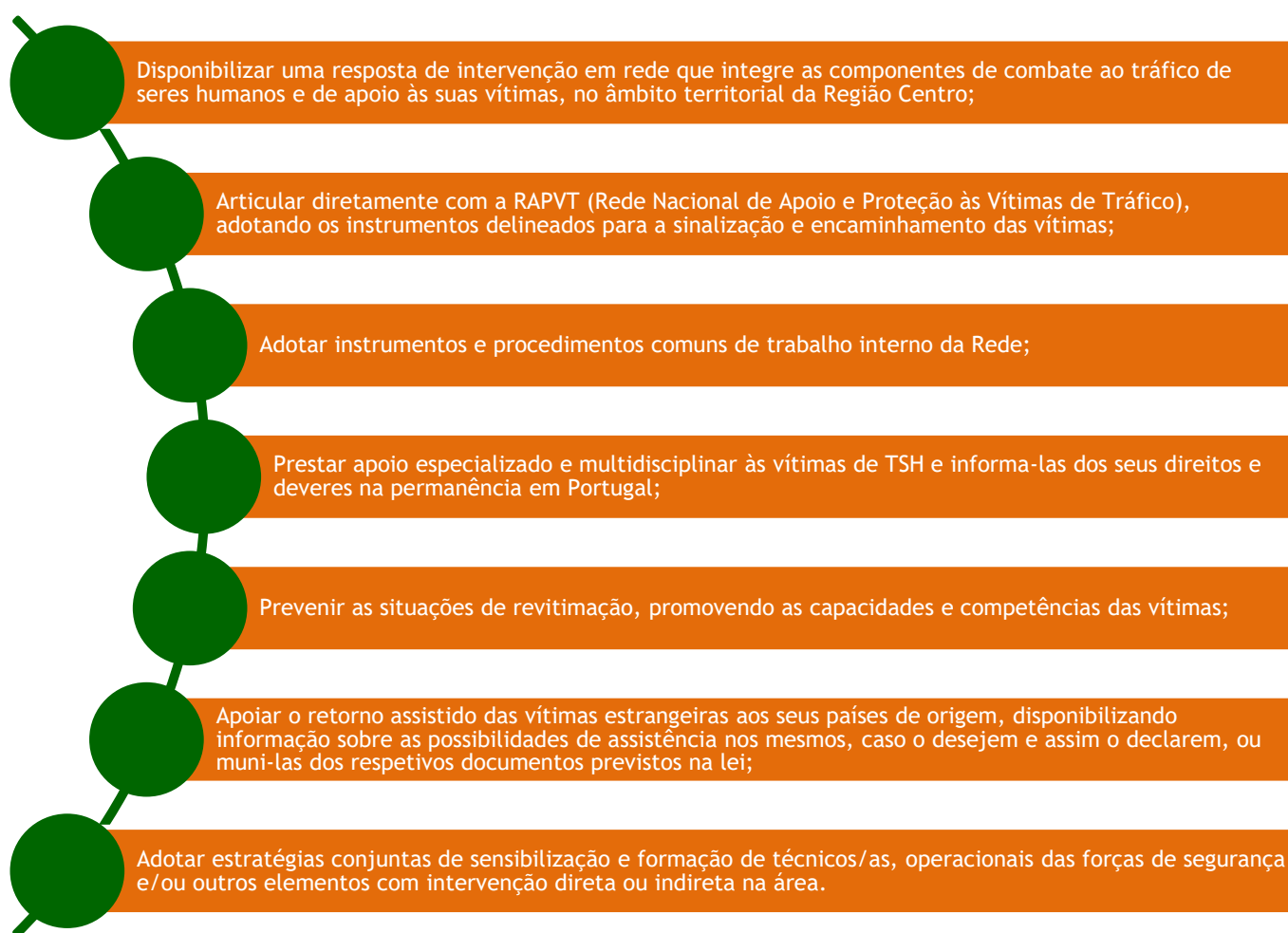


Figura 48 - Objetivos da Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos.

Rendimento Social de Inserção - RSI

O RSI é uma medida de proteção social criada para apoiar as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social. É

atribuída pela Segurança Social através das equipas de protocolo, uma prestação em dinheiro, sendo a medida constituída por um contrato de inserção do qual consta um conjunto de deveres e direitos, com vista à integração social e profissional do beneficiário. As instituições que detêm o protocolo de RSI têm como função a avaliação e o acompanhamento das famílias beneficiárias desta prestação.

O Protocolo RSI destina-se ao acompanhamento de 250 agregados familiares na área geográfica do concelho de Seia. Relativamente aos processos acompanhados pela equipa do protocolo, referente ao ano de 2015, encontram-se 265 ativos e 39 suspensos, num total de 304 processos em acompanhamento.

Tabela 111 - Número de processos em 2015.

Número de processos ativos	265
Número de beneficiários ativos	592
Número de processos suspensos	39
Número de beneficiários suspensos	90

Fonte: Equipa RSI.

Relativamente à titularidade da prestação de RSI verifica-se que prevalece a população feminina. Estes dados poder-se-ão justificar, pelo facto de as mulheres possuírem uma maior capacidade de mobilização na procura de apoios, uma vez que estas revelam uma maior preocupação com o bem-estar dos filhos e das necessidades mais prementes da família.

Tabela 112 - Número de titulares.

		Ativos	Suspensos
Sexo	Feminino	143	22
	Masculino	122	17
	Total	265	39

Fonte: Equipa RSI.

No que respeita à caracterização dos beneficiários em acompanhamento, constata-se que estes são maioritariamente do sexo feminino e têm entre 6-18, 19-24 e 25-34 anos de idade. Salientamos ainda que existe um número significativo de beneficiário (83) que se encontram nos escalões etários 45-54 e 55-64 e apresentam dificuldades de inserção profissional por não preencherem o perfil etário pretendido pelas entidades patronais. Verificamos ainda que é nestas faixas etárias que há mais queixas ao nível da

saúde impossibilitando o exercício de atividade laboral e consequente apresentação de Certificados de Incapacidade Temporária (CIT), aos serviços.

Tabela 113 - Escalão etário dos beneficiários.

Escalão etário dos beneficiários		Ativos	Suspensos
Idade	0-5	49	4
	6-18	142	7
	19-24	83	3
	25-34	79	3
	35-44	29	6
	45-54	46	5
	55-64	36	2
	Superior a 65	1	0
Total		465	30

Fonte: Equipa RSI.

É de salientar a baixa qualificação escolar da população o que, em certa medida, dificulta a sua inserção nas escassas ofertas do mercado de trabalho. Estas singularidades são resultado de percursos de vida marcados pela incerteza face ao futuro, acabando por perpetuar situações de pobreza e exclusão social e traduzir de forma errónea a ineficácia da medida. Constata-se que o trabalho informal e as atividades precárias são fundamentalmente dominados por uma larga faixa da população em idade ativa. Existe ainda um grupo social mais vulnerável, que não tem acesso a sistemas de proteção social, porque desenvolvem estas atividades em sistemas clandestinos ou com vínculos precários.

Tabela 114 - Habilitações literárias dos beneficiários.

Habilitações Literárias dos beneficiários	Ativos	Suspensos
Pré-escolar	19	2
Sem escolaridade	75	18
1º Ciclo incompleto	62	16
1º Ciclo	151	23
2º Ciclo	96	17
3º Ciclo	81	8
Ensino Secundário 10º ano	29	0
Ensino Secundário 11º ano	17	4
Ensino Secundário 12º ano	48	0
Ensino Superior	11	1
Total	589	89

Fonte: Equipa RSI.

Verifica-se que, do total dos 304 titulares da prestação, 129 vivem sozinhos, 73 dos titulares tem um agregado monoparental, 10 dos titulares apresentam um agregado familiar alargado. Deste modo, constata-se que as tipologias familiares com maior prevalência são constituídas por um elemento, o que evidencia as alterações que têm ocorrido na sociedade. Esta encontra-se em constante mudança e o número de divórcios e separações estão continuamente a aumentar. Estes tornam-se, desta forma, grupos populacionais com maiores dificuldades, voltando para as casas que herdaram de familiares, para que não tenham despesas de arrendamento, contudo são também os mais difíceis de ajudar, uma vez que, muitas vezes, acabam por isolar-se física e territorialmente.

Verifica-se que a tipologia predominante dos agregados familiares beneficiários do RSI corresponde às famílias isoladas, seguidas das famílias monoparentais e nucleares com filhos. Estes agregados caracterizam-se sobretudo por insuficiência de rendimentos, isolamento social e geográfico, fraca retaguarda familiar, entre outras problemáticas (alcoholismo, toxicodependência e baixa escolaridade e negligência infantil).

Tabela 115 - Tipologia dos agregados familiares.

Tipologia	Ativos	Suspensos
Isolado	112	17
Monoparental	67	6
Nuclear com filhos	47	8
Nuclear sem filhos	26	3
Alargada	7	3
Avós e Netos	2	0
Composta	4	2
Total	265	39

Fonte: Equipa RSI.

Os beneficiários titulares da prestação RSI encontram-se distribuídos de forma desigual pelo concelho, apresentando maior incidência nas localidades de Seia, São Romão, Loriga, Vide, Sandomil, Paranhos, Santiago e Santa Comba.

Tabela 116: Número de processos RSI por localidade em 2015.

Localidades	Ativos	Suspensos
Alvoco da Serra	2	0
Cabeça	2	0
Carragozela	3	0
Folhadosa	0	1
Girabolhos	2	0
Lajes	2	0
Lapa dos Dinheiros	1	0

Loriga	10	1
Paranhos da Beira	18	5
Pinhanços	6	0
Sabugueiro	5	1
Sameice	3	2
Sandomil	12	1
Santa Comba	13	2
Santa Eulália	3	0
Santa Marinha	5	2
Santiago	20	0
São Martinho	9	1
São Romão	47	4
Sazes da Beira	2	1
Seia	55	15
Seia	Aldeia da Serra	1
	Arrifana	2
	Quintela	2
	Vales	0
	Vodra	3
Teixeira	1	0
Torreselo	2	0
Tourais	7	0
Travancinha	5	0
Valezim	3	0
Várzea de Meruge	1	0
Vide	16	1
Vila Cova à Coelheira	2	1
Total	265	39

Fonte: Equipa RSI.

No que concerne aos agregados familiares de etnia cigana constata-se que estão em acompanhamento 43 famílias existindo 3 núcleos familiares distintos. Quanto aos agregados familiares estrangeiros estão em acompanhamento 4, de nacionalidade búlgara, ucraniana e brasileira.

Tabela 117 - Famílias de Etnia e Estrangeiras.

Variável	Famílias	Beneficiários
Etnia Cigana	43	116
Estrangeiros	4	11
Total	47	127

Fonte: Equipa RSI.

A medida RSI pretende promover/facilitar a sua progressiva autonomia, em consonância com a matriz da sua vida quotidiana. Contudo, as famílias beneficiárias desta prestação, que frequentam cursos do IEFP sentem-se pouco motivadas uma vez que o fazem apenas para cumprir o contrato de inserção assinado, subsistindo com baixos

rendimentos e, por norma, as inserções no mercado de trabalho são de curta duração, não conferindo estabilidade financeira às famílias.

Na educação, as 207 ações contratualizadas incluem a obrigatoriedade de frequência no ensino pré-escolar, ensino básico e ensino secundário, sendo a população de etnia cigana aquela que suscita mais dificuldades de integração e sucesso escolar.

As 408 ações contratualizadas na área da Ação Social incluem as ações de Apoio Psicossocial e Respostas Sociais. É através destas que se realiza o efetivo acompanhamento das famílias, com a colaboração das Ajudantes de Ação Direta (AAD), nomeadamente em ações de apoio à organização da vida quotidiana, acompanhamento na educação das crianças, entre outras.

Na área da saúde estão contratualizadas 193 ações, que incluem ações de prevenção primária, tratamentos e consultas, avaliação do estado de saúde, acompanhamento intensivo em situação de doença e integrações em equipamentos de saúde.

A articulação com o parceiro da Saúde permite um acompanhamento baseado em visitas domiciliárias e atendimentos conjuntos no serviço, que possibilitam a sensibilização e o encaminhamento para consultas e tratamentos de alcoologia na ULS (Centro de Saúde de Seia e Projeto Alavanca) e no Centro de Recuperação de Alcoologia de Coimbra.

Atividades Socialmente Úteis: Com a revisão do regime jurídico do rendimento social de inserção, o Decreto-Lei nº133/2012, de 27 de junho, prevê, no âmbito das medidas de inserção que devem integrar o contrato de inserção, a participação do titular da prestação e dos membros do seu agregado familiar em programas de ocupação temporária que se traduzem na realização de atividades socialmente úteis, como forma de promoção da sua integração social e comunitária.

O desenvolvimento de atividade socialmente útil surge como forma de ativação social e comunitária por parte dos beneficiários da prestação de rendimento social de inserção, através da colaboração prestada a entidades que se proponham desenvolver localmente este tipo de atividades, prestando desta forma um importante contributo de natureza cívica a favor da comunidade.

No concelho existem 3 entidades promotoras das atividades socialmente úteis, estando em vigor 1 protocolo, abrangendo 8 pessoas.

Contrato Local de Desenvolvimento Social de Seia - CLDS 3G- Agir

é Acreditar

O Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social

(Programa CLDS) foi criado pela portaria n.º 396/2007 de 2 de abril, com alterações introduzidas pela portaria n.º 285/2008, de 10 de abril. Este é um instrumento de política social de proximidade e sobre o qual foi criada uma nova vaga de CLDS, os CLDS+, adequando os instrumentos de intervenção, dando enfoque aos territórios afetados pelo desemprego e territórios marcados por situações críticas de pobreza em especial a pobreza infantil.

Com o atual contexto económico e social do país vislumbra-se ser necessário voltar a adaptar o modelo de intervenção dos CLDS, que se passou a designar de CLDS de 3ª Geração (CLDS-G). Os termos do projeto são definidos na portaria n.º 179-B/2015, de 17 de junho.

Os CLDS3G têm por finalidade promover a inclusão dos cidadãos, de forma multissetorial e integrada, através de ações a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão em territórios deprimidos. Deste modo pretende-se potenciar os territórios e a capacitação dos cidadãos e famílias, promovendo a equidade territorial, a igualdade de oportunidades e a inclusão social nas mais diversas dimensões. O território do concelho de Seia foi tipificado como território com situações críticas de pobreza, particularmente a infantil e território envelhecido e o seu plano de ação definido em conjunto com os parceiros do CLAS.

As ações a desenvolver contemplam três eixos de intervenção:

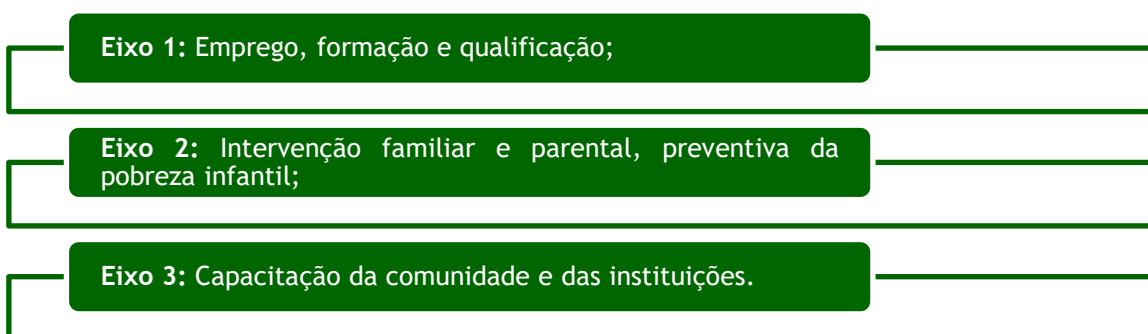


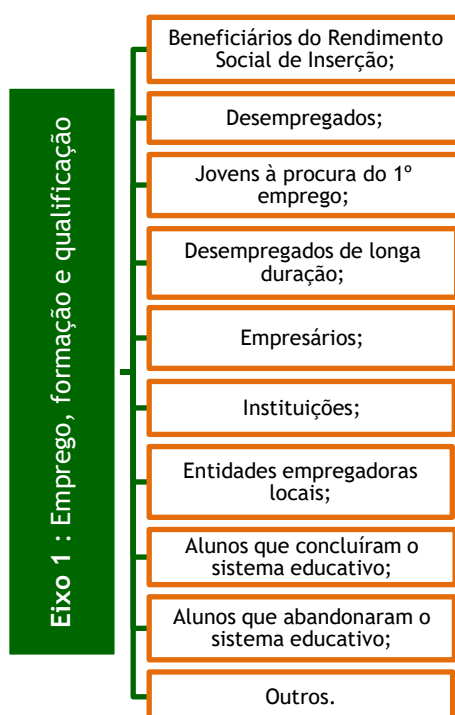
Figura 49 - Eixos de intervenção do CLDS3G.

Cada eixo de intervenção é concretizado através de ações em função de cada problemática e população alvo a atingir, principalmente desempregados, famílias, crianças e jovens, comunidade e instituições.

Pretende-se assim:

- Promover a criação de circuitos de produção, divulgação e comercialização de produtos locais e ou regionais de modo a potenciar o território e a empregabilidade;
- Promover o desenvolvimento de instrumentos facilitadores tendo em vista a mobilidade de pessoas a serviços de utilidade pública, a nível local, reduzindo o isolamento e a exclusão social;
- Promover o desenvolvimento de instrumentos capacita as instituições ao nível da economia social promovendo a implementação de serviços partilhados, que permitam uma maior racionalidade de recursos e a eficácia de gestão;
- Promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multisectorial e integrada, através de ações, a executar em parceria, que permitam contribuir para o aumento da empregabilidade, para o combate a situações críticas de pobreza, particularmente infantil, da exclusão social de territórios vulneráveis, envelhecidos ou fortemente atingidos por calamidades;
- Promover a concretização de medidas que promovam a inclusão ativa das pessoas com deficiência e incapacidade, bem como a capacitação das instituições.

Caracterização dos destinatários diretos por eixo de intervenção



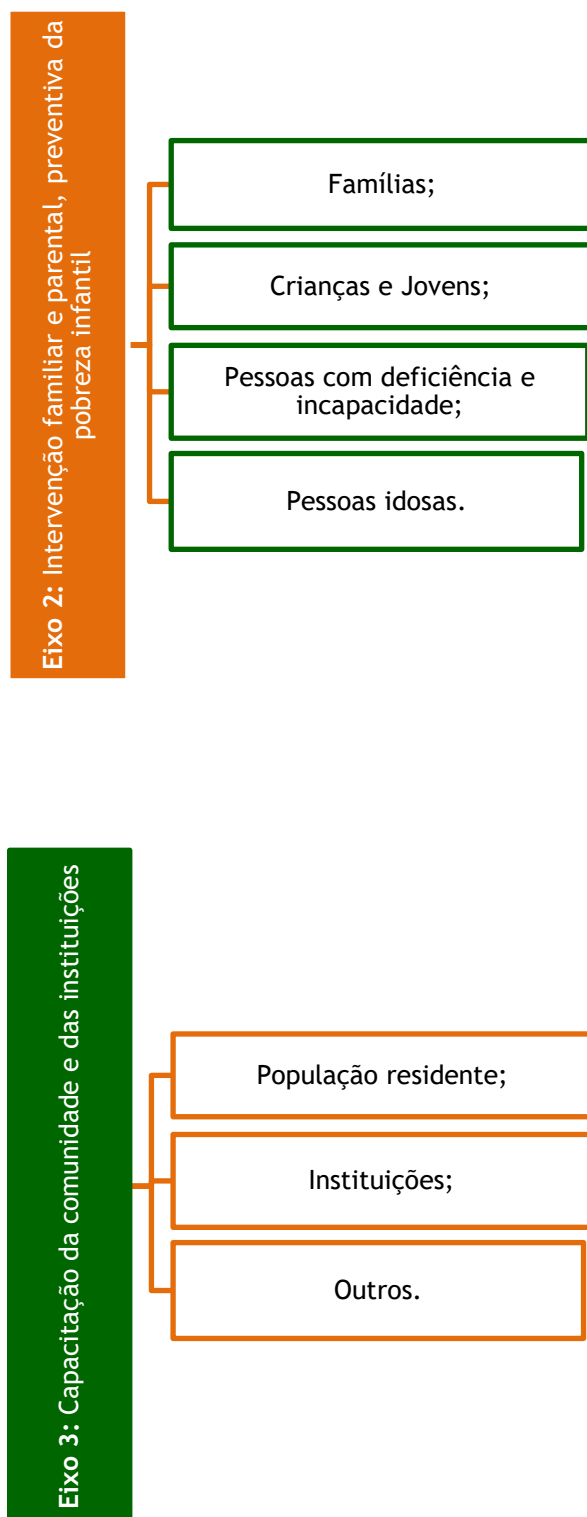


Figura 50 - Caracterização dos destinatários por eixo de intervenção.

Tabela 118 - Descrição das ações relativo ao eixo de intervenção 1.

Eixo de Intervenção 1		
Emprego, Formação e Qualificação		
Ação a) i - Estabelecimento da Parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.: Capacitar e ajudar a desenvolver atitudes de procura ativa de emprego.		
Número	Designação da atividade	Objetivo específico
1	Capacitar rumo a PAE (Procura ativa de emprego)	Até 2018, de forma descentralizada, desenvolvem-se ações que aumentam a procura ativa de emprego, envolvendo 45 desempregados do concelho.
Ação a) ii - Estabelecimento da Parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.: Informar sobre o conteúdo e abrangência das medidas ativas de emprego e oportunidades de inserção em instituições do território.		
Número	Designação da atividade	Objetivo específico
2	Medidas de emprego e Oportunidades de inserção	Até 2018, de forma descentralizada, divulgam-se informação sobre medidas ativas de emprego e oportunidades de inserção, envolvendo 37 desempregados do concelho.
Ação a) iii - Estabelecimento da Parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.: Apoio ao enquadramento de projetos de autoemprego e de empreendedorismo nos diferentes programas e instrumentos de apoio, promovendo o encaminhamento dos interessados para o apoio técnico.		
Número	Designação da atividade	Objetivo específico
3	Projetos diferenciadores	Até 2018, implementam-se projetos empreendedores e de autoemprego individuais, através da realização de formações, na área de criação do próprio emprego e envolvendo 45 os desempregados do concelho.
Ação a) iv - Estabelecimento da Parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.: Informar e encaminhar para oportunidades de qualificação desenvolvidas pelas autoridades públicas e privadas.		
Número	Designação da atividade	Objetivo específico
4	Oportunidades de qualificação	Até 2018, de forma descentralizada, desenvolvem-se ações de divulgação que permitam o aumento das oportunidades de qualificação a 10 desempregados do concelho.
Ação b) Sensibilizar os empresários, as instituições e as entidades empregadoras locais para uma participação ativa na concretização de medidas ativas de emprego e em processos de inserção profissional e social.		
Número	Designação da atividade	Objetivo específico
5	Operação Sensibilizar-Entidades Empregadoras	Até 2018, promovem-se ações que permitam o envolvimento e sensibilização de 80 agentes económicos do concelho, através da divulgação e informação de legislação e medidas ativas de emprego que lhes permitam participar ativamente em processos de inserção socioprofissional de desempregados.
Ação c) Contribuir para a sinalização, encaminhamento e orientação de alunos que abandonam ou concluem o sistema educativo, no sentido de desenvolver ações de favorecimento da integração profissional.		
Número	Designação da atividade	Objetivo específico

6	Pro - Futuro	Até 2018, desenvolve-se um modelo de intervenção junto de 130 jovens que abandonaram e/ou concluíram o sistema educativo e jovens neet, com base em metodologias ativas e participação em projetos comunitários que lhes permita recriar um percurso individual e construir o seu projeto de integração socioprofissional.
---	--------------	--

Ação d) Desenvolver ações que estimulem as capacidades empreendedoras dos alunos do ensino secundário, numa perspetiva de reforço da iniciativa, da inovação, da criatividade, do gosto pelo risco e que constituam uma primeira abordagem à atividade empresarial.

Número	Designação da atividade	Objetivo específico
7	Empreender - Ensino secundário/profissional	Até 2018, promover o empreendedorismo junto de 30 alunos do ensino secundário, através de formação, desenvolvimento de projetos comunitários que fomentem o reforço da capacidade de inovação, criatividade e do gosto pelo risco e de visitas a projetos empreendedores e/ou feiras de emprego.

Ação e) Promover a criação de circuitos de produção, divulgação e comercialização de produtos locais e ou regionais de modo a potenciar o território e a empregabilidade.

Número	Designação da atividade	Objetivo específico
8	Aldeia vem à cidade...	Em 2018, 2 empresários e 2 instituições promovem a divulgação e a comercialização dos seus produtos, potenciando o território e a empregabilidade.

Fonte: CLDS3G.

Tabela 119 - Descrição das ações relativo ao eixo de intervenção 2.

Eixo de Intervenção 2

Intervenção Familiar e Parental, preventiva da pobreza infantil

Ação 1 a) Estratégias genericamente aplicáveis ao nível da qualificação das famílias, designadamente informação dos seus direitos de cidadania, desenvolvimento de competências dos respetivos elementos e aconselhamento em situações de crise.

Número	Designação atividade	Objetivo específico
9	Viver em família	Até 2018, envolver 40 famílias com necessidade de intervenção familiar e parental num processo de mudança ao nível das competências pessoais, sociais e parentais, e 30 crianças no Programa " Caminhos dos afetos", promovendo a sua inteligência emocional.
10	Crescer em família	

Ação 1 b) Estratégias direcionadas para as crianças e jovens, promovendo estilos de vida saudáveis e de integração social, numa perspetiva holística e de envolvimento comunitário, nomeadamente ao nível da promoção: da saúde, do desporto, da cultura e da educação para uma cidadania plena.

Número	Designação atividade	Objetivo específico
10	O futuro somos nós	Até 2018, envolver 50 famílias com crianças e bebés, nas atividades desenvolvidas na loja social + Criança + Bebê, reforçando a intervenção holística ao nível das famílias com maior vulnerabilidade à pobreza e/ou exclusão social.
11	Identidades	Até 2018, envolver 35 crianças e jovens em atividades diferenciadas, aplicando estratégias relacionadas com a expressão dramática e dramatização de situações, no sentido do reconhecimento e expressão de emoções, promovendo os estilos de vida saudáveis e de integração social, numa perspetiva holística e comunitária.

Ação 1 c) Estratégias direcionadas para a mediação dos conflitos familiares, particularmente no caso de famílias com crianças, em articulação com as equipas que intervêm com as famílias e/ou as suas crianças, promovendo a capacitação das famílias e a proteção e promoção dos direitos das crianças e jovens.

Número	Designação atividade	Objetivo específico
12	3ª Geração em ação	Até 2018, envolver 200 idosos em situação de isolamento geográfico e/ou social em ações sócio- culturais.

Ação 2 b) Ações de combate à solidão e isolamento.

Número	Designação atividade	Objetivo específico
13	Vencer o tempo	Até 2018, 30 idosos em situação de isolamento geográfico e/ou social tem acesso aos serviços que promovem o seu bem-estar.

Ação 2 c) Desenvolvimento de projetos de voluntariado de proximidade.

Número	Designação atividade	Objetivo específico
14	Mais pela 3ª Geração	Até 2018, envolver 16 idosos em situação de isolamento geográfico e/ou social em projetos de voluntariado jovem e sénior de proximidade promovendo redes de cuidadores informais e a intergeracionalidade.

Ação 3 a) i - Desenvolvimento de ações de apoio técnico à auto-organização dos habitantes.

Número	Designação atividade	Objetivo específico
15	Mais pela comunidade	Até 2018, aumentar a capacitação da população para o exercício da cidadania e participação ativa, através da constituição de um grupo de 10 jovens "Mediadores Locais" nas freguesias.

Fonte: CLDS3G.

Tabela 120 - Descrição das ações relativo ao eixo de intervenção 3.

Eixo de Intervenção 3 **Capacitação da Comunidade e das Instituições**

Ação 3 a) ii - Desenvolvimento de ações de apoio à criação/revitalização de associações, designadamente de moradores, temáticas ou juvenis, através de estímulo dos grupo-alvo, de acompanhamento de técnicos facilitadores das iniciativas, e da disponibilização de espaços para guarda de material de desgaste e de apoio.

Número	Designação atividade	Objetivo específico
16	Mais pelas instituições	Até 2018, duas associações juvenis reforçam a sua capacidade de intervenção revitalizando-se, através das ações desenvolvidas.

Ação 3 b) Desenvolvimento de instrumentos facilitadores tendo em vista a mobilidade de pessoas a serviços públicos, de utilidade pública, a nível local, reduzindo o isolamento e a exclusão social.

Número	Designação atividade	Objetivo específico
17	Ir é mais fácil	Em 2018, no concelho promovem-se ações de reforço da intervenção comunitária reduzindo o isolamento e exclusão social.
18	Agir em rede	

Fonte: CLDS 3G.

Uma das grandes virtudes dos CLDS, como instrumentos de política social, é valorizar a proximidade e darem soluções concretas aos que delas carecem.

De acordo com o desempenho verificado ao longo da vigência do CLDS, mas também e sobretudo a pertinência face ao atual panorama social e económico, que acarreta dificuldades acrescidas para a generalidade dos agregados familiares com crianças e jovens, em particular as famílias monoparentais e as numerosas. A existência de grupos específicos particularmente vulneráveis, seja na obtenção de rendimentos, no acesso ao mercado de trabalho, ou bens e serviços de qualidade, como desempregados de longa duração, os idosos, as pessoas com deficiência, entre outros. Acresce ainda o fato do concelho de Seia se situar numa zona do interior, que se traduz num elevado grau de envelhecimento populacional e algumas zonas de baixa intensidade populacional.

Tendo em conta estes fatos e atendendo a expansão previsível de pobreza e de exclusão social na atual crise, torna-se premente valorizá-los e refletir de forma objetiva e dinâmica.

Considerando as dinâmicas territoriais surgidas no âmbito do projeto que importa dar continuidade, e as novas sinergias que se estabeleceram e exige potenciar, torna-se premente dar continuidade às ações já implementadas e responder as necessidades atuais para o concelho.



Projeto ALAVANCA

Reinserção Social na Área das Dependências nos Concelhos de Seia e Gouveia

1- Enquadramento legal do Projeto

O Projeto Alavanca - projeto de reinserção social na área das Dependências, teve o início da sua intervenção em Março de 2009, resultado da aprovação de uma candidatura ao Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI) do Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT), tendo como entidade promotora a Associação de Beneficência do Sabugueiro. Tendo o financiamento público cessado em Março de 2011, e face ao elevado número de utentes em acompanhamento, o Município de Seia e a Associação de Beneficência do Sabugueiro possibilitaram a continuidade da intervenção efetuada tendo assegurado os salários da Equipa Técnica durante algum tempo. Entretanto, foi realizada uma nova candidatura ao Serviço de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (SICAD), a qual foi aprovada tendo o Projeto reinício em maio de 2014 e o seu término em maio de 2016.

2- Entidade Promotora

A Associação de Beneficência do Sabugueiro foi criada em 28 de Setembro de 1989 e foi-lhe atribuído o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) em 5 de Fevereiro de 1996. A Associação tem vindo a desenvolver um trabalho social meritório junto da população, partindo da construção de raiz de um edifício, que abriu as portas em Outubro de 1997, a partir do qual foram incrementadas diversas valências. Entre elas, destacamos: Centro de Dia, Apoio Domiciliário e ATL, além da prestação de cuidados médicos aos utentes e população em geral, bem como serviço de farmácia ao domicílio e outros serviços culturais como sejam biblioteca, escola de música e posto internet. Desde Dezembro de 2008, todos os serviços da instituição estão concentrados no novo edifício de Lar / Residência Sénior. Atualmente e com a ampliação do edifício, a capacidade de resposta aumentou - 39 idosos em Lar, 15 em SAD, 15 crianças em ATL - estando criadas condições de resposta social, desenvolvida neste equipamento de alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou em situação de maior risco de perda da independência e / ou de autonomia. A Associação de Beneficência do Sabugueiro desenvolve um conjunto de atividades de animação para os seus idosos e crianças, de acordo com os planos elaborados anualmente. Das várias iniciativas destacam-se: saraus, festas de final de períodos letivos, oficinas e *workshops*, etc. A Associação estabeleceu um protocolo de cooperação com a Fundação Vodafone Portugal, cujo principal objetivo é a disponibilização de soluções tecnológicas na aldeia do Sabugueiro que contribuam para a melhoria de qualidade de vida dos cidadãos e funcionem de alavanca para a melhoria do desempenho ambiental deste espaço rural. Em 2009, a Associação iniciou dois projetos, ambos com a duração de 24 meses. O “Pontes do Alva” - Redução de Riscos e Minimização de Danos do Consumo de Substâncias Psicoativas e o “Alavanca” - Reinserção Social na área das Dependências. Em Maio de 2014, o Projeto Alavanca reiniciou a sua atividade, encontrando-se a decorrer até Maio de 2016. Este Projeto destina-se ao acompanhamento de indivíduos com problemas de alcoolismo e toxicodependência e respetivas famílias.

3- Objetivos

O objetivo geral da intervenção do Projeto Alavanca centra-se na alteração de comportamentos destrutivos que afetam os sujeitos dependentes e respetivas famílias, levando-os consequentemente a processos de exclusão social.

Relativamente aos objetivos específicos da intervenção do Projeto Alavanca, identificam-se:

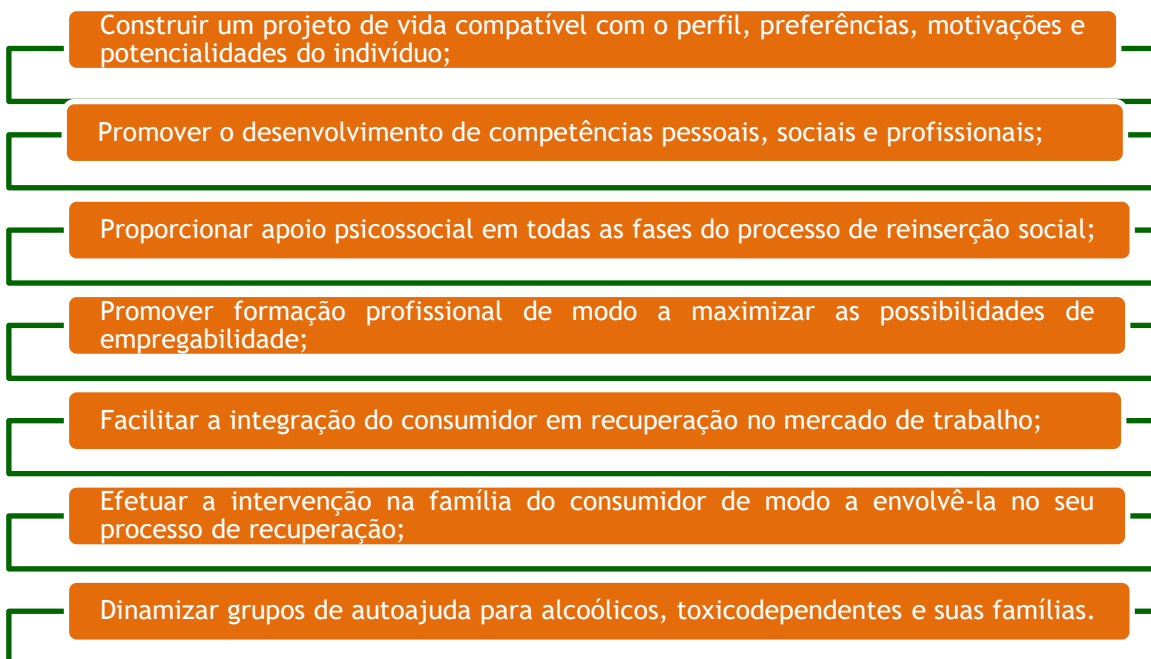


Figura 51 - Objetivos específicos do Projeto Alavanca.

4- Intervenção do Projeto

O Projeto Alavanca insere-se no eixo da Reinserção Social na área das Dependências. A área de intervenção situa-se no território Seia / Gouveia. A principal intervenção realizada pela equipa técnica é o acompanhamento próximo e regular da população alcoólica e toxicodependente, que se encontra ou já se encontrou em processo de tratamento para posterior reinserção laboral. Esta intervenção é realizada através de ações como a sensibilização e o encaminhamento para tratamento da dependência; como o apoio psicossocial dos utentes através de visitas domiciliárias para verificar a situação atual dos mesmos e proceder aos vários encaminhamentos necessários e o reforço das competências pessoais, sociais e profissionais dos utentes que estão em acompanhamento.

Os utentes são maioritariamente encaminhados para o Projeto através de instituições, como Centros de Saúde, Hospitais, Câmaras Municipais, IPSS's e Equipas RSI. São, ainda, sinalizados por familiares, amigos ou qualquer pessoa que tenha conhecimento da situação e da intervenção feita pelo Projeto.

5- Caracterização da População-alvo

A população-alvo do Projeto Alavanca é constituída por:

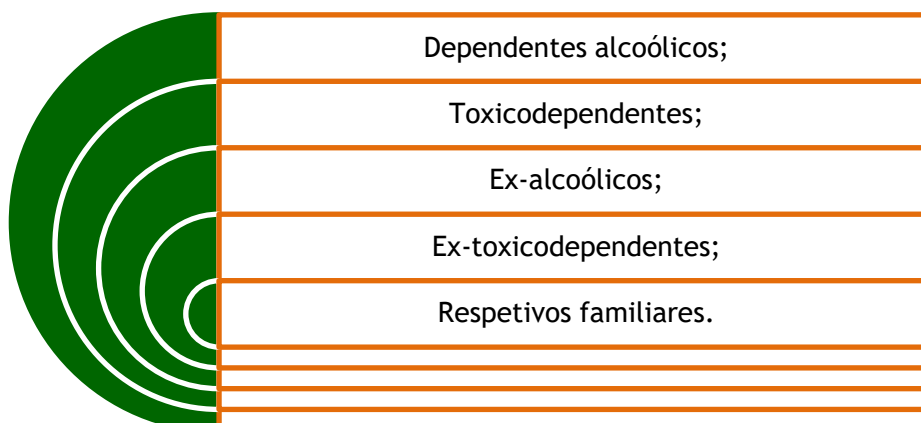


Figura 52 - População abrangida pelo projeto Alavanca.

6- Ações dinamizadas pelo Projeto

Ação nº 1 - Apoio/encaminhamento biopsicossocial dos Toxicodependentes e Dependentes Alcoólicos

Esta ação incide no acompanhamento individualizado e no encaminhamento dos utentes para os diversos serviços locais, com o objetivo de reforçar as competências pessoais, sociais e laborais, com vista à inserção social e profissional dos mesmos, de acordo com as suas motivações e necessidades. Esta ação é transversal aos 24 meses do Projeto. Até ao final do mês de fevereiro de 2016, encontram-se em acompanhamento pela Equipa deste Projeto 196 Dependentes Alcoólicos e 6 Toxicodependentes.

Ação nº 2 - Visitas domiciliárias aos utentes e respectivas famílias

Esta ação consiste no acompanhamento individualizado, próximo e regular dos utentes e familiares, com o objetivo de verificar o seu percurso, garantindo um apoio de retaguarda. Esta ação é transversal aos 24 meses do Projeto. Até ao final do mês de fevereiro de 2016, foram realizadas 466 visitas domiciliárias. A existência deste número deve-se à necessidade que esta Equipa tem em deslocar-se, com regularidade, aos domicílios dos utentes para proceder às diligências necessárias ao sucesso da intervenção. A fraca rede de transportes públicos existente nos dois concelhos aliada à fraca capacidade económica que a maioria dos utentes possui, constituem dois aspectos importantes que inviabilizam a deslocação dos mesmos à sede do Projeto.

Ação nº 3 - Oficinas ocupacionais facilitadoras do desenvolvimento das capacidades individuais

Esta ação consiste num programa de atividades com o objetivo de dotar os utentes e familiares de competências pessoais e sociais que facilitem o seu processo de reinserção. Os temas das oficinas são: “Comunicação Interpessoal” - realizada em Julho de 2015, “Informática” - realizada em Novembro e Dezembro de 2015, “Gestão de conflitos” - realizada em Janeiro de 2016 e “Cidadania” - realizada em Fevereiro de 2016. Estas oficinas revelaram-se de extrema importância pois permitiram uma ocupação dos tempos livres dos utentes e, simultaneamente, o desenvolvimento de saberes e de competências essenciais para o quotidiano de cada um deles.

Ação nº 4 - Reuniões de sinalização e análise de casos

Esta ação visa a análise de casos individuais com o objetivo de discutir e analisar a situação atual dos utentes em acompanhamento e definir estratégias de intervenção conjuntas, com as instituições/equipas locais de forma a não serem duplicadas estratégias de intervenção. Esta ação é transversal aos 24 meses do Projeto.

Ação nº 5 - ação de sensibilização a empresários sobre as medidas do IEFP

Esta ação teve como objetivo divulgar, junto do tecido empresarial dos concelhos de Seia e Gouveia, programas de incentivo à contratação de pessoas em tratamento ou que, no passado, tiveram ligação ao consumo abusivo de álcool e/ou de drogas. A sessão realizou-se no dia 28 de Abril de 2015, na sala de trabalho do CISE e contou com a participação de duas Técnicas do IEFP de Seia, que deram a conhecer para os Empresários presentes as medidas “Estímulo” e “Estágio-Emprego” bem como os benefícios e vantagens da sua aplicação.

Ação nº 6 - Encontros temáticos com projetos congéneres

Esta ação consiste na realização de encontros com outros Projetos de Reinserção Social com vista à troca e partilha de experiências, bem como à definição de estratégias de intervenção conjuntas.

- O I Encontro foi realizado no dia 08 de Janeiro de 2016, com a Equipa Técnica do Projeto de Reinserção Social do Estabelecimento Prisional Regional da Guarda, promovido pela APDES.

- O II Encontro foi realizado no dia 15 de Fevereiro de 2016, com a Equipa Técnica do Projeto Integra-Ovar.

Ação nº 7 - Ações de informação/formação para a comunidade

Esta ação incide na realização de sessões de informação/formação para a comunidade, com o principal objetivo de combater o estigma social associado às dependências e, deste modo, prevenir a desinserção dos dependentes em meio social.

- O Colóquio “*Dependência alcoólica: Desconstruindo os mitos. Prevenir a desinserção e potenciar a integração*” foi realizado no dia 02 de Dezembro de 2015, no Auditório do CISE, com a participação da Dr.^a Ana Feijão e contou com a presença de 119 pessoas desde Técnicos da área social a estudantes e pessoas da comunidade em geral.
- O Seminário “*Toxicodependência: Estigmas e representações sociais*” foi realizado no dia 05 de Fevereiro de 2016, no Salão das Magnólias da Casa Municipal da Cultura de Seia, com a participação do Dr. João Curto e do Dr. António Ferreira e contou com a presença de 102 pessoas desde Técnicos da área social a estudantes e pessoas da comunidade em geral.

Ação nº 8 - Grupo de interajuda para alcoólicos recuperados

Esta ação consiste na realização de uma reunião com carácter mensal do grupo de interajuda, o qual é constituído por dependentes alcoólicos e respetivos familiares, em parceria com os Técnicos do GIPA. Esta ação é transversal aos 24 meses do Projeto.

Programas alimentares

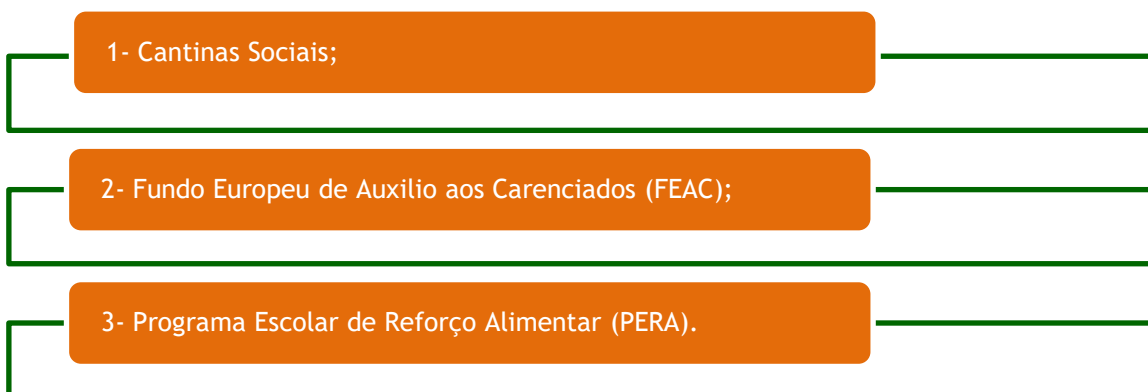


Figura 53 - Especificação dos programas alimentares presentes no Concelho.

1- Cantinas Sociais

A Cantina Social insere-se na Rede Solidária das Cantinas Sociais e constitui-se como uma resposta de intervenção no âmbito do Programa de Emergência Alimentar, que tem como objetivo suprir as necessidades alimentares dos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, através da disponibilização de refeições diárias.

No concelho de Seia existem 8 IPSS (que corresponde ao número de protocolos) que concedem esta resposta, abrangendo um total de 264 agregados familiares:

Tabela 121 - Cantinas Sociais.

Cantinas Sociais	Freguesias apoiadas	Protocolo (utentes)	Número de Agregados Familiares
Associação de Beneficência Social e Cultural de Tourais	Tourais, Paranhos, Vila Chã e Santa Comba	35	14
Centro Paroquial de Seia	Seia	55	17
Associação Humanitária de Pinhanços	Pinhanços	22	9
Santa Casa da Misericórdia	Seia, Travancinha, Valezim, S. Romão, Santiago	65	53
Centro Social da Quinta do Monterroso	Sandomil, Sazes da Beira, Valezim, Vila Cova á Coelheira, S.Romão e Lapa dos Dinheiros	65	19
Fundação Aurora Borges	Santa Marinha/ S. Martinho, Santa Comba, Girabolhos, Vodra e Seia (Arrifana)	40	12
Casa do Povo de Vide	Vide, Teixeira e Piódão	20	20
Associação Loriguense de Apoio á 3ª idade	Loriga	30	21

Fonte: Rede Social de Seia.

2- Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados (FEAC)

O Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados (FEAC) substitui o programa comunitário de distribuição alimentar, que tem sido desde 1987 uma importante fonte de aprovisionamento para as organizações que trabalham em contacto directo com as pessoas mais carenciadas

O Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas visa apoiar organizações nacionais na distribuição de alimentos, vestuário e outros bens essenciais. No Concelho de Seia para 2015 apresentaram candidatura ao referido programa 10 IPSS.



3- Programa Escolar de Reforço Alimentar (PERA)

O Programa Escolar de Reforço Alimentar (PERA) funciona desde setembro de 2012 e concilia a educação alimentar com a necessidade de suprir carências alimentares detetadas em alunos(as) que frequentam as escolas públicas. O PERA assume a necessidade de dar continuidade e de desenvolver as ações de apoio alimentar complementar já promovidas pelas escolas no âmbito da ASE, ao abrigo do estatuído no Art. 24.º1 do Decreto Lei n.º 55/2009, de 2 de Março.

Objetivos

- Disponibilizar aos (às) alunos(as) em situação de carência alimentar, identificados(as) pelas escolas, uma primeira refeição do dia;
- Sensibilizar os (as) alunos(as) e as famílias para uma alimentação saudável e para a importância do pequeno-almoço tomado em casa;
- Promover hábitos alimentares saudáveis;
- Aumentar a capacidade das escolas disponibilizarem géneros alimentares doados por empresas parceiras do MEC e transportados pelas autarquias ou por empresas do ramo;
- Progressivamente, tentar estabelecer protocolos entre os agrupamentos e instituições de solidariedade social locais, entre outros, de modo a que primeira refeição aos alunos carenciados seja assegurada.

Figura 54 - Objetivos do Programa PERA.

Tabela 122 - Programa Escolar de Reforço Alimentar (PERA).

Programa Escolar de Reforço Alimentar (PERA)			
Número de alunos abrangidos			
	2012/2013	2013/2014	2014/2015
Agrupamento de Escolas Guilherme Correia de Carvalho	0	35	8
Agrupamento de Escolas de Seia	44	56	49
Escola Evaristo Nogueira	22	18	17

Fonte: Agrupamento de Escolas Dr. Guilherme Correia de Carvalho, Agrupamento de Escolas de Seia, Escola Evaristo Nogueira.

Outras atividades promovidas pelo Município de Seia

ExpoSocial

A ExpoSocial, que já contempla 11 edições, pretende colaborar no conciliar e reunir as vontades de cada parceiro, dando continuidade ao trabalho de parceria que tem vindo a ser desenvolvido, mas também propiciar a discussão de temáticas importantes para um concelho mais equitativo, cooperativo, sustentável e intergeracional. Trata-se de uma iniciativa que contribui para o desenvolvimento pessoal e social, para a partilha de boas práticas, para a disponibilização de estudos nacionais e europeus em diferentes temáticas do saber e para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar de todos os munícipes, independentemente do posicionamento no ciclo de vida. É uma atividade que pressupõe a exploração de problemáticas do território, abrindo fronteiras nacionais e internacionais ao nível da cientificidade, sendo que estas dinâmicas reforçam as parcerias concelhias e o papel da Autarquia. A ExpoSocial já ofereceu contributos no sentido de dar provimento à missão, através da implementação de atividades em diversas áreas, bem como promover diálogos e organizações conjuntas entre os diferentes agentes de intervenção local com o intuito de promover a qualidade de vida dos munícipes, a coesão social e económica potenciando os equipamentos e recursos existentes no território concelhio.

Em 2015, realizou-se a XI ExpoSocial que envolveu 1500 participantes, e relativamente aos objetivos traçados podemos referenciar que:

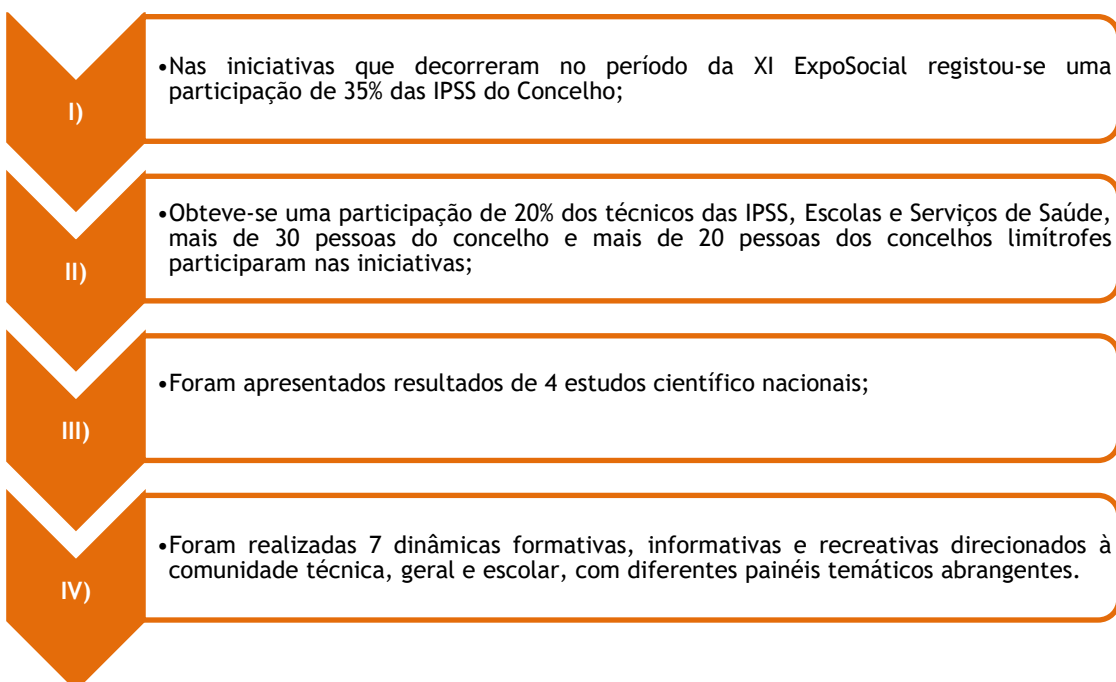


Imagem 45 - Aspetos relativos à XI ExpoSocial.

Abril - Comemoração do Mês de Prevenção dos Maus Tratos Infantis

O Município e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Seia, nos últimos anos têm vindo a associar-se à iniciativa lançada pela Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR), denominada **Campanha Nacional da Prevenção** de qualquer forma de violência contra as crianças Jovens, cujo lema é Todos juntos podemos fazer a diferença! PREVENIR RESULTA!

Cabazes de Natal

A distribuição de Cabazes de Natal às famílias do concelho de Seia por parte do Município, em forte parceria com algumas Juntas de Freguesia, tem constituído, ao longo dos anos, uma ação importante junto da população mais vulnerável revestindo também um carácter de reforço positivo junto dos seus destinatários justificado igualmente pela depauperação das condições de sobrevivência das famílias carenciadas. Foi muito importante o envolvimento de algumas Juntas de Freguesia na sinalização e comparticipação financeira dos Cabazes de Natal, bem como a colaboração dos restantes parceiros envolvidos.

No ano de 2015 foram distribuídos cento e cinquenta e um (151) cabazes de Natal a famílias do concelho, em todas as freguesias. Continuaram a priorizar-se as famílias sem outro tipo de apoio alimentar regular (Cantinas Sociais), assistindo também à continuidade do apoio de algumas Juntas de Freguesia.

Levantamento geral dos problemas, potencialidades e recursos disponíveis no território

O Diagnóstico Social contribuiu simultaneamente para a consolidação da parceria existente, já que todo o processo na construção do Diagnóstico foi participado e foram os parceiros que contribuíram para a definição dos problemas elencados neste documento.

O Diagnóstico Social permitiu auscultar os atores sociais locais sobre a situação do concelho de Seia, permitindo traçar um retrato dos principais problemas, bem como as potencialidades existentes.

Saúde e Qualidade de Vida

Identificação de Problemas

1- Acessibilidade aos serviços de Saúde:

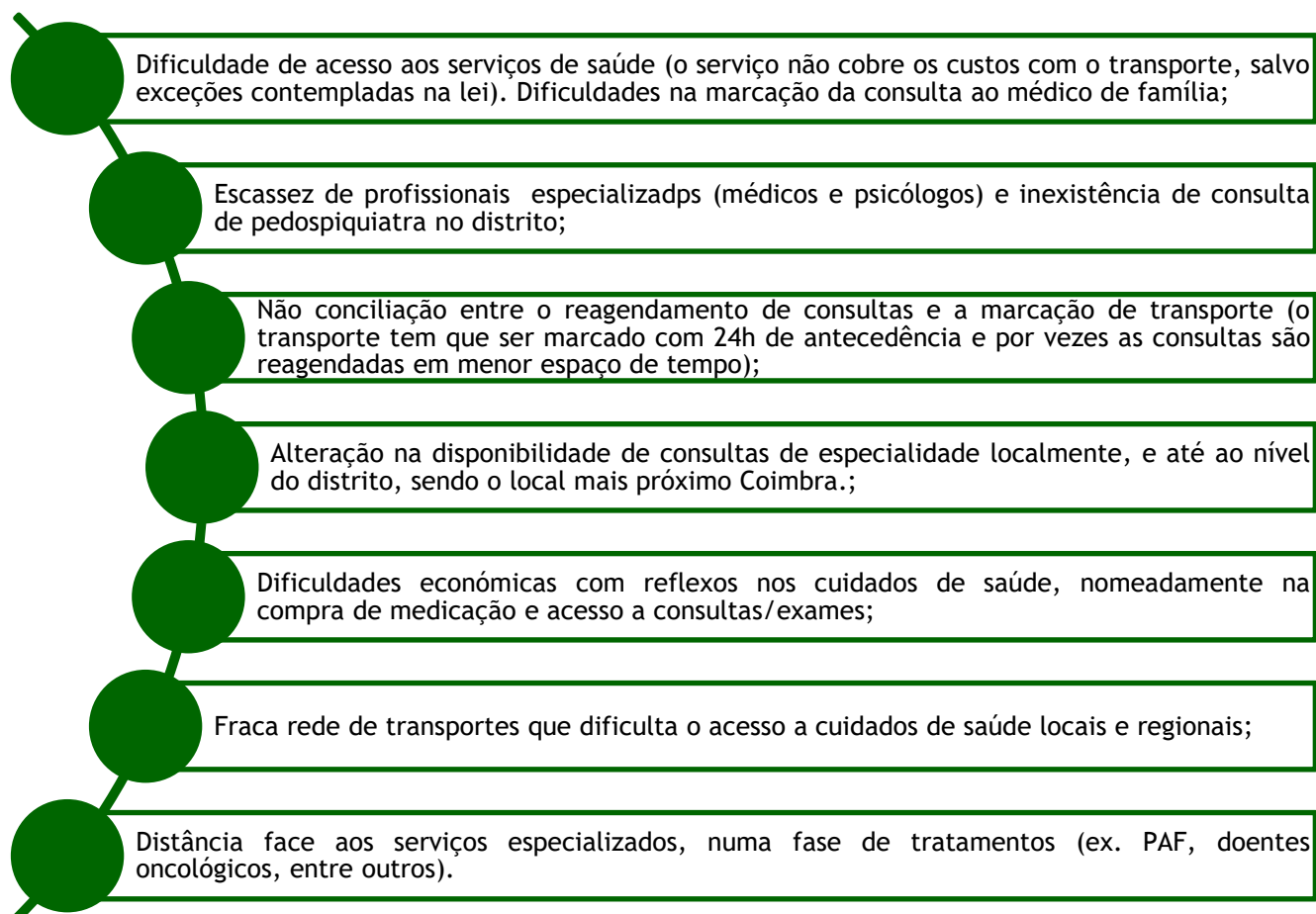


Figura 55 - Identificação de problemas a nível das acessibilidades.

2- Doenças Mentais:

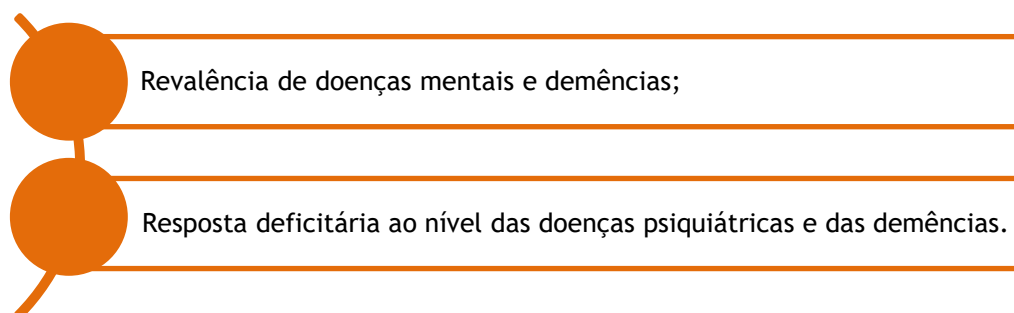


Figura 56 - Identificação de problemas a nível da Doença Mental.

3- Dependências.

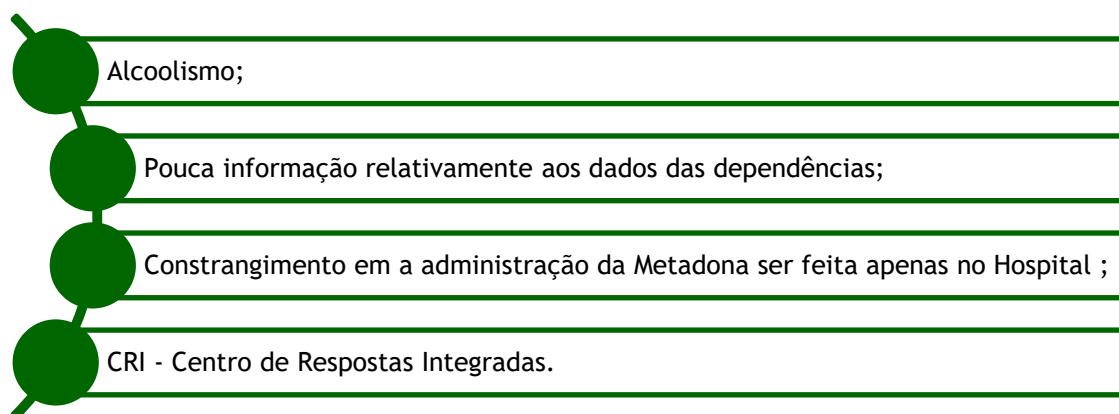


Figura 57 - Identificação de problemas ao nível das Dependências.

Desafios

1- Acessibilidades:

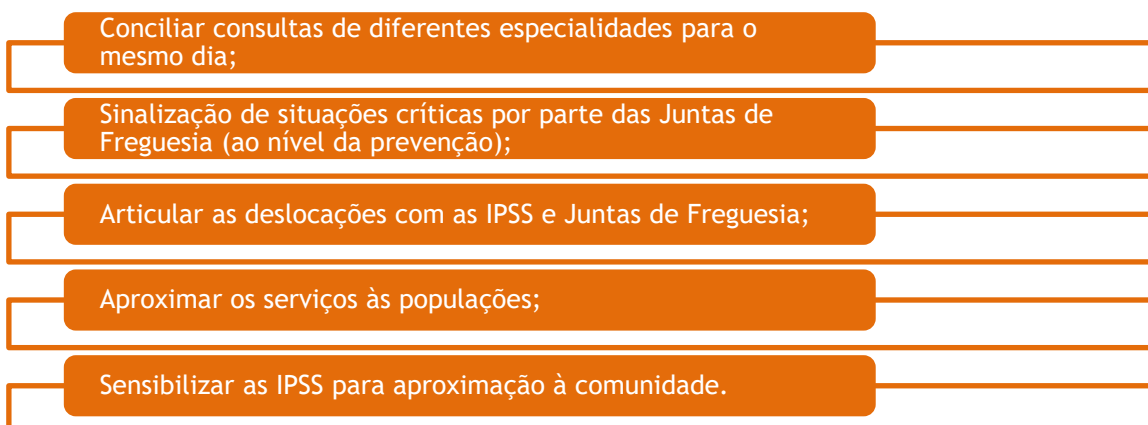


Figura 58 - Desafios das acessibilidades.

2- Doença Mental:

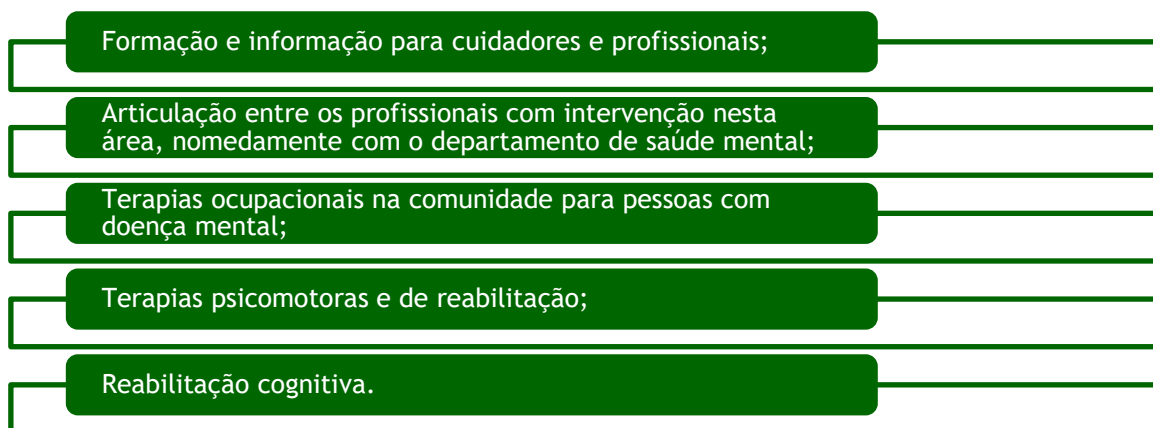


Figura 59 - Desafios da Doença Mental.

3- Dependências:

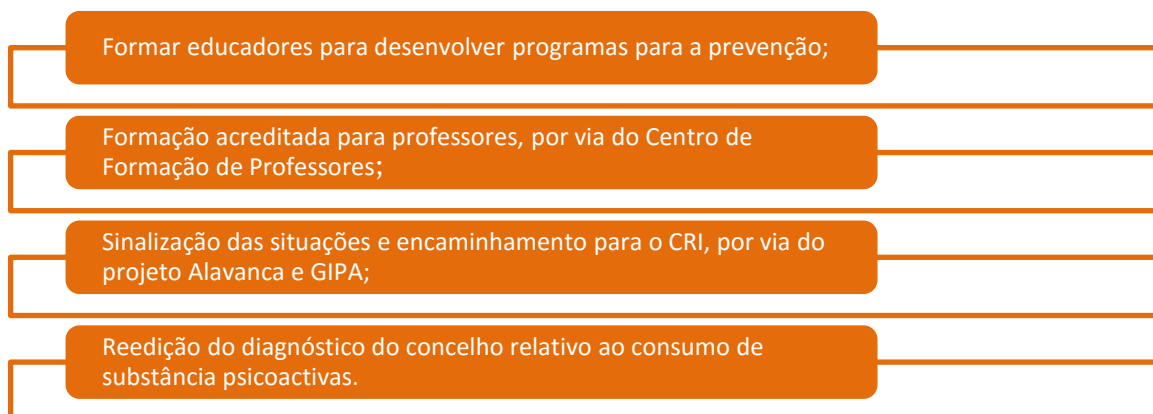


Figura 60 - Desafios das Dependências.

Recursos Locais

- Existência de alguns meios de diagnóstico e consultas especializadas;
- Rede de IPSS existentes no concelho, com resposta para alguns dos problemas e recursos que se podem rentabilizar;
- Cooperações de bombeiros existentes no concelho;
- Juntas de Freguesia;
- Equipas existentes no território, nomeadamente GIPA e Cuidados Continuados;
- Unidade de cuidados à comunidade (Centro de Saúde);
- Rede de Nacional de Cuidados Continuados Integrados do Hospital Nossa Senhora da Assunção e Santa Casa da Misericórdia (estão cobertos com as várias tipologias previstas);

- Dinâmica local que assegura a continuidade dos projetos de intervenção ao nível das dependências;
- Programas de prevenção existentes no território, nomeadamente "Eu e os Outros", "Detective das Emoções" e "Violência não faz o meu género".

Educação, Qualificação e Emprego

Identificação de Problemas

1- Educação:

- Desvalorização das respostas educativas existentes fora do ensino dito regular e dificuldade em ajustar as respostas de formação aos interesses dos alunos;
- Identificar o n.º de alunos que chega aos 18 anos e não concluiu o 12.º ano;
- Ao nível do Ensino Superior existe uma resposta desajustada ao nível dos transportes, esta situação coloca-se na ligação de Seia a outros locais, nomeadamente Nelas (ligação ao comboio);
- Desvalorização do ensino politécnico pela sociedade; contudo a taxa de empregabilidade da Escola Superior é de 90%;
- Respostas educativas pouco ajustadas à realidade local;
- Desvalorização dos cursos vocacionais, profissionais e de aprendizagem, quer a nível da escola, pelos próprios alunos, e pela própria sociedade;
- Ausência de algumas áreas de formação, nomeadamente ao nível das artes;
- Desvalorização de cursos profissionais associados ao sector primário;
- Pouca articulação entre a oferta de cursos profissionais e o mercado de trabalho e as potencialidades locais;
- Necessidade de reforçar as competências parentais e as competências pessoais e sociais nos jovens;
- Reconhecimento do papel dos diferentes intervenientes na comunidade escolar, nem sempre é valorizado e exercido, particularmente os pais e encarregados de educação;
- Desconhecimento dos diferentes percursos escolares existente;
- Sucesso escolar condicionado pelas competências pessoais e sociais dos alunos (desmotivação, falta de autorregulação, falta de empenho, ausência dos pais na vida escolar dos filhos, discurso interno desmotivante, ansiedade dos pais, dificuldade em estabelecer regras e limites);
- Consumos por parte dos jovens;

- Indisciplina, agressividade e violência (em meio escolar e redes sociais);
- Abandono e absentismo escolar (ensino secundário e alunos de etnia cigana; ensino superior devido a condições económicas);
- Número de técnicos insuficientes face ao número e necessidades dos alunos;
- Desmotivação dos professores;
- Dificuldades de linguagem.

2- Qualificação e Emprego:

Oferta formativa nem sempre corresponde às expectativas das pessoas;

Desvalorização da formação, pouca importância atribuída à formação ao longo da vida;

Dimensão reduzida das empresas, dificulta a realização de formação contínua;

Oferta formativa nem sempre ajustada às necessidades do mercado de trabalho;

Bolsas de formação são pouco atractivas;

Mão-de-obra com baixo nível de habilitações e sem qualificação, a par da sazonalidade no trabalho que leva à precariedade no emprego.

Figura 61 - Identificação de Problemas da Qualificação e Emprego.

Desafios

1- Educação:

Sinalizar os jovens que estão fora do sistema de educação, formação e mercado de trabalho (os Jovens "NEET");

Descentralização da educação/municipalização - quais os desafios;

("Projeto educativo") Plano de Intervenção supraconcelhio - resposta às necessidades de formação integrada, tendo em conta o contexto local, como complemento à carta educativo;

Prevenção da violência em diversos contextos, atendendo às situações identificadas em cada escola;

Desenvolvimento de programa de desenvolvimento de competências pessoais, sociais e académicas; linguagem.

Figura 62 - Desafios da Educação.

2- Qualificação e Emprego:

Incentivos fiscais à interioridade

Acessibilidades - facilitadoras da instalação de novas empresas

Acessibilidades ao nível dos transportes - promotora de emprego e mobilidade das pessoas;

Articulação entre a oferta formativa e o mercado de trabalho;

Identificação das necessidades de formação por parte dos empregadores e formação para empregadores;

Identificação de potenciais nichos de mercado;

Plano de valorização dos produtos locais.

Figura 63 - Desafios da Qualificação e Emprego.

Recursos Locais

1- Educação:

- Técnicos das entidades parceiras e técnicos afetos aos projetos sociais, em curso no concelho;
- Cobertura ao nível da educação desde a infância ao ensino superior;
- Equipamentos disponíveis que podem ser disponibilizados para o desenvolvimento de atividades - reutilização;
- Salas preparadas para o desenvolvimento de educação especial nas Escolas;
- Bolsa de educadores parentais;
- Gabinete de apoio ao aluno.

2- Ação Social e Escolar:

- Transporte das IPSS locais;
- Casa de Santa Isabel - parceria com as Escolas do concelho (alunos com NEE);
- CLDS;
- ULS - Centro de Saúde - Programa de Educação para a Saúde;
- Projeto Seia Empreende;
- Carta Educativa;
- Conselho Municipal de Educação;
- Ideias Serra Estrela;
- Brincar às Ideias;
- Professores e técnicos com formação em programas de promoção de competências pessoais e sociais.

3- Qualificação e Emprego:

- ADRUSE;
- AASE;
- AESE;
- IEPF;
- Entidades Formadoras;
- Câmara Municipal de Seia;
- CLDS;
- Estratégia DLBC - Serra da Estrela 2020;
- Plano de dinamização do comércio local.

Recursos Regionais/Nacionais

- Fundação Gulbenkian;
- Concursos nacionais no âmbito da matemática, língua portuguesa e ciências experimentais;
- “Cuida-te”;
- Projeto escola electrão;
- Programa Eco-Escolas;
- Programa Rede de Bibliotecas Escolares;
- Plano Nacional de Leitura;
- GAF;
- Programa Escolas promotoras de saúde;
- Parlamento Jovem;
- Programas Operacionais Competitividade e Internacionalização;
- Programa Operacional Capital Humano;
- Programa Operacional Inclusão Social e Emprego;
- Programa Operacional da Região Centro;
- Estratégia DLBC Rural - Estrela 2020;
- PEDI - CIM BSE;
- Incentivos à procura ativa de emprego e à criação do próprio emprego (IEFP);
- Linha de Crédito ADRUSE/Crédito Agrícola Serra da Estrela;
- Linha de Crédito AASE/Crédito Agrícola.

Coesão e Intervenção Social

Identificação de Problemas

- Articulação inter-institucional aquém das expectativas. Fraca comunicação entre as instituições e a comunidade. Fraca sustentabilidade das organizações do 3.º sector. Fraco apoio das Juntas de Freguesia e/ou Uniões de Freguesias às IPSS - apoio financeiro e material;
- O voluntariado existente não responde às necessidades existentes;
- Consequências do isolamento geográfico;
- Más condições de habitabilidade, ao nível das habitações das famílias (RSI);
- Desajustamento das condições físicas de algumas instituições;
- Respostas sociais nem sempre adaptadas às necessidades;
- Existência de famílias disfuncionais e desestruturadas (novas famílias). Maior exigência de serviços por parte das famílias;

- Insuficiente responsabilidade familiar e insuficiente formação parental;
- Diminuição da população;
- Dificuldades ao nível da acessibilidade aos serviços instalados unicamente na sede de concelho;
- Famílias isoladas do ponto de vista social e geográfico;
- Violência nos idosos;
- Voluntariado - fraca identificação das necessidades de voluntariado nas diferentes instituições do concelho;
- Ausência de respostas que fomentem a autonomia de vida de jovens em risco e de pessoas portadoras de deficiência;
- Violência doméstica.

Desafios

- Promover uma articulação interinstitucional, no seio do CLAS;
- Promover o diálogo entre as IPSS - plataforma informática que permita a gestão de vagas, assessoria jurídica, apoios comunitários, gestão das respostas sociais (salvaguardando a duplicação), cumprimentos das regras de HSST; Criação de rede de serviços partilhados;
- Operacionalizar o regulamento do voluntariado - o voluntariado poder ir mais além do voluntariado institucional, possibilidade do voluntariado no domicílio. Motivar os voluntários e organizar a sua intervenção. Criar uma bolsa com as necessidades de voluntariado. Formar/Sensibilizar os jovens para a importância do voluntariado - ações de voluntariado concretas, passar pela experiência - e para forma de atuação (acompanhamento de um sénior);
- Envolver os beneficiários do RSI em atividades/trabalho socialmente útil;
- As Juntas de Freguesia deverão reforçar a sinalização das situações prementes das famílias;
- Possibilidade de alargamento do circuito do "vai e vem", através do agendamento das deslocações;
- Monitorização das habitações intervencionadas ao nível da higiene - desenvolvimento de competências pessoais e sociais das famílias;
- Criação de uma resposta às famílias através de uma equipa que acompanhe a execução de medidas em meio natural de vida e preservação e reunificação das famílias (nas situações em que os jovens estão em fase de reintegração e nas situações em que os jovens estão institucionalizados. CAFAP (Solar do Mimo - Lar de Infância e Juventude e residência/apartamento de autonomia de vida - com apoio ao nível pessoal e social);

- Promoção da comunicação institucional;
- Respostas específicas ao nível da doença mental (ex. Centro de Dia, Apoio Domiciliário Integrado, Centro de Convívio, residências autónomas para pessoas portadoras de deficiência, lar de apoio para pessoas com deficiência, Centros de Noite, Alojamento social de emergência, apartamento de autonomização e Casa Abrigo);
- Criação do serviço técnico de Mediação Familiar;
- Reforço de competências das famílias, através das equipas multidisciplinares existentes. Criação de um "gestor de família", que coordene a intervenção das diferentes equipas e qualifique a intervenção social;
- Criação do Conselho Municipal do Idoso;
- Promoção da multidisciplinaridade nas equipas de intervenção, bem como a sua atualização através de formação adequada aos problemas emergentes;
- Realização de um estudo sobre o envelhecimento no concelho.

Recursos Locais

- Respostas sociais promovidas pelo município: apoio à natalidade e apoio à aquisição de medicamentos, teleassistência aos idosos;
- Número de organizações do 3.º sector;
- Cultura de parceria promovida no seio do CLAS;
- Número de técnicos superiores na área social e de diversas equipas e projetos no território;
- Serviço de Teleassistência da Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de Seia;
- Lojas sociais;
- Cantinas Sociais;
- Disponibilização de terrenos para o cultivo de produtos agrícolas;
- "Bolsa" de educadores parentais;
- EIVIDA - Equipa de Intervenção para a Problemática da Violência Doméstica.

Recursos Regionais/Nacionais

- Acordos com a Segurança Social;
- Programa Operacional Inclusão Social e Emprego;
- Programa Operacional da Região Centro;
- PEDI - CIM BSE.

Problemática da Habitação

A habitação é um dos domínios que se encontra consagrado na Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 65.º, cujo conteúdo formal indica que “todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”.

Viver numa habitação degradada é evidentemente um fator negativo quer do ponto de vista social quer económico e ainda um meio privilegiado para o desenvolvimento da exclusão social por parte da sociedade e de auto - exclusão daqueles que com esta situação são confrontados.

Na sede do concelho e freguesias limítrofes, verifica-se que o índice de rendas é mais elevado. Daí que, o que nos é dado observar é que as famílias de menores recursos ou optam por habitações de rendas mais baixas, mas com fracas condições de habitabilidade, ou quando arriscam e/ou acedem a um contrato de arrendamento de valor mais elevado, frequentemente lhes são movidas ações de despejo por ausência de pagamento.

Face a esta evidência, nota-se a carência de habitações de rendas sociais acessíveis às famílias com menores recursos. Existem contudo, alguns núcleos habitacionais propriedade de IPSS, Juntas de Freguesia e outras entidades locais que, embora apresentando-se algo degradados, com intervenções de reabilitação, poderiam constituir um suporte ao alojamento temporário de famílias com necessidades de cariz habitacional.

No concelho de Seia, os principais problemas neste domínio da habitação manifestam-se através de:

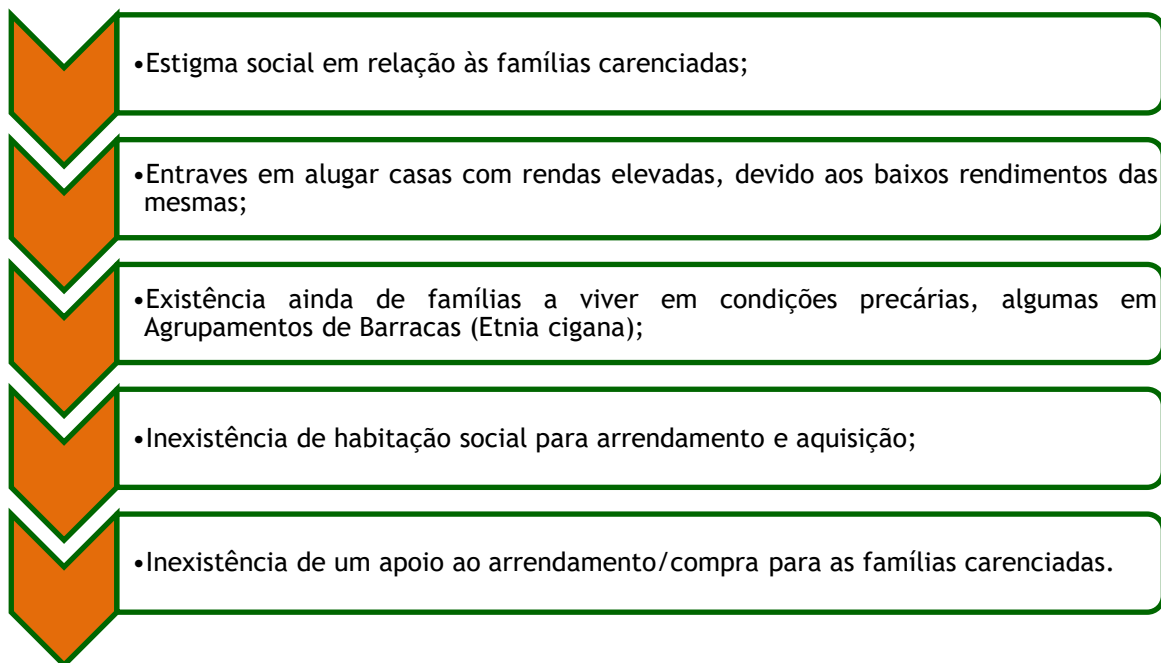


Figura 64 - Problemas de habitação presentes no Concelho.

No ano 2016 o Serviço de Ação Social e Saúde do município pretende elaborar uma proposta de Regulamento de Apoio ao Arrendamento. Com este regulamento pretende-se dar a concessão de apoio ao arrendamento habitacional mediante a atribuição de uma comparticipação financeira aos munícipes com carências socioeconómicas, promovendo a melhoria das condições de habitabilidade dos estratos mais desfavorecidos.

Tabela 123 - Agrupamentos de barracas (etnia cigana).

Freguesia	Número	Regime de propriedade da habitação
Seia	5	Própria (clandestina)
Santiago	18	Própria (clandestina)
Santiago	15	Própria (clandestina)
Santa Comba	10	Própria (clandestina)
Santa Comba	8	Própria (clandestina)
Santa Comba	8	Própria (clandestina)
Seia	8	Própria (clandestina)
Seia	20	Arrendada
S. Romão	63	Ocupação

Fonte: Serviço de Ação Social e Saúde - Município de Seia.

Tabela 124- Número de intervenções realizadas.

Programas	Intervenções efetuadas									
	2011		2012		2013		2014		2015	
	Número de intervenções	Montante Financeiro	Número de intervenções	Montante Financeiro	Número de intervenções	Montante Financeiro	Número de intervenções	Montante Financeiro	Número de intervenções	Montante Financeiro
Regulamento Municipal Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos em Matéria Habitacional	7	54,100 €	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa Municipal - Oficina Domiciliária	-	-	15	151,00 €	19	492,00 €	24	612,00 €	14	411,00 €
Programa Seia Reviva (fachadas)	-	-	-	-	8	3.300 €	-	-	-	-

Fonte: DGUOT - Município de Seia.

O Município detém o Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos em Matéria Habitacional que visa apoiar intervenções em habitações que detém algumas anomalias que possam colocar em risco níveis de segurança e/ou de conforto que sejam propriedade de famílias economicamente carenciadas.

Contudo, dadas as restrições orçamentais do Município, nos últimos anos não são abertos novos períodos de candidaturas ao regulamento supramencionado. Neste contexto, registam-se todos os pedidos de apoio que chegam ao Município, no sentido de os mesmos serem integrados num novo período de candidaturas. O número de pedidos reforça a necessidade da existência deste tipo de candidatura.

Considerações Finais

Cada vez mais, o Estado confia nas Instituições sociais e no trabalho de proximidade que desenvolvem, no que concerne aos instrumentos necessários para desenvolverem em conjunto outras iniciativas, para além das suas áreas tradicionais de atuação, fomentando a inovação e o empreendedorismo, reforçando o potencial de crescimento do território e contribuindo para o reforço da coesão social.

Novos desafios se colocam neste território e às suas populações, uma vez que há a necessidade de adequar as respostas aos novos perfis de utentes, aos diferentes graus de exclusão e de vulnerabilidade, na medida em que se procura compreender os mecanismos associados à exclusão dos indivíduos e grupos, bem como as novas políticas/legislação que irão nortear no futuro próximo a coesão social.

Assim, as entidades do setor social e solidário, espalhadas por todo o concelho, serão um pilar fundamental no suporte e apoio a todos aqueles que, por vicissitudes diversas se encontrem numa situação de vulnerabilidade, constituindo-se num instrumento mais próximo dos cidadãos e com maior capacidade de resposta às situações de carência e desigualdade social.

Em termos gerais e face ao descrito é possível afirmar que a população concelhia é bastante envelhecida, tendendo a um declínio acentuado. Assim, tem-se verificado que o envelhecimento caracteriza a generalidade das sociedades dos países desenvolvidos pelo que deve merecer uma reflexão e intervenção prioritária, dada a rapidez em que se passou de uma sociedade com uma população jovem para outra envelhecida.

A existência de uma elevada inactividade, desqualificação laboral e isolamento social que potencia uma maior fragilidade económica e social potencia uma maior dependência dos mecanismos de proteção social, nomeadamente das prestações sociais, por parte das Famílias. Tem-se registado um aumento de vulnerabilidades associadas a grupos de risco, nomeadamente ao nível da saúde mental, desempregados, DLD, NEET, vítimas de violência doméstica, etnias, pobreza infantil, portadora de deficiências, população idosa, entre outros). Deste modo, num futuro próximo será prioritário a inclusão de novas abordagens territoriais, investindo cada vez mais na qualificação/inovação e nos serviços/respostas sociais do território, tornando-o cada vez mais inclusivo e combatendo a exclusão social.

Anexos